







## **OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E CONJUNTURA DA USCS**

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório, formado por professores, alunos e parceiros da USCS, tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, estudos e pesquisas no campo das políticas públicas, empreendedorismo e conjuntura.

### **Expediente - 6ª Carta de Conjuntura**

**Reitor:** Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

**Pró-Reitora de Pós-Graduação:** Profª. Drª. Maria do Carmo Romeiro

**Pró-Reitor de Graduação:** Prof. Dr. Leandro Prearo

**Pró-Reitor Administrativo e Financeiro:** Prof. Ms. Paulo Sérgio Lopes Ruiz

**Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório:** Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

#### **Coordenação do Observatório:**

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia

Prof. Me. José Carlos Garé

#### **Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:**

Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva

Prof. Dr. Enio Moro Júnior

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira

Prof. Dr. Lucio Flávio Freitas

Prof. Dr. Milton Carlos Farina

Prof. Dr. Roberto Vital Anau

#### **Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:**

Prof. Mestrando Daniel Giatti de Sousa

Profª. Me. Alessandra Rosa (externa)

Prof. Me. Daniel Vaz (externo)

Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena

Prof. Me. José Carlos Garé

Profª. Me. Rosana Marçon da Costa Andrade

Prof. Me. Vinícius Silva

Prof. Me. Volney Aparecido de Gouveia

#### **Equipe de Estudantes do Grupo de Pesquisa do Observatório:**

Doutorando Álvaro Francisco Fernandes Neto

Doutorando André Ximenes de Melo

Doutorando Antônio Aparecido de Carvalho

Doutorando Francisco Rozsa Funcia

Mestranda Gisele Yamauchi (externa)

Mestrando Gustavo Kaique Araújo Monea (externo)

Doutoranda Maria do Socorro Souza

Doutorando Ricardo Makoto Kawai

Doutorando Rubens Topal de C. Bastos

Mestranda Sandra Collado Gonsales

#### **Parceiros:**

Luiz Lopes Schimidt – Presidente do ITESCS

Grupo G3 de Recursos Humanos

#### **Convidados desta edição:**

Prof. Dr. Antônio Fernando Gomes Alves

Professor Me. Joaquim Celso Freire Silva

Professor Me. Luiz Felipe Xavier

Aristogiton Moura – Prof. convidado da USCS. Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo. Diretor Pres. da Strategia Consultoria. Diretor da Autoritas Consulting Brasil.

João Lucas Moreira Pires – Bacharel em Políticas Públicas e em Ciências e Humanidades UFABC.  
Luis Carlos Burbano Zambrano – Prof. convidado da USCS. Sócio-Diretor Técnico da Empresa de Consultoria Planejamento e Governo – Plangov.  
Profª Me Sonia A. Beato Ximenes de Melo - Universidade do Estado de Mato Grosso (UNIMAT).  
Stefanie Sussai - Médica Veterinária e Mestranda pela USP.  
Vânia Viana - Graduada em Ciências do Trabalho pela Escola DIEESE.

**Apoio na organização dos textos:**

Mestranda Gisele Yamauchi (externa)

**Comunicação:**

Prof. Me. Luciano Cruz

**Assessoria de Imprensa:**

Ana Paula Lazari Ferreira

**Revisão de textos:**

Ana Paula Lazari Ferreira  
Francisco Rozsa Funcia  
Gisele Yamauchi (externa)  
Jefferson José da Conceição

**Carta online:**

Alan de Almeida Matias  
Ana Paula Lazari Ferreira  
Renata Ezellner Miquilim

*Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da instituição.*

Visite nosso site: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs)

## SUMÁRIO

### **1. GESTÃO REGIONAL: GLOBALIZAR OU REGIONALIZAR? AFINAL, “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”? – 9**

*Joaquim Celso Freire Silva*

### **2. IMPACTO GLOBAL DA CRISE ECONÔMICA NA GRANDE ABC PAULISTA – 13**

*Luis Carlos Burbano Zambrano*

### **3. UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO CAETANO DO SUL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PARQUE AUSTRAL, NA GRANDE BUENOS AIRES – 20**

*Daniel Vaz*

### **4. FALÊNCIAS DECRETADAS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA, 2015-2017 – 24**

*Jefferson José da Conceição*

*Sandra Collado Gonsales*

### **5. O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 2018 – 30**

*Alessandra Santos Rosa*

### **6. O REAJUSTE MENOR DO SALÁRIO MÍNIMO: IMPACTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA – 35**

*Jefferson José da Conceição*

*Gisele Yamauchi*

### **7. OS DESEMBOLSOS DO BNDES NO GRANDE ABC PAULISTA E SUA DISTRIBUIÇÃO CONFORME O PORTE DA EMPRESA – 42**

*Vinicius Oliveira Silva*

### **8. AS MUDANÇAS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ORIENTE MÉDIO E SEUS REFLEXOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA – 51**

*Roberto Vital Anau*

### **9. GERAÇÃO DE VALOR COMO CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – 56**

*Eduardo de Camargo Oliva*

*José Turíbio de Oliveira*

### **10. PRODUTOS DE MARCAS PRÓPRIAS: FATORES DETERMINANTES QUE INFLUENCIAM NA DECISÃO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA – 60**

*Antônio Aparecido de Carvalho*

*Álvaro Francisco Fernandes Neto*

**11. INDÚSTRIA 4.0: ENTREVISTANDO UMA ESPECIALISTA EM ESTRATÉGIA COMPETITIVA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 66**

*Maria do Socorro Souza*

**12. O QUE ESPERAR DO MUNDO DA TECNOLOGIA EM 2019 – 70**

*Luiz Schimidt*

*Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS)*

**13. REDE FABLAB ABC – 73**

*Enio Moro Junior*

**14. EMPREENDEDORISMO “60+” NO GRANDE ABC PAULISTA – 76**

*João Lucas Moreira Pires\**

**15. ANÁLISE TERRITORIAL E AMBIENTAL PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM AEROPORTO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO – 84**

*Volney Gouveia*

**16. GRANDE ABC PAULISTA: UMA REVERSÃO POSSÍVEL DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS CIDADES – 91**

*Luiz Felipe Xavier*

**17. A RECEITA FEDERAL CRESCE, MAS O ORÇAMENTO DA SAÚDE CAI. O QUE FAZER? REVOGAR A EC 95/2016 E APROVAR A PEC 01-D/2015 COM NOVO MODELO DE AJUSTE FISCAL<sup>[1]</sup> – 95**

*Francisco R. Funcia*

**18. A LEPTOSPIROSE E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – 100**

*Stefanie Sussai*

**19. INDICADORES CRIMINAIS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA – 112**

*David Pimentel Barbosa de Siena*

**20. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR COR / RAÇA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA, 2013-2017, COM BASE NOS INDICADORES INEP – 119**

*Jefferson José da Conceição*

*Gisele Yamauchi*

*Vânia Viana*

**21. ECONOMIA CRIATIVA E A NOVA SOCIEDADE EM REDE – 123**

*Aristogiton Moura*

**22. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERSECÇÕES COM O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO (USCS) – 131**

*Antônio Fernando Gomes Alves*

**23. ROTATIVIDADE E PERFIL DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA – 135**

*André Ximenes de Melo*

*Sonia A. Beato X. de Melo*

**24. GESTÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE LÂMPADAS FLUORESCENTES E LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO GRANDE ABC PAULISTA – 140**

*Rubens Topal de Carvalho Bastos*

**25. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ACORDO DE PARIS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE – 144**

*Vânia Viana*

## PROSSEGUIR E INOVAR

Completando um ano de atividades junto à comunidade acadêmica, gestores públicos, atores privados, imprensa e sociedade regional, o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), o CONJUSCS, lança sua 6ª Carta de Conjuntura.

O Observatório é formado por professores, doutorandos, mestrandos e graduandos da USCS, bem como por parceiros e outros convidados a contribuir com notas técnicas. O Observatório, que também se constitui em um grupo formal do CNPQ, é diretamente ligado às Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação e Pesquisa.

As notas técnicas que compõem a Carta de Conjuntura têm por objetivo levantar, mensurar e comentar, sinteticamente, fenômenos econômicos, sociais, tecnológicos, urbanos, culturais e de outras áreas da produção científica. Elas buscam olhar com especial atenção como os referidos fenômenos que ocorrem e se manifestam na Região do Grande ABC Paulista, Grande São Paulo e Brasil.

Nesta data, realizamos nossa coletiva de imprensa no Campus Conceição devido ao grave fenômeno meteorológico ocorrido no último dia 15 de fevereiro, que afetou estruturalmente algumas áreas do Campus Barcelona. Devido a isso, as atividades envolvendo a maior parte de nosso público (alunos, professores, pesquisadores, comunidade entre outros) estão suspensas no campus temporariamente.

Enquanto a direção e a área administrativa seguem tomando as providências necessárias de cautela e resolução dos problemas ocasionados por esse evento, a USCS - e o Observatório, como parte da instituição - opta por seguir buscando a continuidade de seus serviços, com o lançamento de pesquisas, atendimento ao seu público e eventos à comunidade nos outros *campi* e espaços físicos da instituição. Aproveitamos o momento para agradecer aos pesquisadores, parceiros e jornalistas pela compreensão e parceria.

Nas próximas páginas, apresentamos as 24 notas técnicas inéditas da 6ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS, contendo informações que objetivam contribuir com o melhor entendimento de diversos assuntos de relevância na região e no país. Nós, da assessoria de imprensa da USCS, colocamo-nos à disposição para contato com a coordenação do Observatório e com os autores e sugestões de novos temas a serem abordados ao longo do ano.

Além do lançamento das Cartas de Conjuntura, uma novidade marca o segundo ano do Observatório. Considerando a relevância dos materiais produzidos (e publicados) ao longo das cinco Cartas anteriores, a Universidade lançará, no mês de março deste ano, o livro eletrônico **“Grande ABC e Desafios do Século XXI: Ensaio de Conjuntura USCS 2018”**, reunindo as notas técnicas das Cartas de Conjuntura do ano passado, porém, organizadas em nove eixos temáticos, o que permite a concentração dos textos por áreas de interesse.

O CONJUSCS segue na divulgação das informações que visem contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e privadas, no Grande ABC, no estado de São Paulo e no Brasil.

São Caetano do Sul, 27 de fevereiro de 2019

**Assessoria de imprensa da USCS**

## Nota técnica

# 1. GESTÃO REGIONAL: GLOBALIZAR OU REGIONALIZAR? AFINAL, “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”?

Joaquim Celso Freire Silva

### Resumo executivo

*A nota trata do choque de visões das duas vertentes, a globalista e a regionalista, que discutem a gestão regional. Estas visões definem as políticas públicas locais. Os globalistas buscam o desenvolvimento pela inserção do local aos avanços do ambiente externo, enquanto a visão regionalista maximiza esforços ao desenvolvimento regional a partir das potencialidades do próprio território. A nota sugere que as novas tecnologias criam as condições irrefutáveis para um mundo de relações globalizadas, inevitavelmente sem distâncias, a não ser aquelas impostas pelas brutais desigualdades sociais. Entretanto, cada região pode e deve colocar luz sobre as suas condições de diferenciação, quer sejam naturais, quer sejam por competências adquiridas – não necessariamente para competir, mas para incluir-se e interagir na construção de cenários futuros mais humanizados. Globalizar-se para entender; e diferenciar-se, enquanto região, para influenciar e sobreviver.*

A questão exposta na primeira parte do título me faz lembrar, num primeiro momento, a tradicional disputa esportiva do “Cabo de Guerra”, pelo menos no sentido de que há esforços, de ambos os lados, cada qual destacando indicadores capazes de puxar as tendências, na direção do seu cenário de preferência. Os estudos e discussões sobre a gestão regional têm se balizado pelas ideias de duas vertentes que tratam do assunto – a globalista e a regionalista –, alicerçadas em teorias e práticas que definem as políticas públicas (ou menos públicas) que alimentam processos de desenvolvimento. Grosso modo, os globalistas puxam a corda do desenvolvimento pela inserção do local aos avanços do ambiente externo, enquanto a visão regionalista maximiza esforços ao desenvolvimento regional a partir das potencialidades do próprio território.

Os globalistas ou adeptos da globalização, como Charles Tiebout e Kenichi Ohmae, acreditam na homogeneização dos territórios a partir, por exemplo, da mobilidade de capitais, das telecomunicações, dos transportes, da telemática etc. Acredita-se que os fatores de produção se tornam bastante voláteis, deslocando de uma região para outra à procura de melhores condições de rentabilidade. Essa mobilidade de capital e trabalho provoca uma competição entre as cidades e ou regiões, no sentido de atrair capital e a mão-de-obra qualificada necessários à criação de valor agregado local. Esse discurso afiança que a competição entre as regiões e cidades tende a torná-las todas iguais e, com a desterritorialização do espaço, a adesão ao projeto de globalização seria inevitável.

As ideais da globalização asseguram que a nova ordem mundial cria condições favoráveis para que a região possa buscar vantagens competitivas comparativas. A recomendação é que a posição privilegiada deve ser alcançada por meio de estratégias de redução de custos e da efetiva inserção nas redes mundiais de fluxo de informação ou, também, através do *marketing city*. Como, por exemplo, a promoção das especificidades do seu próprio espaço, oferecimento de uma ampla rede de serviços culturais e manutenção de baixos níveis de violência e de qualquer tipo de marginalização para influenciar as empresas a investirem na região.

Por seu lado, o pensamento regionalista com as ideias de Michael Stoper, Allen Scolt, Alain Lipietz, George Benko, entre outros, defende que as regiões e cidades tenham mecanismos para buscarem uma negociação bem-sucedida com a economia global, a partir de recursos da própria região. Destaca a importância da região e a possibilidade de imprimir articulações e alianças regionais mais agressivas para competir no mercado global. Coloca a formação da identidade regional, alicerçada na cultura, na história, na política... como pré-condição para que o projeto regional seja bem-

sucedido.

Os seguidores da vertente regionalista, embora não neguem a globalização, apontam e valorizam os fatores intrínsecos a cada região como a saída para o desenvolvimento regional. São os fatores internos que devem criar a motivação necessária para que o capital volátil decida permanecer no ambiente e em condições de boa rentabilidade.

Na visão regionalista, os governos locais assumem papel preponderante de regulação e formulação de políticas públicas. Dentre as recomendações para que o setor público possa criar as condições para o desenvolvimento regional, é fundamental o estabelecimento de uma política pública que incentive o surgimento de parcerias privadas, dando às empresas locais condições de enfrentarem a competitividade global. Enfatizam, também, a importância de criar um clima de confiança entre os atores por meio de uma política de comunicação clara, utilizando a conversação como instrumento para reduzir barreiras e gerar entendimentos.

Enquanto os globalistas recomendam uma política regional de inserção no mundo globalizado, a visão regionalista assinala uma política pública que busque as soluções de desenvolvimento dentro do próprio território. É a partir das particularidades de cada região que vai se encontrar e criar o encaminhamento de soluções para suas demandas. Se a proposta globalista aponta para fora, para uma zona de livre comércio, a proposta regionalista aponta para dentro, para a construção da alternativa regional.

Allen J. Scott, da Escola de Políticas Públicas e de Pesquisas Sociais da Universidade da Califórnia, e um dos teóricos da vertente regionalista, destaca, em “A Economia Cultural das Cidades”, o importante papel das cidades como centros de atividades culturais e econômicas. Scott parte da noção de que o capitalismo em si está caminhando para uma etapa em que as atividades culturais e seus significados tornam-se dominantes na estratégia produtiva local. A tradicional padronização produtiva do modelo fordista é, aos poucos, substituída pelo chamado modelo produtivo pós-fordista, de características flexíveis e dinâmicas. Um modelo baseado na especialização e na flexibilidade significando a produção de pequenas quantidades de insumos especializados, para atender às exigências específicas de determinados nichos de mercado e, por outro lado, capaz de adaptar às novas exigências e mudanças de certos segmentos.

Isso não significa, segundo o próprio Scott, que a produção em massa fordista tenha sido totalmente execrada da economia de hoje; o que há é um movimento muito marcante da cultural pós-fordista intensificando a produção de diversas variedades de produtos culturais – artifícios, moda, insumos de *design* e de tecnologia da informação – por todas as economias mais avançadas. Essa nova arquitetura econômica sugere que empresas e/ou governos locais/regionais devam desenvolver estratégias de marketing que valorizem a diferenciação dos seus insumos e produtos/serviços, ao mesmo tempo em que direcionam a tecnologia e organização da produção para nichos de mercado específicos e, também sejam capazes de adaptar a novas exigências do ambiente.

Os bens e serviços gerados por essa nova economia cultural e que Scott chama de “produtos culturais” surgem sob variadas formas e origens. São vestuários, joias, móveis ou utensílios que ganham formas pela transformação de insumos dos setores mais tradicionais; serviços turísticos, teatro ou propaganda que se situam como transações personalizadas ou como produção e transmissão de informações.

Há, ainda, produtos culturais na área audiovisual, por exemplo, que assumem ao mesmo tempo, aspectos das duas situações anteriores. Qualquer que seja a composição físico-econômica de tais produtos, os setores que os produzem estão todos envolvidos na criação de insumos comerciais, em que suas vantagens competitivas dependem do fato de que, pelo menos, funcionam como formas de exibição social, objetos estilizados, formas de diversões e distrações, ou fonte de informação.

Para Scott, lugar, cultura e economia são altamente simbióticos. Lugar e cultura estão num

constante processo de interposição, intercalando-se um ao outro e produzindo bens e serviços que revitalizam a dinâmica econômica. O lugar é o espaço de intensos inter-relacionamentos humanos de onde a cultura se emerge e a cultura estabelece as características específicas locais, diferenciando um lugar dos outros. A cultura local intervém e ajuda a formar a maneira pela qual as atividades econômicas se realizam. Assim, produtos, cultura e lugar mantêm um elevado grau de identificação, o que confere, por certo, notada vantagem competitiva à produção local e a consequente ampliação do mercado.

Um determinado setor produtivo utiliza-se de uma teia complexa de culturas locais que deixam marcas nos bens e serviços produzidos e estes, por sua vez, criam imagens reais ou imaginárias do seu lugar de origem que, novamente, assimilados pelos bens culturais do lugar, alimentam um novo ciclo de produção.

O trabalho de Scott sinaliza que a preservação da cultura local/regional é, também, um instrumento para a revitalização econômica. A produção cultural do lugar pode ganhar o mundo por meio de extensas redes de consumo criadas pelos processos globalizantes. Daí que alguns lugares privilegiados representam pontos de onde artefatos e imagens são transmitidos pelo mundo afora e este mesmo processo possui efeitos profundamente erosivos ou pelo menos transformativos sobre muitas culturas. Por isso enquanto algumas culturas regionais estão sob séria ameaça neste momento, outras estão encontrando audiências abrangentes e receptivas.

O trabalho de Scott traz fortes argumentos no sentido de mostrar como as capacidades de geração de cultura das regiões estão conectadas às finalidades produtivas, criando novas categorias de vantagens competitivas localizadas que geram novas atividades e melhoram a renda local.

Parece ser inevitável um mundo cada vez mais homogeneizado, do ponto de vista da dimensão econômica, dada as condições de mobilidade do capital produtivo e do capital rentista e, também, pelos avanços da tecnologia de informação e da sociedade conectada em redes. Na leitura de Rogério Haesbaert, é possível perceber que essa intensificação de processos globalizantes, que em princípio sinalizavam para uma tendência de “desregionalização”, encontram forças reversas, no âmbito do debate regional, que traz à luz questões que superam a ideia de região como lugar e incorporam outros aspectos, que inserem a noção de movimento e instabilidade, a partir das discussões sobre identidades regionais, regiões descontínuas ou regiões interligadas em redes.

Enquanto os defensores da globalização sugerem a implementação de ações regionais de desenvolvimento, sincronizadas com o ambiente global, pulverizam aqui e acolá movimentos de preservação da identidade local, e da natureza, como forças motrizes para os avanços regionais, na convivência global, Alberto Acosta, em “O Bem Viver”, traz à nossa reflexão, por exemplo, a necessidade de construirmos sociedades solidárias e sustentáveis, em que a homogeneização trazida pelo modelo de desenvolvimento globalizado, dê lugar ao reconhecimento das diversidades culturais e da identidade e das demandas do local. E, a partir delas, promover um modo de vida que fortaleça a comunhão entre humanos e a natureza. Nessa visão o modelo extrativista, que traz consequências do tipo das recentes tragédias ocorridas em Mariana e Brumadinho, deveria ser eliminado das relações econômicas e sociais.

Afinal, “Por quem os sinos dobram”? O poema John Donne, que mais tarde seria alimento ao romance, de mesmo título, de Ernest Hemingway, parecer lançar uma luz: *“Se um torrão de terra for levado pelas águas até o mar, a Europa ficará diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse o solar de teus amigos ou o teu próprio; a morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes **por quem os sinos dobram; eles dobram por ti**”.*

No meu entender, as novas tecnologias criam as condições irrefutáveis para um mundo de relações globalizadas, inevitavelmente sem distâncias, a não ser aquelas impostas pelas brutais desigualdades sociais. Também enxergo cada região – que queira, nesse ambiente, ser destacada – colocando luz sobre as suas condições de diferenciação, quer sejam naturais, quer sejam por

competências adquiridas – não necessariamente para competir, mas para incluir-se e interagir na construção de cenários futuros mais humanizados. É meio que: globalizar-se para entender; e diferenciar-se, enquanto região, para influenciar e sobreviver. Afinal, a terra existe para todos e, a região, prioritariamente, para os que vivem nela.

E, na Região do Grande ABC, ou ABCDMR? Afinal, “Por quem os sinos doam”?

## Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BENKO, Georges e LIPIETZ, Alain (organizadores). *As regiões ganhadoras*. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Celta Editora, Oeiras, 1994

\_\_\_\_\_. *Economia, espaço e globalização*. Ed. Hucitec: São Paulo, 1996.

BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Ed. Taurus, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HERSCOVICI, Alain. *O Local na Era da Globalização: contribuição para uma análise crítica*. São Paulo, INTERCOM. Rev. Bras. de Com., vol. XIX, n.º1 pp. 59-66, janeiro/junho 1996

OHMAE, Kenichi. *O fim do estado nação. A ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

SCOTT, Allen J. *The cultural economy of cities*. EUA, Blackwell Publishers, 1997.

\_\_\_\_\_. *Global City Regions*. Paper, Universidade da Califórnia, Los Angeles: 1999.

## Nota técnica

# 2. IMPACTO GLOBAL DA CRISE ECONÔMICA NA GRANDE ABC PAULISTA

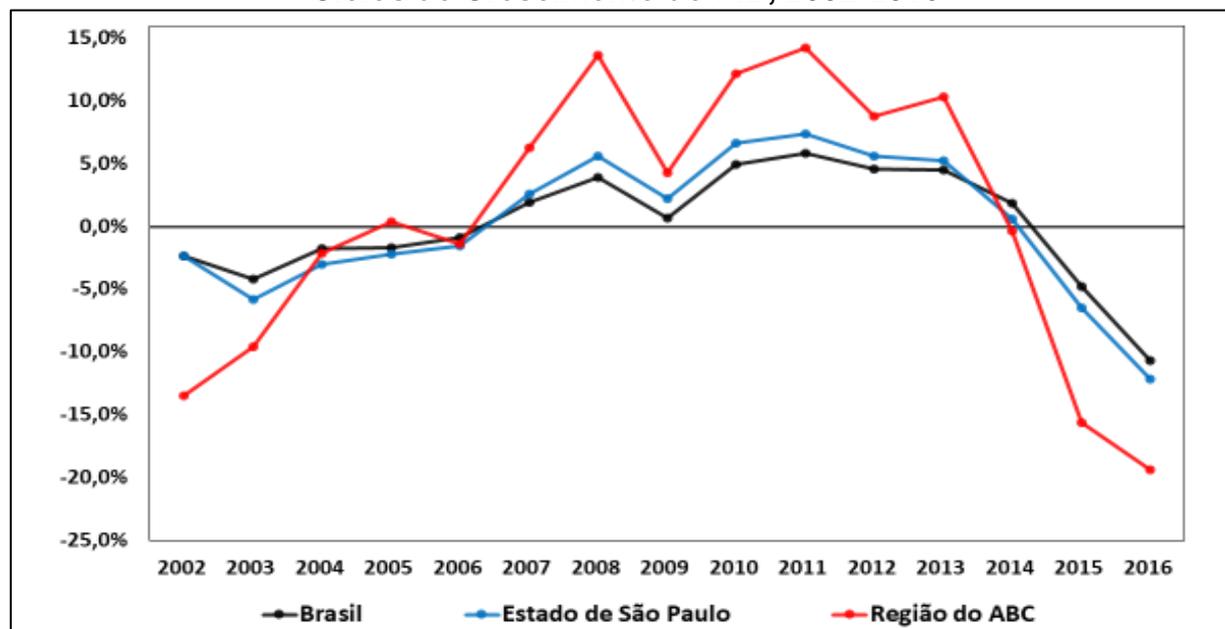
Luis Carlos Burbano Zambrano\*

### Resumo executivo

*Esta nota técnica tem como propósito medir o impacto global da crise econômica do Brasil na economia da Região do Grande ABC Paulista durante o período de maior turbulência compreendido entre 2014 e 2016. Toma como base de informação as medições do PIB municipal realizadas pelo IBGE em parceria com o SEADE. Em relação com o emprego e desemprego, se tomaram os dados fornecidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do SEADE/DIEESE e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do então Ministério do Trabalho. Para facilitar as comparações com o comportamento do PIB em nível nacional e estadual, os valores nominais dos PIB regional foram deflacionados com os respectivos índices implícitos do PIB do Estado de São Paulo. Segundo a análise dos dados, a presente nota conclui que o Grande ABC Paulista foi uma das regiões mais impactadas pela recente crise econômica do Brasil, gerando uma das maiores taxas de desemprego dos últimos 14 anos e aprofundando o processo de desindustrialização que tinha ganhado força imediatamente depois da crise de 2008. Dessa forma, as perspectivas futuras da economia do Grande ABC não são muito promissoras e dependem tanto da retomada do crescimento da economia nacional como da implantação de novo modelo de desenvolvimento regional.*

### O tamanho da crise da economia do Grande ABC Paulista

**Gráfico 1 – Brasil, Estado de São Paulo e Região do Grande ABC Paulista  
Ciclos de Crescimento do PIB, 2002-2016**

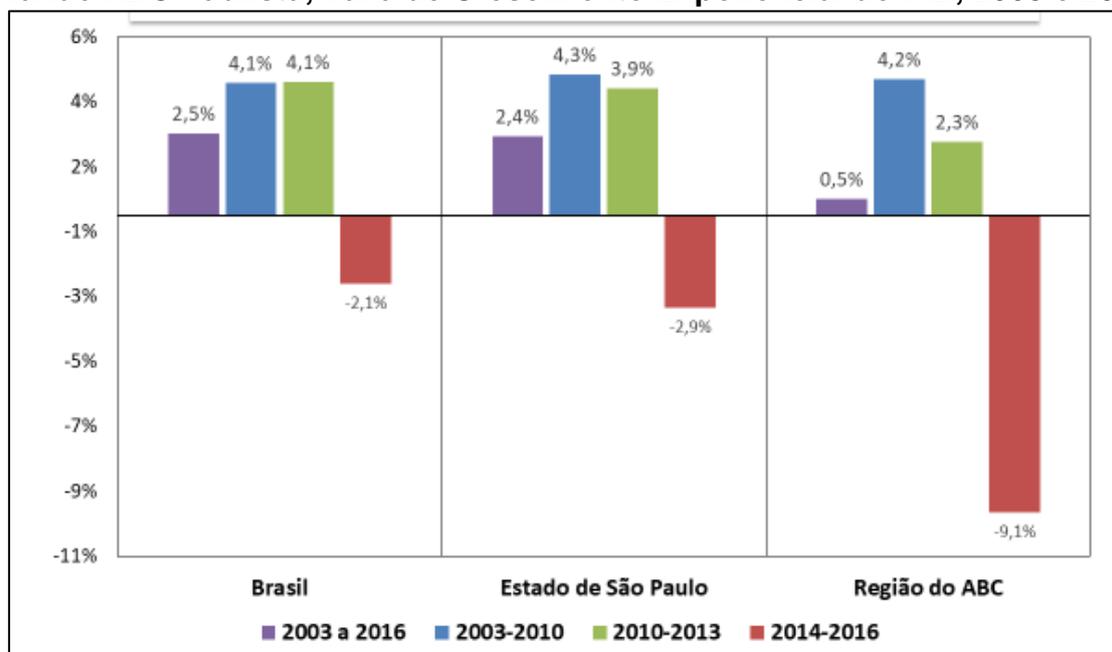


Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base nos dados do IBGE.

No Gráfico 1 se apresenta a decomposição da série de tempo do índice do PIB em seus componentes tendencial e cíclico no período de 2002 a 2016 para o Brasil, o Estado de São Paulo

e a Região do Grande ABC Paulista, realizada mediante a utilização de uma regressão linear simples que calcula a taxa de crescimento exponencial do logaritmo do PIB. Neste gráfico se observa claramente que a forte recessão econômica sofrida pelo País entre 2014 e 2016 afetou de maneira muito mais intensa à Região do ABC que o Brasil e o Estado de São Paulo.

**Gráfico 2 – Brasil, Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Grande ABC Paulista, Taxa de Crescimento Exponencial do PIB, 2003 e 2016**



Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nos dados do IBGE.

Como mostra o Gráfico 2, no período 2014 a 2016, no ápice da turbulência econômica, quando o País e a região atravessavam a maior recessão da história recente, o PIB regional despencou a um ritmo médio exponencial de -9,1%, valor quatro vezes maior que o apresentado no Brasil (-3,3%), e três vezes acima do observado no Estado de São Paulo(-3,1%).

Como resultado desta trajetória da economia regional, o hiato entre o PIB observado e o potencial atingiu em 2016 um valor de -19,4%, praticamente o dobro que o estimado para o Brasil (-10,7%)e 7,2 pp acima do Estado de São Paulo(-12,1%)(Gráfico 1). De acordo com o Indicador IPEA de Produto Potencial estimado a partir da produtividade total dos fatores representada pela função Cobb-Douglas com retornos constantes de escala<sup>(1)</sup>, o hiato do PIB do Brasil para 2016 chegou, em média, a -5,0%, o que refletia um elevado nível de ociosidade da economia brasileira.

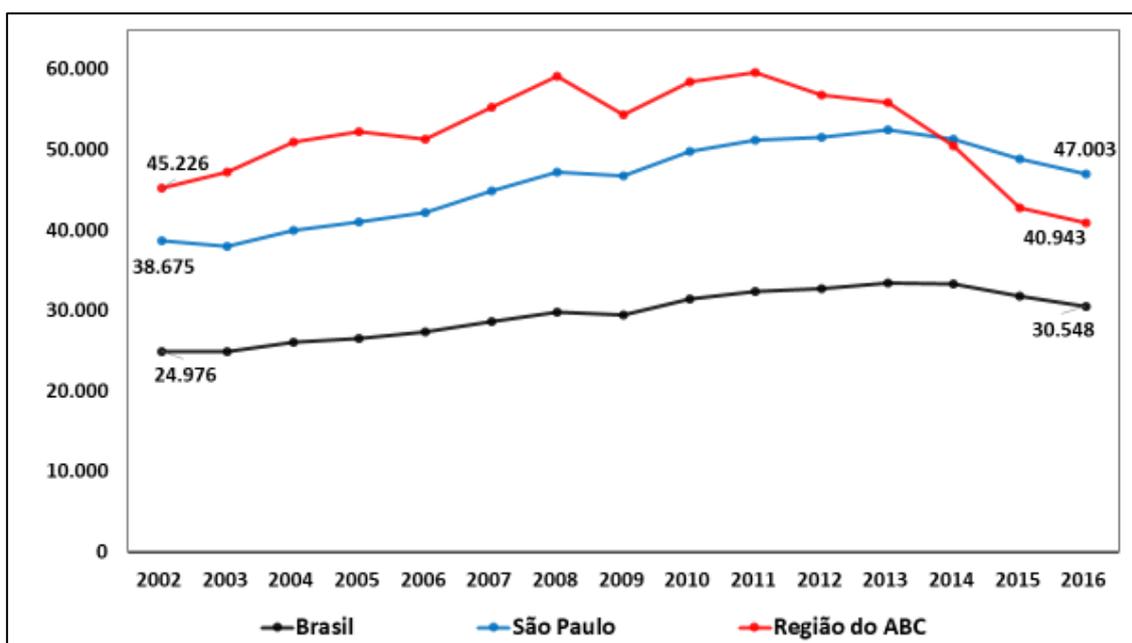
Embora o método da regressão simples do crescimento exponencial não seja diretamente comparável ao modelo do Produto Potencial do IPEA, pode-se inferir que a crise econômica se traduziu numa ociosidade dos fatores produtivos disponíveis na Região do Grande ABC Paulista, muito mais profunda que a apresentada nas economias nacional e estadual. Esta conclusão é consistente com o comportamento das taxas regionais de desemprego que, de acordo com o a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do SEADE, tem superado de forma considerável às registradas no País e no Estado de São Paulo.

Vale ressaltar que o ciclo recessivo na Região do Grande ABC Paulista além de apresentar maior intensidade também foi muito mais longo que no Brasil e no Estado de São Paulo. Como pode ser observado no Gráfico 1, o processo de recessão econômica no Grande ABC Paulista praticamente se inicia desde 2012, ano em que o PIB regional apresentou uma queda de 4,0%, seguida de uma

recuperação de 2,6% em 2013 e novamente um tombo de 9,0%. A partir desse ano a crise toma maior força, acompanhando o declive da atividade econômica nacional e estadual.

Finalmente, pode-se destacar o fato de que, como consequência da crise econômica, o valor real do PIB regional em 2016, calculado em R\$ 112,1 bilhões, retroagiu a níveis anteriores a 2003, ano em que o PIB em valores constantes de 2016 foi de R\$ 114,1 bilhões. Quando se considera o comportamento do PIB per capita, o tamanho da destruição da riqueza regional gerada pela crise toma proporções muito mais graves. Entre 2002 e 2016, o PIB per capita em valores constantes de 2016 apresentou uma queda de quase 10%, passando de R\$ 45.226 a R\$ 40.943. No caso do Brasil e do Estado de São Paulo, não obstante da crise econômica, os valores reais dos respectivos PIB per capitas em 2016 superavam em 22,3% e 21,5% os registrados em 2002 (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Brasil, Estado de São Paulo, Região do Grande ABC Paulista  
PIB per capita (R\$ de 2016), 2002 e 2016**

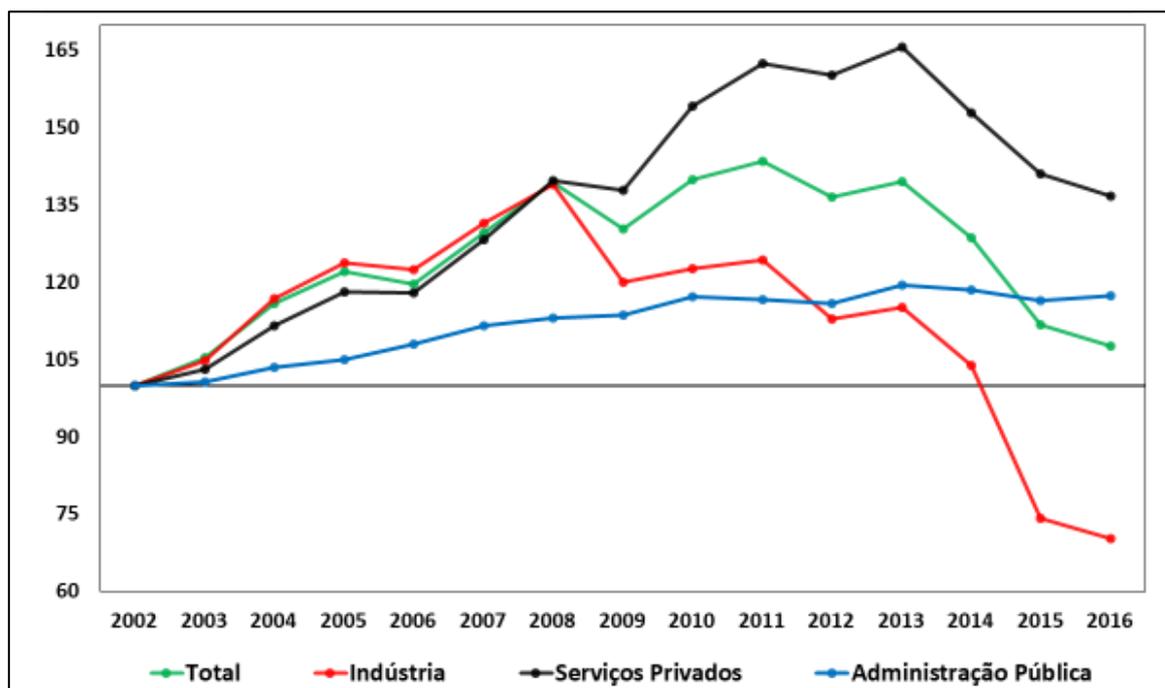


Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nos dados do IBGE e SEADE.

## O impacto da crise nos setores da economia do Grande ABC Paulista

Em termos setoriais, foi a indústria do Grande ABC Paulista que tem recebido o maior impacto do processo recessivo da economia nacional durante 2014 e 2016 (Gráfico 4).

**Gráfico 4 – Região do Grande ABC Paulista  
Valor Adicionado Bruto Real Total da Indústria e dos Serviços  
(Índice 2002=100), 2002 e 2016**



Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nos dados do IBGE.

Em valores nominais, o PIB industrial da região passou de R\$ 28,9 bilhões em 2013 a R\$ 24,3 bilhões em 2016, uma perda de R\$ 4,6 bilhões, equivalente a 16%. Em termos reais, descontando os efeitos inflacionários, a retração foi de quase 39%, uma queda extraordinária comparada aos valores registrados no Brasil (11,5%) e no Estado de São Paulo (14,73%).

Vale ressaltar que as indústrias nacional e estadual foram afetadas de forma importante como resultado da recente crise. Entre 2014 e 2016, o PIB industrial no Brasil diminuiu a um ritmo anual de 4,0% e no Estado de 5,2%. Porém, no caso da Região do Grande ABC, a referida taxa foi de -14,5%, o que mostra claramente a intensidade da profundidade do processo de desindustrialização que vem atravessando a economia regional. De forma indiscutível, os últimos 10 anos representam uma década perdida para a indústria do ABC com graves consequências para o desenvolvimento futuro da região.

As informações disponíveis pelo IBGE para o período 2002-2016 mostram claramente que a queda da indústria regional do Grande ABC Paulista é um fenômeno que se vem apresentando desde a crise de 2008 e 2009 e que se acentuou entre 2014 e 2016, como consequência do recente ciclo recessivo da economia nacional (Gráfico 4). Dessa forma, considerando o período de 2008 a 2016, se observa uma queda nominal do PIB industrial do Grande ABC Paulista de 14,1% e de quase 50% em valores constantes. Em valores constantes de 2016, a geração de riqueza das fábricas da região despencou de R\$ 48,0 bilhões em 2008 a R\$ 24,2 bilhões em 2016, significando uma queda média anual de 5,1%.

**Quadro 1 – Região do Grande ABC Paulista Taxas Anuais de Crescimento Real do Valor Adicionado Bruto Setorial e do PIB per capita, 2003-2016.**

Anos	PIB	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública	Serviços Privados	PIB per Capita
2003	5,2%	5,5%	-7,8%	4,9%	2,7%	0,6%	3,2%	4,3%
2004	9,1%	9,9%	7,3%	11,4%	7,3%	2,9%	8,1%	8,2%
2005	3,3%	5,3%	-1,1%	6,0%	5,3%	1,3%	6,0%	2,5%
2006	-1,0%	-2,0%	-1,0%	-1,1%	0,2%	3,0%	-0,3%	-1,8%
2007	8,5%	8,2%	6,0%	7,5%	8,1%	3,2%	8,9%	7,7%
2008	7,7%	7,5%	14,2%	5,7%	7,9%	1,3%	8,9%	7,0%
2009	-7,5%	-6,4%	8,7%	-13,6%	-1,0%	0,6%	-1,4%	-8,2%
2010	8,3%	7,3%	11,0%	2,2%	10,5%	3,1%	11,8%	7,6%
2011	2,6%	2,5%	-1,7%	1,3%	4,6%	-0,5%	5,4%	1,9%
2012	-4,0%	-4,8%	6,7%	-9,3%	-1,3%	-0,6%	-1,4%	-4,6%
2013	2,2%	2,2%	36,1%	2,1%	3,3%	3,0%	3,4%	-1,7%
2014	-9,0%	-7,9%	-2,0%	-9,9%	-6,8%	-0,7%	-7,7%	-9,6%
2015	-14,7%	-13,1%	19,1%	-28,6%	-6,9%	-1,7%	-7,7%	-15,2%
2016	-3,8%	-3,6%	-16,4%	-5,1%	-2,6%	0,8%	-3,0%	-4,4%

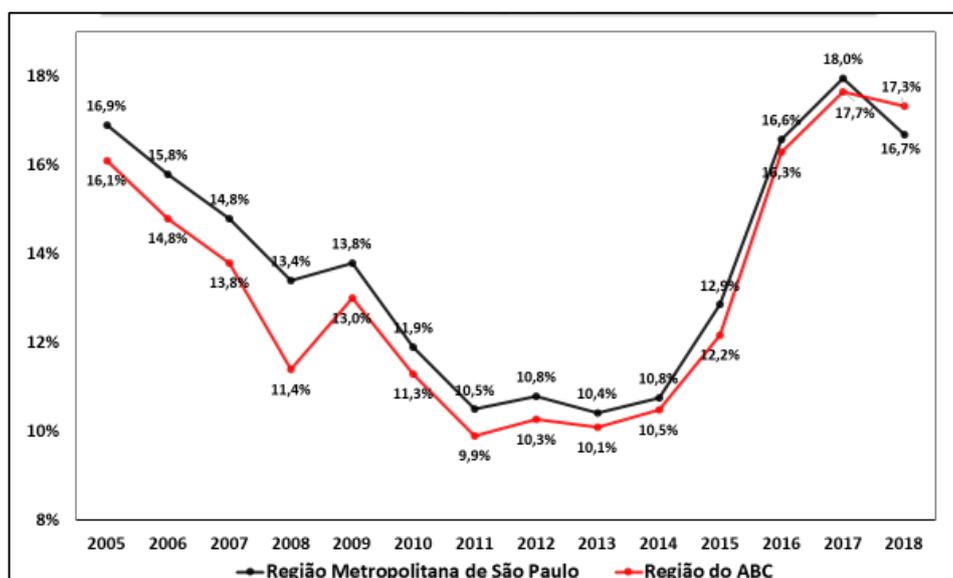
Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nos dados do IBGE.

Como resultado da importância da indústria na estrutura da economia da Região do Grande ABC Paulista e, especialmente, pela elevada integração entre os serviços e a indústria de transformação, a acentuada queda na produção da indústria regional durante esses últimos anos teve um impacto altamente negativo na dinâmica das atividades empresariais do setor serviços na região. De fato, como mostrado no Quadro 1, entre 2013 e 2016, o Valor Adicionado Bruto de caráter privado do conjunto de atividades terciárias do Grande ABC Paulista, comércio e serviços, apresentaram uma queda de 17,4%, passando de R\$ 73 bilhões a R\$ 60,3 bilhões (em valores constantes de 2016), significando uma perda de R\$ 12,7 bilhões. Entre 2014 e 2016, no período de maior turbulência econômica, o Valor Adicionado Bruto dos serviços privados no Grande ABC Paulista decresceu a uma taxa média anual de 6,1%, muito acima do Brasil (1,7%) e do Estado de São Paulo (2,2%).

### **O impacto da crise no emprego e desemprego**

A forte diminuição nas atividades produtivas que afeta a Região do Grande ABC Paulista desde 2014, como consequência da recessão econômica do Brasil, expressou-se numa acelerada elevação na taxa de desemprego e numa profunda deterioração das condições laborais dos trabalhadores da região. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do SEADE, a taxa média de desemprego no conjunto de municípios do Grande ABC passou de 10,3% em 2012 para 17,7% em 2017, um dos maiores níveis de desocupação dos últimos 14 anos (Gráfico 5). Entre 2014 e 2016, período no qual se intensificou a crise no País, e em maior proporção na Região, o número de desempregados contabilizados pela PED do Seade praticamente duplicou, passando de 126 a 243 mil pessoas.

**Gráfico 5 – Região Metropolitana de São Paulo e Região do Grande ABC Paulista  
Taxa Média Anual de Desemprego (PED/SEADE), 2005-2018**



Elaborado pelo autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS com base nos dados do PED-SEADE.

O maior problema é que, apesar do fato de que desde 2017 a economia do Grande ABC Paulista apresenta alguns sinais de recuperação, evidenciado por um incremento real do Valor Adicionado Fiscal de 4,0%, a taxa de desemprego na Região, de acordo com a Fundação SEADE, continua em níveis muito altos, chegando a 16,7% em dezembro de 2018, valor acima da Região Metropolitana de São Paulo (15,1%) e da capital do Estado (14,6%).

As causas deste fenômeno merecem ser estudadas com maior atenção, pois podem estar associadas tanto ao comportamento da demanda, que ainda não é suficiente para gerar impactos significativos na taxa de desemprego, quanto a um aumento da oferta de trabalho devido a um incentivo a uma maior procura por posto de trabalho incentivado pela abertura de novas vagas de emprego especialmente no setor formal da economia regional.

O elevado crescimento do desemprego no Grande ABC Paulista registrado desde 2014 teve entre suas principais causas a perda acentuada dos empregos formais, sentindo-se com maior força na região que no País e no Estado de São Paulo. Segundo os dados fornecidos pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do então Ministério do Trabalho, o estoque de emprego formal no conjunto dos municípios da Região passou de 833,3 mil em 2013, para 728,9 mil vagas em 2017, uma perda de 104 mil postos de trabalho. Isto significa que, no Grande ABC Paulista, como consequência da crise econômica, foram eliminados 12,5% dos empregos formais, taxa muito superior à registrada no País (6,0%), no Estado de São Paulo (6,4%) e na Região Metropolitana de São Paulo (7,8%). No entanto, em 2018, como consequência da retomada do crescimento econômico, no Grande ABC Paulista se apresentou um saldo positivo na geração de empregos com carteira assinada da ordem de 8 mil vagas, representando um sinal de reativação da economia regional, porém ainda muito insuficiente.

O encolhimento dos empregos formais durante o ciclo de recessão da economia no Grande ABC Paulista foi muito mais intenso nos segmentos vinculados à indústria de transformação, onde, no acumulado entre 2013 e 2017, registrou-se uma perda de 72.769 vagas, valor que corresponde a quase 70,0% da eliminação total de postos de trabalho na Região. Vale ressaltar que esta perda de postos de trabalho da indústria de transformação no ABC equivale respectivamente a 7,0%, 15,1% e 27,0% de toda a diminuição neste mesmo setor registrada no Brasil, no Estado de São Paulo e

na Região Metropolitana de São Paulo. Estes resultados significam que a indústria da Região do Grande ABC Paulista foi uma das mais afetadas pela recente crise econômica do País.

## Conclusões

A análise das informações fornecidas pelo IBGE sobre o PIB municipal para o período 2002 a 2016 mostram claramente que a economia da Região do ABC Paulista foi altamente impactada pelo recente ciclo recessivo da economia nacional acontecido durante 2015 e 2016. Porém, vale destacar que a economia da Região vem apresentando uma permanente perda de dinamismo desde 2009, situação que é claramente evidenciada pelo fato que desde aquele ano, até 2016, o PIB do Grande ABC Paulista só apresentou taxas de crescimentos positivas em 2010 e 2013. Como resultado desta tendência, é evidente que os 15 anos do início do Século XXI foram perdidos para a economia do Grande ABC Paulista.

Tradicionalmente, a Região era caracterizada por uma estrutura econômica relativamente bem delineada, com um marcante peso das indústrias de transformação dominadas em boa parte pelas cadeias produtivas automobilística e petroquímica. Este panorama mudou como resultado do enxugamento do número de plantas empresariais de grande porte que se vem apresentando durante os últimos 28 anos. Os estudos realizados pelo Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, por meio das Cartas de Conjuntura, mostram que, durante este período, a presença das indústrias com mais de 500 trabalhadores caiu de 120 para 50, uma queda de 58,3%. A redução do número de grandes plantas da indústria de transformação deve-se à perda de competitividade revelada pela abertura do mercado nacional, agravada pela realocação das indústrias em direção ao interior do Estado e outras regiões do país em busca de incentivos fiscais e parafiscais.

A dúvida que fica é se o atual processo de aprofundamento da desindustrialização com a consequente mudança na vocação econômica do Grande ABC tem características estruturais e, assim sendo, permanentes, ou se refletiu num contexto em extremo adverso no qual a economia regional sofreu um revés apenas conjuntural. Os estudos setoriais existentes ainda não são suficientes para a elaboração de um diagnóstico mais preciso dos efeitos estruturais da crise sobre a estrutura econômica regional e sua capacidade de geração de emprego e renda. O certo é que a experiência das crises dos anos de 1990 demonstra que a saída dessa situação não será fácil e que somente se dará no médio prazo e em condições de uma rápida recuperação da economia nacional.

## Notas

<sup>(1)</sup>IPEA. Carta de Conjuntura. Indicador Ipea de Hiato do Produto. 20 de dezembro de 2018. <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/produto-potencial/>

---

\* Luis Carlos Burbano Zambrano. Economista da Universidad del Valle em Colômbia e especialista em ciências e técnicas de governo pela Fundação Altadir de Venezuela e Chile. Atualmente é Professor Convidado da Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Sócio-Diretor Técnico da empresa de consultoria Planejamento e Governo-Plangov. Durante sua carreira profissional tem sido professor nas áreas de economia, planejamento estratégico e políticas públicas de universidades colombianas como a Universidad del Valle, Universidad Autónoma de Occidente, Instituto Tecnológico de Antioquia, entre outras. Conferencista e docente convidado pelo ILPES (Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social) da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), em cursos e seminários de planejamento e gestão estratégica de políticas públicas.

## Nota técnica

### 3. UM CAMINHO ALTERNATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO CAETANO DO SUL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PARQUE AUSTRAL, NA GRANDE BUENOS AIRES

Daniel Vaz

#### **Resumo executivo**

*A nota técnica apresenta a proposta de criação de um Parque Empresarial na cidade de São Caetano do Sul, utilizando como exemplo o Parque Austral, localizado na Grande Buenos Aires, à luz da possibilidade de que a General Motors do Brasil suspenda sua atuação na cidade.*

O ano de 2019 mal começou e São Caetano do Sul já recebeu uma notícia que deixou seus habitantes e governantes bastante preocupados. A General Motors do Brasil apresentou em comunicado a seus funcionários a possibilidade de encerrar suas atividades na planta de São Caetano e em outras unidades na América do Sul, caso não retome a trajetória de crescimento, interrompida há 3 anos atrás, segundo a empresa. A GM afirma que pretende alcançar seu objetivo com um plano que inclui desde um corte de gastos, a suspensão da oferta dos ônibus fretados que fazem o transporte de seus funcionários, até a solicitação de incentivos governamentais.

A empresa está instalada na cidade desde 1930. Em 2019, é responsável por empregar cerca de 4.500 funcionários, gerar aproximadamente 80 milhões de reais em ICMS por ano, o que representa cerca de 25% do total arrecadado pelo município. Essas cifras são relevantes e oferecem a dimensão do significado de tê-la operando nesta localidade.

A importância da empresa para São Caetano e a região vai além dos números apresentados acima. A GM contribui positivamente com a prosperidade não apenas de quem trabalha em sua empresa ou vive em São Caetano. Isto porque a cadeia produtiva da indústria automobilística é uma das mais complexas e abrangentes, envolvendo uma série de outras empresas em seu processo produtivo, que também serão afetadas negativamente caso se consolide a decisão de suspender as operações no Grande ABC Paulista.

No entanto, esse tipo de atitude da direção da empresa não ocorre pela 1ª vez. Em 2008, por exemplo, a empresa quase foi à bancarrota, tendo que ser socorrida pelo governo dos Estados Unidos para não fechar as suas portas, recebendo uma ajuda de 9,4 bilhões de dólares durante a gestão do presidente Barack Obama.

Apesar da crise econômica que o Brasil vive há cerca de quatro anos, o setor automobilístico foi aquele que recebeu a atenção mais destacada pelo Governo Federal, que, em 2018, estabeleceu um novo plano estratégico para o setor, denominado Rota 2030. Este plano prevê incentivos do governo brasileiro de até R\$ 1,5 bilhão por ano às indústrias para pesquisa tecnológica de seus produtos. No entanto, as empresas credenciadas a receber esse crédito devem garantir um investimento mínimo de R\$ 5 bilhões em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) por ano. Devem também assumir uma meta de aumento de 11% de eficiência energética dos veículos produzidos até 2022.

Poderíamos, nesta nota, nos concentrar em tratar os motivos pelos quais a empresa, apesar do apoio recebido no passado e das condições favoráveis ao seu desenvolvimento, reunidas no Programa Rota 2030, apresenta a possibilidade de tomar uma decisão tão drástica, que é a de deixar de operar em nosso país, o maior da América Latina. Trata-se de encerrar a sua plataforma de exportação de veículos às nações vizinhas. Nos últimos três anos, a empresa foi, inclusive, líder de mercado. No entanto, nosso objetivo é outro: à luz desse cenário, buscamos apresentar uma

possibilidade alternativa de desenvolvimento econômico da cidade, que esteja vinculado às outras fortalezas que ela possui, dentro dos aspectos humanos, educativos, logísticos e tecnológicos. Apresentamos a experiência do Parque Empresarial Austral, criado em 2010. Trata-se de uma iniciativa argentina, mais precisamente localizada na Grande Buenos Aires, que possui pontos interessantes em seu processo de estabelecimento e que são próximos aos vivenciados em São Caetano do Sul.

O Parque Austral, localizado na cidade de Pilar, distante cerca de 55 km de Buenos Aires, é o primeiro parque científico, tecnológico e empresarial do gênero na Argentina. Ele foi inaugurado em 2010 pela Universidade Austral, a 1ª universidade da América Latina com menos de 50 anos de vida a integrar o Ranking QS Top 50 Under 50.

O desenvolvimento e a operação do Parque Austral estão a cargo da Taurus Investment Holdings, uma empresa alemã de atuação global, com mais de 35 anos de existência. Fundada em 1976, em Munique, Alemanha, a Taurus Investment Holdings tornou-se uma empresa líder global, com 3 bilhões de dólares em ativos imobiliários e mais de 1.860.000 m<sup>2</sup> em escritórios, indústrias, residências, hotéis e outras propriedades adquiridas no mundo. Somente neste empreendimento argentino, a empresa tem programado investimentos que chegarão a 150 milhões de dólares.

O Parque Austral está alojado dentro do campus de 96 hectares da Universidad Austral, situando-se a apenas 40 minutos do Aeroporto Internacional de Ezeiza. Com seus 27 hectares, o Parque se constituiu em uma oferta interessante para empresas interessadas em se deslocar para fora da capital argentina, em um ambiente favorável à produtividade, troca de conhecimento e qualidade de vida. No Parque, estão instalados atualmente 75 empresas, instituições e empreendimentos de setores diversos, como biotecnologia, software, telecomunicações, agricultura, educação, entre outros. O parque faz parte da região que teve o maior crescimento demográfico da Argentina nas últimas duas décadas.

Iniciativas como essa facilitam o crescimento das empresas vinculadas, pois geram um cenário privilegiado, no qual o conhecimento e a produção se beneficiam de infraestrutura, operações, serviços e conhecimento humano para o desenvolvimento de novos projetos. Os benefícios e isenções fiscais, provinciais e municipais a que as empresas instaladas têm acesso constituem uma das principais vantagens de se fazer parte do Parque Austral. Entre os benefícios estão as tarifas diferenciadas nos impostos sobre: renda bruta; veículos (provinciais); serviços de inspeção para possibilitar negócios e indústrias; inspeção de segurança e higiene; publicidade e direitos de propaganda; direitos de escritório; construção e manutenção da via pública. Todos estes incentivos são municipais e válidos por seis anos.

A localização estratégica do Parque Austral e a sua ligação com o setor universitário são os pontos mais similares com São Caetano do Sul. Apesar da pequena extensão territorial da cidade de São Caetano do Sul, as oportunidades presentes no setor imobiliário comercial/industrial também aproximam a cidade e o parque empresarial.

São Caetano possui 3 instituições de reconhecida referência educacional. A Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), sua instituição de ensino superior pública municipal, vem crescendo de maneira acelerada nesse último período, abrindo novos cursos e, também, recentemente, inaugurando o Campus Conceição, em São Caetano do Sul, produzindo talentos humanos e pesquisa em diversas áreas do conhecimento que estariam à disposição de um eventual Parque Empresarial instalado na cidade.

O Instituto Mauá de Tecnologia é uma referência nacional nessa temática e na área das engenharias. Possui uma série de laboratórios e centros de estudo que poderiam ser utilizados pelas empresas que fossem atraídas a se instalar na cidade, assim como a Escola Senai Armando de Arruda Pereira, instituição especializada na formação de profissionais para áreas tecnológicas. O Senai recebeu recentemente o investimento de R\$ 63,2 milhões para sua modernização e especialização em temas voltados à Indústria 4.0. Além dessas duas instituições, a ETEC (Escola

Técnica Estadual) Jorge Street, e a FATEC São Caetano do Sul também desenvolvem excelentes serviços nessa área.

São Caetano também possui ótimos índices de desenvolvimento humano e tecnologia, que, somados à sua proximidade com a cidade de São Paulo e à facilidade de acesso ao Porto de Santos, o maior do país, há tempos se configuram como atrativos importantes para as empresas que nela se instalaram durante todos esses anos.

É necessário dizer que ainda há disponibilidade de espaços para o recebimento de novas empresas na cidade, principalmente aquelas com perfil mais contemporâneo, que não obrigatoriamente necessitam de grandes áreas para o seu funcionamento. Estas empresas podem, eventualmente, compartilhar estruturas de seus escritórios e utilizar espaços de desenvolvimento e testes de produtos já instalados em algumas de nossas instituições de educação superior, como descrevemos acima.

Esses atributos, aliados às ações do poder público que atraíam o interesse de empresas para a cidade, podem gerar, em médio prazo, um movimento consistente o suficiente para constituir um novo eixo de crescimento para o local.

Dentre as iniciativas governamentais estão, obviamente, a concessão de incentivos financeiros a quem desejar se instalar em São Caetano, mas também uma ação coordenada, a partir da área de desenvolvimento econômico, que:

- reforce e divulgue os atributos da cidade nos círculos empresariais;
- fortaleça ainda mais a formação do capital humano intelectual jovem da cidade – como foi o caso da recente criação do Colégio USCS;
- estimule o aprendizado das matérias do grupo STEAM (*science, technology, engineering and mathematics*) e a educação empreendedora;
- crie uma estrutura especial para o gerenciamento desse processo e atenção a demandas das empresas de perfil de base tecnológica, como as startups, ou aquelas que se utilizam da tecnologia para o desenvolvimento dos seus negócios.

Esse é o motor do que poderíamos chamar de economia do século 21, no qual as grandes instalações comerciais e industriais diminuem a sua importância em relação a empresas com estruturas mais enxutas, que conseguem desenvolver suas atividades em espaços mais reduzidos e ainda assim contribuir de maneira significativa para a geração de riquezas.

Esperamos que a General Motors do Brasil desista do possível encerramento de suas atividades no Brasil. No entanto, é muito temerário se fixar apenas nessa possibilidade e renunciar à criação de novas fontes de arrecadação de recursos para a cidade, que a deixe cada vez menos dependente dos recursos gerados por essa empresa.

Evidentemente que esse processo não se estabelece e se consolida de uma hora para outra. Porém, sem o início de um movimento em torno dessas novas alternativas de desenvolvimento econômico, como a que apresentamos nesse estudo, seremos sempre e cada vez mais dependentes das perspectivas derivadas dessa grande empresa, que traz muito orgulho e benefícios à São Caetano do Sul por nela estar instalada, mas que não pode deixá-la como refém de circunstâncias que, de maneira repentina, prejudiquem o futuro da cidade e de suas gerações futuras.

O tema voltará a ser tratado em futuras edições da Carta de Conjuntura do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, abordando aspectos regionais

e novos acontecimentos, considerando o recente anúncio da empresa Ford, de fechamento da sua fábrica localizada em São Bernardo do Campo.

\* colaboração no levantamento de informações do estudante Miguel Guido (Direito/USCS)

### **Referências Bibliográficas\*\***

<https://www.parqueaustral.org>

<https://www.lanacion.com.ar/1940835-un-ambito-para-apostar-en-proyectos-ambiciosos>

<https://www.cronista.com/pyme/Por-que-radicarse-en-un-parque-tecnologico-20161103-0005.html>

<https://www.iprofesional.com/management/129866-Cada-vez-mas-empresas-eligen-instalarse-en-el-Parque-Austral-de-Pilar>

<https://www.parqueaustral.org/novedades/la-universidad-austral-unica-argentina-y-de-latinoamerica-entre-las-mejores-universidades-con-menos-de-50-anos/>

<http://www.telam.com.ar/notas/201504/100717-grupo-inversor-global-invertira-150-millones-dolares-argentina-proyectos-inmobiliarios.php>

<https://blog.portinos.com/la-mateada/daniel-scioli-inaugura-parque-austral>

<http://www.austral.edu.ar>

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2619457/vai-ser-dificil-flexibilizar-o-acordo-de-2017-diz-sindicalista-sobre-gm/>

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2621518/gm-propoe-corte-de-10-no-piso-salarial-de-sao-caetano-sindicato-recusa/>

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2624363/gm-promete-investimentos-de-r-10-bilhoes-caso-acordos-sejam-firmados/>

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2617672/permanencia-da-general-motors-no-pais-depender-da-lucratividade/>

<https://www.fiesp.com.br/noticias/senai-sp-esta-engajado-na-industria-4-0-afirma-skaf-em-sao-caetano/>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/sp-estuda-socorrer-gm-com-antecipacao-de-credito-de-icms-diz-meirelles.shtml>

<https://www.terra.com.br/noticias/governo-dos-eua-intervem-para-salvar-gm-e-chrysler,b108482b136ea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>

<https://exame.abril.com.br/economia/estados-unidos-vao-emprestar-us-17-4-bilhoes-gm-chrysler-410648/>

\*\* informações coletadas entre 20 e 30/01/2019.

## 4. FALÊNCIAS DECRETADAS POR SETORES E RAMOS DE ATIVIDADE NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA, 2015-2017

Jefferson José da Conceição  
Sandra Collado Gonsales

### **Resumo executivo**

*A nota técnica apresenta o número de falências decretadas por setor (indústria, comércio e serviços) e ramo de atividade na Região do Grande ABC Paulista, no período entre 2015 a 2017. No período, a indústria foi o setor que apresentou o maior número de falências decretadas, 57, seguido do comércio, 28, e serviços, 26.*

Esta nota técnica dá sequência ao levantamento que temos feito no Observatório de Políticas Públicas, empreendedorismo e Conjuntura da USCS, e publicado nas Cartas de Conjuntura, a respeito da temática das falências e recuperações judiciais no Grande ABC Paulista (CONCEIÇÃO & GONSALES, 2018a, b, c, d).

Em nossa primeira nota técnica sobre esse tema, publicada na 2ª Carta, abordamos as falências e recuperações judiciais no Grande ABC Paulista entre 2015 e 2017, por município, sem, entretanto, expor as informações por setor e ramo de atividade.

Em seguida, na 3ª Carta, tratamos da “via crucis” dos pedidos de recuperações judiciais no Brasil, isto é, dos requisitos exigidos em cada etapa de recuperação judicial, e do longo período que podem durar estas etapas. Expusemos um quadro da situação dos processos de recuperação judicial de uma amostra de empresas do Grande ABC Paulista que pediram recuperação judicial entre 2012 e 2018.

Na 4ª Carta, evidenciamos o “enforcamento financeiro” das empresas em estágio pré-falimentar, isto é, o seu nível de endividamento crescente. Ressaltamos que o endividamento exponencial dessas empresas demonstra, muitas vezes, não apenas o resultado de uma gestão ineficiente, mas também a inadequação das linhas de crédito disponíveis e os elevados *spreads* praticados pelo sistema bancário no Brasil.

Uma breve comparação entre as leis falimentares dos EUA e do Brasil, especialmente no que se refere à recuperação da empresa, foi o tema do qual tratamos na 5ª Carta. Destacamos que a lei norte-americana é considerada por muitos especialistas como mais dinâmica, possuindo processos relativamente céleres e permite maior proteção aos credores. Fizemos também algumas recomendações de políticas visando o aumento da taxa de sucesso das empresas em recuperação judiciais.

Nesta nota técnica na 6ª Carta, apresentamos as falências decretadas no Grande ABC Paulista, por setor e ramo de atividade, entre 2015 e 2017.

**Tabela 1. Falências decretadas por setor e ramo de atividade no Grande ABC Paulista, 2015-2017**

	2015	2016	2017	TOTAL
<b>Indústria</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>57</b>
Metalurgia	9	7	13	29
Mecânica	2	0	0	2
Material Elétrico e de Comunicação	1	0	0	1
Automóveis, Caminhonetes, etc	0	0	1	1
Mobiliário	1	0	0	1
Papel e Papelão	0	1	0	1
Borracha	0	1	1	2
Química e Petroquímica	1	3	0	4
Produtos Perfumaria, Sabões e Velas	1	0	1	2
Produtos de Matérias Plásticas	2	0	3	5
Têxtil	1	0	0	1
Produtos Alimentares	1	1	0	2
Editorial e Gráfica	0	4	2	6
<b>Comércio</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>28</b>
01 - Material de Construção e Ferragens	2	1	4	7
02 - Metais e Ligas - Produtos. Siderúrgicos	0	3	0	3
03 - Máqs., Motores, Instrum. Uso não Doms.	3	1	0	4
04 - Eletrodom., Louças, Arts. Uso Domést.	1	0	0	1
05 - Peças e Acessórios para Veículos	1	1	1	3
06 - Móveis e Artigos de Decoração	1	0	0	1
07 - Produtos Farmac., Medic., Perfumaria	0	1	1	2
08 - Tecidos, Armarinhos e Arterf. Tecidos	0	0	1	1
09 - Produtos Alimentares	1	1	0	2
10 - Diversos	1	2	1	4
<b>Serviços</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>26</b>
01 - Reparação, Instalação e Manutenção	1	0	1	2
02 - Transporte e Turismo	0	1	3	4
03 - Engenharia, Constr., Instalação	0	2	6	8
04 - Diversão, Radiof., Telev. e Comum.	0	0	2	2
05 - Administrat., Planej., e Corretagens	0	1	2	3
06 - Pessoais, Saúde, Hotéis, Hig. Pessoal	1	0	1	2
07 - Diversos, Auxiliares do Comércio	1	1	3	5
<b>Não classificadas</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	<b>47</b>	<b>112</b>

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de informações do Instituto de Economia Gastão Vidigal – ACSP, 2019

Nota-se na tabela 1, que a Indústria foi o setor com maior número de falências decretadas, 57, no período entre 2015 a 2017, seguido do Comércio, com 28, e Serviços, com 26.

Este número elevado de falências na indústria do Grande ABC Paulista insere-se no contexto da crise acentuada pela qual passa o setor industrial no País nos últimos cinco anos, e com maior gravidade no Grande ABC. Esta crise tem reflexos acentuados na economia regional, dado o peso deste setor na estrutura econômica local.

Neste sentido, cabe mencionar que o valor adicionado pela indústria do Grande ABC Paulista (sete municípios), em 2015, foi de aproximadamente R\$ 26 bilhões, o que é um valor bastante elevado, mas bem inferior aos R\$ 40,6 bilhões observados em 2010 (CONCEIÇÃO & YAMAUCHI, 2018b).

Movimento semelhante é identificado no que se refere ao nível de emprego. Em 2017, a indústria de transformação do Grande ABC Paulista respondeu por 186.378 empregos formais. Embora expressivo, este número é bem inferior aos 363.333 empregos verificados em 1989 ou mesmo aos 264.827, em 2011 (CONCEIÇÃO & YAMAUCHI, 2018a).

Complemente-se ainda, com as informações dos estabelecimentos industriais. CONCEIÇÃO & YAMAUCHI (2018a) afirmam:

*“o total de estabelecimentos industriais no Grande ABC Paulista, quando somados todos os portes de plantas fabris, sobe entre 1989 e 2016, de 4.166 para 6.164 estabelecimentos. Esta expansão, entretanto, não significa que houve um aumento do número de empresas e dos empregos industriais na Região. Estes números expressam, sobretudo, o intenso processo de reestruturação vivido na Região nas últimas décadas: fragmentação da grande empresa em pequenas unidades; terceirização; novos processos produtivos que exigem menos espaços fabris; entre outros. De fato, nota-se, que, em todas as faixas de tamanho de empresas até 50 empregados, cresce continuamente o total de estabelecimentos nas últimas três décadas. Entretanto, o fenômeno se inverte nas empresas de maior porte: em todas as faixas acima de 100 empregados o total de estabelecimentos decresce”.*

Isto posto, e voltando a tabela 1 desta nota técnica, notamos que, entre 2015 e 2017, o ramo da Metalurgia apresenta a maior quantidade de falências decretadas, 29; seguido do Editorial e Gráfica, 6; e o de Plásticos, 5.

Este grande número de falências no ramo da Metalurgia deve guardar forte relação com a queda da atividade da cadeia de produção automotiva no Brasil e, sobretudo, no Grande ABC Paulista. A retração da produção de caminhões, utilitários e automóveis reflete diretamente na atividade da indústria de componentes e peças, máquinas e equipamentos, siderurgia, ferramentaria, fundições, impactando todo o conjunto de fornecedores diretos e indiretos da indústria automotiva, clientes diretos da Metalurgia.

Por sua vez, no caso do ramo de Editorial e Gráfica, que também tem grande peso na economia do Grande ABC Paulista, o baixo crescimento do PIB do país, agravado pela situação ainda mais aguda da economia regional, parece explicar as 6 falências levantadas. Conforme dados da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf), a maioria das indústrias gráficas no Brasil é formada por micro (81,7%) e pequenas empresas (15,5%). Os principais clientes de produtos e serviços gráficos são a própria indústria, (que responde por 35% das receitas do setor, sendo que o mercado de embalagens corresponde a 48,6% da produção), seguido pelo varejo, com 26%, agências e propagandas, com 9%, o governo, com 7%, e as editoras, com 6,8%, segundo estudo do Sebrae e Abigraf, 2008. Isto significa que, em tempos de crise, o consumo diminui e a demanda por produtos também, levando muitas empresas a perderem faturamento, podendo chegar até à falência.

No setor industrial, os ramos da Química/Petroquímica e de Produtos de Materiais Plásticos é um dos primeiros a sentir os efeitos da crise. Com a queda do consumo e a diminuição das vendas, a demanda por serviços de embalagens de material plástico é fortemente impactada. No período de 2015 a 2017, foram levantadas 2 falências no primeiro ramo e 5 no segundo, respectivamente.

Entre os setores, o Comércio é o segundo no ranking de falências decretadas, com 28, no período entre 2015 a 2017. Nele, o ramo de atividade com o maior número de falências é o de Material de Construção e Ferragens, com 7; Máquinas, motores e instrumento de uso não doméstico, 4; Diversos, 4 cada; Metais e ligas /Produtos Siderúrgicos, 3; Peças e acessórios para veículos, 3.

O setor de serviços apresenta um total de 26 falências decretadas, no período entre 2015 e 2017. O ramo de atividade com maior número é o de Engenharia, construção e instalações, 8, seguido de

Diversos, 5, que contempla diversos segmentos auxiliares como vigilância, limpeza e outros; Setor de transportes e turismo, 4.

**Tabela 2: Falências decretadas por setor e ramo de atividade, por município, Grande ABC Paulista, 2015 - 2017**

	SAndré	SBCampo	SCSul	Diadema	Mauá	RPires	Total
<b>Indústria</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>29</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>57</b>
02 – Metalúrgica	4	7	-	15	3	-	29
03 – Mecânica	-	2	-	-	-	-	2
04 - Material Elétrico e de Comunicação	-	1	-	-	-	-	1
05 - Automóveis, Caminhonetes, etc	-	-	-	1	-	-	1
09 – Mobiliário	-	-	-	-	1	-	1
10 - Papel e Papelão	-	1	-	-	-	-	1
11 – Borracha	-	1	-	1	-	-	2
13 - Química e Petroquímica	-	1	-	2	1	-	4
14 - Produtos Farmacêuticos, Medicinais	-	-	-	-	-	-	-
15 - Produtos Perfumaria, Sabões e Velas	-	1	-	1	-	-	2
16 - Produtos de Matérias Plásticas	-	-	-	4	1	-	5
17 – Têxtil	-	-	-	1	-	-	1
18 - Vestuário e Artef. Tecidos	-	-	-	-	-	-	-
19 – Calçados	-	-	-	-	-	-	-
20 - Produtos Alimentares	1	-	-	1	-	-	2
22 – Fumo	-	-	-	-	-	-	-
23 - Editorial e Gráfica	1	2	-	3	-	-	6
<b>Comércio</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>28</b>
01 - Material de Construção e Ferragens	4	1	-	2	-	-	7
02 - Metais e Ligas - Produtos Siderúrgicos	1	-	-	1	-	1	3
03 - Máqs., Motores, Instrum. Uso não Doms.	2	-	-	2	-	-	4
04 - Eletrodom., Louças, Arts. Uso Domést.	-	-	-	1	-	-	1
05 – Veículos	-	-	-	-	-	-	-
06 - Peças e Acessórios para Veículos	1	1	1	-	-	-	3
08 - Móveis e Artigos de Decoração	-	1	-	-	-	-	1
09 - Papel, Impressos e Arts. Escolares	-	-	-	-	-	-	-
10 – Bazares	-	-	-	-	-	-	-
11 - Couros, Peles e Produtos Similares	-	-	-	-	-	-	-
12 - Produtos Químicos	-	-	-	-	-	-	-
13 - Produtos Farmac., Medic., Perfumaria	-	-	-	2	-	-	2
14 - Combustíveis e Lubrificantes	-	-	-	-	-	-	-
15 - Ótica e Material Fotográfico	-	-	-	-	-	-	-
16 - Tecidos, Armarinhos e Artef. Tecidos	1	-	-	-	-	-	1
17 – Calçados	-	-	-	-	-	-	-
18 - Produtos Alimentares	2	-	-	-	-	-	2
20 – Açougues	-	-	-	-	-	-	-
21 -Mercearia, Mercadinhos, etc	-	-	-	-	-	-	-
22 - Bares, Restaurantes e Similares	-	-	-	-	-	-	-
23 - Arts. Reloj., Joalheria e Bijouterias	-	-	-	-	-	-	-
25 – Diversos	1	-	1	2	-	-	4
<b>Serviços</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>26</b>
02 - Reparação, Instalação e Manutenção	-	1	-	1	-	-	2
03 - Transporte e Turismo	1	3	-	-	-	-	4
04 - Engenharia, Constr., Instalação	3	-	-	5	-	-	8
05 - Diversão, Radiof., Telev. e Comum.	-	-	1	1	-	-	2
06 - Administrat., Planej., e Corretagens	-	2	-	1	-	-	3
07 - Pessoais, Saúde, Hotéis, Hig. Pessoal	2	-	-	-	-	-	2
08 - Diversos, Auxiliares do Comércio	-	3	1	-	1	-	5
09 - Informática em Geral	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>24</b>	<b>29</b>	<b>4</b>	<b>47</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>112</b>

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir: Instituto de Economia "Gastão Vidigal" - ACSP, 2019

A tabela 2 refere-se às falências decretadas por ramo de atividade e por município do Grande ABC, no período entre 2015 e 2017.

Desde logo chama a atenção o número de falências no setor Indústria de Diadema: 29. Destas 29 falências decretadas, 15 delas somente no ramo Metalurgia; 4 em Produtos de matérias plásticas; 3 em Editorial e gráfica; 2 em Química/Petroquímica; 1 em Automóveis, caminhonetes etc.; 1 em Produtos perfumaria, sabões e velas; 1 em Borracha; 1 em têxtil; e 1 em Produtos alimentares.

Em segundo lugar, com o maior número de falências decretadas no setor industrial, está o município de São Bernardo do Campo, com o total de 16 falências, distribuídas da seguinte forma: Metalurgia, 7; Mecânica, 2; Editorial e gráfica, 2; Material elétrico e de comunicação, 1; Papel e papelão, 1; Borracha, 1; Química / Petroquímica, 1; Produtos de perfumaria, 1.

A indústria do município de Santo André apresenta um total de 6 falências decretadas acumuladas no triênio. No ramo Metalurgia, 4; Produtos alimentares, 1; Editorial e gráfica, 1.

Mauá totaliza 6 falências decretadas no período no setor industrial. A atividade metalúrgica, 3; mobiliário, 1; química e petroquímica, 1; e produtos e matérias plásticas, 1.

Não apresentaram falências decretadas no setor industrial os municípios de São Caetano do Sul e Ribeirão Pires.

No setor do comércio, o município de Santo André lidera, com o acumulado de 12 falências decretadas no triênio. Este total foi composto pelas falências dos seguintes ramos: Material de construção e ferragens, 4; Máquinas, motores e instrumentos de uso não doméstico, 2; Metais e ligas – produtos siderúrgicos, 1; Peças e acessórios para veículos, 1; Tecidos, armarinhos e artefatos, 1; Produtos alimentares, 2; e Diversos, 1.

Diadema aparece em seguida, com um total de 10 falências decretadas no setor de Comércio no período. Este conjunto distribui-se desta maneira: Material de construção e ferragens, 2; Máquinas, motores e instrumentos uso não doméstico, 2; Produtos farmacêuticos, medicamentos, perfumaria, 2; Diversos, 2; Metais e ligas – produtos siderúrgicos, 1; e Eletrodomésticos, louças, artigos de uso doméstico, 1.

São Bernardo do Campo acumula 3 falências decretadas no setor de comércio. Por ramos de atividade, estas falências estão assim distribuídas: Material de construção e ferragens, 1; Peças e acessórios para veículos, 1; Móveis e artigos de decoração, 1.

São Caetano do Sul tem 2 falências decretadas, no período, no setor de Comércio: no ramo de Peças e acessórios para veículos, 1 e; em Diversos, 1.

No setor de Comércio, Ribeirão Pires tem 1 falência decretada no período: no ramo de Metais e ligas – produtos siderúrgicos.

Por último, o município de Mauá, não teve nenhuma falência decretada no setor de Comércio no período.

O setor de serviços do município de São Bernardo do Campo tem 9 falências decretadas no período, distribuídas nos seguintes ramos: Transporte e turismo, 3; Diversos, auxiliares do comércio, 3; Administração, planejamento e corretagens, 2; Reparação, instalação e manutenção, 1.

Diadema tem um total de 8 falências decretadas no setor de Serviços, no período. Este conjunto de falências compôs-se das falências dos seguintes ramos: Engenharia, construção e instalação, 5;

Reparação, instalação e manutenção, 1; Diversão, Rádiof., Telev. e comunicação, 1; Administração, planejamento e corretagens, 1.

No setor de Serviços, o município de Santo André apresentou 6 falências decretadas, no período, assim distribuído por ramo: Engenharia, construção e instalação, 3; Pessoais, saúde, hotéis, higiene pessoal, 2; Transporte e turismo, 1.

Em São Caetano do Sul, o setor de Serviços teve 2 falências decretadas no período, da seguinte forma, por ramo: Diversão, rádio, televisão e comunicação, 1; Diversos, auxiliares do comércio, 1.

Mauá tem 1 falência decretada no setor de serviços entre 2015 e 2017. Esta falência aconteceu no ramo diversos, auxiliares do comércio.

Ribeirão Pires não teve falência decretada neste período no setor de serviços.

### Referências Bibliográficas

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; GONSALES, Sandra Collado. Falências e recuperações judiciais no Grande ABC Paulista entre 2015 e 2017, *Carta de Conjuntura da USCS 02*, São Caetano do Sul, maio 2018a. Disponível em: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs).

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Via crucis dos pedidos de recuperações judiciais de empresas: o caso do Grande ABC Paulista entre 2012 e 2018, *Carta de Conjuntura da USCS 03*, São Caetano do Sul, agosto 2018b. Disponível em: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs).

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O “enforcamento financeiro”: empresas em situação pré-falimentar, crédito, spreads bancários e endividamento, *Carta de Conjuntura da USCS 04*, São Caetano do Sul, outubro 2018c. Disponível em: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs).

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Recuperação das empresas nas leis de falências dos EUA e do Brasil: breve comparação, *Carta de Conjuntura da USCS 05*, São Caetano do Sul, dezembro 2018d. Disponível em: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs).

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; YAMAUCHI, Gisele. Evolução dos empregos e dos estabelecimentos na indústria de transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos, *Carta de Conjuntura da USCS 01*, São Caetano do Sul, março 2018. Disponível em: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs).

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O valor adicionado da indústria do Grande ABC Paulista e a atual retração cíclica da economia, *Carta de Conjuntura da USCS 02*, São Caetano do Sul, maio 2018. Disponível em: [www.uscs.edu.br/sites/conjuscs](http://www.uscs.edu.br/sites/conjuscs).

## 5. O GRANDE ABC PAULISTA DE ACORDO COM O ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IFDM) 2018

Alessandra Santos Rosa

### Resumo executivo

*A nota ressalta o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), como parâmetro de avaliação do desenvolvimento dos municípios brasileiros, com destaque para sua aplicação no caso dos sete municípios que compõem o Grande ABC Paulista. Alguns dos indicadores públicos foram analisados individualmente para maior entendimento do estudo. Destaca-se a periodicidade do índice que permite verificar de forma mais recente o desenvolvimento municipal e os resultados das políticas públicas aplicadas.*

O índice Firjan foi lançado em 2008, pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), com o objetivo de analisar dados socioeconômicos dos mais de 5000 municípios brasileiros. Em sua estrutura são consideradas as seguintes variáveis específicas: educação, saúde, emprego e renda. Estas variáveis são avaliadas de acordo com “estatísticas públicas oficiais” (FIRJAN, 2018).

### Metodologia

O índice varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento municipal. De acordo com a FIRJAN (2018) “a metodologia possibilita determinar com precisão se a melhora relativa ocorrida em determinado município decorre da adoção de políticas específicas, ou se o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios”

Foram criados quatro classificações a partir do índice:

0,0 e 0,4 = baixo estágio de desenvolvimento;

0,4 e 0,6 = desenvolvimento regular;

0,6 e 0,8 = desenvolvimento moderado;

0,8 e 1,0 = alto estágio de desenvolvimento.

Para alcançar estes índices, o FIRJAN leva em consideração três áreas de desenvolvimento humano, como já mencionado. A partir daí, busca consolidar “em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2018). Cada uma das vertentes utiliza variáveis públicas específicas em sua composição. São elas:

- a) Emprego e Renda: geração de emprego formal, taxa de formalização do mercado de trabalho, geração de renda, massa salarial real no mercado de trabalho formal, índice de GINI de desigualdade de renda no trabalho formal;
- b) Educação: atendimento à educação infantil; abandono no ensino fundamental; distorção idade/série no ensino fundamental; docentes com ensino superior no ensino fundamental; média de horas aula no ensino fundamental; resultado do IDEB no ensino fundamental;
- c) Saúde: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis, internação sensível a atenção básica.

### Diferenças entre o IFDM e IDHM

É importante ressaltar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é ainda o índice mais conhecido e utilizado, especialmente no desenvolvimento de políticas públicas, por se tratar de um índice mundial adaptado para os municípios do Brasil. Entretanto, o IFDM tem adquirido

espaço, sobretudo pela sua periodicidade. O IDHM tem como último levantamento o ano de 2010, já o IFDM 2018 toma como base os dados de 2016.

As variáveis que compõem cada índice também se diferenciam já que o IFDM não leva em consideração a vertente longevidade e habitação. Mesmo no item educação, os componentes de cada item se diferenciam. O FIRJAN leva em conta principalmente a continuidade do estudo; o IDHM, o analfabetismo e a taxa de matrícula.

### **A aplicação do Índice de Desenvolvimento Municipal FIRJAN aos municípios do Grande ABC Paulista**

No último relatório, datado de 2018, com base em dados de 2016, verificou-se que um total de 58 das 100 primeiras cidades do *ranking* encontra-se em São Paulo. Este fato inclusive foi noticiado na Revista Exame, em junho de 2018, sob o título: “As 100 cidades mais desenvolvidas do Brasil segundo o FIRJAN”. Do Grande ABC Paulista, porém, apenas duas cidades estão entre as 100 primeiras: São Caetano do Sul, em 11º lugar, e Santo André, em 66º.

Na tabela 01 é possível observar o *ranking* dos municípios do Grande ABC Paulista e seus índices em cada variável:

**Tabela 01 : *Ranking* - Índice de Desenvolvimento Municipal FIRJAN do Grande ABC 2018 – Base de dados 2016**

<b>Índice</b>	<b>SAndré</b>	<b>SBCampo</b>	<b>SCaetano</b>	<b>Diadema</b>	<b>Mauá</b>	<b>RPires</b>	<b>RGSerra</b>
IFDM	0,8532	0,8327	0,8773	0,8004	0,7858	0,8224	0,7028
Educação	0,9467	0,9649	0,992	0,9187	0,9063	0,95	0,8872
Saúde	0,9285	0,9429	0,9555	0,8843	0,9278	0,9202	0,8992
Emprego e Renda	0,6845	0,5903	0,6844	0,5983	0,5233	0,5969	0,3219
Ranking Nacional	66°	164°	11°	429°	598°	221°	2056°
Ranking Estadual	41°	88°	6°	177°	230°	109°	526°

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir dos dados da FIRJAN, 2018.

É possível perceber alguns pontos de diferença no índice geral e nas demais vertentes, embora todos os sete municípios encontrem-se no estágio de moderado ou alto desenvolvimento.

Analisando o *ranking* de forma específica, percebemos que São Caetano do Sul, como já mencionado, possui colocação nacional importante, impulsionada pelos itens saúde e educação. Na sequência, temos Santo André, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires e Diadema, respectivamente. Ainda que com índices mais baixos, Mauá e Rio Grande da Serra encontram-se no estágio de desenvolvimento moderado.

Nas tabelas 2 e 3 é possível verificar dois itens importantes avaliados pela FIRJAN.

**Tabela 2: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), municípios do Grande ABC Paulista, 2017**

Variável	SAndré	SBCampo	SCSul	Diadema	Mauá	RPires	RGSerra
IDEB	6.4	6.9	7.5	6.5	5.6	7.0	Não disponível

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir dos dados da Fundação SEADE (2019)

O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) é um dos itens verificados pelo FIRJAN, bem como a meta sete no Plano Nacional de Educação (PNE). De acordo com o PNE (2019), todos os municípios deverão atingir nota 6,0 até 2021. Como observado, apenas Mauá e Rio Grande da Serra ainda não atingiram a proposta, porém estão bem próximos da mesma.

**Tabela 3: Indicador de Saúde – Municípios do Grande ABC - 2017**

Indicador	SAndré	SBCampo	SCSul	Diadema	Mauá	RPires	RGSerra
Proporção de mulheres que realizaram sete ou mais consultas de pré – natal em relação ao total de mulheres que tiveram filhos no período	80,3	81,2	84,24	78.93%	79,66	76,36	73,81

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir dos dados da Fundação SEADE (2019)

O Ministério da Saúde, por meio do Programa de Humanização do Pré Natal, estipulou que toda gestante deverá comparecer em sete consultas ou mais durante a gestão. Isto porque com este número é possível alterar as taxas de mortalidade materna e perinatal.

Como observado, todos os municípios do Grande ABC atingiram acima de 70% da exigência. Entretanto, para o Ministério da Saúde, o ideal é alcançar a universalidade do índice, ou seja 100%.

Por fim, o item que mais demonstrou fragilidade, de forma quase que unânime nacionalmente, foi o emprego e renda. Segundo o FIRJAN (2018), a crise econômica custou ao país mais de uma década de retrocesso no mercado de trabalho.

*“A recessão que o Brasil passou nos últimos anos influenciou fortemente o mercado de trabalho. Entre 2015 e 2016, foram fechados quase 3 milhões de postos de trabalho formais no país, sendo esse o fator decisivo para interromper a trajetória de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Em 2016, apenas 2254 municípios registraram geração de empregos. Ou seja, quase 60% das cidades no Brasil fecharam postos de trabalho, incluindo capitais e grandes centros econômicos”. (FIRJAN, 2018).*

Na tabela 4, observa-se a geração de empregos formais no período entre 2015 a 2017 nos municípios.

**Tabela 4: Geração de Empregos Formais nos municípios do Grande ABC, 2015 - 2017**

Índice	ANO	SAndré	SBCampo	SCSul	Diadema	Mauá	RPires	RGSerra
Geração de Empregos Formais	2015	207.327	273.721	109.409	100.798	66.174	23.544	4.044
	2016	195.125	195.125	101.509	91.960	64.480	21.890	3.985
	2017	198.298	249.142	103.620	88.832	63968	21.515	3.582

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir dos dados da RAIS.

Observa-se que todos os municípios impreterivelmente reduziram a geração de empregos formais entre o período de 2015 a 2016. São Bernardo do Campo foi quem mais perdeu, com 40% de redução no período. Entretanto, também foi o município que mais recuperou em 2017.

Assim, apenas Santo André e São Caetano do Sul atingiram estágio moderado no índice FIRJAN, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá atingiram estágio regular e Rio Grande da Serra estágio baixo.

Compreende-se então por meio desta nota técnica, que, embora apenas dois municípios do Grande ABC estão entre as cem cidades mais desenvolvidas no índice de desenvolvimento municipal FIRJAN, a região apresenta números favoráveis que podem ser incrementados a partir de políticas públicas municipais e regionais, que considerem as especificidades e características da Região.

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento de um município sugere-se uma utilização também do IDHM mencionado nesta nota técnica, já que possui variáveis importantes como habitação e longevidade não encontradas no IFDM. Ainda em tempo seria importante análises contemporâneas como segurança, lazer e tecnologia.

#### Referências Bibliográficas

EXAME.ABRANTES, Talita. As 100 cidades mais desenvolvidas do Brasil, segundo a Firjan. 29/06/2018. São Paulo. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-100-cidades-mais-desenvolvidas-do-brasil-segundo-a-firjan/>. Acesso em: 27/01/2019.

FUNDAÇÃO SAÚDE. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>. Acesso em: 27/01/2019.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. Relatório IFDM 2018. Recorte municipal abrangência nacional. Ano Base 2016. Disponível em: [https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM\\_2018.pdf](https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf). Acesso em: 25/01/2019.

\_\_\_\_\_. Consulta ao índice. IFDM e indicadores. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-idade-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=SP&IdCidade=351380&Indicador=1&Ano=2016>. Acesso em: 25/01/2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Índice de Desenvolvimento de Educação Básica. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=6079601>. Acesso em: 26/01/2019.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação. PNE. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em : 26/01/2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Programa de Humanização do pré-natal e no nascimento. Disponível em: [http://www.datasus.gov.br/SISPRENATAL/SPN\\_PHPN.php](http://www.datasus.gov.br/SISPRENATAL/SPN_PHPN.php) . Acesso em: 28/01/2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Perfil dos municípios. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php). Acesso em: 28/01/2019.

## 6. O REAJUSTE MENOR DO SALÁRIO MÍNIMO: IMPACTOS NO BRASIL E NO GRANDE ABC PAULISTA

Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi

### Resumo executivo

*Esta nota apresenta estimativas do impacto sobre a economia do País como um todo, e do Grande ABC Paulista em particular, do reajuste menor do salário mínimo, em função do decreto presidencial de 1/1/2019, que reajustou o piso oficial de R\$ 954,00 para R\$ 998,00 (reajuste de 4,61%). Este valor do salário mínimo é menor do que o aprovado pelo Congresso Nacional, em 19/12/2018, no Orçamento da União para 2019, que era de R\$ 1006,00 (reajuste de 5,45%). Esta medida deverá representar redução dos gastos previdenciários da ordem de R\$ 4,5 bilhões ao ano no país. No Grande ABC Paulista, a redução dos gastos previdenciários deverá ser de no mínimo R\$ 96,5 milhões ao ano, sem levar em consideração a perda com os efeitos dinâmicos. Além disso, no Brasil, havia, em 2017, 32.252.216 trabalhadores e trabalhadoras no mercado formal recebendo até três salários mínimos. Isto significa que deixarão de circular na economia brasileira, em termos de massa salarial, R\$ 10,1 bilhões ao ano. No caso do Grande ABC Paulista em particular, havia, no mesmo ano de 2017, 470.472 trabalhadores e trabalhadoras que recebiam até três salários mínimos no mercado formal. Isto significa que deverão deixar de circular, em termos de massa salarial, R\$ 146,8 milhões ao ano na economia regional.*

### O decreto do reajuste do salário mínimo na perspectiva da nova equipe econômica

Um dos primeiros atos administrativos do novo comando do Governo Federal foi o decreto assinado no dia 1º de janeiro de 2019 que reajustou o valor do salário mínimo de R\$ 954,00 para R\$ 998,00 (reajuste de 4,61%). Este valor do salário mínimo é menor do que o aprovado pelo Congresso Nacional, em 19/12/2018, no Orçamento da União para 2019, que era de R\$ 1006,00 (reajuste de 5,45%).

De modo mais amplo, esta decisão expressa, em linhas gerais, a perspectiva da nova equipe econômica, que é a de reduzir a intervenção do Estado na economia brasileira. Isto significa diminuir a participação do Estado em políticas regulatórias, inclusive no mercado de trabalho. A fixação do salário mínimo é, por definição, uma intervenção do Estado no mercado.

Os que defendem a importância da fixação do salário mínimo acreditam que ela contribui para proteger os trabalhadores mais vulneráveis contra o rebaixamento dos salários para níveis que não garantam a reprodução social dos trabalhadores e suas famílias.

Por sua vez, os críticos – como é o caso da nova equipe econômica – creem que o estabelecimento do salário mínimo acima da produtividade pode aumentar custos e gerar inflação e impactos indesejados sobre as finanças públicas, especialmente a previdência. De acordo com esta visão, o piso deve ser livremente negociado pelo mercado, como resultado do equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho. Por conseguinte, não cabe a fixação do salário mínimo, e muito menos a existência de uma Política de Valorização do Salário Mínimo.

Ademais, um dos desafios colocados pela nova equipe econômica é o ajuste nas finanças públicas. Ao longo da recente campanha eleitoral argumentou-se que políticas como a da Valorização do Salário Mínimo contribuíram para o desarranjo nas contas públicas nos últimos anos. Conforme esta linha de argumentação, o salário mínimo teria crescido muito acima da produtividade, engessando o mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, a Política de Valorização do Salário Mínimo é vista como ação contrária à austeridade fiscal, geradora de inflação e redutora da competitividade nacional.

## **Breve histórico do Salário Mínimo após a estabilização monetária**

Para entender melhor este debate, convém fazer um breve histórico do período recente.

No início de 1994, quando foi implantado o Plano Real (que estabilizou a moeda), o salário mínimo atingiu um dos seus patamares mais baixos: seu valor correspondia a apenas 25% do poder de compra que tinha em 1940, quando foi criado.

Em função da estabilização monetária, o salário mínimo sofreu pequena recuperação a partir de 1994. Ainda assim, o salário mínimo atingia em 2002 menos de 1/3 do seu poder de compra de 1940.

A recuperação forte ocorreu entre 2003 e 2014. Neste período, o salário mínimo teve aumento real de 72,3% acima da inflação. Isto se deve ao estabelecimento da Política de Valorização do Salário Mínimo.

A Política de Valorização do Salário Mínimo foi resultado da mobilização das centrais e sindicatos e da visão prevaiente no governo à época. Esta convergência de perspectivas traduziu-se, em 2005, na negociação entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais, o que resultou na fixação do salário mínimo em 2006.

A Política de Valorização do Salário Mínimo é fruto, pois, do desenvolvimento dessas negociações, que desembocaram no acordo de 2007 entre o Governo Federal e as Centrais Sindicais – acordo este que deveria ter validade até 2023. A intenção com a referida política era a de aproximar gradativamente o salário mínimo do valor necessário para garantir a sobrevivência do trabalhador e sua família, conforme prega a constituição federal, e cujo valor monetário é estimado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Na Política de Valorização do Salário Mínimo, a fórmula acordada para a fixação do salário mínimo a cada ano consistiu do reajuste do salário mínimo pela variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos atrás mais a variação da inflação medida pelo INPC. Portanto, a ideia é de que esta fórmula asseguraria um contínuo aumento real para o Salário Mínimo. De fato, entre 2005 e 2014, o aumento real do salário mínimo foi de 5,4% ao ano, em média.

Os efeitos da Política de Valorização do Salário Mínimo difundiram-se por toda a economia: aumento da massa salarial, distribuição de renda, elevação do consumo, geração de empregos, dinamização das regiões mais pobres e aumento da arrecadação (BALTAR, DEDECCA & KREIN, 2005).

O DIEESE calcula que, para que o trabalhador que recebe o salário mínimo consiga manter uma família composta por dois adultos e duas crianças, conforme prevê a Constituição, o salário mínimo deveria ser de R\$ 3.959,00, aos valores de novembro de 2018.

## **Impacto do Decreto de Reajuste na Economia Brasileira**

De acordo com o IBGE, em 2016, dos 88,9 milhões de trabalhadores ocupados (mercado formal e informal) no Brasil, 44,4 milhões (49,9%) recebiam, em média, R\$ 747,00 por mês, valor que era inferior ao salário mínimo daquele ano (R\$ 880,00). Portanto, pode-se facilmente perceber o grande impacto que a política em relação ao salário mínimo tem na economia e na sociedade brasileira.

Além disso, cabe considerar que, no Brasil, em 2017, havia um total de 29.804.964 benefícios previdenciários e 4.692.871 benefícios assistenciais e de legislação específica. Isto totalizava 34.497.835 benefícios previdenciários e de assistência no país (ver tabela 2).

Desta forma, como exposto na tabela 2, com a decisão do governo de fixar em R\$ 998,00 o piso do mercado de trabalho, em vez dos R\$ 1.006 aprovados pelo Congresso, pelo menos R\$ 4,5 bilhões deixarão de circular na economia brasileira em 2019 – isto sem levar em conta no cálculo as perdas derivadas do efeito dinâmico do salário mínimo sobre a atividade econômica e a geração de renda. A redução do índice de reajuste do salário mínimo faz girar menos o consumo agregado, os empregos, a arrecadação etc.

### **Impacto do Decreto do Reajuste do Salário Mínimo no Grande ABC Paulista**

A tabela 1 mostra que, em 2017, havia no Brasil no total de R\$ 478,9 bilhões de benefícios previdenciários; R\$ 52,2 bilhões de benefícios assistenciais e de legislação específica, totalizando R\$ 531,1 bilhões.

No mesmo ano, no Grande ABC, foram pagos R\$ 10,8 bilhões de benefícios previdenciários e R\$ 467,3 milhões de benefícios assistenciais e de legislação específica. Isto totalizava R\$ 11,3 bilhões.

Em termos de benefícios previdenciários e de benefícios assistenciais e de legislação específica, o Grande ABC Paulista representa 2,13% do total de benefícios da Previdência.

A tabela 2 ilustra que, no Grande ABC Paulista, em 2017, havia um total de 480.721 benefícios previdenciários e 41.868 benefícios assistenciais e de legislação específica. Isto totalizava 522.589 benefícios que foram pagos.

A tabela 3 demonstra que o decreto do reajuste do salário mínimo, de 1/1/2019, ao estabelecer o reajuste de 4,61%, ao invés de 5,45%, como previsto no Orçamento da União, deverá representar impacto de redução dos gastos previdenciários da ordem de no mínimo R\$ 4,5 bilhões ao ano no país. Isto sem levar em conta a perda com os efeitos dinâmicos, já mencionados.

No Grande ABC Paulista, a redução dos gastos previdenciários deverá ser de, no mínimo, R\$ 96,5 milhões ao ano, sem também levar em consideração a perda com os efeitos dinâmicos.

Esta “economia” feita pela União é, por outro lado, a renda que deverá deixar de circular na economia do País e do Grande ABC Paulista.

Cumpram também o impacto direto do reajuste do salário mínimo nos trabalhadores ativos do mercado formal.

Pela tabela 4, nota-se que, no Brasil, havia, em 2017, 32.252.216 trabalhadores e trabalhadoras no mercado formal recebendo até três salários mínimos. Isto significa que deixarão de circular na economia brasileira R\$ 10,1 bilhões ao ano, em função do reajuste de 4,61% do salário mínimo, em vez de 5,45%, como previsto no orçamento.

No caso do Grande ABC Paulista, havia, no mesmo ano de 2017, 470.472 trabalhadores e trabalhadoras que recebiam até três salários mínimos no mercado formal. Isto significa que deverão deixar de circular R\$ 146,8 milhões ao ano na economia regional em função do reajuste menor do salário mínimo.

Ao final desta nota técnica, cabe considerar, ainda, que o fim da Política de Valorização do Salário Mínimo insere-se também no atual conjunto de iniciativas que representa uma “razia” (ataque) do capital em relação aos direitos e conquistas trabalhistas – expressa na reforma trabalhista aprovada, na flexibilização da regulamentação da terceirização e na reforma previdenciária em curso no

Congresso (CONCEIÇÃO, J. J. & CONCEIÇÃO, M. V., 2017 e 2018; CONCEIÇÃO & YAMAUCHI, 2018).

### **Referências Bibliográficas**

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvadori; KREIN, José Dari (org.). *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Unicamp, IE, 2005.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; CONCEIÇÃO, Maria da C. V. Reforma Trabalhista: modernização conservadora e tendências. *Revista Teoria e Debate*, n. 165, out., 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/61047/reforma-trabalhista-modernizacao-conservadora-e-tendencias>>. Acesso em: 30.nov.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; CONCEIÇÃO, Maria da C. V. Terceirização indiscriminada, 'torres gêmeas' e proposta alternativa. *Revista Teoria e Debate*, n. 176, set., 2018. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2018/09/04/terceirizacao-indiscriminada-torres-gemeas-e-proposta-alternativa/>>. Acesso em: 29.nov.2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson J.; YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo K. de A. Um ano de reforma trabalhista no Brasil e impacto no emprego do Grande ABC Paulista. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 5, dez., 2018. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-5a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 10fev. 2019.

**Tabela 1: Valor dos benefícios emitidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo grupos de espécies em 2017**

Nome	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social							Benefícios assistenciais e de legislação específica (i)	Total (j)	
	Aposentadorias				Pensões por morte (e)	Auxílios (f)	Outros benefícios previdenciários (g)			Total de benefícios previdenciários = (a+e+f+g) (h)
	Total de Aposentadorias = (b+c+d) (a)	Aposentadorias por idade (b)	Aposentadorias por invalidez (c)	Aposentadorias por tempo de contribuição (d)						
<b>Diadema</b>	781.515.860	173.001.617	131.282.662	477.231.581	273.856.373	146.130.872	2.201.596	1.203.704.702	101.499.374	1.305.204.076
<b>Mauá</b>	757.846.993	145.020.714	101.339.555	511.486.724	287.053.396	123.769.867	3.035.610	1.171.705.865	71.739.827	1.243.445.692
<b>Ribeirão Pires</b>	307.823.853	58.285.379	37.575.246	211.963.228	106.780.487	30.997.290	968.829	446.570.460	28.227.117	474.797.578
<b>Rio Grande da Serra</b>	39.439.591	8.892.647	7.860.821	22.686.123	20.645.891	6.065.328	144.609	66.295.420	6.830.511	73.125.930
<b>Santo André</b>	2.236.125.054	383.631.839	239.592.238	1.612.900.978	725.913.708	209.378.460	1.598.265	3.173.015.487	93.481.433	3.266.496.919
<b>SBCampo</b>	2.429.193.145	381.295.162	307.021.844	1.740.876.139	679.462.933	343.753.018	5.455.388	3.457.864.483	131.419.168	3.589.283.651
<b>São Caetano do Sul</b>	960.023.488	188.149.881	64.004.224	707.869.383	284.159.414	67.569.930	984.362	1.312.737.194	34.144.069	1.346.881.263
<b>Grande ABC (k)</b>	7.511.967.986	1.338.277.240	888.676.591	5.285.014.155	2.377.872.202	927.664.764	14.388.660	10.831.893.611	467.341.499	11.299.235.110
<b>Brasil (l)</b>	332.549.496.958	128.217.514.985	54.128.112.025	150.203.869.948	116.017.478.296	29.656.171.708	699.460.593	478.922.607.555	52.219.950.894	531.142.558.449
<b>Grande ABC/Brasil (k/l)</b>	2,26%	1,04%	1,64%	3,52%	2,05%	3,13%	2,06%	2,26%	0,89%	2,13%

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir do Anuário Estatístico da Previdência Social 2017 da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

**Tabela 2: Quantidade de benefícios emitidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos municípios do Grande ABC Paulista, segundo grupos de espécies em 2017**

Nome	Benefícios do Regime Geral de Previdência Social								Benefícios assistenciais e de legislação específica (i)	Total (j)	População (1)
	Aposentadorias				Pensões por morte (e)	Auxílios (f)	Outros benefícios previdenciários (g)	Total de benefícios previdenciários = (a+e+f+g)			
	Total de Aposentadorias = (b+c+d)	Aposentadorias por idade (b)	Aposentadorias por invalidez (c)	Aposentadorias por tempo de contribuição (d)							
Diadema	36.652	12.238	6.508	17.906	14.788	8.898	248	60.586	9.010	69.596	417.869
Mauá	34.323	10.747	4.883	18.693	15.234	7.482	210	57.249	6.388	63.637	462.005
Ribeirão Pires	13.539	4.168	1.881	7.490	5.390	1.747	92	20.768	2.550	23.318	121.848
Rio Grande da Serra	1.907	666	403	838	1.131	357	21	3.416	613	4.029	49.408
Santo André	91.831	26.036	12.048	53.747	34.143	11.887	175	138.036	8.304	146.340	715.231
SBCampo	95.521	25.473	13.817	56.231	32.611	17.322	524	145.978	11.940	157.918	827.437
São Caetano do Sul	38.537	12.227	3.065	23.245	12.492	3.506	153	54.688	3.063	57.751	159.608
Grande ABC (k)	312.310	91.555	42.605	178.150	115.789	51.199	1.423	480.721	41.868	522.589	2.753.406
Total Brasil (l)	20.018.851	10.471.338	3.504.602	6.042.911	7.787.264	1.916.979	81.870	29.804.964	4.692.871	34.497.835	207.660.929

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir do Anuário Estatístico da Previdência Social 2017 da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

**Tabela 3: ESTIMATIVA DO IMPACTO NO GRANDE ABC DO DECRETO DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO 2019 NOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA**

	2017	Previsão 2018	Estimativa 2019 com 4,61% de reajuste (a)	Estimativa 2019 com 5,45% de reajuste (b)	Diferença em Reais (b-a)
<b>Total de benefícios previdenciários</b>	R\$ 10.831.893.610,94	R\$ 11.028.416.760,76	R\$ 11.537.064.913,25	R\$ 11.629.546.395,52	R\$ 92.481.482,27
<b>Benefícios assistenciais e de legislação específica</b>	R\$ 467.341.498,85	R\$ 475.820.480,15	R\$ 497.766.078,82	R\$ 501.756.187,67	R\$ 3.990.108,85
<b>Benefícios Totais Grande ABC</b>	R\$ 11.299.235.109,79	R\$ 11.504.237.240,92	R\$ 12.034.830.992,07	R\$ 12.131.302.583,19	R\$ 96.471.591,12
<b>Benefícios Totais Brasil</b>	R\$ 531.142.558.449,48	R\$ 540.779.082.989,12	R\$ 565.720.675.915,24	R\$ 570.255.510.992,72	R\$ 4.534.835.077,48

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir do Anuário Estatístico da Previdência Social 2017 da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia.

**Tabela 4 – Renda Anual em Circulação dos Trabalhadores e Trabalhadoras que recebem até 3 Salários Mínimos no mercado formal, Brasil e Grande ABC**

	Número de Trabalhadores (as) que recebem até 3 salários mínimos, Brasil e Grande ABC	Valor máximo da Massa de Rendimentos em 2017 dos trabalhadores (as) até 3 salários mínimos	Valor máximo da Massa de Rendimentos em 2018 dos trabalhadores (as) até 3 salários mínimos	Estimativa do Valor máximo da Massa de Rendimentos em 2019 dos trabalhadores (as) até 3 salários mínimos com reajuste de 4,61% (a)	Estimativa do Valor máximo da Massa de Rendimentos em 2019 dos trabalhadores (as) até 3 salários mínimos com reajuste de 5,45% (b)	Diferença (b-a)
		R\$ 937,00	R\$ 954,00	R\$ 998,00	R\$ 1.006,00	R\$ 0,00
<b>Grande ABC</b>	470.472	R\$ 17.192.458.296,00	R\$ 17.504.381.232,00	R\$ 18.311.711.184,00	R\$ 18.458.498.448,00	R\$ 146.787.264,00
<b>Brasil</b>	32.252.216	R\$ 1.178.592.729.288,00	R\$ 1.199.975.948.496,00	R\$ 1.255.320.751.152,00	R\$ 1.265.383.442.544,00	R\$ 10.062.691.392,00

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da RAIS do Ministério da Economia.

## 7. OS DESEMBOLSOS DO BNDES NO GRANDE ABC PAULISTA E SUA DISTRIBUIÇÃO CONFORME O PORTE DA EMPRESA

Vinicius Oliveira Silva

### Resumo executivo

A nota técnica buscou apontar como evoluíram os desembolsos realizados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na Região do Grande ABC Paulista. Este Banco é responsável por financiar investimentos de empresas privadas e públicas a fim de incentivar a inovação, o desenvolvimento regional e socioambiental. Acompanhar esta evolução só foi possível porque o BNDES reviu a forma como disponibiliza suas estatísticas e, a partir de janeiro de 2019, deixou mais fácil o acesso e a utilização. Um destaque negativo é a fortíssima redução de 91,9% dos valores desembolsados para a Região do Grande ABC Paulista nos últimos 12 anos – se comparado 2018 em relação a 2006 (ano do maior valor de desembolso). Outro destaque é a concentração de recursos nas empresas de São Bernardo do Campo com 62,8% destes recursos. As empresas de grande porte são o destino de 86,4% do total de desembolsos no mesmo período. É importante comentar que as classificações por porte foram definidas pelo BNDES conforme a receita obtida, sendo as empresas públicas classificadas como empresas de grande porte.

### Introdução

O BNDES foi fundado em 1952, sendo um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo para investimentos em todos os segmentos da economia brasileira, conforme consta em BNDES (2019a):

*“...apoia empreendedores de todos os portes, inclusive pessoas físicas, na realização de seus planos de modernização, de expansão e na concretização de novos negócios, tendo sempre em vista o potencial de geração de empregos, renda e de inclusão social para o País. (...). O apoio do BNDES ocorre por meio de financiamento a investimentos, subscrição de valores mobiliários, prestação de garantia e concessão de recursos não reembolsáveis a projetos de caráter social, cultural e tecnológico. O Banco atua por meio de produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações.(...). Por ser uma empresa pública e não um banco comercial, o BNDES avalia a concessão do apoio com foco no impacto socioambiental e econômico no Brasil. Incentivar a inovação, o desenvolvimento regional e o desenvolvimento socioambiental são prioridades para a instituição. (...). O BNDES oferece condições especiais para micro, pequenas e médias empresas, aquelas que faturam anualmente até R\$ 300 milhões, assim como linhas de investimentos sociais, direcionadas para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano. (...). Em situações de crise, o Banco também tem fundamental atuação anticíclica e auxilia na formulação das soluções para a retomada do crescimento da economia. O BNDES está presente para apoiar o crescimento do País onde é necessário”.*

O objetivo desta nota técnica é identificar e compreender a evolução dos desembolsos realizados pelo BNDES para os municípios da Região do Grande ABC Paulista, de modo a verificar a quantidade dos recursos destinados às instituições dos municípios da Região do Grande ABC Paulista, bem como quais setores têm recebido mais recursos, em especial os destinados para o incentivo à inovação e desenvolvimento regional.

## A Importância da disponibilização de dados pelo BNDES

É importante monitorar e entender o que é realizado pelo poder público, a fim de contribuir para o aprimoramento das decisões do poder público. As pesquisas, especialmente junto às fontes primárias, são importantes para orientar e trazer dados para a realização de qualquer nível de trabalho acadêmico. Porém, muitas instituições têm dificuldade em disponibilizar as informações, por diversos motivos. Muitas vezes as informações são confusas e incompletas, o que dificulta o trabalho do pesquisador.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) entrou em vigor em maio de 2012 e regulamentou o direito constitucional de acesso às informações públicas, mediante a criação de mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades, conforme consta no *site* do Governo Federal de Acesso à Informação.

A Lei abrange os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – com alcance na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive nos Tribunais de Contas e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

Diante disto, o Banco Nacional de Desenvolvimento de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) melhorou as condições do acesso às informações que possui. A partir de 18 de janeiro de 2019, o BNDES passou a divulgar seus dados de forma mais clara, através dos diversos filtros, planilhas consolidadas e também dados inéditos, conforme divulgado na Agência Brasil e depois anunciado pelos diversos meios de comunicação, tal como a “lista dos maiores tomadores de crédito”.

### Metodologia

As tabelas a seguir foram elaboradas a partir dos dados levantados em BNDES (2019b) - Central de Downloads, seção “Estatísticas Operacionais Consolidadas do Sistema BNDES” em 5 de fevereiro de 2019. Essas as planilhas continham dados das operações realizadas pelo BNDES sem o nome da instituição tomadora de crédito. Foram levantados os valores pagos, gastos pelas diversas linhas de investimentos realizadas pelo BNDES e que foram direcionadas para a Região do Grande ABC Paulista. Os dados de todas as operações têm diversas segmentações e, para o presente estudo, foi utilizada a classificação dos municípios onde estão os tomadores de crédito para o período de 2003 até o ano de 2018.

Depois de apurar a evolução dos valores destinados à Região do Grande ABC Paulista, foi verificado quanto cada município recebeu de desembolsos por meio de instituições que tomaram crédito junto ao BNDES. Também foram verificados os desembolsos anuais para cada empresa segundo seu porte. Segundo o BNDES (2019b):

*“O BNDES classifica seus clientes em função do porte, o que permite uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, por exemplo, é considerado prioritário pelo BNDES, oferecendo condições especiais com o intuito principal de facilitar o acesso destas empresas ao crédito. A classificação de porte é realizada conforme a Receita Operacional Bruta (ROB) das empresas ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas”.*

## Quadro 1 – Classificação do porte da empresa segunda a receita operacional bruta ou renda anual

CLASSIFICAÇÃO	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL OU RENDA ANUAL
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 360 mil
Pequena empresa	Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões
Média empresa	Maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R\$ 300 milhões

**Observação:** Quando a empresa integrar um grupo econômico, a classificação do porte considerará a ROB consolidada do grupo. Antes da administração pública direta não são classificados por porte e, para fins de condições financeiras, são equiparados às grandes empresas.

Fonte: BNDES – [www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa](http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa).

**Tabela 1 – Evolução dos valores de desembolsos anuais do BNDES para as instituições do município e da Região do Grande ABC Paulista, 2003-2018**  
(valores em Reais deflacionados. Ano base 2018)

Ano	Diadema	Mauá	RPires	RGSerra	SAndré	SBCampo	SCSul	Grande ABC Paulista
2003	126.903.435	181.413.128	3.314.018	249.418	76.339.010	3.596.414.313	391.132.470	4.375.765.791
2004	236.598.247	51.321.473	4.168.708	-	87.884.007	3.672.987.435	340.820.441	4.393.780.311
2005	305.982.169	63.102.091	13.243.644	466.980	109.246.312	6.488.940.935	1.246.224.914	8.227.207.044
2006	282.051.295	59.270.480	11.213.758	92.761	626.392.424	6.200.746.882	1.157.907.938	8.337.675.538
2007	398.568.582	56.301.467	20.640.839	20.305	1.661.936.617	2.074.469.217	1.202.684.346	5.414.621.373
2008	367.321.964	164.787.984	19.603.630	267.980	2.601.378.407	2.947.766.827	1.026.607.883	7.127.734.675
2009	167.669.296	103.166.226	49.736.065	2.778.781	319.227.014	3.342.206.620	1.122.746.856	5.107.530.860
2010	468.921.425	211.534.223	88.470.958	12.038.243	606.223.449	3.003.416.565	396.127.893	4.786.732.756
2011	737.619.229	198.776.497	51.162.194	7.466.093	479.380.337	2.357.588.539	419.200.294	4.251.193.183
2012	205.276.681	114.689.663	48.527.760	7.778.502	358.790.442	2.038.793.316	166.806.233	2.940.662.596
2013	274.684.367	196.012.656	45.953.410	8.456.805	550.934.485	1.619.960.235	146.803.918	2.842.805.876
2014	237.968.759	118.375.505	22.055.989	5.968.671	371.725.897	1.071.128.460	128.829.411	1.956.052.692
2015	1.041.303.896	87.683.457	44.255.039	370.367	93.750.502	262.894.077	117.914.315	1.648.171.653
2016	287.081.347	48.669.928	13.977.263	296.525	463.292.080	1.709.653.694	19.028.230	2.541.999.067
2017	433.021.192	21.369.643	13.781.354	226.921	72.789.641	169.750.497	76.862.044	787.801.291
2018	23.242.861	9.066.272	5.067.096	8.286	39.192.872	532.175.151	65.393.667	674.146.205
<b>Total</b>	<b>5.594.214.745</b>	<b>1.685.540.695</b>	<b>455.171.726</b>	<b>46.486.638</b>	<b>8.518.483.495</b>	<b>41.088.892.761</b>	<b>8.025.090.852</b>	<b>65.413.880.911</b>

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Índice de preços considerado na deflação: IPCA.

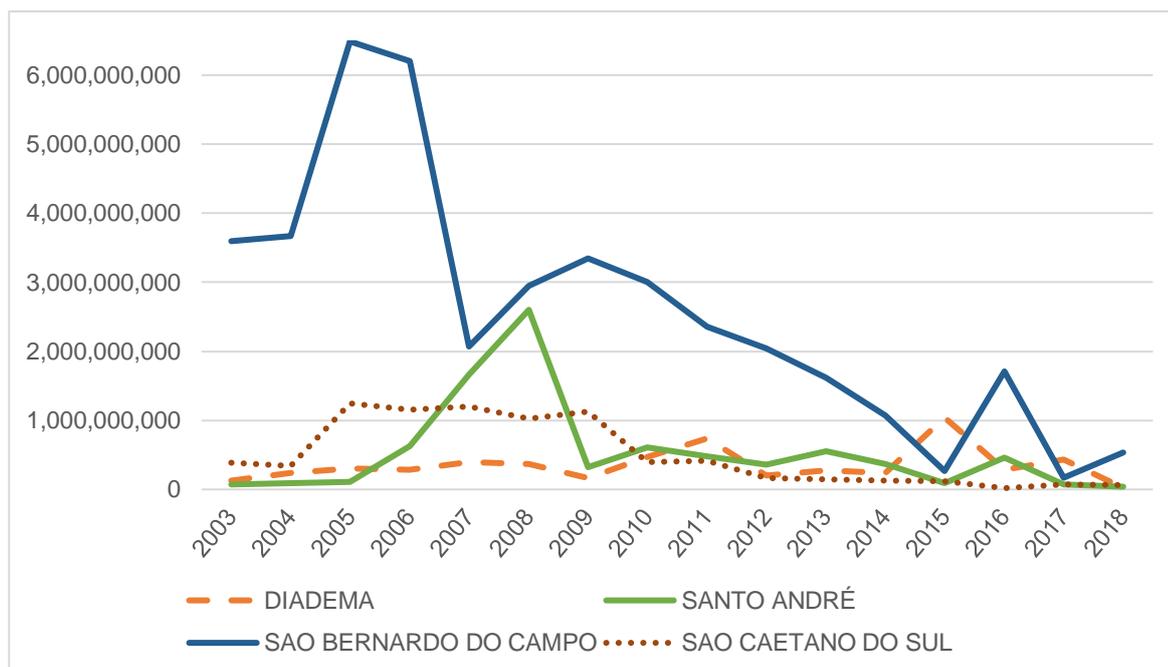
Conforme observado na Tabela 1, que considera os valores deflacionados tomando como base 2018, após o ano de 2006, os valores desembolsados pelo BNDES para instituições da Região do Grande ABC Paulista no período de 2003 a 2018 totalizaram cerca de R\$ 65,4 bilhões. No entanto, o que chama a atenção é a queda ao longo do período, com a exceção dos anos de 2008 (aumento de 31,64% em relação ao ano anterior) e de 2016 (aumento de 54,2% em relação ao ano anterior). Verifica-se a fortíssima redução de 91,9% dos valores desembolsados para a Região do Grande

ABC Paulista nos últimos 12 anos, se comparado os dados de 2018 em relação a 2006 (ano do maior valor de desembolso).

É oportuno observar que a Administração Pública Direta não é classificada por porte e, para fins de condições financeiras, são equiparados às grandes empresas, conforme explicação do BNDES relatada no Quadro 1.

O Gráfico 1 ilustra a evolução dos quatro municípios de maior valor de desembolso no período: São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema e São Caetano do Sul.

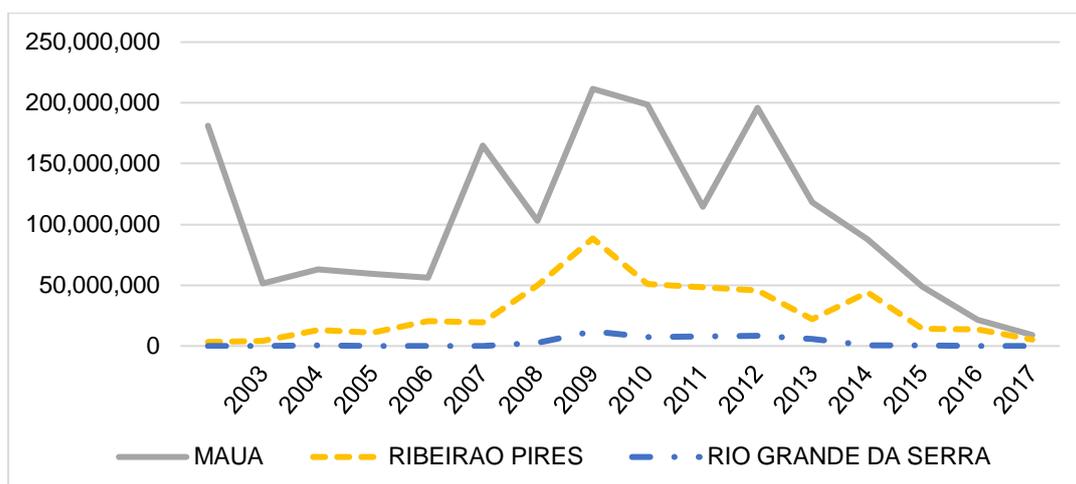
**Gráfico 1 – Evolução dos valores desembolsados pelo BNDES para as instituições dos quatro municípios de maior desembolso no Grande ABC Paulista, 2003-2018**



Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

O Gráfico 2 indica a evolução dos três municípios cujas instituições tiveram os menores valores de desembolsos do BNDES no período.

**Gráfico 2 – Evolução dos valores desembolsados pelo BNDES para as instituições dos três municípios de menor valor de desembolso no Grande ABC Paulista, 2003-2018**



Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

**Tabela 2 – Participação percentual de cada município do Grande ABC Paulista no total dos desembolsos anuais do BNDES, 2003-2018**

Ano	Diadema	Mauá	RPires	RGSerra	SAndré	SBCampo	SCSul	Total %
2003	2,90	4,15	0,08	0,01	1,74	82,19	8,94	100
2004	5,38	1,17	0,09	0,00	2,00	83,60	7,76	100
2005	3,72	0,77	0,16	0,01	1,33	78,87	15,15	100
2006	3,38	0,71	0,13	0,00	7,51	74,37	13,89	100
2007	7,36	1,04	0,38	0,00	30,69	38,31	22,21	100
2008	5,15	2,31	0,28	0,00	36,50	41,36	14,40	100
2009	3,28	2,02	0,97	0,05	6,25	65,44	21,98	100
2010	9,80	4,42	1,85	0,25	12,66	62,74	8,28	100
2011	17,35	4,68	1,20	0,18	11,28	55,46	9,86	100
2012	6,98	3,90	1,65	0,26	12,20	69,33	5,67	100
2013	9,66	6,90	1,62	0,30	19,38	56,98	5,16	100
2014	12,17	6,05	1,13	0,31	19,00	54,76	6,59	100
2015	63,18	5,32	2,69	0,02	5,69	15,95	7,15	100
2016	11,29	1,91	0,55	0,01	18,23	67,26	0,75	100
2017	54,97	2,71	1,75	0,03	9,24	21,55	9,76	100
2018	3,45	1,34	0,75	0,00	5,81	78,94	9,70	100

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

A Tabela 2 evidencia o predomínio da participação de desembolsos para instituições de São Bernardo do Campo, exceto em 2015 e 2017, quando as participações de Diadema superaram as dos demais municípios da região.

**Tabela 3 – Evolução dos valores de desembolsos anuais do BNDES para as instituições da Região do Grande ABC Paulista, segundo o porte da empresa, 2003-2018** (valores em Reais deflacionados. Ano base 2018)

<b>Ano</b>	<b>Total Porte Grande</b>	<b>Total Porte Médio</b>	<b>Total Porte Pequeno</b>	<b>Total Porte Micro</b>	<b>Total Geral</b>
<b>2003</b>	4.138.491.090	79.090.513	90.507.279	67.676.909	4.375.765.791
<b>2004</b>	4.325.856.455	31.427.192	23.473.672	13.022.994	4.393.780.313
<b>2005</b>	7.925.834.751	148.884.831	69.081.754	83.405.707	8.227.207.044
<b>2006</b>	8.037.853.596	128.450.305	79.153.866	92.217.769	8.337.675.536
<b>2007</b>	5.055.351.046	145.841.268	109.263.139	104.165.920	5.414.621.373
<b>2008</b>	6.502.206.058	269.914.425	175.010.604	180.603.584	7.127.734.671
<b>2009</b>	4.618.767.505	174.820.677	158.405.692	155.536.985	5.107.530.860
<b>2010</b>	3.624.829.770	448.678.108	293.741.987	419.482.892	4.786.732.756
<b>2011</b>	3.175.604.936	304.155.772	333.238.867	438.193.608	4.251.193.183
<b>2012</b>	2.103.854.649	336.147.384	207.344.143	293.316.421	2.940.662.596
<b>2013</b>	1.958.288.988	343.528.120	243.353.331	349.291.222	2.894.461.661
<b>2014</b>	1.263.175.923	241.380.774	194.261.956	257.234.040	1.956.052.693
<b>2015</b>	1.283.941.051	122.417.624	106.434.059	135.378.920	1.648.171.654
<b>2016</b>	2.370.244.077	55.271.780	61.254.359	55.228.852	2.541.999.068
<b>2017</b>	545.450.603	160.403.945	59.839.524	22.107.219	787.801.292
<b>2018</b>	552.690.848	83.427.670	31.410.826	6.616.862	674.146.206
<b>Total Acumulado por Porte</b>	<b>57.482.441.347</b>	<b>3.073.840.388</b>	<b>2.235.775.060</b>	<b>2.673.479.904</b>	<b>65.465.536.698</b>
<b>% Total</b>	<b>87,81%</b>	<b>4,70%</b>	<b>3,42%</b>	<b>4,08%</b>	<b>100,00%</b>

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Índice de preços considerado na deflação: IPCA.

A Tabela 3 apresenta a evolução dos mesmos valores anuais desembolsados para a Região do Grande ABC Paulista que consta na Tabela 1, porém pelo porte da Empresa, com predomínio da destinação para empresas de Grande Porte, influenciado pelos Entes da Administração Pública Direta.

O valor elevado para empresa de Grande Porte no ano de 2016 é explicado por três desembolsos ocorridos para Empresas do Município de São Bernardo do Campo, classificadas no CNAE<sup>(1)</sup> (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) como “INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO” e no subsetor CNAE agrupado como: “VEÍCULO, REBOQUE E CARROCERIA”. Os valores destes desembolsos totalizaram R\$1.709.311.767,98, em valores deflacionados base 2018, o que representa 67% do total desembolsado no ano de 2016 para toda a Região.

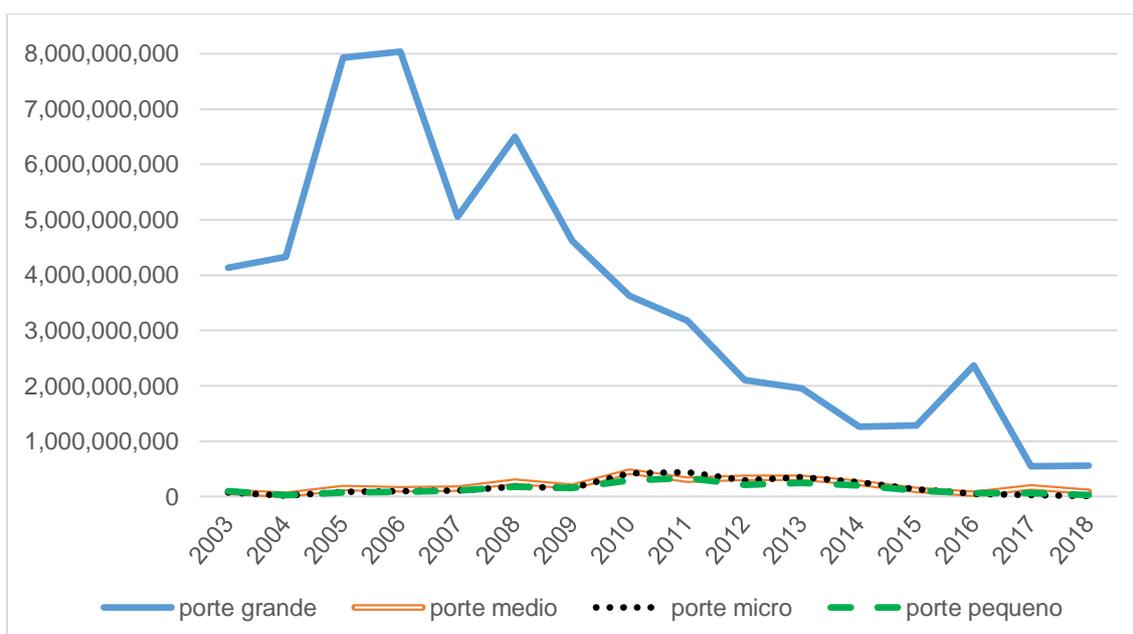
**Tabela 4 – Evolução das participações nos desembolsos anuais do BNDES no Grande ABC Paulista, segundo o porte da empresa, 2003-2018**

Ano	Total Porte Grande	Total Porte Médio	Total Porte Pequeno	Total Porte Micro	Total Por Ano
2003	94,6%	1,8%	1,5%	2,1%	100%
2004	98,5%	0,7%	0,3%	0,5%	100%
2005	96,3%	1,8%	1,0%	0,8%	100%
2006	96,4%	1,5%	1,1%	0,9%	100%
2007	93,4%	2,7%	1,9%	2,0%	100%
2008	91,2%	3,8%	2,5%	2,5%	100%
2009	90,4%	3,4%	3,0%	3,1%	100%
2010	75,7%	9,4%	8,8%	6,1%	100%
2011	74,7%	7,2%	10,3%	7,8%	100%
2012	71,5%	11,4%	10,0%	7,1%	100%
2013	68,9%	11,4%	11,6%	8,1%	100%
2014	64,6%	12,3%	13,2%	9,9%	100%
2015	77,9%	7,4%	8,2%	6,5%	100%
2016	93,2%	2,2%	2,2%	2,4%	100%
2017	69,2%	20,4%	2,8%	7,6%	100%
2018	82,0%	12,4%	1,0%	4,7%	100%
<b>TOTAL</b>	<b>86,3%</b>	<b>5,3%</b>	<b>4,5%</b>	<b>3,8%</b>	<b>100%</b>

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

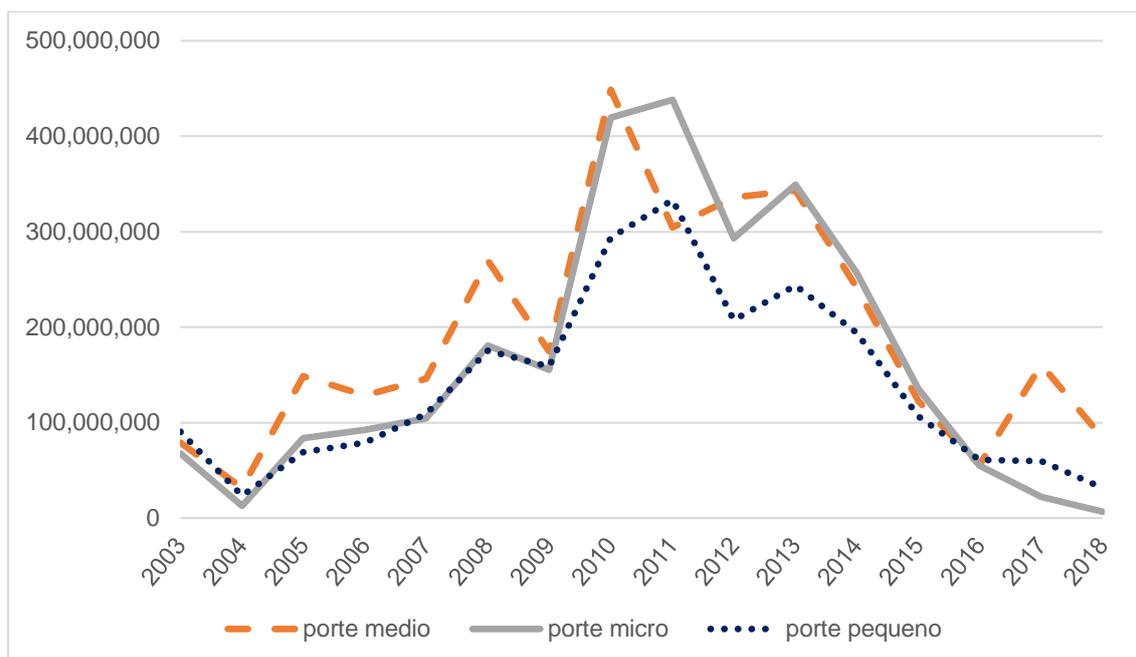
A Tabela 4 evidencia o predomínio de desembolsos para Empresas de Grande Porte.

**Gráfico 3 – Evolução das participações nos desembolsos anuais do BNDES no Grande ABC Paulista, segundo o porte da empresa, 2003-2018**



Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

**Gráfico 4 – Direcionamento dos desembolsos BNDES para Região do Grande ABC Paulista, conforme porte das empresas (exceto empresa de grande porte)**



Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

**Tabela 5 – Valores totais desembolsados para as instituições de cada município da Região do Grande ABC Paulista, no acumulado do período de 2003 a 2018.**  
(Valores deflacionados base 2018)

MUNICÍPIO	VALOR EM R\$	%
DIADEMA	5.594.214.744,96	8,6
MAUA	1.685.540.695,12	2,6
RIBEIRAO PIRES	455.171.725,87	0,7
RIO GRANDE DA SERRA	46.486.638,26	0,1
SANTO ANDRÉ	8.518.483.494,54	13,0
SAO BERNARDO DO CAMPO	41.088.892.760,73	62,8
SAO CAETANO DO SUL	8.025.090.851,57	12,3
<b>TOTAL</b>	<b>65.413.880.911,06</b>	<b>100</b>

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

## Considerações Finais

Os desembolsos do BNDES para a Região do Grande ABC Paulista foram concentrados para quatro dos sete municípios (96,7% para Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). Em termos consolidados, os desembolsos foram realizados majoritariamente para Empresas de Grande Porte, representando mais de 86% do total de 2003 a 2018, sendo pouco mais de 13% para o financiamento de Empresas de Porte Médio, Pequeno e Micro.

Ficou evidenciada a necessidade de promover uma melhor distribuição dos desembolsos segundo o porte de empresa, aumentando a destinação desses recursos públicos para as empresas de

micro, pequeno e médio portes, por serem as que mais precisam de financiamentos para investimentos, o que também traz benefícios para as cidades em que essas empresas estão instaladas por meio de geração de emprego e renda, o que estimula o consumo, o desenvolvimento e o crescimento local.

Muitos são os benefícios com o estímulo às empresa de micro, pequeno e médio portes, tais como o aumento na concorrência do mercado, que possibilita benefícios a sociedade, entre os quais:

- Os preços praticados tendem a manter-se em níveis menores para os consumidores;
- As quantidades são maiores e maiores são as opções de fornecedores disponíveis ao mercado consumidor;
- O poder e a influência de mercado de grandes instituições e conglomerados são menores;
- As empresas precisam buscar constantemente formas de se tornarem mais eficientes para que possam aumentar os seus lucros;
- A criatividade e a inovação das empresas são estimuladas à medida que buscam ganhos de eficiência;
- A igualdade de oportunidades é facilitada nas disputas de mercado.

O CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) mostra a relevância da defesa da concorrência para os empresários de qualquer porte, principalmente os pequenos e microempresários.

O poder público deve contribuir para evitar que as grandes empresas usem seu poder econômico para fins anticoncorrenciais, garantindo o direito de todos em aproveitar as oportunidades de mercado.

#### **Notas**

<sup>(1)</sup> Conforme Ministério da Fazenda (2019) - CNAE: é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Trata-se de um detalhamento aplicado a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas, estabelecimentos agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física).

#### **Referências Bibliográficas**

AGÊNCIA BRASIL. EBC. NOTÍCIAS. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-01/bndes-simplifica-acesso-informacao-sobre-seus-principais-clientes>. Acessado em 23 de Janeiro de 2019.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acessado em 23 de Janeiro de 2019a

\_\_\_\_\_. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>. Acessado em 23 de Janeiro de 2019b.

GOVERNO FEDERAL. ACESSO A INFORMAÇÃO. *Lei de Acesso a Informação*. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>. Acessado em 03 de Fevereiro de 2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. RECEITA FEDERAL. *Classificação CNAE*. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/classificacao-nacional-de-atividades-economicas-2013-cnae/apresentacao>. Acessado em 03 de Fevereiro de 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. PLANALTO. *LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm). Acessado em 03 de Fevereiro de 2019.

## 8. AS MUDANÇAS DA DIPLOMACIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO ORIENTE MÉDIO E SEUS REFLEXOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC PAULISTA

Roberto Vital Anau

### Resumo executivo

*A nota aborda as preocupações, sobretudo no campo do comércio exterior, que o Grande ABC Paulista deve ter, neste momento, em função das mudanças do Governo Federal no que se refere à diplomacia em relação ao Oriente Médio. Os países da Liga Árabe representaram 6,23% da receita total de exportação dos municípios da região em 2017. Em 2018, a exportação brasileira para aqueles países caiu, mas a do Grande ABC Paulista teve queda mais intensa, tornando-se equivalente a 1,4% do total regional. Não obstante, para alguns municípios em particular ela é bem mais expressiva: Ribeirão Pires (28,42% do total em 2017 e 15,17% do total em 2018) e São Bernardo do Campo (7,14% e 3,30% do total respectivamente). Comparativamente, as exportações para Israel ocupam peso muito inferior: 0,26% e 0,23% do total nos dois anos citados, na mesma ordem.*

Desde o início do atual mandato presidencial, iniciado em 1 de janeiro de 2019, o governo federal vem sinalizando sua disposição de acompanhar a decisão do governo dos Estados Unidos da América, de reconhecer a cidade de Jerusalém como capital do Estado de Israel. Ainda que relativizada pelo Vice-Presidente da República, em uma das oscilações que se tornaram comuns, recentemente, essa atitude foi reiterada desde a posse presidencial, que contou com a inédita presença de um primeiro-ministro de Israel desde a fundação daquele Estado em 1948.

O assunto é polêmico no campo internacional e levanta preocupações de diversas ordens no próprio terreno brasileiro. Jerusalém, uma das mais antigas cidades do mundo, tem caráter sagrado para as três grandes religiões monoteístas que influenciaram a cultura europeia e ocidental: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.

Três símbolos destacam-se entre tantos outros de natureza histórica, transcendente e emocional para os fiéis dessas religiões, em todas as suas subdivisões, bem como para grande parte da população mundial: o Muro das Lamentações, remanescente do templo de Salomão, reconstruído pelos judeus após o retorno do cativo babilônico; a Igreja do Santo Sepulcro, à qual não se pode deixar de associar também a Via Sacra e o Monte Gólgota, profundamente relacionados à Paixão de Cristo; e a mesquita de Al-Aksa, erguida no local de onde o Profeta Maomé – o maior de todos os profetas, segundo a crença muçulmana – teria ascendido aos céus.

Com tamanha carga simbólica, emocional e religiosa, a cidade foi intensamente disputada em épocas históricas diversas, destacando-se as Cruzadas na Idade Média ocidental e o conflito palestino-israelense desde a fundação do Estado de Israel, em 1948. O movimento nacional palestino reivindica Jerusalém como capital de seu pretendido Estado, tanto quanto Israel considera-a sua capital “una e indivisível”.

Até agora, a maioria das nações-membros da Organização das Nações Unidas mantinha atitude prudente e reservada ante a disputa pela cidade histórica. O não resolvido conflito entre Israel e a resistência palestina soma-se à convicção amplamente difundida de que apenas a criação de um Estado palestino soberano poderá abrir nova página na história da região, quiçá mais pacífica e distensionada.

O conflito citado é possivelmente aquele com maior abrangência mundial, afetando as relações internacionais, motivando movimentos políticos e militantes em todo o mundo, incluindo organizações terroristas e outras que recusam tal caminho, mas persistem em sua luta em defesa do povo palestino e dos direitos dos povos islâmicos em diversos países.

A própria economia internacional sofreu e sofre os efeitos dos desenvolvimentos políticos daquela região. Basta recordar o impacto mundial das duas altas sucessivas do preço do petróleo, no início e no final da década de 1970, decretadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, sob forte pressão dos países árabes detentores de gigantescas reservas de hidrocarbonetos. Se somarmos a motivação – seja ela falsa ou não, a critério das diversas interpretações existentes – que o impasse prolongado fornece a grupos e Estados terroristas (como o ISIS) e outros Estados que apoiam os movimentos da resistência palestina, podemos acrescentar os impactos de eventos como a derrubada das torres gêmeas de Nova York e das frequentes guerras regionais na tensão internacional, inclusive no campo econômico.

O Brasil foi afetado por boa parte dos eventos citados ao longo das décadas do pós-guerra, notadamente pela crise do petróleo, um dos fatores originadores de nossa década perdida (os anos 1980). Todavia, manteve sempre postura neutra e esforçou-se sempre que possível em fortalecer os mecanismos de negociação em busca da paz entre as partes em conflito. Essa é, de fato, uma marca histórica da diplomacia brasileira em geral, e não apenas no que tange ao conflito no Oriente Médio.

A recentíssima adesão à beligerância pró-Israel do governo norte-americano, por parte da administração federal brasileira, tem trazido fortes preocupações sobre a permanência ou não das crescentes relações econômicas de nosso país com os diversos países que compõem o cenário regional do Oriente Médio. Nas últimas semanas, entrevistas de dirigentes da Liga Árabe<sup>(1)</sup> e da Câmara de Comércio Árabe Brasileira<sup>(2)</sup> à imprensa especializada em economia no Brasil tem reportado crescente preocupação com o futuro das relações econômicas do país com o bloco representado pela Liga Árabe.

O tema é de interesse direto do Grande ABC Paulista. Com efeito, a região tem se envolvido com o Oriente Médio por meio de relevante atividade exportadora. Além disso, em épocas recentes a própria administração pública local buscou incentivar a atividade econômica em núcleos de atividade como a indústria e o comércio moveleiros, fato ocorrido em São Bernardo do Campo por meio do Arranjo Produtivo Local Moveleiro<sup>(3)</sup>, entre outras iniciativas<sup>(4)</sup>. A comunidade islâmica é expressiva no Grande ABC e possui um símbolo maior de sua identidade religiosa e cultural: a mesquita Abu BakrAssadik em São Bernardo do Campo. Esta tem sido até mesmo objeto de estudos acadêmicos<sup>(5)</sup>. A comunidade islâmica local identifica-se muito com os interesses e posicionamentos dos países islâmicos, o que poderia resultar, na hipótese de se confirmar a decisão política supra mencionada, em redução dos investimentos no Brasil, afetando diretamente a região.

No que se refere à atividade exportadora, embora não seja o principal destino das exportações da região, o Oriente Médio deixou há tempo de ser irrelevante como mercado de destino para a produção local.

A tabela 1, anexa, revela que os países da Liga Árabe representaram 6,23% da receita total de exportação dos municípios da região em 2017. Em 2018, a exportação brasileira para aqueles países caiu, mas a do Grande ABC Paulista teve queda mais intensa, tornando-se equivalente a 1,4% do total regional. Não obstante, para alguns municípios em particular ela é bem mais expressiva: Ribeirão Pires (28,42% do total em 2017 e 15,17% do total em 2018) e São Bernardo do Campo (7,14% e 3,30% do total respectivamente) são os destaques, conforme tabela 2, anexa. Comparativamente, as exportações para Israel ocupam peso muito inferior: 0,26% e 0,23% do total nos dois anos citados, na mesma ordem.

A Tabela 2, por sua vez, revela que, para Santo André e Mauá, Israel representou fração mais expressiva na receita externa, comparativamente à Liga Árabe, fato mais que compensado nos

demais municípios relacionados, o que fez que não se alterasse a forte preponderância do bloco de países árabes nas exportações do Grande ABC Paulista.

**Tabela 1 – Exportações do Grande ABC Paulista aos países da Liga Árabe e a Israel, 2017-2018 (valores em mil US\$ FOB)**

País de Destino	2017				2018			
	Valor	% total	Var. ano	Var. abs.	Valor	% total	Var. ano	Var. abs.
<b>Arábia Saudita</b>	6.573,67	0,12%	-27,2%	- 2.457,68	8.115,97	0,15%	23,5%	1.542,30
<b>Argélia</b>	681,01	0,01%	310,2%	515,00	533,51	0,01%	-21,7%	- 147,50
<b>Barein</b>	1.867,43	0,03%	561,9%	1.585,29	355,26	0,01%	-81,0%	- 1.512,17
<b>Catar</b>	5.288,64	0,10%	480,9%	4.378,14	1.591,47	0,03%	-69,9%	- 3.697,17
<b>Egito</b>	4.758,17	0,09%	-79,9%	- 18.938,72	15.073,52	0,28%	216,8%	10.315,35
<b>Emirados<sup>2</sup></b>	31.194,96	0,58%	-0,8%	- 242,27	55.837,64	1,04%	79,0%	24.642,68
<b>Etiópia</b>	351,60	0,01%	102,5%	178,00	179,24	0,00%	-49,0%	- 172,36
<b>Irã</b>	250.044,54	4,64%	171,9%	158.082,49	68.954,91	1,28%	-72,4%	- 181.089,63
<b>Iraque</b>	48,86	0,00%	3.201,4%	47,38	101,38	0,00%	107,5%	52,52
<b>Jordânia</b>	1.976,25	0,04%	-16,1%	- 379,85	932,31	0,02%	-52,8%	- 1.043,94
<b>Kuwait</b>	39,07	0,00%	-87,9%	- 284,90	120,34	0,00%	208,0%	81,27
<b>Líbano</b>	3.745,56	0,07%	314,1%	2.840,97	1.735,90	0,03%	-53,7%	- 2.009,66
<b>Líbia</b>	10,83	0,00%		10,83			-100,0%	- 10,83
<b>Marrocos</b>	19.619,41	0,36%	118,9%	10.655,21	3.329,42	0,06%	-83,0%	- 16.289,99
<b>Omã</b>	8.965,38	0,17%	108,2%	4.660,00	4.521,63	0,08%	-49,6%	- 4.443,75
<b>Palestina</b>					21,20	0,00%		21,20
<b>Tunísia</b>	655,18	0,01%	536,1%	552,18	1.640,00	0,03%	150,3%	984,82
<b>Liga árabe</b>	335.820,56	6,23%	92,3%	161.202,07	163.043,70	3,03%	-51,4%	- 172.776,86
<b>Israel</b>	14.174,73	0,26%	-24,5%	- 4.599,51	14.640,00	0,27%	3,3%	465,27
<b>Total<sup>3</sup></b>	5.393.280,00	100,00%		ND	5.373.530,00	100,00%	-0,4%	- 19.750,00

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de MDIC (<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio>). (1) As estatísticas cobrem seis municípios, visto que Rio Grande da Serra não registra exportações para a região no biênio em foco. (2) Emirados Árabes Unidos. (3) Total das exportações do Grande ABC Paulista a todos os destinos. ND: Não disponível.

**Tabela 2 – Exportações dos municípios do Grande ABC Paulista para a Liga Árabe e Israel, 2017-2018**

Município <sup>1</sup>	Destino	2017				2018			
		Valor	% total	Var. ano	Var. abs.	Valor	% total	Var. ano	Var. abs.
Diadema	Liga Árabe	2,04 milhões	0,81%	-3,45%	-72,72 mil	1,06 milhão	0,53%	-48,02%	-977,76 mil
	Israel	28,18 mil	0,01%	-	28,18 mil	-	-	-	-28,18 mil
Mauá	Liga Árabe	83,9 mil	0,05%	6,82%	5,36 mil	27,36 milhões	0,08%	80,92%	67,89 milhões
	Israel	906,55 mil	0,49%	-77,03%	-3,04 milhões	1,18 milhão	0,60%	30,16%	273,45 mil
RPires	Liga Árabe	41,35 milhões	28,42%	3,46%	13,84 milhões	20,1 milhões	15,17%	-51,40%	-21,25 milhões
	Israel	1,86 milhão	1,28%	-11,06%	-231,28 mil	1,39 milhão	1,05%	-25,27%	-470,00 mil
SAndré	Liga Árabe	6,13 milhões	1,31%	158,9%	3,76 milhões	4,84 milhões	0,966%	-21,0%	-1,28 milhão
	Israel	10,04 milhões	2,15%	-9,2%	-1,02 milhão	10,91 milhões	2,178%	8,7%	870,00 mil
SBCampo	Liga Árabe	285,71 milhões	7,14%	119,76%	155,70 milhões	136,31 milhões	3,30%	-52,4%	-145,59 milhões
	Israel	1,34 milhão	0,03%	-18,70%	-308,23 mil	1,16 milhão	0,03%	-13,8%	-184,64 mil
SCSul	Liga Árabe	506,52 mil	0,15%	390,91%	403,34 mil	592,92 mil	0,27%	484,45%	491,47 mil
	Israel	-	-	-	-	-	-	-	-

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de MDIC (<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-municipio>). Obs.: (1) Rio Grande da Serra não registra exportações para a região no biênio em foco

Os agentes econômicos do Grande ABC Paulista devem acompanhar com interesse e preocupação os próximos passos da diplomacia brasileira no Oriente Médio, se desejam ampliar, como já ocorreu em épocas recentes, as relações econômicas com a região. O assunto é de interesse geral, pois afeta emprego, renda, escalas de produção e internacionalização das empresas desta região. A reversão da postura tradicional de busca de caminhos pacíficos e negociados nos conflitos regionais, por parte da diplomacia brasileira, pode causar danos não apenas à imagem do país no mundo, mas às próprias relações econômicas brasileiras com áreas de grande potencial de ampliação de nossos mercados exportadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAU, R. V. Desenvolvimento, inovação e aprendizagem: avaliação da trajetória do Grande ABC. Tese de Doutorado. UFABC, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=5080187](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=5080187). Acesso em 23/2/2019.

CONCEIÇÃO, J. J.; ANAU, R. V. ; OLIVEIRA, N. A. ; KLINK, J. J. . A cidade desenvolvimentista: crescimento e diálogo social em São Bernardo do Campo. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. v. 1. 376p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-cidade-desenvolvimentista/> . Acesso em 23/2/2019.

RAMOS, Vlademir Lúcio. Conversão ao Islã: uma análise sociológica da assimilação do *ethos* religioso na sociedade muçulmana sunita em São Bernardo do Campo na região do Grande ABC. 2003. 403 f. Dissertação (Mestrado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/382>. Acesso em 23/2/2019.

## Notas

(1) <https://www.valor.com.br/internacional/6080545/imagem-do-brasil-no-mundo-arabe-esta-ferida-diz-egipcio-amre-moussa>.

(2) <https://www.valor.com.br/agro/6082517/futuro-das-relacoes-entre-brasil-e-arabes-preocupa-camara-de-comercio>.

(3) Sobre o APL Moveleiro, veja-se CONCEIÇÃO *et. al.* (2015) e ANAU (2017).

(4) Ver, por exemplo, a notícia publicada em 2010 no site da Prefeitura de São Bernardo do Campo intitulada “São Bernardo realiza 1ª Rodada de Negócios Árabe-Islâmica”: [http://www.saobernardo.sp.gov.br/busca?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fwww.saobernardo.sp.gov.br%2Fweb%2Fsbc%2Fbusca%3Fp\\_auth%3Dq8LE74LO%26p\\_p\\_id%3D3%26p\\_p\\_lifecycle%3D1%26p\\_p\\_state%3Dnormal%26p\\_p\\_state\\_rcv%3D1&\\_101\\_assetEntryId=112032&\\_101\\_type=content&\\_101\\_urlTitle=sao-bernardo-realiza-1-rodada-de-negocios-arabe-islamica&inheritRedirect=true](http://www.saobernardo.sp.gov.br/busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=http%3A%2F%2Fwww.saobernardo.sp.gov.br%2Fweb%2Fsbc%2Fbusca%3Fp_auth%3Dq8LE74LO%26p_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D1%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_state_rcv%3D1&_101_assetEntryId=112032&_101_type=content&_101_urlTitle=sao-bernardo-realiza-1-rodada-de-negocios-arabe-islamica&inheritRedirect=true).

(5) Cita-se, como exemplo, RAMOS, V. L. (2003).

## 9. GERAÇÃO DE VALOR COMO CONSEQUÊNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Eduardo de Camargo Oliva  
José Turíbio de Oliveira

### Resumo executivo

*Atuar para a valorização das empresas e dos negócios deve ser a tônica das práticas de gestão. Monitorar o desempenho empresarial é um dos principais deveres da alta administração das empresas por meio dos KPI (Key Performance Indicators) ou Indicadores Chave de Aferição do Desempenho. Neste sentido, a aplicação das boas práticas de governança pode significar forte impulsionador de valores organizacionais, objetivando olhar o presente e o passado da empresa e projetar expectativas futuras. Em regiões com elevada densidade empresarial, como a região do Grande ABC Paulista, empresas capazes de gerar valor se diferenciam das demais e se destacam em suas redes de relacionamento, seja no âmbito nacional, seja no âmbito dos negócios internacionais. A disciplina financeira contribui para a preservação do patrimônio e a longevidade da organização. Um dos impactantes indicadores para se observar tal postura é o Demonstrativo do Valor Adicionado (DVA), possível de ser apurado por empresas de todos os portes.*

Há diversas possibilidades de se conceituar “valor”. No âmbito empresarial, valor pode estar associado à remuneração dos sócios ou acionistas, assim, a quantificação da percepção dos clientes aos negócios, e assim por diante.

No entanto, contemporaneamente, deve-se associar valor aos resultados obtidos como consequência das práticas de gestão e de governança corporativa aplicadas. Este valor pode e deve ser considerado como mensurável de maneira objetiva, ou seja, tangível em alguns aspectos, e, em outros, como subjetivo, ou intangíveis, mas com intensidade “percepçional”.

Os valores considerados como tangíveis podem, no entanto, se transformar em intangíveis ou agregar ainda mais intensidade aqueles. O quadro 1 a seguir, apresenta alguns tipos de valor que estão associados aos ambientes de negócios e identificáveis pela gestão.

**Quadro 1: Exemplos de valores empresariais**

VALORES TANGÍVEIS	VALORES A PRINCÍPIO INTANGÍVEIS
Valorização de ativos	Valorização da marca
Resultados financeiros	Conceito dos produtos
Valorização de ações	Procura por serviços
Valor adicionado	Confiança depositada por clientes
Aumento dos negócios	Fortalecimento de relacionamentos
Condições de fábrica	Conhecimentos compartilhados

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. (2002, p. 100-108).

Os valores se intensificam na medida em que ações de gestão são aprimoradas. Nesse aspecto, as boas práticas de governança corporativa possibilitam tal resultado. Isto porque os princípios da governança corporativa estão diretamente ligados às boas práticas de gerenciamento, podendo ser associados pelos *stakeholders* com o todo empresarial, aumentando o valor das ações no mercado e, conseqüentemente, de todos os elementos que envolvem seus negócios.

Os órgãos ligados a Governança Corporativa, a quem compete, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2017 p. 13), o monitoramento empresarial, são: 1- Conselho de Administração; 2 - Conselho Fiscal; 3 - Comitê de Auditoria; 4 - Comitê de Pessoas e; 5 - Comitê de Riscos. Esses órgãos, assessorados pela Diretoria Executiva da empresa, podem atuar de maneira a elaborar diagnósticos, fazer recomendações ou mesmo deliberar tomando as principais decisões de investimentos ou desinvestimento da empresa.

O quadro 2, a seguir, apresenta os princípios básicos de governança corporativa, de maneira a que se possa associá-los ao valor dos negócios.

**Quadro 2: Princípios de governança corporativa**

<b>Princípio</b>	<b>Característica</b>
<i>Accountability</i>	Responsabilidade por ações e decisões
<i>Fairness</i>	Justiça e equidade nos tratamentos
<i>Disclosure</i>	Transparência em ações que geram riscos e oportunidades
<i>Compliance</i>	Conformidade no cumprimento de regras e normas regulamentadoras
Responsabilidade corporativa	Envolve o senso de responsabilidade em todos os integrantes da empresa

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir de adaptação com base em Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2015 p. 20).

Os princípios anteriormente mencionados deveriam guiar o processo de tomada de decisão dos Administradores dentro das organizações. Entretanto, de acordo com Lacombe, Kubo e Oliva (2017), no dia a dia aparecem dilemas que se cruzam com a questão da ética praticada, da cultura organizacional e também com os valores pessoais e morais dos indivíduos.

## **A Geração de Valor**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2017 p. 23), *“obtem-se lucro econômico do negócio ou geração de valor quando os resultados operacionais são superiores ao custo de capital. Se isso não acontece, a organização destrói riqueza”*.

Alguns indicadores podem ser utilizados para se verificar a tangibilidade de um valor empresarial. Um deles é o Índice P/L, ou seja, um indicador que mostra a relação entre o

preço de uma ação e o correspondente lucro por ação. Como o lucro por ação refere-se a evento passado, comparar o preço atual da ação em relação a ele, indica a expectativa de valor que os investidores possuem quanto ao futuro de uma organização.

Outro indicador é o denominado de DVA, ou Demonstrativo do Valor Adicionado. Tal indicador mostra a riqueza gerada pela empresa em certo período de tempo e como foi o mesmo utilizado, ou seja, como foi distribuído (para as pessoas, com os impostos etc.). A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) 3.7, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, estabelece os procedimentos para a evidenciação das informações referentes ao valor adicionado.

De maneira sucinta e a partir daquela norma, da receita bruta são deduzidos os insumos adquiridos de terceiros e demais fatores, obtendo-se o valor adicionado, ou resultado, e como o mesmo será distribuído.

De maneira geral, as boas práticas de governança corporativa exercidas pelos Administradores, quando trabalhadas por estes de maneira intensa, expõem as ações gerenciais que podem tornar a organização melhor sucedida se o foco for o longo prazo. A retribuição se faz por meio da apuração dos resultados e premiam-se os executivos com incentivos e remuneração variável de curto prazo (Oliva e Albuquerque, 2007, p. 69). Para tal, segundo esses autores, as empresas se valem dos seguintes indicadores:

(1) *Economic Value Added* – EVA, que se propõe a medir o ganho para o acionista frente ao custo do capital investido;

(2) *Earning Before Interest Tax Depreciation and Amortization* – EBITDA, que se traduz na apuração dos resultados operacionais da empresa antes da aplicação dos impostos, depreciação e amortização para fixar os valores de remuneração variável.

Tais posturas apontam de maneira direta para os caminhos que se espera atingir no tocante ao sucesso em relação aos valores, sejam eles de imediato ou em prazo mais dilatado.

Nesse contexto, pode-se considerar que o mundo empresarial chega a classificar as empresas a partir de suas ações negociadas no mercado de capitais, sendo comum chamar-se de primeira linha, ou *blue chips*, aquelas ações bastante procuradas, quando a empresa se destaca em seu ambiente. Já as ações de segunda linha representam os papéis menos negociados, com menor volume de negociação.

Assim, espera-se que empresas com boas práticas de governança sejam valorizadas pelo mercado e por seus *stakeholders*.

### **Referências Bibliográficas:**

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. *Administração estratégica*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 550p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 5.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015. 108p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. *Monitoramento de desempenho empresarial* / coord. Fabio Cornibert, Jorge R. Manoel e Oscar Malvessi. São Paulo, SP: IBGC, 2017. (Série Cadernos de Governança Corporativa, 18). 80p.

LACOMBE, Beatriz M. B, KUBO, Edson K. M.; OLIVA, Eduardo C. Dilemas Éticos Enfrentados por Profissionais de Recursos Humanos: Explorando Cursos de Ação. Rio de Janeiro: *RAC- Revista de Administração Contemporânea*, November, 2017.

OLIVA, Eduardo C. e ALBUQUERQUE, Lindolfo G. Sistema de remuneração de executivos e conselheiros como suporte à estrutura de governança corporativa. São Leopoldo: *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 2007.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. *Governança corporativa fundamentos, desenvolvimento e tendências*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, André Luiz Carvalhal da *Governança corporativa e sucesso empresarial – melhores práticas para aumentar o valor da firma*. São Paulo: Saraiva, 2006.

## 10. PRODUTOS DE MARCAS PRÓPRIAS: FATORES DETERMINANTES QUE INFLUENCIAM NA DECISÃO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DAS CIDADES DO GRANDE ABC PAULISTA

Antônio Aparecido de Carvalho  
Álvaro Francisco Fernandes Neto

### Resumo executivo

*As empresas do ramo supermercadista buscam desenvolver diferencial competitivo. Uma das opções é a criação de produtos de marcas próprias. O foco da presente pesquisa foi o de identificar os fatores determinantes que levam os consumidores das cidades que compõem o Grande ABC Paulista a adquirirem produtos de marcas próprias. A pesquisa também procurou levantar os motivos pelos quais os consumidores de produtos de marcas próprias deixaram de consumi-los e ainda os motivos apresentados por pessoas que não estão propensas ao consumo de tais produtos. Foi aplicada pesquisa de campo, cujos dados foram coletados com o uso de questionário eletrônico. A pesquisa revelou que a substituição de produtos de marcas tradicionais por produtos de marcas próprias deve-se principalmente à satisfação das necessidades que tais produtos trazem em itens como valor, qualidade, preço praticado e confiança.*

### Marcas Próprias

Segundo a Associação Brasileira de Marcas Próprias – ABMAPRO (2018) define-se marcas próprias todo serviço ou produto fabricado, beneficiado, processado, embalado para uma organização que detém o controle e distribuição da marca, que pode levar ou não o nome dessa organização.

Visto que os produtos de determinadas categorias são cada vez mais homogêneos, muitos varejistas têm aproveitado a força das suas respectivas marcas para estende-las diretamente, ou por meio de marcas associadas a elas, a produtos alimentícios, de higiene, limpeza e medicamentos dentre outros. São exemplos os produtos da marca Coop; Carrefour; Viver, do Grupo Pão de Açúcar; Tael e Qualitá, do Pão de Açúcar e; Extra e Aro, do Makro Atacadista.

As estratégias do uso das marcas próprias, gerenciadas principalmente por redes supermercadistas, propiciam diferenciação e a possibilidade de concorrer com marcas existentes no mercado e exclusivas dos seus fabricantes, passando a ter maior flexibilidade e poder de barganha no processo de negociação com fornecedores. Esta estratégia gera maiores margens de lucro para a empresa do que ela alcançaria com a oferta de produtos de outros fabricantes.

Dados da ABMAPRO (2017) mostram quatro fases da estratégia de marcas próprias no Brasil, apresentadas no quadro 1.

## Quadro 1 – Fases das Marcas Próprias

Década	Denominação	Estratégia
1970	1ª Geração de Produtos de Marcas Próprias	Introdução dos Produtos Genéricos – sem marca específica e preços mais baixos.
1980	2ª Geração de Produtos de Marcas Próprias	Varejistas e atacadistas passam a estampar suas marcas nos produtos.
1990	3ª Geração de Produtos de Marcas Próprias	A abertura do comércio internacional possibilitou a entrada de produtos de origem estrangeira, que passaram a competir com os produtos do mercado nacional; as marcas próprias ganharam mais força.
2000 até os dias atuais	4ª Geração de Produtos de Marcas Próprias.	Geração de valor: o foco é agregar novos conceitos aos produtos, tais como, inovação, bem-estar e sustentabilidade. O preço não é o atrativo principal.

Fonte: ABMAPRO (2017).

Segundo dados extraídos do Congresso Private Label (2018), produtos de marcas próprias estão presentes em 60% dos lares brasileiros. O crescimento da comercialização de produtos de marcas próprias, de 2011 a 2018, foi de 68%.

Os motivos que incentivam os varejistas a optarem pela oferta de produtos de marcas próprias são a possibilidade de: fortalecer a marca; fidelizar clientes; oferecer opções diferentes de produtos; aumentar o poder de negociação com fornecedores; incrementar a competitividade e produtividade; conquistar maior fatia de mercado; alcançar diferencial frente à concorrência; atingir maior rentabilidade e crescimento no mercado.

### A Pesquisa de Campo

A pesquisa buscou identificar os fatores determinantes que levam os consumidores das sete cidades do Grande ABC Paulista a optarem por adquirir produtos de marcas próprias. Foi aplicado questionário eletrônico a consumidores residentes nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

O questionário foi dividido em quatro módulos:

- módulo 1: perfil do consumidor;
- módulo 2: motivos pelos quais o consumidor compra produtos de marcas próprias;
- módulo 3: motivos pelos quais o consumidor deixou de comprar produtos de marcas próprias e;
- módulo 4: motivos pelos quais o consumidor não tem propensão a comprar produtos de marcas próprias.

### Resultados da Pesquisa

A pesquisa foi respondida por 145 consumidores das sete cidades. O perfil dos respondentes demonstrou que o gênero predominante foi o feminino com 69% dos respondentes e 31% masculino. A idade dos respondentes variou de 20 a 72 anos. Quanto ao estado civil, 40% são casados; 47,6% são solteiros; 7,6% estão em união estável e; 4,8% estão em outras categorias.

Em relação ao grau de instrução, a pesquisa mostra que 39,3% têm o curso superior incompleto; 29,7%, curso superior completo; 20%, curso de pós-graduação completo; 5,5%, ensino médio completo; 3,4%, pós-graduação incompleto; 1,4%, ensino médio incompleto e; 0,7%, ensino fundamental incompleto.

Dos respondentes, 110 pessoas (75,9%) responderam que compram produtos de marcas próprias; 19 (13,1%), que já compraram, mas não compram atualmente e; 16 (11%), que nunca compraram.

### **Consumidores que compram Produtos de Marcas Próprias**

Os produtos de marcas próprias que se destacaram estão apresentados na tabela 1, salientando que cada consumidor podia escolher mais de um tipo de produto.

**Tabela 1 – Produtos de Marcas Próprias que se destacam entre os consumidores pesquisados do Grande ABC Paulista**

<b>Produto</b>	
Produtos Alimentícios	86,5 %
Produtos de Limpeza	67,6 %
Bebidas e Sucos	47,3 %
Produtos de Higiene	44,1 %
Outros	3,6 %

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da pesquisa de campo (2018).

A tabela 2 apresenta como os consumidores tomaram conhecimento acerca dos produtos de marcas próprias.

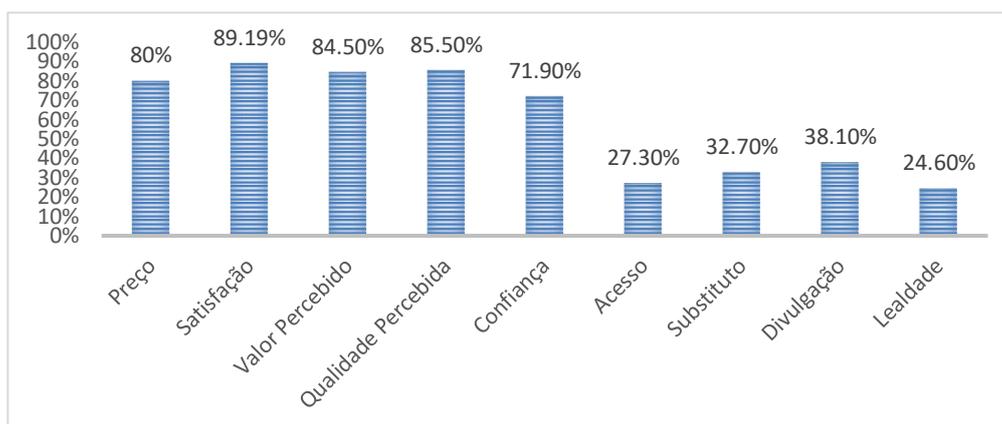
**Tabela 2 – Como os consumidores do Grande ABC pesquisados tomaram conhecimento acerca dos Produtos de Marcas Próprias**

<b>Como tomou conhecimento</b>	
Teste de produtos diferentes das marcas tradicionais	57,7 %
Indicação de amigos, vizinhos e parentes	23,4 %
Degustação nas redes de supermercados	23,4 %
Publicidade em jornais, revistas e encartes dos supermercados	13,5 %

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da pesquisa de campo (2018).

Visando identificar os fatores determinantes, para que os consumidores tenham optado pelos produtos de marcas próprias, foi apresentada escala de concordância de 1 a 10 pontos. O gráfico 1 ilustra que os fatores mais relevantes para a opção de compra de produtos de marcas próprias são: a qualidade, o valor percebido, a satisfação das necessidades, a confiança que a marca dos supermercados oferece e o preço em relação aos preços praticados pelas marcas tradicionais.

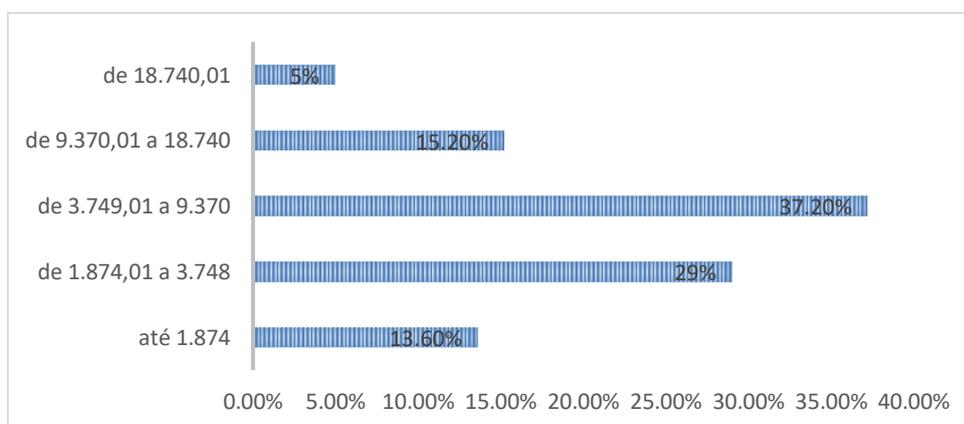
**Gráfico 1 – Fatores determinantes para compra de produtos de marcas próprias segundo os consumidores pesquisados do Grande ABC**



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da pesquisa de campo (2018).

Em relação à renda dos consumidores de produtos de marcas próprias, foi possível verificar que, segundo a amostra pesquisada, todas as faixas de renda são compradoras desses produtos, como ilustrado no gráfico 2. Contudo, salienta-se que 37,2% dos consumidores enquadram-se na faixa de renda de R\$ 3.749,01 a R\$ 9.370,00.

**Gráfico 2 – Faixa de Renda dos consumidores de Produtos de Marcas Próprias, Grande ABC Paulista**



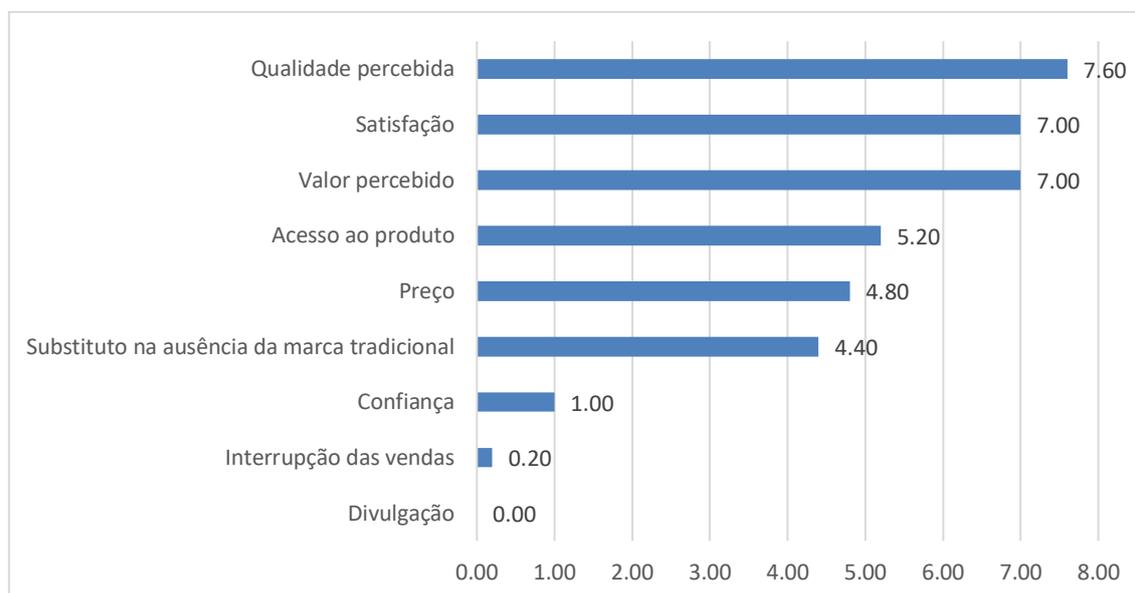
Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da pesquisa de campo (2018).

### **Consumidores que compravam produtos de marcas próprias e não compram atualmente**

A pesquisa mostra que 19 respondentes (13,1%) deixaram de comprar produtos de marcas próprias devido à baixa qualidade do produto; ao produto não trazer satisfação de suas necessidades; ao baixo valor percebido; ao preço do produto quando comparado com as marcas tradicionais; ao fato de que compravam os produtos de marcas próprias como substitutos dos produtos de marcas tradicionais quando não encontravam estes produtos de marcas tradicionais nos supermercados; à

não inspiração de confiança; à não oferta do produto na rede de supermercado, conforme dados demonstrados no gráfico 3.

**Gráfico 3 – Fatores determinantes para que os consumidores do Grande ABC Paulista deixem de comprar produtos de marcas próprias**

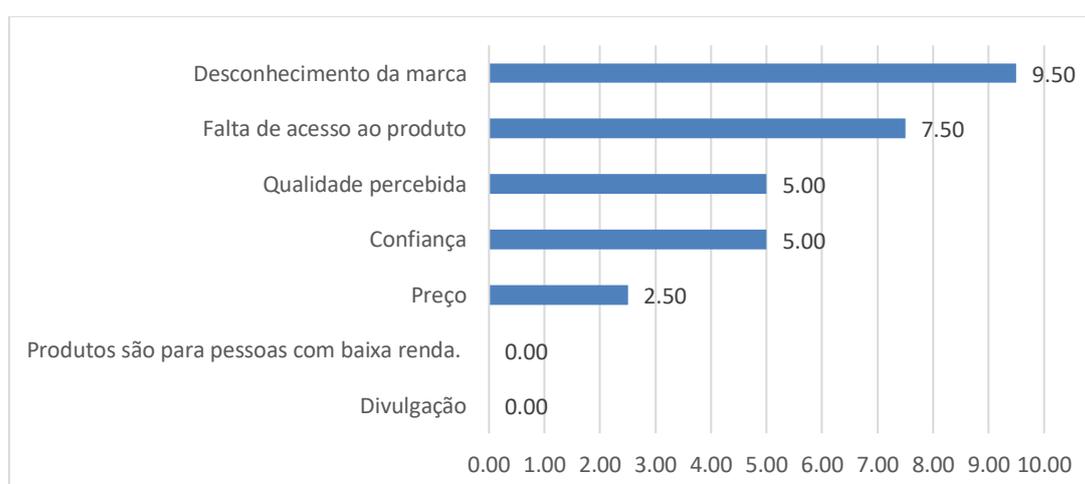


Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da pesquisa de campo (2018).

### **Determinantes para a não compra de produtos de marcas próprias**

O fator determinante para a “não compra” de produtos de marcas próprias, segundo 16 respondentes (11,03%), são: desconhecimento da marca, falta de acesso ao produto, qualidade percebida, confiança e preço. Os dados estão expressos no gráfico 4.

**Gráfico 4 – Fatores determinantes para que os consumidores do Grande ABC Paulista não comprem produtos de Marcas Próprias**



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, a partir da pesquisa de campo (2018).

## Conclusão

A pesquisa demonstra que o mercado de marcas próprias está em expansão. Foi possível perceber que, dos 145 respondentes das cidades que compõem o ABC, apenas 16 deles não compram produtos de marcas próprias, representando 11,03% dos respondentes. Um dado importante está relacionado aos respondentes que costumavam comprar, mas que atualmente deixaram de efetuar as compras, que representam 13,1%. Neste caso, as redes de supermercados devem se atentar aos motivos descritos e fortalecer estratégias para reconquistá-los.

Segundo a percepção da amostra pesquisada dos consumidores de produtos de marcas próprias, os que fatores que apresentaram relevância são: satisfação das necessidades, qualidade percebida, valor percebido, preço e confiança. As variáveis que se apresentam com menor importância são: divulgação, produtos substitutos de marcas tradicionais, acesso e por último a lealdade.

Quanto aos determinantes que influenciaram consumidores a não mais comprarem produtos de marcas próprias, foi possível identificar que os de maior relevância são qualidade percebida, satisfação das necessidades, valor percebido e acesso ao produto. Vale salientar que da amostra pesquisada apenas 13,1% deixaram de comprar tais produtos.

A pesquisa também trouxe evidências sobre os determinantes que influenciam os consumidores a não estarem propensos a comprarem produtos de marcas próprias. Segundo a amostra pesquisada, os fatores de maior relevância são principalmente desconhecimento da marca, acesso aos produtos e qualidade percebida.

## Referências Bibliográficas

ABMAPRO. Evolução de Marca Própria no Brasil. Disponível em: <http://www.abmapro.org.br/page/marcapropria>. Acesso em: 03 jan. 2019.

PRIVATE LABEL. Congresso. Disponível em: <http://privatelabelbrazil.com.br>. Acesso em 10 jan. 2019.

## 11. INDÚSTRIA 4.0: ENTREVISTANDO UMA ESPECIALISTA EM ESTRATÉGIA COMPETITIVA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Maria do Socorro Souza

### Resumo executivo

*A nota apresenta entrevista sobre as tendências e políticas necessárias diante da indústria 4.0, realizada com a Prof. Dr<sup>a</sup> Anapátricia Morales Vilha, da UFABC, especialista em estratégia competitiva e de inovação, Gestão de tecnologia e inovação; Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação e Empreendedorismo. Atualmente, a Professora coordena a região Sudeste no Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec).*

As aceleradas transformações econômicas e tecnológicas têm intensificado mudanças também nas relações entre empresas, universidades e poder público.

Países como Alemanha, EUA e China, por meio de parcerias entre universidades, empresas e poder público, buscam, através de programas e incentivos relacionados ao aumento do nível de produção, inovação tecnológica e capacitação profissional, aumentar a produção de produtos e serviços e alcançar maior competitividade no mercado global. No caso da Alemanha (Indústria 4.0) e EUA (Manufatura Avançada), estes programas representam também um esforço claro de retomada de parte da produção industrial transferida para outros países, especialmente os países asiáticos (*reshore*).

No Brasil, instituições procuram ainda compreender como as três partes - poder público, empresas e universidades, em conjunto, podem desenvolver planos e incentivos para as inovações tecnológicas relacionadas à indústria 4.0.

Um exemplo é o conjunto de ações propostas pelo grupo de trabalho (GTI 4.0), coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que têm o objetivo de elaborar uma política nacional para a indústria 4.0.

O programa “Rumo à indústria 4.0”, que envolve a FIESP, o CIESP e o SENAI-SP, tem como objetivo difundir o conceito e as tecnologias da Indústria 4.0; fazer um diagnóstico tecnológico setorial; identificar o nível de maturidade da empresa e definir a trajetória mais adequada para alcançar projetos e ações com as tecnologias habilitadas na indústria 4.0.

Outros exemplos de iniciativas são o da Escola SENAI de mecatrônica em São Caetano do Sul, para formação profissional de técnicos e tecnólogos com ênfase em Indústria 4.0, e a criação do curso de pós-graduação em Internet das Coisas (IoT), na Escola SENAI Mariano Ferraz, na Vila Leopoldina.

Em virtude da amplitude do tema, no qual cabem diversos tipos de estudos e abordagens, especialistas no mundo corporativo e na academia, por meio de seus conhecimentos e pesquisas, procuram expor ao público suas opiniões e sugestões quanto ao desenvolvimento de planos e ações relacionadas à trajetória da indústria 4.0 no Brasil.

Neste sentido, esta nota técnica reproduz entrevista que fizemos com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Anapátricia Morales Vilha. Com Mestrado em Administração e Doutorado em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP, Anapátricia é coordenadora da área de Transferência de Tecnologia da Agência de Inovação da Universidade Federal do ABC (UFABC), bem como Professora dos Programas de

Pós-Graduação de Economia e de Biotecnologia da instituição. É Líder do Grupo de Estudos Avançados em Política e Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação (GEACTI) da UFABC e do Laboratório de Empreendedorismo e Inovação – LabEI, da UFABC. Atualmente coordena a região Sudeste no Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec).

Neste momento de sua trajetória profissional, a Prof<sup>a</sup> Anapátricia Morales Vilha tem se dedicado ao estudo de temas como: Estratégia competitiva e de inovação; Gestão de tecnologia e inovação; Gestão de inovação em economias emergentes; Tecnologia, inovação e desenvolvimento sustentável; Economia da inovação tecnológica; Estratégias empresariais; Políticas de ciência, tecnologia e inovação e Empreendedorismo.

**1) Diante das tecnologias de base digital da indústria 4.0 – robótica, internet das coisas, inteligência artificial, big data, computação em nuvem, novos materiais, impressão 3D etc – quais países vão encontrar mais dificuldades? O que devem fazer para a trajetória rumo à indústria 4.0?**

Anapátricia M. Vilha: *Certamente países que não estão na fronteira tecnológica. Temos um hiato importante que diz respeito ao próprio posicionamento tecnológico dos países. Países que estão distantes da agenda de desenvolvimento tecnológico, que de certa forma reveste a chamada indústria 4.0, terão mais dificuldades de se inserir nesse novo contexto. Países que não possuem processo regulatório ou de incentivo por parte do estado para fomento e o desenvolvimento de soluções e de empresas no contexto da indústria 4.0 certamente terão dificuldades. Países que não trabalhem com a própria noção de cadeias globais de valor. As empresas hoje, na indústria 4.0, são empresas que estão mirando mercados internacionais. Até porque a noção da indústria 4.0 não olha apenas mercados locais. Ela intensifica a competição global. Normalmente os países menos dotados de práticas ou movimentos ligados a industrialização certamente terão mais dificuldades de se inserir. Há um desafio dobrado para países que não são dotados de desenvolvimento tecnológico bastante denso, que é maior ainda para países que não estão inseridos nessa dinâmica. É um desafio importante especialmente para países cuja industrialização é tardia, cuja dinâmica econômica e tecnológica é um pouco mais inerte. Certamente esses países terão dificuldades de se inserir nesse contexto.*

**2) Que propostas você apresenta para o país e para as regiões no contexto da indústria 4.0?**

Anapátricia M. Vilha: *O primeiro passo é ter políticas públicas para apoiar e para regular a atividade empresarial de fomento à indústria 4.0. Essa discussão precisa ser feita de maneira bastante expressiva, com vistas a pensar políticas de apoio, políticas de regulação e políticas de atração de investimentos. No curto e médio prazo, este é um desafio que temos que trabalhar. Pensar a indústria 4.0 como um instrumento que precisa ser regulado, estimulado e incentivado. É preciso ter claro a importância do Estado em setores de fronteira, como a indústria 4.0.*

**3) Quanto às patentes, como você visualiza a aprovação diante da indústria 4.0?**

Anapátricia M. Vilha: *Em relação às patentes no entorno da indústria 4.0, não existem soluções prontas que sejam passíveis de proteção intelectual. O que você tem são rotas tecnológicas que já estão em curso. No campo da computação, no campo da robótica e no campo da instrumentação. Essas rotas vão culminar soluções que poderão ser apropriadas para a indústria 4.0. Nesse contexto, também temos um desafio que é o de avançar o fluxo de desenvolvimento tecnológico que pode ser passível de proteção intelectual. Mas isso é um desdobramento das próprias políticas de incentivo ao desenvolvimento científico e de atração de investimentos. Isto vai na mesma direção da questão anterior. As patentes serão intensificadas na medida em que se tenha uma agenda de apoio em torno da indústria 4.0 e que envolva projetos tecnológicos de Universidades, Institutos de pesquisa ou empresas. Então a questão das patentes é um desdobramento de uma agenda pró-indústria 4.0.*

#### **4) Qual é a importância das startups para a indústria 4.0?**

Anapátricia M. Vilha: *As startups não são movimentos exclusivos da indústria 4.0, mas elas podem oxigenar um pouco a dinâmica do desenvolvimento tecnológico que nós temos nesse campo. As startups em áreas tecnológicas de fronteira permitem disponibilizar ou conectar as grandes empresas a soluções que são importantes para a convergência que se espera de tecnologias na indústria 4.0. Entendo que as startups são importantes porque nós temos na indústria 4.0 uma série de soluções ou uma série de requerimentos tecnológicos que em muitas empresas não há disponibilidade e a agenda das startups de base tecnológica poderá oxigenar esse volume de soluções que a própria indústria 4.0 vai demandar. O movimento das startups é positivo nesse sentido.*

#### **5) Como você visualiza o mercado de trabalho na indústria 4.0 e as oportunidades quanto à qualificação, ao gênero e às regiões do país?**

Anapátricia M. Vilha: *A questão relacionada ao gênero é pouco importante no momento para se discutir o impacto no mercado de trabalho. Não é essa linha de discussão que se impõe para se discutir o reflexo da indústria 4.0 no mercado de trabalho. Estamos em uma fase anterior que é tentar entender qual é o impacto para a natureza da mão de obra. Certamente uma mão de obra mais qualificada no Brasil vai precisar ser formada, vai precisar ser capacitada para lidar com a noção da indústria 4.0. Teremos um impacto importante nos trabalhos mais rotineiros, mais do chão de fábrica, porque tem o processo de transformação dos processos produtivos e certamente um rebatimento importante vai acontecer nas áreas mais rotineiras. Haverá também um impacto previsto na mobilidade de profissionais de diferentes setores, justamente pela falta de competência para gerenciamento de condução da organização para a indústria 4.0. Não consigo falar sobre oportunidades, mas posso dizer sobre desafios. Precisamos pensar na requalificação e na capacitação para a realidade. O desafio inicial será na direção da requalificação das pessoas, recapacitar as pessoas para essa realidade e fazer um reinserção dessas pessoas talvez não só em setores diretamente ligados às expertises que serão requeridas pela indústria 4.0 mas também fazer uma reinserção dessas pessoas em setores correlatos como os setores de TI, por exemplo. No caso do setor de TI, enxergamos haver ainda um vigor de expansão no Brasil e que poderá absorver uma parte dessa mão de obra que vai precisar se requalificar ou que ficará fora do mercado de trabalho em função das mudanças impostas na indústria 4.0. Oportunidades no curto prazo? Eu não chamaria de oportunidades, mas sim desafios. E não são desafios impostos à região A, B ou C do Brasil. Entendo que é um desafio do país. Pensar a questão laboral, a questão do mercado de trabalho indistintamente. Claro que você tem especificidades dependendo da região mais ou menos preparada, mais ou menos alinhada à lógica da indústria 4.0. Entretanto, essa é uma discussão que precisa ser colocada em um plano nacional e não por regiões porque se assim o fizer o problema será generalizado.*

#### **6) No Brasil, como você avalia a participação das micro e pequenas empresas nas configurações industriais que serão estruturadas de acordo com a indústria 4.0?**

Anapátricia M. Vilha: *Olhar para as micro e pequenas empresas do ponto de vista de políticas públicas que fomenta as atividades não absorvidas pelas grandes empresas também é necessário para tenhamos um futuro promissor no contexto da indústria 4.0.*

#### **7) Nos últimos meses tem-se falado muito sobre a exclusão de alguns cursos de graduação, como exemplos, o de Engenharia da Produção e de Ciências Contábeis, que não seriam mais necessários na indústria 4.0. Você concorda com essa análise de especialistas?**

Anapátricia M. Vilha: *Entendo que o debate sobre os cursos de graduação no Brasil transcende a indústria 4.0. É importante que as Universidades revejam as disciplinas dos cursos e agreguem conteúdos que irão contribuir para a formação de mão de obra qualificada. As empresas não darão*

*conta, sozinhas, dessa demanda. Então, em conjunto, Universidades, empresas e governo poderão elaborar planejamentos para atender às demandas do mercado de trabalho.*

#### **8) Nos parques tecnológicos encontramos atividades e planos voltados para a indústria 4.0?**

*Anapátricia M. Vilha: Nas localidades que existem parques tecnológicos entendo que já existe uma mão de obra mais qualificada, pois as empresas estão mais próximas e a contribuição das Universidades também é presente. Mas não acredito que nos parques tecnológicos já exista um avanço em tecnologias da indústria 4.0. Entendo que ainda estamos no caminho, falta muito para avançarmos na trajetória para a indústria 4.0.*

#### **9) Na sua opinião, estamos avançando na Região do Grande ABC Paulista, na temática e em ações relacionadas à indústria 4.0?**

*Anapátricia M. Vilha: A temática da indústria 4.0 perpassa a Região do Grande ABC Paulista. É preciso olhar para o Brasil e as necessidades de implantação de tecnologias capazes de atender às demandas da sociedade. Do ponto de vista de gestão, é imprescindível que as empresas se reestruturem e atentem para novos modelos de negócios, arranjos produtivos que certamente irão demandar uma mão de obra qualificada e capacitada para exercer atividades que serão ofertadas pelas empresas. Do ponto de vista econômico, a participação do Governo é indispensável haja vista que o momento econômico e as mudanças tecnológicas necessitam do engajamento do Estado que certamente deve criar políticas públicas que propiciem o financiamento de máquinas e equipamentos necessários para a realização das atividades não somente das indústrias, mas de todos os setores da economia.*

## 12. O QUE ESPERAR DO MUNDO DA TECNOLOGIA EM 2019

**Luiz Schmidt**  
**Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS)**

### Resumo executivo

A nota trata de algumas das principais tendências da tecnologia em 2019. Com base em Gartner (2018), são apresentadas as 10 tendências tecnológicas estratégicas que as organizações devem começar a explorar já neste ano: coisas autônomas; analítica aumentada; desenvolvimento orientado por inteligência artificial; gêmeos digitais; empowered edge; experiência imersiva; blockchain; espaços inteligentes; ética e privacidade digital; computação quântica.

Estamos em meio a uma transformação digital cada vez mais forte em nossas vidas. O que antes era coisa apenas dos jovens que gostavam das coisas que estavam na “moda”, agora é assunto em vários lares. A forma como interagimos com a tecnologia está mudando muito.

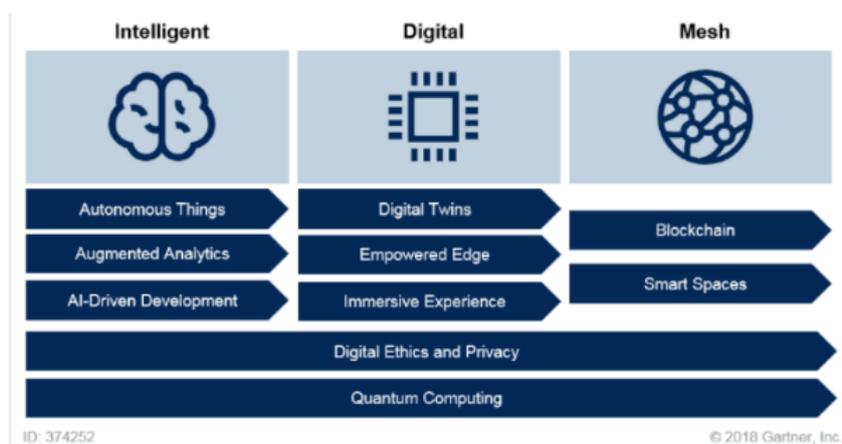
Em Portugal, em 2018, estive presente no WebSummit Lisboa. Lá, ouvi de um palestrante que: “a tecnologia estará cada vez mais presente em nossas vidas e, quanto menos percebemos a sua utilização, mais moderna ela é”.

De fato, temos visto assistentes pessoais, plataformas de conversação, inteligência artificial e robôs que estarão cada vez mais presentes em nossas vidas. Talvez não aos nossos olhos, mas com certeza estarão presentes.

Observo pessoas com mais idade que antes não sabiam lidar com o celular pesquisando coisas tranquilamente, usando assistente de voz dos celulares. Você tem percebido isso?

Gartner apresentou as 10 tendências tecnológicas estratégicas que as organizações devem começar a explorar já em 2019.

### Top 10 Strategic Technology Trends for 2019



Fonte: Gartner, 2018.

1. **Coisas autônomas:** robôs, drones, veículos autônomos etc.
2. **Analítica aumentada (*Augmented Analytics*):** trata-se de uma forma de usar o *machine learning* para transformar o modo como o conteúdo analítico é desenvolvido, consumido e compartilhado. É algo como uma lapidação de dados para deixá-los pronto para o mundo digital.
3. **Desenvolvimento orientado por AI:** A inteligência artificial está ajudando também no desenvolvimento de novas aplicações, sugerindo informações, dados e mecanismos para os programadores conseguirem fazer programas cada vez mais eficientes.
4. **Gêmeos digitais:** Um gêmeo digital é uma representação digital de uma entidade ou sistema do mundo real, melhorando sua capacidade de coletar e visualizar os dados corretos, aplicar as análises e regras e responder efetivamente aos objetivos de negócios.
5. **Empowered edge:** É uma topologia de computação na qual o processamento de informações e a coleta e entrega de conteúdo são colocados mais próximos da extremidade da rede, reduzindo o tráfego e a latência.
6. **Experiência imersiva:** Até 2028, a experiência do usuário passará por uma mudança significativa na forma como os usuários percebem o mundo digital e como interagem com ele.
7. **Blockchain:** O *blockchain* representa uma alternativa aos modelos centralizados de confiança que compõem a maioria dos detentores de registros de valor.
8. **Espaços inteligentes:** Gartner define espaços inteligentes como ambientes físicos ou digitais povoados por humanos e capacitados pela tecnologia, criando ecossistemas cada vez mais conectados, inteligentes e autônomos. Múltiplos elementos – incluindo pessoas, processos, serviços e coisas – se reúnem em um espaço inteligente para criar uma experiência mais imersiva, interativa e automatizada.
9. **Ética e privacidade digital:** A ética e a privacidade digitais são preocupações crescentes para indivíduos, organizações e governos. As pessoas estão cada vez mais preocupadas sobre como suas informações pessoais estão sendo usadas por organizações do setor público e privado. A reação só aumentará para organizações que não estejam abordando proativamente essas preocupações.
10. **Computação quântica:** A computação quântica é um tipo de computação não-clássica que opera no estado quântico de partículas subatômicas (por exemplo, elétrons e íons) que representam informações como elementos denotados como bits quânticos (qubits). Organizações automotivas, financeiras, de seguros, farmacêuticas, militares e de pesquisa têm mais a ganhar com os avanços na computação quântica. Na indústria farmacêutica, por exemplo, a tecnologia poderia ser usada para modelar interações moleculares em níveis atômicos, acelerar o lançamento de novos medicamentos para tratamento de câncer, ou prever com mais precisão a interação de proteínas levando a novas metodologias farmacêuticas. Segundo Gartner, até 2023, 20% das organizações estarão orçando projetos de computação quântica, em comparação o percentual de menos de 1% de hoje.

Fonte: <https://cio.com.br/10-tendencias-tecnologicas-estrategicas-para-2019-segundo-o-gartner/>.

Além das tendências citadas por Gartner, incluo também outra: o JOMO (*joy of missing out*). Nos anos anteriores, escutamos falar do FOMO (*fear of missing out*), uma espécie de síndrome que algumas

peças desenvolviam ficando ansiosas com a ideia de perderem alguma informação. Dada a quantidade de informações presentes em nosso dia-a-dia, conseguir absorver tudo é uma tarefa impossível.

Como disse, existe agora, porém, uma nova tendência, o JOMO. É algo como estar feliz por estar desconectado. Um grupo de estudiosos, incluindo pessoas do Facebook, fabricantes de celulares e desenvolvedores de aplicações, estuda formas de diminuir nossa dependência ao celular. Acredito que este grupo começou a desenvolver esta tendência que faz com que a população “queira desconectar-se” e se conectar mais com seu bem-estar.

Portanto, podemos esperar um ano cheio de novidades na tecnologia. Fiquemos cientes que muitas vezes não vamos ver o resultado desta mudança. Mas com certeza vamos “conversar com ela” ou “seguir o que ela está nos mostrando”, seja com inteligência artificial focada em plataformas de conversação ou melhoria de dados e informações que serão apresentados para nós cada vez que pesquisamos algo no Google. Muitas inovações estão acontecendo.

Saliento que parte destas inovações, para serem utilizadas como fator de diferenciação, seja de modo profissional para cada indivíduo ou empresarial para as instituições, é necessário que haja uma mudança de *mindset*, na forma como usamos a tecnologia. E nisto o ITESCS e outros institutos e movimentos de *Startup* podem ajudar muito. Fique por dentro e pesquise qual o mais próximo de você e envolva-se!

#### **Referências Bibliográficas**

<https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2018-10-15-gartner-identifies-the-top-10-strategic-technology-trends-for-2019>.

<https://cio.com.br/10-tendencias-tecnologicas-estrategicas-para-2019-segundo-o-gartner/>.

## 13. REDE FABLAB ABC

Enio Moro Junior

### Resumo executivo

*A experiência da Cidade de Barcelona chamada “InnoBAdora” estimula a sinergia entre vários tipos de trabalhos tecnológicos colaborativos em uma rede que congrega jovens em início de carreira, desempregados e estudantes. Esta nota técnica discute a possibilidade de programa semelhante no Grande ABC Paulista, especulando sobre a importância do poder público na estimulação de atividades produtivas inovadoras.*

Uma breve constatação do Grande ABC Paulista, em ligeiro lapso de tempo, a partir das relações entre o aumento do seu percentual de desempregados, a evolução de sua população em cerca de 200 mil habitantes e o desempenho do PIB regional mesmo desconsiderando a inflação de mais de 40% no período (IPC/Banco Central), mostra uma realidade preocupante:

**Tabela 1 – Relação entre desempregados, PIB regional e População no Grande ABC Paulista**

Ano	Desempregados (em %)	PIB Regional (em mil reais correntes)	População Grande ABC (em milhões de habitantes)
2011	9,9	R\$ 105.438.357,93	2,55
2012	10,3	R\$ 108.196.190,28	2,58
2013	10,1	R\$ 118.304.049,40	2,64
2014	10,7	R\$ 120.190.959,14	2,70
2015	12,5	R\$ 111.919.471,09	2,71
2016	16,3	R\$ 111,835.772,13	2,73
2017	17,7	R\$ 117.884.312,69	2,77

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: adaptado PED/ABC Fev.2017 (SEADE/DIEESE), IBGE e Carta Conjuntura USCS 01/2018.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região do Grande ABC (DIEESE, 2017), a atividade industrial ainda é muito significativa também no número de pessoas ocupadas, em especial a indústria metal-mecânica, de transformação e comércio e reparação de veículos automotores, mas com rendimento médio em declínio.

O enfrentamento desses desafios em economias nas quais a lógica burguesa é claramente dominante apresenta o poder público e suas estratégias como um dos suportes para a reversão deste quadro.

A experiência de Barcelona, na Espanha, a qual resumidamente estimula novas dinâmicas de produção a partir de desempregados, empreendedores, jovens em início de carreira e instituições de ensino e pesquisa, é muito interessante. O programa chama-se innoBAdora e promove a sinergia de projetos de inovação socioeconômica. Em resumo, são comunidades incubadas que criam iniciativas de trabalhos comuns e compartilham suas experiências.

Neste contexto e retornando ao Grande ABC Paulista, a implantação de uma rede intermunicipal de espaços para manufatura digital, os FabLabs, que aproximem estudantes, escolas, empreendedores e desempregados, pode representar uma oportunidade ímpar em uma região que possui tradição industrial tão presente.

Sobre a distribuição territorial, recomendamos aderência ao número de habitantes de cada município, de modo que sejam constituídos nove FabLabs no Grande ABC e implantados em até seis meses. Preferencialmente, esses FabLabs devem se localizar próximos à locais que apresentem algum tipo de conexão com modais de mobilidade e que necessitem de equipamentos urbanos que possam induzir melhorias nesses locais.

Estes locais seriam escolhidos pelas municipalidades a partir de espaços que atendam esses requisitos, transformando-se em um produtivo ponto de encontro e troca de experiências. Seria também importante uma agenda comum entre os municípios de modo que se garanta um prazo de cerca de 1 ano para a implantação, de modo que nesse período de tempo consigamos estabelecer uma Rede ABC e suas possibilidades de conexões.

A configuração básica recomendada, com utilização de softwares livres, a partir do FabLab que estamos montando na USCS, é a seguinte:

- 2 Impressoras 3D capazes de produzir próteses, peças, elementos de construção, entre outros;
- 1 Fresadora Router CNC, com dimensões de 2,00m X 3,50m, que trabalhe com madeiras, plásticos, mdf, chapas em geral;
- 1 *Laser* de Gravura, com 3 eixos, 1,50m X 0,50 m, com corte ótico (a laser), para trabalhos em acrílico, tecidos, chapas.

#### Quadro Resumo: Rede FabLab ABC

Municípios	Quantidade	Dimensões (em m <sup>2</sup> )	Investimento (equipamentos)	Custeio (mensal)
Santo André	2	100	R\$ 400.000,00	R\$ 30.000,00
São Bernardo do Campo	2	100	R\$ 400.000,00	R\$ 30.000,00
São Caetano do Sul	1	100	R\$ 200.000,00	R\$ 15.000,00
Diadema	1	100	R\$ 200.000,00	R\$ 15.000,00
Mauá	1	100	R\$ 200.000,00	R\$ 15.000,00
Ribeirão Pires	1	100	R\$ 200.000,00	R\$ 15.000,00
Rio Grande da Serra	1	100	R\$ 200.000,00	R\$ 15.000,00
Total	9	900	R\$ 1.800.000,00	R\$ 135.000,00

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS.

Segundo Howkins, autor do livro “Economia Criativa”, os processos industriais que conseguirem personalizar a produção com rapidez e boa qualidade, atendendo às demandas particularizadas e exclusivas de um mercado de consumo cada vez mais sofisticado, deverão prosperar e possibilitar a ampliação e criação de riquezas.

#### **Referências Bibliográficas:**

CONCEIÇÃO, Jefferson José da., *O PIB do Grande ABC Paulista*, Carta de Conjuntura da USCS 01, São Caetano do Sul, 2018.

HOWKINS, John. *The Creative economy*. London: Penguin Books, 2001.

DIEESE/SEADE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego do Grande ABC*, fevereiro de 2017, <https://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>; acesso em 28 de janeiro de 2019.

## 14. EMPREENDEDORISMO “60+” NO GRANDE ABC PAULISTA

João Lucas Moreira Pires\*

### Resumo executivo

*Esta nota toma como base dados apresentados por pesquisas de SEADE/IBGE/DESA. O objetivo é evidenciar a necessidade de uma política pública de empreendedorismo como instrumento de geração de ocupação e renda, ao público-alvo/faixa etária de 60 anos ou mais, bem como notabilizar que existe um déficit nesse público na existência e formalização de seus negócios e, desse modo, ter uma melhor qualidade de vida e acesso a mais bens e serviços. O processo de envelhecimento pode ser indicado pelo número de pessoas em idade produtiva requerida para sustentar cada adulto idoso. O aumento da longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade. As pessoas vivem mais em razão de melhoras na nutrição, nas condições sanitárias, nos avanços da medicina, nos cuidados com a saúde, no ensino e no bem-estar econômico. As pessoas com mais de 60 anos têm um imenso potencial transformador, experiência acumulada e, se forem sensibilizadas, capacitadas e orientadas para empreender, se formalizar e criar pequenos negócios via microempreendedores individuais (MEIs) e micro e pequenas empresas (MPEs), respaldados por políticas públicas efetivas, apresentam capacidade de promover uma mudança profunda na atuação desta faixa etária e no desenvolvimento econômico e social do país.*

### Breve Contextualização

O crescimento da população idosa 60+, nos últimos 10 anos, foi de 8,5 milhões de pessoas no Brasil. Hoje, são 26 milhões com mais de 60 anos, em todo o país. Essa parcela da população deve chegar a 38 milhões em 2027, segundo o IBGE. No Grande ABC Paulista, são mais de 365,8 mil pessoas com mais de 60 anos (13,3% de uma população de 2,7 milhões de pessoas). Essa faixa etária representa 19,6% do eleitorado do ABC, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo a publicação da Fundação Seade, “Perfil dos Municípios Paulistas – 2018”, a faixa etária acima de 60 vai ultrapassar a faixa etária com menos de 15 anos nos próximos cinco anos. No município de São Caetano, os 60+ já ultrapassaram as faixas dos jovens com menos de 15 anos.

Os números acima provocam a necessidade de estudos ligados à sua qualidade de vida e geração de renda, ou seja, fatores que promovam a inserção social, o resgate da autoestima, o “sentir-se útil” à família e à sociedade. Acredita-se hoje que o empreendedor seja o “motor da economia”, um agente de mudanças.

Os dados mostram que o envelhecimento populacional será um desafio para o Brasil, que vai envelhecer antes de se tornar socialmente equilibrado. Então, como as políticas públicas devem apoiar a população de idosos, assegurando-lhes qualidade de vida? Por que não enfrentar os grandes desafios e mostrar as oportunidades para sociedade, governos e empresas, dos 60+, de seus conhecimentos, sonhos e capacidades?

### Empreendedorismo e 60+

Empreendedorismo é um termo que sempre circula pela mídia brasileira e é constante nos discursos de políticos e empresários. O imperativo de ousar, de fazer algo diferente é um argumento sedutor, que prende a atenção do ouvinte. Fala-se muito sobre a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico de um país, seja gerando e mantendo empregos, seja expandindo a atividade econômica, inovando na criação de novos produtos, processos ou mercados.

Do ponto de vista de políticas públicas, o empreendedorismo é um catalisador primário do crescimento econômico e do desenvolvimento regional. Evidências empíricas mostram que há uma relação positiva no cruzamento entre a taxa de empreendedores em estágio inicial (TEA) e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países (HALL e SOBEL, 2006). Quanto maior a TEA, que mede o percentual de pessoas envolvidas em negócios com até três anos e meio de existência, maior o crescimento do PIB. As micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) representam mais de 98% do total das empresas, mais de 60% do emprego formal e aproximadamente 50% do Produto Interno Bruto nas economias desenvolvidas.

Nas economias menos desenvolvidas, as MPMEs empregam pouco mais de 30% da força de trabalho e representam pouco mais de 10% do PIB (IFC, 2007). Estas desigualdades entre as economias mostram a relevância que a atividade empreendedora pode ter no desenvolvimento econômico. Assim, um dos principais desafios que todos os governantes enfrentam é como fomentar a atividade empreendedora. *"As políticas públicas existem para atender às demandas sociais e, como consequência, impactam no desenvolvimento"* (FERNANDES, CAVALCANTI-BANDOS e FADEL, 2013, p. 3).

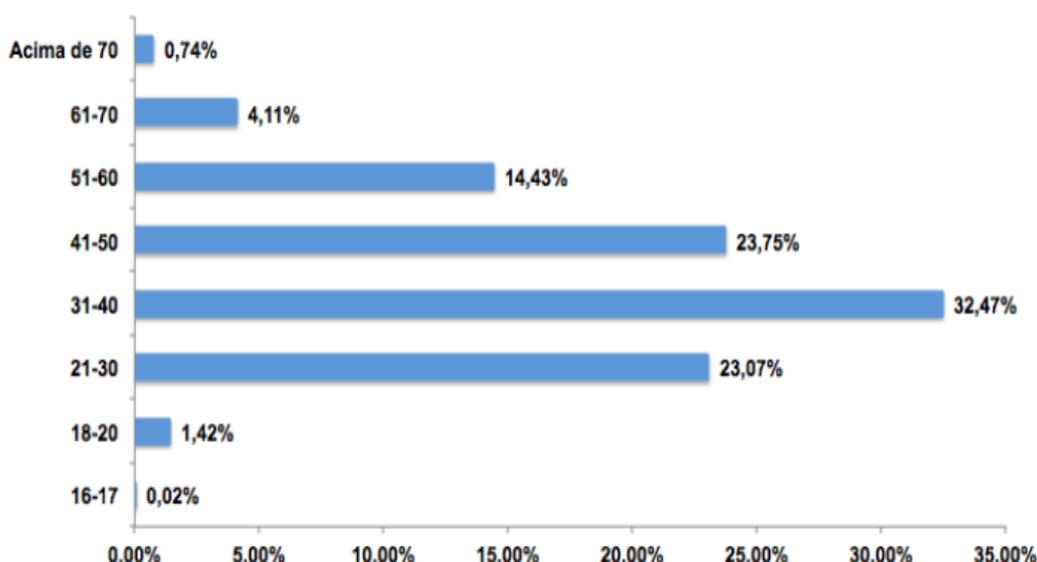
Vale ressaltar que as políticas públicas são ações desencadeadas pelo Estado, que podem ter duas abordagens, a estatista e a multicêntrica.

A estatista trata a administração das políticas públicas como algo rigorosamente referente aos atores governamentais, sendo que a questão que determina o que são atores públicos ou não, é a sua personalidade jurídica. Na compreensão estatista é monopólio do Estado a realização de políticas públicas.

A abordagem multicêntrica é quando ocorre a participação de outros atores como as organizações não governamentais e instituições privadas junto ao Estado no desenvolvimento das políticas públicas.

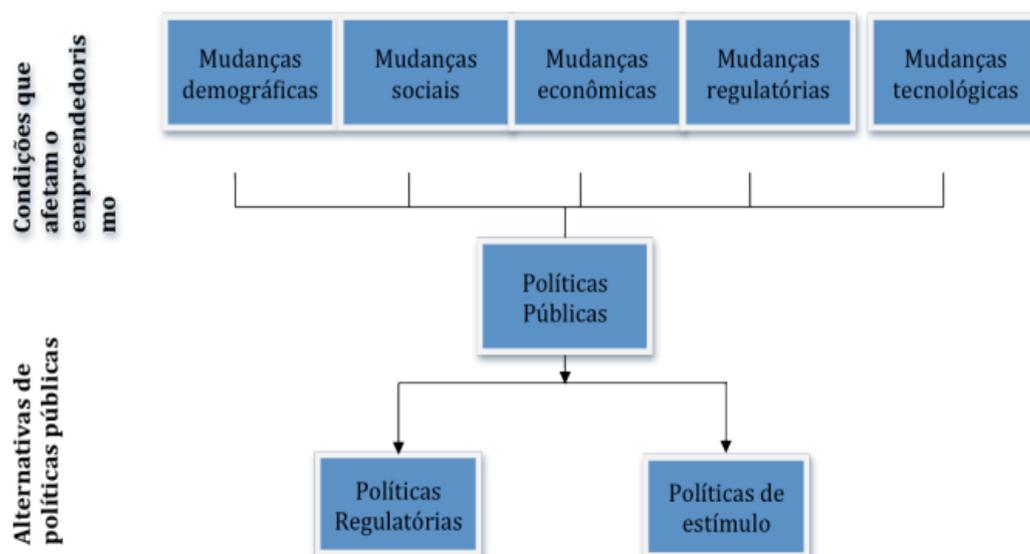
Diante do exposto, no âmbito das políticas públicas foi criada a Lei Complementar nº 128/08, que instituiu a personalidade jurídica do Microempreendedor Individual e estabeleceu que, a partir do dia 1 de julho de 2009, em teoria, já poderia ser realizado a abertura das mesmas.

### Distribuição de Microempreendedores Individuais por faixa etária



Fonte: Portal do Empreendedor, 2016.

## Condições que afetam o empreendedorismo e alternativas de políticas públicas

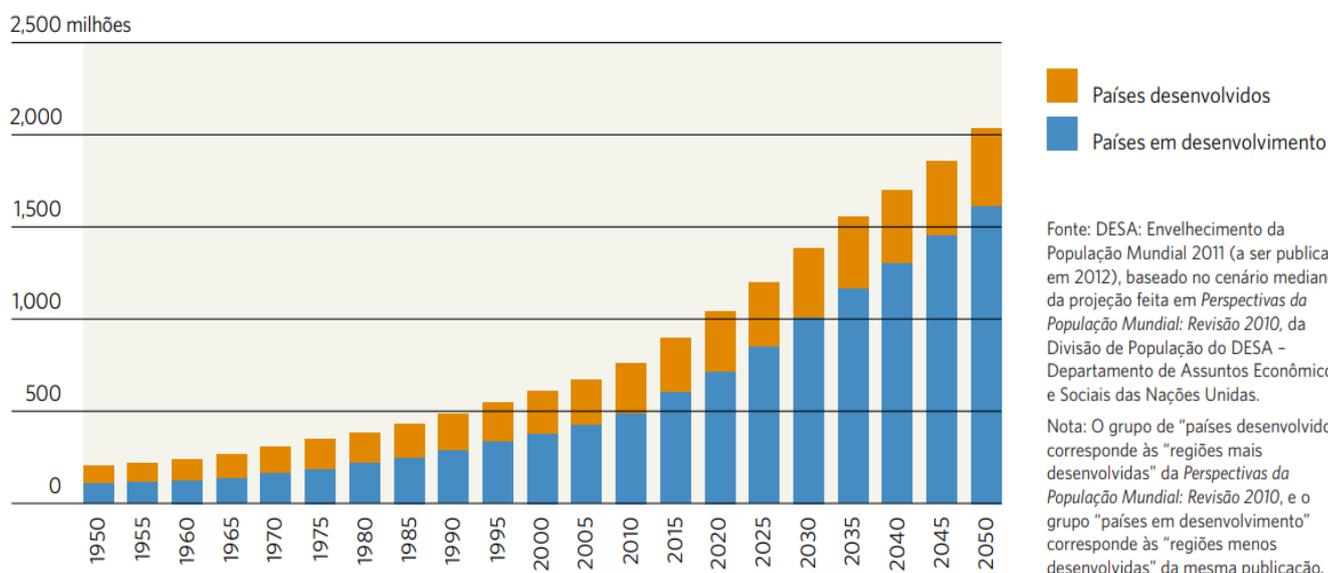


Fonte: GOMES; ALVES; FERNANDES, 2013.

Sob a ótica da faixa etária, os microempresários individuais tinham, em 2015, a idade média de 38,2 anos, sendo que 32,47% estavam na faixa de 31 a 40 anos, 23,75% na faixa entre 41 e 50 anos, e 23,07% na faixa de 21 a 30 anos. Essas são as três principais faixas de idade, respectivamente (vide gráfico). Tem-se na faixa acima de 60 anos um grupo favorável à formalização como microempreendedor individual (MEI), público que ainda tem baixa adesão à MEI. A expectativa de vida tem aumentado segundo os dados apresentados aqui. A complementação de renda e a ocupação são cada vez mais necessárias.

A transformação demográfica provocada pelo envelhecimento da população brasileira exige novas políticas públicas. Entre 2012 e 2017, o país agregou mais de 4,8 milhões de pessoas a faixa etária com mais de 60 anos, cujo total subiu de 25,4 milhões para 30,2 milhões, segundo o IBGE.

### Cenário mundial Número de pessoas com 60 anos ou mais: mundo, países desenvolvidos e em desenvolvimento, 1950-2050



Fonte: DESA, 2011.

O envelhecimento da população está ocorrendo em todas as regiões do mundo, em países com vários níveis de desenvolvimento. Está progredindo mais rapidamente nos países em desenvolvimento, inclusive naqueles que também apresentam uma grande população jovem. Dos atuais 15 países com mais de 10 milhões de idosos, 7 são países em desenvolvimento. O envelhecimento é um triunfo do desenvolvimento. O aumento da longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade. As pessoas vivem mais em razão de melhoras na nutrição, nas condições sanitárias, nos avanços da medicina, nos cuidados com a saúde, no ensino e no bem-estar econômico.

## Cenário América Latina

### Crescimento da população latino-americana de 60 anos e mais em números absolutos

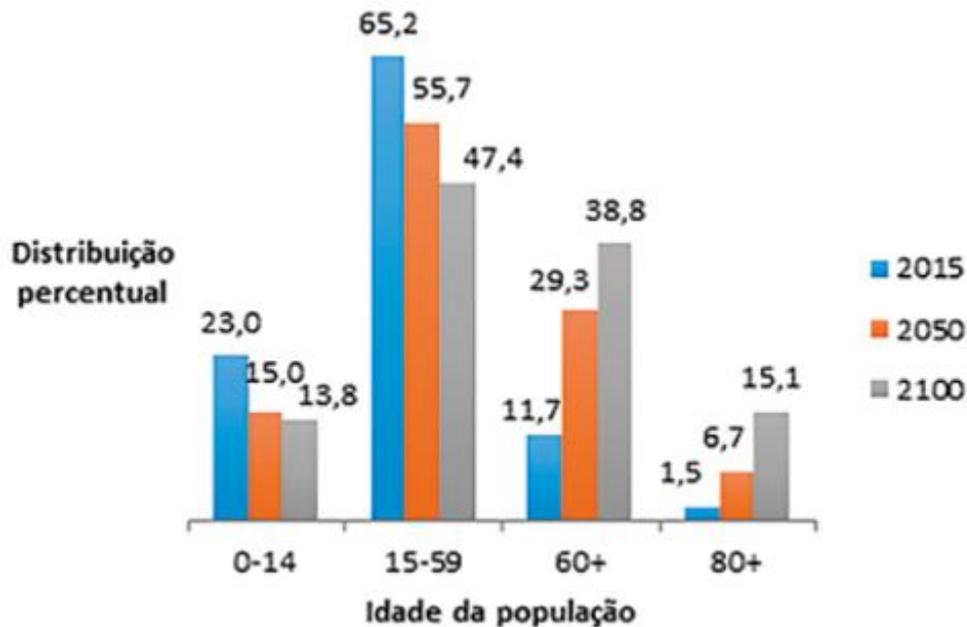
<b>ANOS</b>	<b>POPULAÇÃO (60 anos e mais )</b>
1960	12.185.317
1970	16.714.562
1980	22.672.223
1990	30.6866940
2000	41.050.337
2010	56.364.609
2020	81.311483

Fonte: Centro Latino-Americano de Demografia. Boletim Demográfico: América.

O processo de envelhecimento pode ser indicado pelo número de pessoas em idade produtiva requerida para sustentar cada adulto idoso. Em um período de 80 anos (1970-2050) essa razão apresentou uma queda constante. Em 1970, havia mais de 10 pessoas produtivas para sustentar cada adulto idoso. Em 2015, o número foi de 7.6. Calcula-se que para 2025 esse número seja reduzido para 5.7 pessoas. A fase crítica será acentuada próximo ao ano de 2050, quando deverá chegar a 1.3 por adulto idoso.

## Cenário Brasil

### Distribuição percentual estimada da população em determinados grupos de idade no Brasil em 2015, 2050 e 2100 (Fonte: World Population Prospects)

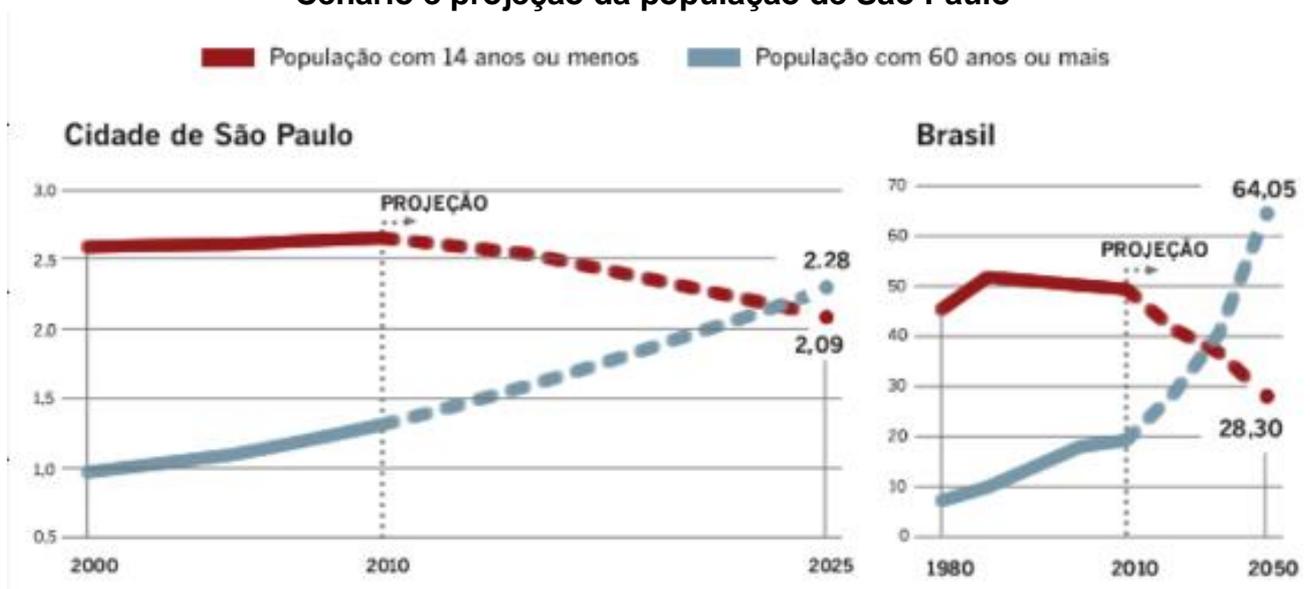


Fonte: ONU, 2015.

A população de adultos com mais de 60 anos projetada para 2050 no mundo é de 2,1 bilhões. Somente no Brasil esse contingente, que atualmente corresponde a 27,4 milhões, pode alcançar 69,8 milhões. Temos assim uma significativa amostra de quão importantes serão as políticas públicas para esse público. Como se pode notar, o Brasil terá um incremento substancial dos idosos com mais de 60 anos, com previsão de alcançar 29,3% da população total em 2050. Haverá significativo aumento de idosos com mais de 80 anos, com previsão de atingir 6,7% da população brasileira no mesmo ano.

## Cenário São Paulo e ABC

### Cenário e projeção da população de São Paulo



Fonte: SEADE e IBGE.

Nos últimos dez anos, o número de paulistanos com 60 anos ou mais subiu 35% e chegou a 1,3 milhão. E a tendência trará uma mudança simbólica em breve, quando a população idosa vai superar a de crianças e jovens até 14 anos. Pela projeção da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), esse fenômeno ocorrerá em 2024. Será quando, pela primeira vez desde que há levantamentos do tipo, o contingente da terceira idade (que será de 2,2 milhões) ultrapassará o de crianças (de 2,13 milhões)

### Número total de pessoas com 60 anos ou mais na Região do Grande ABC

<i>Município</i>	<i>% de Idosos</i>	<i>Nº de Idosos</i>
Santo André	15,86%	109.027
São Bernardo do Campo	12,91%	102.671
São Caetano do Sul	21,19%	31.934
Diadema	9,99%	39.731
Mauá	10,63%	47.191
Ribeirão Pires	14,02%	16.385
Rio Grande da Serra	10,02%	4.762

Fonte: Fundação SEADE, 2016.

A Região do Grande ABC Paulista é composta atualmente por 14,7% de crianças (15 anos ou menos) e 20,0% de idosos (60 anos ou mais). Há, na região, uma inversão: são 18,9% de crianças (15 anos ou menos) e 15,4% de idosos (60 anos ou mais) (INPES, 2011). Todo o contexto apresentado parece justificar a importância latente da temática.

O levantamento da Região do Grande ABC Paulista justifica-se pelo fato desta contar com um mercado consumidor bastante heterogêneo, representativo dos diferentes estratos de consumo, conforme distribuição das famílias nela residentes classificadas pelo critério BRASIL.

### Distribuição percentual das famílias residentes na Região do Grande ABC Paulista por estrato de consumo

<b>Classes de consumo</b>	<b>Critério BRASIL (%)</b>
A	13,4
B	51,6
C	34,1
D/E	0,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: USCS – Pesquisa Socioeconômica do ABC, março/2011.

### Marcos legais e Organizadores

A legislação brasileira relativa aos cuidados da população idosa, embora bastante avançada, ainda é insipiente na prática. Com a vigência do Estatuto do Idoso (Lei Federal, de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), na incessante busca em garantir direitos dos idosos e com a ampliação da Estratégia Saúde da Família, identificou-se a presença de idosos em famílias fragilizadas, em

situação crítica de vulnerabilidade social.

É importante destacar que, segundo dados do IBGE 2010, aproximadamente 75% dos 60+ encontram-se vivendo de forma independente, sem precisar de auxílio para suas atividades cotidianas. Para essa população é fundamental manter as atividades de promoção e de prevenção, a fim de que continue vivendo de forma independente e autônoma, mantendo sua cidadania.

Por outro lado, tem-se em torno de 20% a 25% dos 60+ que já desenvolveram algum grau de dependência, e precisam de um atendimento diferenciado na saúde e em outros setores.

As diversas propostas da Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa estão bem delineadas e traçadas. Cabe, porém, aos gestores dos serviços, não só de saúde, debater as prioridades de atenção e fomentar a formulação e execução de políticas em rede.

### **Marcos Regulatórios**

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), 1993;
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 1998;
- Norma Operacional Básica (NOB), 1997-1998;
- Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004;
- Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-Suas), 2005;
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), 2006.

O Brasil passa por uma janela demográfica que poderá transformar o perfil da sociedade nas próximas décadas. Dentre os principais fenômenos registrados destacam-se as taxas de natalidade que vem diminuindo e o aumento da expectativa de vida. Em pouco tempo, a idade média da população aumentará.

Ao abordarmos especificamente a população mais velha, com 60 anos ou mais, uma vez que a expectativa de vida aumenta, a qualidade de vida e a disposição desta faixa também melhora. O processo de envelhecimento da população ocorre com mais qualidade.

Porém, o Brasil ainda não consegue aproveitar o potencial das pessoas com 60 anos ou mais. Geralmente aposentados, estes são excluídos da “sociedade produtiva”. As iniciativas para manter essa população ocupada, gerando emprego e renda ainda são muito insipientes.

### **Referências Bibliográficas**

ALMADA FILHO, C. M. 3a Idade. Valor, São Paulo, p. F1 - F1, 08 mar. 2001. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/brasil/5483581/pesquisas-sobre-o-envelhecimento-destacam-qualidade-de-vida>>. Acesso em: 22 ago 2018. Página atualizada em 26 de abril de 2018.

BARBOSA, Jenny D.; SANTOS, Rosinadja B. *Ensino de Empreendedorismo: uma alternativa para a formação do administrado*. In: XII Enangrad, 8, 2001, Florianópolis. Anais eletrônico. Florianópolis, 2001.

BARROS, M. M. L. DE. (ORG.). *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BIRLEY, S.; MUZIKA, D. F. *Dominando os desafios do empreendedor*. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal, Brasília, 1988.

BRASIL. Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União. 1994; 4 jan.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado; ALVES, Mário Aquino; FERNANDES, Rene José Rodrigues. *Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas*. 2013.

SEBRAE, SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Formalização das empresas no Brasil. Out. 2011. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/45465B1C66A6772D832579300051816C/\\$File/NT00046582.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/45465B1C66A6772D832579300051816C/$File/NT00046582.pdf)>.

SIMÕES, J. A. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: Peixoto, C. E. (org). *Família e envelhecimento* – Rio de Janeiro/ FGV, 2004.

STUART-HAMILTON, Ian. *A psicologia do envelhecimento: uma introdução*. Porto Alegre: Artmed, 2002

VANZELLA, E.; NETO, E. A. L.; SILVA, C. C. A Terceira Idade e o Mercado de Trabalho. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 14, n 4, p. 97-100, 2011.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira, Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZHANG, T. *Elderly entrepreneurship in an aging U.S. economy*. It's never too late. Series on Economic Development and Growth, v.2. London: World Scientific, 2008

---

\* João Lucas Moreira Pires. Consultor Político. Bacharel em Políticas Públicas UFABC. Bacharel em Ciências e Humanidades UFABC

## 15. ANÁLISE TERRITORIAL E AMBIENTAL PARA DEFINIÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UM AEROPORTO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Volney Gouveia

### Resumo executivo

*Esta nota apresenta alternativas de áreas urbanas em São Bernardo do Campo passíveis de receber a implantação de um sítio aeroportuário. Utilizou-se dos critérios apresentados por Alves (2018) para implantação de aeroportos, confrontando-os com as características do município a partir da análise do Plano Diretor da Cidade, das legislações de ocupação do solo urbano vigentes e da atribuição de notas (1 = crítico; 2 = moderado e 3 = não crítico) para classificar as áreas que apresentam melhor aderência aos critérios. Foram identificadas oito áreas potenciais que atendem às condições legais, econômicas e ambientais estabelecidas pela legislação municipal. A nota conclui que o projeto de aeroporto em São Bernardo do Campo é absolutamente aderente aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis, cumprindo relevante função social, econômica e ambiental.*

### Introdução

O Brasil se destaca no cenário internacional quando se fala em quantidade de aeroportos. Existem atualmente no país 3.652 aeródromos (80% privados; 2.863 cadastrados na ANAC), cada qual contando com as mais distintas características de tamanho, finalidade, tipo de propriedade (concessionário, proprietários rurais, União, municípios e estados) e/ou de operação (regional, nacional e internacional). Todos estes aeródromos (aerportos) estão sujeitos às regras definidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)<sup>(1)</sup>, principalmente quando se trata de edificações no seu interior e entorno. Estas regras estão abarcadas na chamada de Zona de Proteção de Aeródromos (ZPA). A necessidade da ZPA ocorre em função de as particularidades das áreas envolvidas serem distintas nos quesitos relevo, altitude, adensamento populacional e aspectos imobiliários. Tal Plano de Zona de Proteção é de responsabilidade dos gestores dos aeroportos, sejam eles entes públicos ou privados.

Outro aspecto relevante sobre a construção de aeródromos diz respeito à localização e à capacidade de ampliação do aeroporto, temas sensíveis por envolverem interesses específicos do setor público, dos entes privados e das comunidades locais. Os conflitos decorrentes da implantação de projetos dessa complexa envergadura, como é o caso de um aeroporto, se por um lado produzem incertezas no curto prazo em razão da modificação da estrutura espacial da região, no longo prazo geram benefícios econômicos e melhoram o bem estar social. Para isto, tais projetos precisam ser bem planejados e executados, a exemplo de algumas experiências assistidas pelo mundo (Japão, China, Portugal)<sup>(2)</sup> e, especificamente, em Campinas, com a construção do Aeroporto de Viracopos.

### Aeroporto em São Bernardo do Campo e o Exemplo do Aeroporto de Campinas

Os conflitos envolvendo a implantação de aeroportos não são novidades. A experiência de expansão do aeroporto de Viracopos, em Campinas, por exemplo, nos anos 1970, partiu de uma percepção de que a cidade exerceria papel relevante na macrometrópole em formação (incluídas ali as cidades da Grande São Paulo), além de ser beneficiada pela construção da então futura rodovia dos Bandeirantes e de ferrovias já instaladas (Souza & Bueno, 2011). A expansão do aeroporto foi orientada por documento do Departamento do Meio Ambiente, exigindo que fossem definidas as áreas do patrimônio e do entorno (Área Diretamente Afetada – ADA), estudos

socioeconômicos para identificar impactos urbanísticos decorrentes do aumento do fluxo de pessoas e das atividades ligadas direta e indiretamente às operações do aeroporto (Área de Influência Direta – AID) e atenção às cidades do entorno (Área de Influência Indireta – AI). O projeto foi concebido inicialmente para utilizar uma área de 10 mil metros quadrados, passíveis de expansão de mais 15 mil metros quadrados, totalizando 25 mil metros quadrados de área aeroportuária (configuração atual do aeroporto). A previsão de expansão estava alinhada à lógica do desenvolvimento da própria região do entorno, o que viabilizaria o projeto de implantação do aeroporto no curto prazo e o desenvolvimento do município de Campinas no longo prazo.

O projeto de implantação de um novo aeroporto em São Bernardo do Campo (SBC) deve, assim, estar inserido no contexto de desenvolvimento inclusivo de longo prazo, que promova bem estar econômico, mas, sobretudo, equilíbrio ambiental e bem estar social. Estas metas estão em consonância com os objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela ONU, que são os de garantir a sustentabilidade ambiental e de desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Mas diferente da experiência de construção do aeroporto de Viracopos, construído em área distante dos principais polos urbanos e que exigiu longos deslocamentos do centro até o aeroporto, o Grande ABC Paulista - e SBC em particular - apresentam realidades opostas, razões pelas quais qualquer modelo de construção impõe limites de expansão no longo prazo. Pode-se dizer que o aeroporto se beneficiaria da pujança econômica do seu entorno, podendo estar previamente definida sua dimensão. Não haveria, assim, possibilidade de expansão a um ritmo mais acelerado exatamente em razão da ausência de extensas áreas rurais, como era o caso de Campinas à época.

No caso particular de SBC, pode-se apontar como características que favorecem o projeto de implantação do sítio aeroportuário os seguintes aspectos: 1) apresenta parque industrial diversificado; 2) possui área urbana consolidada com “bolsões” de áreas disponíveis no entorno das rodovias Imigrantes e Anchieta e; 3) conta com sistema viário integrado e contínuo.

O fator relevante mais polêmico diz respeito à ocupação do solo em áreas de preservação ambiental, notadamente a região da Serra do Mar. Este problema pode ser mitigado com a adoção de programas – já contemplados na legislação estadual e municipal – que exijam dos futuros operadores práticas sustentáveis de incentivo à recuperação de mananciais, utilização de técnicas de logística reversa<sup>(3)</sup> e adoção de programas de conscientização ambiental pelos concessionários, já que os impactos mais relevantes são aqueles que atuam sobre áreas florestadas, cursos de água e qualidade do ar. No caso particular de SBC, esta problemática é menos intensa quando se analisa com mais cuidado o Plano Diretor da Cidade. Ele dispõe, também, de áreas que estão fora dos “bolsões verdes” passíveis de receber intervenções urbanísticas.

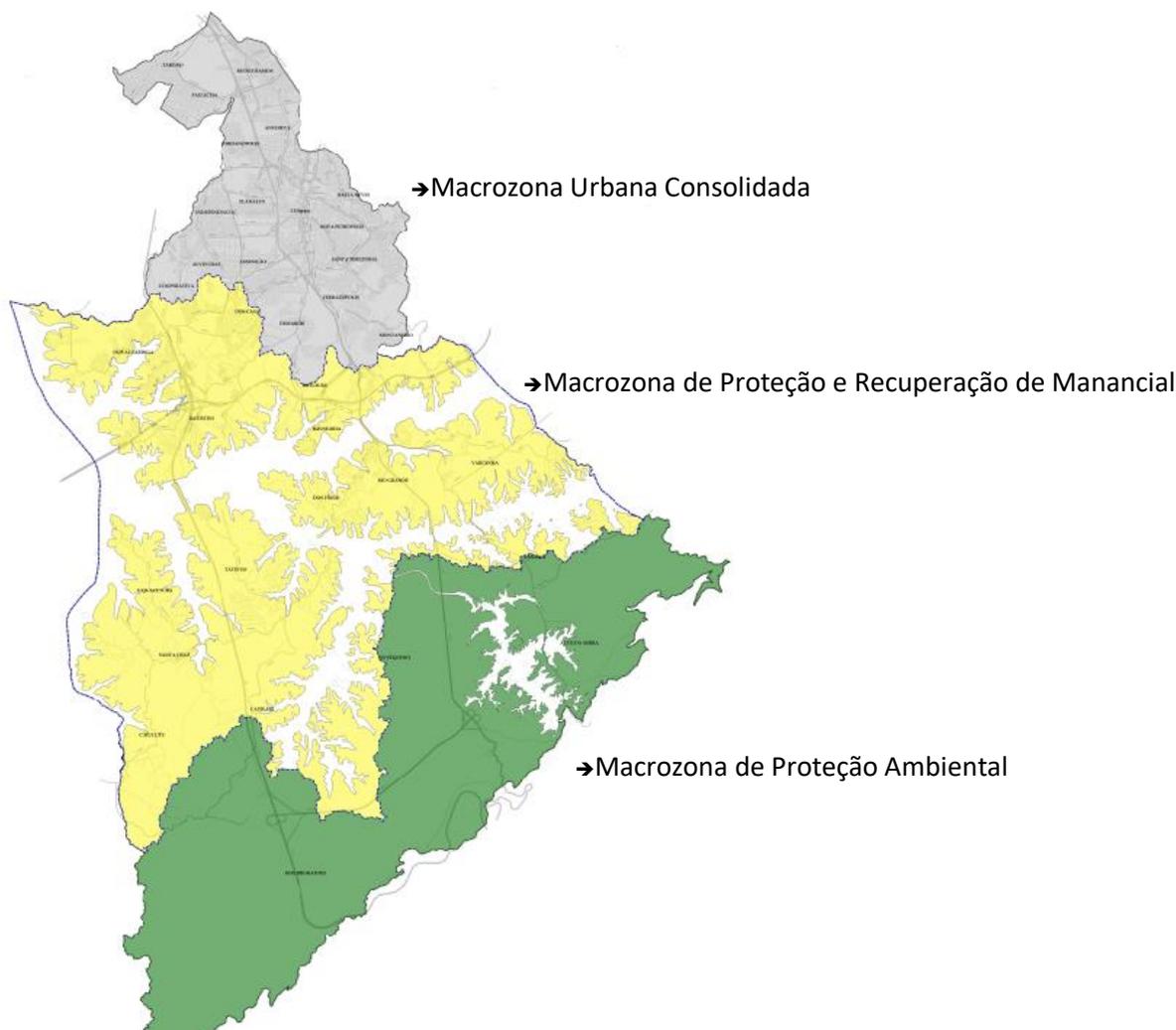
Para indicar possíveis locais alternativos de instalação do aeroporto em SBC, procedeu-se com a análise do Plano Diretor da cidade, que estabelece como princípios fundamentais o desenvolvimento sustentável, a função social da cidade, a função social da propriedade imobiliária urbana, a igualdade, a justiça social, a participação popular e a gestão democrática da política urbana (SBC, 2011). No seu artigo 13, que dispõe sobre política de desenvolvimento econômico, ressalta-se o objetivo de “*estimular atividades econômicas que complementem e diversifiquem o parque produtivo local*”. Tais atividades, no âmbito do aeroporto, relacionam-se mais diretamente à indústria da defesa, cadeia produtiva de petróleo e gás, indústria de tecnologia, atividade industrial, logística e transporte, áreas nas quais o município apresenta importantes vantagens competitivas.

### **Aspectos Relevantes do Plano Diretor de São Bernardo do Campo e Análise de Áreas Potenciais para Implantação de Sítio Aeroportuário**

O Plano Diretor da cidade está organizado por Macrozoneamento, sendo dividido em três grandes áreas: 1) Macrozona Urbana Consolidada (MUC); 2) Macrozona de Proteção e Recuperação de Manancial (MPRM) e 3) Macrozona de Proteção Ambiental (MPA). Praticamente dois terços da área

do município são constituídos de áreas verdes de proteção ambiental. Conforme estabelecido no Plano Diretor, as Zonas Empresariais Restritivas delimitam as áreas que podem receber projetos de construção e estão previstas na Lei nº 6374 de dezembro de 2014. A figura 1 mostra os limites de cada macrozona do município.

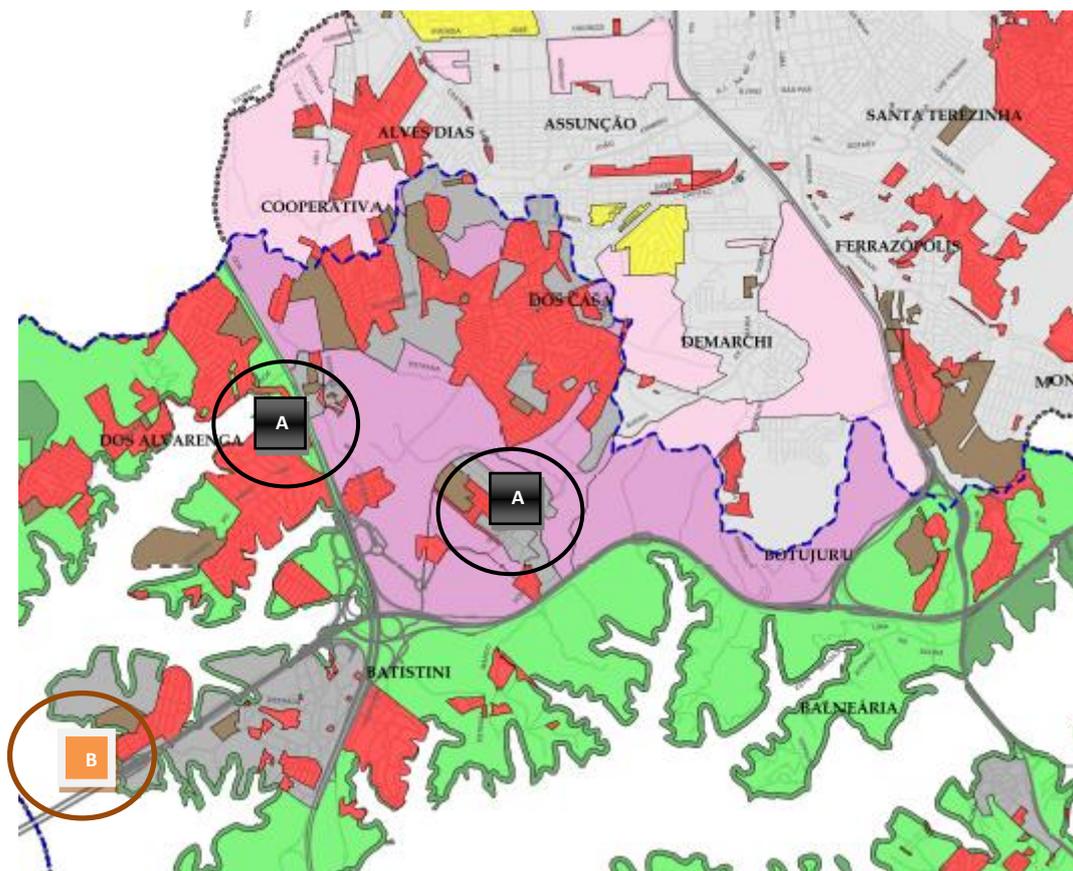
**Figura 1 – Macrozonas de São Bernardo do Campo**



Fonte: Site da Prefeitura de São Bernardo do Campo (2018).

As áreas potenciais de recepção do projeto aeroportuário estão situadas na Macrozona Urbana Consolidada (duas áreas, indicadas pela letra A) e Macrozona de Proteção e Recuperação de Manancial (uma área indicada pela letra B e cinco áreas indicadas pela letra C), ambas divididas pelo trecho do Rodoanel Mario Covas. As áreas indicadas pelas letras A são as Zonas Empresariais Restritivas 1 e 2; a indicada pela letra B é a Zona de Uso Diversificado 1 e a indicada pela letra C são as Zonas de Manejo Sustentável. As áreas A e B envolvem, respectivamente, as regiões Botujuru e Batistini. A Figura 2 mostra as áreas indicadas com as respectivas letras.

**Figura 2 – Zoneamento Parcial de São Bernardo do Campo**

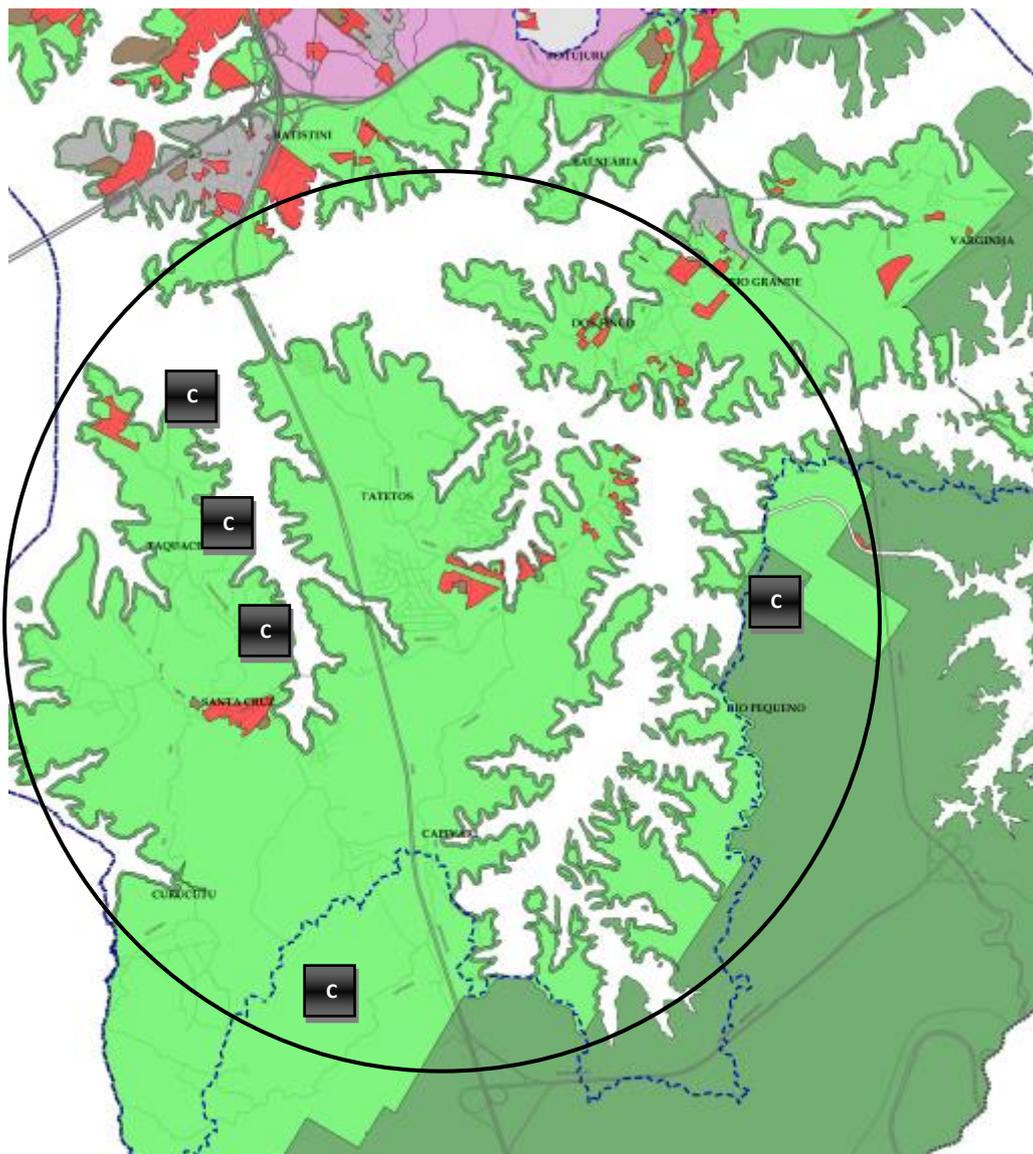


Legenda: **A** (Zona Empresarial Restritiva 1 e 2) e **B** (Zona de Uso Diversificado 1).  
Fonte: SBC, 2014 – Adaptado pelo autor.

Nota-se que o impacto ambiental tende a ser menor do que se pode imaginar. Primeiro, porque estaria situado em áreas próximas aos principais corredores da cidade (Via Anchieta, Imigrantes e Rodoanel) e, segundo, porque tais áreas já estão regularizadas no âmbito do Plano Diretor da cidade, exigindo dos operadores ações de mitigação e recuperação dos recursos naturais por meio da gestão sustentável do próprio empreendimento e de práticas de reflorestamento em outras áreas do município.

As áreas C fazem parte da Macrozona de Proteção e Recuperação de Manancial. Ao analisar especificamente esta área, o artigo 51 da Lei 6222 de setembro de 2012 delibera sobre as condições de uso e ocupação do solo. Atenção especial é para a exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIA), que estabelece que empreendimentos acima de 10 mil metros quadrados – como é o caso de um aeroporto - devem apresentar estudo prévio de mitigação de impactos ambientais, além de estabelecer outras exigências de ocupação no caso de estes empreendimentos se constituírem como polos geradores de tráfego (PGT), o que é o caso da implantação do aeroporto. Na Macrozona de Proteção e Recuperação de Manancial (MPRM), identificamos potencialmente cinco grandes áreas, sendo quatro disponíveis no entorno da Via Imigrantes e uma no entorno da Via Anchieta. A Figura 3 apresenta a indicação com a letra C das áreas disponíveis.

**Figura 3 – Zoneamento Parcial de São Bernardo do Campo MPRM**



Legenda: **C** (Zona de Manejo Sustentável).  
Fonte: SBC, 2014 – Adaptado pelo autor.

### **Análise de Aderência de SBC a Critérios de Classificação de Aeródromo**

Para avaliar as condições reais da acomodação do sítio aeroportuário em São Bernardo do Campo, vale destacar os critérios que devem ser observados a partir do que determina o Ministério da Aeronáutica e aponta Silva (2018). São nove critérios, a saber:

- Tipo de desenvolvimento de áreas vizinhas;
- Disponibilidade para expansão;
- Condições meteorológicas;
- Acessibilidade;
- Presença de outros aeroportos;
- Obstáculos;
- Economia de construção;
- Disponibilidade de recursos (água/energia);
- Proximidade da demanda.

A adequação dos critérios é relevante porque cada projeto de sítio aeroportuário apresenta características específicas. Assim, por exemplo, áreas montanhosas tem peso maior na escolha do sítio do que áreas planas; regiões que apresentam muita variação das condições meteorológicas têm peso maior do que aquelas com condições climáticas mais estáveis; as distâncias até o sítio terão peso maior em relação àquelas mais próximas; a disponibilidade de espaço tem peso menor para áreas vastas e pouco habitadas; a proximidade com polos de geração de demanda tem peso menor do que aquelas áreas mais distantes; áreas com melhor infraestrutura de transporte tem maior peso em relação àquelas carentes de recursos de mobilidade.

Para identificar o nível de adequação de cada área para cada um dos critérios listados acima, podemos classificar cada item como crítico (nota 1), moderado (nota 2) e não crítico (nota 3). A partir da atribuição de nota para cada um dos critérios associados a cada área, determinou-se uma pontuação agregada que nos permite identificar aquelas áreas que apresentam, por ordem de aderências ao conjunto dos critérios, condições de receber o sítio aeroportuário. A Tabela 1 mostra a classificação de cada área para cada critério:

**Tabela 1 – Classificação de Áreas por Potencial para Implantação de Aeroporto**

Critérios de Avaliação de Sítio Aeroportuário	Indicação de Áreas		
	A	B	C
• Tipo de desenvolvimento de áreas vizinhas	3	2	1
• Disponibilidade para expansão	1	1	2
• Condições meteorológicas	2	2	2
• Acessibilidade	3	2	2
• Presença de outros aeroportos	1	1	3
• Obstáculos	1	2	3
• Economia de construção	3	2	2
• Disponibilidade de recursos (água/energia)	3	2	2
• Proximidade da Demanda	3	2	1
Pontuação Agregada	20	16	18

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS- CONJUSCS.

As áreas de indicação A têm vantagens nos quesitos “desenvolvimento de áreas vizinhas”, “acessibilidade”, “economia de construção”, “disponibilidade de recursos” e “proximidade da demanda”, totalizando 20 pontos. A área B (Batistini) possui majoritariamente vantagem moderada, tendo como desvantagem “disponibilidade de expansão” e “presença de outros aeroportos”, totalizando 16 pontos. As áreas de indicação C têm vantagens nos quesitos “presença de outros aeroportos” (está mais distante do aeroporto de Congonhas, por exemplo), e “obstáculos”, uma vez que está em área com menor adensamento populacional e industrial, totalizando 18 pontos.

Os tipos de sítios que podem ser contemplados são o de aeroporto-cidade (todas as áreas), aeroporto-indústria (áreas B e C) ou aeroporto-corredor (áreas B e C). As áreas C são de proteção ambiental e não permitem projetos do tipo Aerotrópolis<sup>(4)</sup>, pois este modelo implicaria na ampliação das construções para muito além do próprio sítio aeroportuário. Também ficaria comprometida possibilidade de expansão do sítio porque as áreas inseridas nas macrometrópoles de preservação ambiental limitam o uso e a construção de plantas residenciais.

A partir da definição da área do sítio aeroportuário, como sugerem Souza e Bueno (2011), algumas providências devem ser observadas. Primeiramente deve-se elaborar o Plano de Desenvolvimento Local, cujos elementos constitutivos são: a) plano local de gestão (restrições aeroportuárias, demandas sociais locais, potencial de indução econômica do aeroporto); b) definição de critérios para a ocupação do solo, com a observância ao plano de proteção ao voo (PPV); c) programa de adensamento urbano para evitar ocupações irregulares; d) implantação de sistema viário integrado,

já contemplando futura necessidade de ampliação do parque aeroportuário de forma a conectá-lo às cidades do ABC. Deve-se também, partindo da administração municipal, solicitar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e posterior licenciamento ambiental junto ao Departamento Estadual para Preservação dos Recursos Naturais.

## Considerações Finais

O desenvolvimento econômico e social sustentável é um objetivo da sociedade moderna. O projeto estratégico de desenvolvimento do município de São Bernardo do Campo está alinhado com este objetivo e com o que estabelece os Objetivos do Milênio das Nações Unidas. Um aeroporto em São Bernardo se constituirá em alavanca para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, gerando oportunidades de trabalho e renda - e garantiria de melhores condições econômicas e políticas ao município (redução dos custos logísticos, ampliação da competitividade da indústria local, maior arrecadação tributária da administração municipal, melhor capacidade de investimento, protagonismo na gestão integrada do espaço urbano e ampliação de seu poder econômico relativo no estado e no país).

## Notas

<sup>(1)</sup> A legislação primária que deu maior organicidade à gestão do espaço aeroportuário data de 1966, com a edição do CBA (Código Brasileiro de Aeronáutica) e, mais recentemente, com a edição da Portaria 957/GC3 do Comando da Aeronáutica, que trata das regras de implantação e operação aeroportuária.

<sup>(2)</sup> Os aeroportos das cidades de Kansai e Nagoya (Japão) e Hong Kong (China) foram construídos em área marítima; e o aeroporto de Funchal (Portugal), com pista complementar sobre vigas, foi construído em área montanhosa.

<sup>(3)</sup> Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de agosto de 2010), logística reversa é um “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”.

<sup>(4)</sup> Ver nota técnica publicada na 3ª Carta de Conjuntura da CONJUSCS intitulada “Conceitos de Aeroporto, Desenvolvimento e o ABCD: Modelos Passíveis de Adoção e uma Proposta de Agenda”.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm)>> Acessado em 16/12/2018.

DECEA. Zona de Proteção de Aeródromos: a regra vale para todos. Disponível em <<<https://www.decea.gov.br/blog/?p=620>>> Acessado em 16/12/2018.

SBC. Lei Nº 6184, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Aprovação do Plano Diretor do Município de São Bernardo do Campo. Disponível em <<<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-sao-bernardo-do-campo-sp>>> Acessado em 29/12/2018.

SBC. Lei Nº 6374, de 15 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o parcelamento, o uso e a ocupação do solo em todo o território do Município de São Bernardo do Campo. Disponível em <<<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-sao-bernardo-do-campo-sp>>> Acessado em 29/12/2018.

Silva, C. Escolha de Sítio Aeroportuário. Disponível em <<<http://www2.ita.br/~claudioj/sitio.pdf>>> Acessado em 30/12/2018.

Souza & Bueno. Empreendimentos Aeroportuários e Seus Impactos: O Caso de Viracopos. Oculum Ensaios, p. 112-131, Campinas: 2011.

## 16. GRANDE ABC PAULISTA: UMA REVERSÃO POSSÍVEL DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DAS CIDADES

Luiz Felipe Xavier

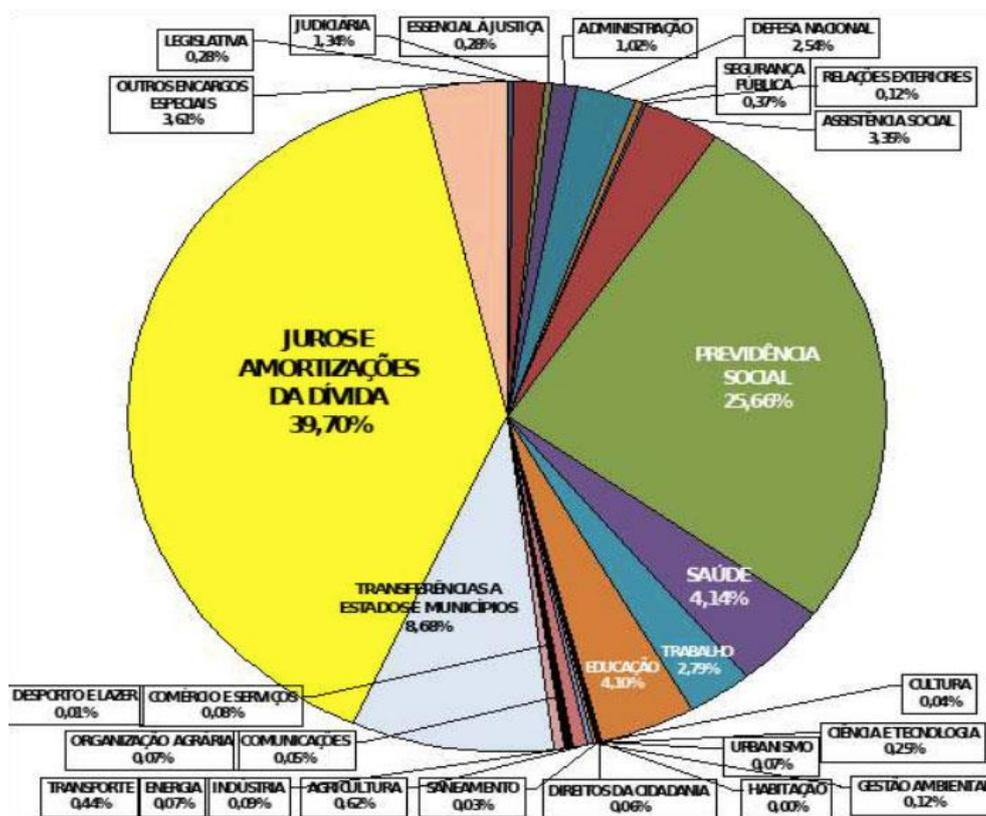
### Resumo executivo

*Considerações sobre o comprometimento do Orçamento público e a receita privada com o sistema financeiro que dialeticamente limitam o investimento público na produção de infraestrutura, de serviços públicos e na apropriação de benefícios para a população do Grande ABC Paulista. No período 2015-2017, entre 39,70% e 42,43% das despesas pagas pelo governo federal foram com juros e amortização da dívida, sendo que cerca de 81% da dívida interna está em poder do setor financeiro. Desta forma, há uma redução de parte das fontes de financiamento do investimento em setores estratégicos da economia, comprometendo o desenvolvimento local, regional e nacional, bem como o cumprimento dos direitos de cidadania inscritos na Constituição Federal. Nestes termos, uma das ações imediatas para reversão desse processo seria a realização de uma “auditoria cidadã da dívida”, para que uma parcela maior de recursos públicos fosse canalizada para investimentos nas áreas sociais e de infraestrutura, em benefício do conjunto da população.*

A modernidade que experimentamos na América Latina e no Brasil é extremamente limitada e revela a dialética perversa que há no processo histórico em que o subdesenvolvido desenvolve o desenvolvido enquanto este desenvolve o subdesenvolvido (na situação inversamente proporcional).

Segundo Avila (2018), cerca de 81% da dívida interna tem o sistema financeiro como principal beneficiário<sup>(1)</sup>; e, conforme Fattorelli (2018), cerca de 42,43% (em 2015), 43,94% (em 2016) e 39,70% (em 2017) do orçamento da União está comprometido com o pagamento de juros e amortização da dívida. A Figura 1 ilustra a distribuição das despesas federais pagas em 2017.

**Figura 1 –ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO (PAGO) EM 2017 = R\$ 2,483 TRILHÕES**



Fonte: <https://auditoriacidade.org.br/>.

A aparente contradição existe sob aspectos exógenos entre a relação estreita (e inversamente proporcional) da apropriação de riqueza entre os países centrais e as antigas colônias latino-americanas, foi ampliada endogenamente pelo sistema financeiro sob a forma de controle e apropriação dos recursos públicos por meio de um mecanismo similar à agiotagem, em uma situação onde o “rabo passa a abanar o cachorro” (DOWBOR, 2017. P.22).

Isso acarreta uma pressão do sistema financeiro ao Estado para garantir o pagamento da renda (sob a forma de juros da dívida) sem a produção devida de bens e serviços que retornem aos cidadãos sob a forma de investimento - em serviços públicos, políticas públicas e produção de infraestrutura.

Se extinguem os “parcos” recursos públicos mediante o pagamento dos juros e encargos da dívida pública (81% da Dívida Interna é destinada ao setor financeiro<sup>(2)</sup>), e que poderiam fazer parte das fontes de financiamento do investimento em setores estratégicos da economia, “travando” a produção de infraestrutura e o investimento em pessoas, para direcionar à lógica rentista e especulativa de curto prazo – de forma parasitária.

A redução do investimento de questões estruturais impacta diretamente na redução da produção (terceiro motor da economia) e do consumo doméstico (o segundo e o maior motor da economia)<sup>(3)</sup>, produzindo diásporas e anomalias - sociais, urbanas, econômicas, territoriais e ambientais. Como resultado, temos a recessão, o desemprego, a manutenção da desigualdade e o aumento da violência.

Outro gargalo econômico é a dependência das pessoas físicas e jurídicas às linhas de crédito que limita a produção e reprodução social. Essa assimetria se amplia internamente com as taxas

abusivas impostas e aplicadas pelo sistema financeiro no Brasil: na manutenção das altas taxas SELIC; aos tomadores de empréstimo (pessoas físicas e jurídicas), pelas altas taxas cobradas às linhas de financiamento; no consumo, onde o preço de venda do produto à prazo chega a ser cerca de quatro vezes maior que o preço de custo do produto, que sai da indústria; no cartão de crédito e cheque especial para pessoa física e jurídica - taxas que só são aplicadas aqui no país<sup>(4)</sup>.

A redução do consumo e a restrição ao crédito tende a reduzir a produção de manufaturas pelas empresas (terceiro motor da economia), na medida em que ocorre a queda do consumo, reduzindo a venda de produtos ao mercado interno, responsável por cerca de 60 % do PIB. Para sair desta “sinuca de bico”, as empresas têm que baixar os preços de seus produtos para desencalhar a produção, o que compromete o terceiro motor da economia – a produção, ou reduzir a oferta de produtos (sob a lógica da concorrência oligopolista). A redução de venda e do consumo diminui a captação de receita pelo Estado e, pois, sua capacidade de investimento em produção de infraestrutura e em políticas sociais - que limita ainda mais a capacidade de reversão das dinâmicas de produção (e reprodução) das desigualdades, em ações que sejam mais distributivas de renda e das riquezas a todos, principalmente às pessoas situadas na base da pirâmide social, haja vista que cerca de 80% da população tenha uma renda até dois salários mínimos<sup>(5)</sup>.

Duas saídas possíveis, pois, para o Grande ABC Paulista (e para o país) são colocar na pauta de discussão a Auditoria Cidadã da Dívida e desenvolver formas mais “saudáveis” de crédito às pessoas físicas e jurídicas, para que fique evidenciada a forma como os recursos públicos estão sendo utilizados e para que tenhamos condições de produzir e se reproduzir socialmente. Desta forma, será possível sairmos deste entrave econômico, que se desdobra em problemas sociais, urbanos, econômicos e ambientais, que afetam as cidades. Isto pode criar condições dos municípios se equilibrarem na situação orçamentária e terem “fôlego” para produzir infraestruturas de forma compartilhada, como estipulado no Estatuto da Metrópole, onde as Funções Públicas de Interesse Comum se colocam como estratégicas na solvência dos municípios e da região, se respeitadas as especificidades dos municípios que fazem parte da região do Grande ABC Paulista e da Região Metropolitana de São Paulo.

Se pretendemos “dar conta” dos problemas regionais e termos condições soberanas de decidir como os recursos devem ser alocados nas dimensões urbanas, sociais econômicas e ambientais, devemos fazer uma Auditoria Cidadã da Dívida para entender o que nos impede de ter uma vida digna e sem sacrifício social, para agir nas questões que incidem sobre nossa qualidade de vida como mobilidade pendular, aumento de violência, produção de infraestrutura, geração de emprego, gestão de resíduos sólidos e de construção civil, saneamento básico, habitação, emprego, saúde, educação, esporte, lazer, cultura etc. Devemos, pois, buscar as fontes dos recursos para que a Constituição Cidadã seja, de fato, cumprida e possamos adentrar na modernidade.

#### **Notas**

(1) Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>.

(2) Disponível em <http://www.auditoriacidada.org.br/nucleos-da-auditoria-cidada-da-divida>.

(3) DOWBOR, 2017. P. 212.

(4) DOWBOR, 2017. P. 194.

(5) OXFAM BRASIL, 2017, p.21.

#### **Referências Bibliográficas**

AVILA, Rodrigo. Mentiras e verdades sobre a dívida pública – parte 3. Texto atualizado em abril de 2018. Disponível em <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida-publica-parte-3/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Lei 13.089, de 12/01/2015. Estatuto da Metrópole.

DOWBOR, Ladislau, 1941- A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? / Ladislau Dowbor. - São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320 p.

FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados. 2013. Inove Gráfica e Editora, Brasília.

FATTORELLI, Maria Lucia. Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em:  
<<http://www.auditoriacidada.org.br/nucleos-da-auditoria-cidada-da-divida/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

OXFAM BRASIL. O país estagnado. Um retrato das desigualdades brasileiras. 2018. Disponível em:  
<[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio\\_desigualdade\\_2018\\_pais\\_estagnado\\_digital.p  
df](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf)>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

## 17. A RECEITA FEDERAL CRESCE, MAS O ORÇAMENTO DA SAÚDE CAI. O QUE FAZER? REVOGAR A EC 95/2016 E APROVAR A PEC 01-D/2015 COM NOVO MODELO DE AJUSTE FISCAL<sup>[1]</sup>

Francisco R. Funcia

### Resumo executivo

A Emenda Constitucional 95/2016 aprofundou o processo de subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde (SUS), trazendo “desfinanciamento” (redução de recursos que já eram insuficientes para cumprir o princípio constitucional de que ‘saúde é direito de todos e dever do Estado’). Os principais efeitos negativos da EC 95/2016 para o SUS de 2017 a 2019 foram: (i) em 2017, foi responsável tanto pelo crescimento de 81% dos valores de empenhos a pagar no final desse exercício comparativamente aos valores de 2016, como pelo crescimento superior a 50% dos valores totais de restos a pagar inscritos e reinscritos (referentes às despesas de 2003 a 2016) em comparação ao ano anterior; (ii) em 2018, os valores empenhados como proporção da receita corrente líquida foram reduzidos para 14,51% (no ano anterior, foram de 15,77%), assim como ocorreu com o piso federal (foi reduzido de 15,00% para 13,95%); e, (iii) em 2019, se forem empenhados os valores da programação de despesas com ações e serviços públicos de saúde aprovados na Lei Orçamentária, a aplicação será de 13,92% (abaixo dos 14,51% do ano anterior), sendo que o piso federal já está reduzido para 13,85% (se comparado aos 13,95% do ano anterior). As restrições orçamentárias e financeiras dos Estados e Municípios, estes últimos com aplicação média nacional em ações e serviços públicos de saúde de 25% de suas receitas próprias de impostos e de transferências de impostos (bem acima dos 15% determinados constitucional e legalmente) inviabilizam que esses Entes aumentem sua participação no financiamento do SUS para compensar a queda da União, que inclusive tende a impactar negativamente as transferências do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde (afinal, cerca de 2/3 do orçamento do Ministério da Saúde são transferências para Estados e Municípios). Diante desse quadro e do avanço da deterioração das condições de saúde da população, é urgente a revogação da EC 95/2016 para possibilitar a introdução de uma nova regra de ajuste fiscal que não retire recursos para o atendimento das necessidades de saúde da população, bem como a aprovação da PEC 01-D/2015 que ampliará a capacidade de financiamento federal do SUS para 19,40% da Receita Corrente Líquida da União (parâmetro a ser atingido de forma gradativa e escalonada em sete anos).

### Contextualização

A etapa nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde ocorrerá de 4 a 7 de agosto de 2019, mas está precedida das etapas preparatórias municipais (de 2 a 15 de abril) e estaduais (de 16 de abril a 15 de junho), sob a lógica do planejamento ascendente do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

Nesse contexto, o objetivo desta Nota Técnica é trazer referências sobre os efeitos negativos da Emenda Constitucional para usuários, trabalhadores e gestores/prestadores do Sistema Único de Saúde (SUS) no debate para a formulação e deliberação das diretrizes para a política de saúde que nortearão a elaboração dos Planos Nacional e Estaduais de Saúde do período 2020-2023 (e do capítulo “Saúde” dos respectivos projetos de lei dos Planos Plurianuais, das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, a serem submetidos para aprovação do Poder Legislativo neste ano de 2019), na perspectiva do planejamento ascendente (portanto, envolvendo eventuais revisões dos Planos Municipais de Saúde a partir das deliberações que ocorrerem nas Conferências Municipais de Saúde durante essas etapas preparatórias).

É oportuno destacar que tais diretrizes devem respeitar os seguintes princípios constitucionais do SUS: “a saúde é direito de todos e dever do Estado”; e o acesso universal e gratuito, com integralidade, equidade e participação da comunidade (por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde, instâncias máximas de deliberação do SUS regulamentadas pela Lei 8142/90 para expressar essa determinação constitucional).

### **Efeitos negativos da EC 95/2016 para o financiamento do Sistema Único de Saúde**

Os efeitos negativos decorrentes da implementação da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 para o financiamento federal das ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) novamente estão presentes, desta vez no Orçamento do Ministério da Saúde para 2019.

A combinação do congelamento (que na verdade é redução) do piso federal do SUS com a regra do teto de pagamento para as despesas primárias nos termos da EC 95/2016 representou uma dupla perda para o financiamento das despesas com ações e serviços públicos de saúde, a saber:

- a) Uma, de natureza financeira, que é o crescimento dos restos a pagar decorrente da queda das despesas pagas em 2017 e;
- b) Outra, de natureza orçamentária, que é a redução da capacidade de empenho das despesas com ações e serviços públicos de saúde à luz da programação para 2019 – programação essa que foi reprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) conforme Resolução 611, de 13 de dezembro de 2018, que se encontra disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso611.pdf>.

O crescimento de 81% dos empenhos a pagar no final do exercício de 2017 em comparação com o exercício de 2016, bem como o aumento de 51% do total dos restos a pagar (referentes aos empenhos a pagar não somente de 2017, mas também do período de 2003 a 2016), teve como contrapartida o aumento significativo dos “restos de necessidades de saúde” da população a serem atendidas a partir de 2018. Em outros termos, as condições de saúde da população se deterioraram, o que pode ser comprovado com a volta de várias doenças e piora dos índices de vários indicadores de saúde.

O quadro tende a se agravar com o valor do piso federal (de R\$ 117,3 bilhões) e da programação orçamentária (R\$ 117,9 bilhões) das despesas com ações e serviços públicos de saúde para 2019, que são inferiores ao valor da programação orçamentária para 2018 (R\$ 119 bilhões). Ou seja, há uma perda de R\$ 1,1 bilhão em termos de programação de despesas para atender as necessidades de saúde da população de um ano para o outro.

Considerando-se que o pagamento de tributos pela sociedade tem como objetivo financiar as ações governamentais na prestação de serviços para a população em diferentes áreas, é importante avaliar a destinação da receita para financiar as despesas com ações e serviços públicos de saúde em 2019. Estas representam apenas 13,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União (estimada em R\$ 846,7 bilhões), percentual que é inferior aos pisos federais para ações e serviços públicos de saúde e aos empenhos em termos de RCL nos últimos cinco anos (Tabela 1).

**Tabela 1 – Piso Federal e Despesas Empenhadas em ações e serviços públicos de saúde em relação à Receita Corrente Líquida da União, Brasil, 2014-2019**

ANO	Receita Corrente Líquida (RCL)	PISO das ações e serviços públicos de saúde <sup>(1)</sup>			EMPENHO em ações e serviços públicos de saúde	
	R\$ milhão (a preços correntes)	R\$ milhão (a preços correntes)	% RCL	R\$ milhão (a preços correntes)	% RCL	
2014	641.578	91.614	14,28%	91.899	14,32%	
2015	674.523	99.609	14,77%	100.055	14,83%	
2016	709.930	106.490	15,00%	106.236	14,96%	
2017	727.254	109.088	15,00%	114.701	15,77%	
2018 <sup>(2)</sup>	805.348	112.361	13,95%	116.821	14,51%	
2019 <sup>(2)</sup>	846.700	117.293	13,85%	117.887	13,92%	

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS. Fonte: Adaptado de: Ministério da Fazenda/STN; Ministério da Saúde/SPO - Relatórios Quadrimestrais de Prestação de Contas - 3º Quadrimestre de 2015 a 2017 e Relatório Anual de Gestão 2014 a 2017; e Câmara dos Deputados (Estudo PLOA 2019). Observação: esta tabela foi elaborada a partir do estudo que está sendo desenvolvido em conjunto com Carlos Ocké-Reis (do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

**Notas:** (1) Calculados pela regra da EC 29 até 2015 e pela regra da EC 95 a partir de 2016. (2) O valor da Receita Corrente Líquida de 2018 consta do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida da União (publicação da STN/MF do 2º Quadrimestre de 2018). O valor de 2019 consta do PLOA 2019 da União conforme estudo da Câmara dos Deputados. O valor do Piso das ações e serviços públicos de saúde foi atualizado pela regra da EC 95 (RCL 2017x15%x IPCA jun/2018), em 4,39%, valor do empenho de 2018 publicado no demonstrativo próprio do Relatório Resumido da Execução Orçamentário de Dezembro de 2018 da Secretaria do Tesouro Nacional. O valor do empenho em ações e serviços públicos de saúde de 2019 consta do PLOA 2019 da União, conforme estudo da Câmara dos Deputados.

Em face disso, o SUS enfrenta um processo de “desfinanciamento” a partir da EC 95/2016, o que agrava o processo de subfinanciamento crônico vigente desde a sua criação pela Constituição Federal de 1988. O ajuste fiscal em curso desde 2016 (e que será mantido pelo atual governo conforme recentes declarações das autoridades econômicas) retira recursos de uma área cujo financiamento já era insuficiente. Basta verificar que o gasto público em saúde em termos consolidados (União, Estados, Distrito Federal e municípios) é de aproximadamente R\$ 3,60 por habitante/dia apenas. Desse valor, a parte federal corresponde a cerca de R\$ 1,60 (em 2017).

A comparação internacional também revela que, segundo dados da Organização Mundial de Saúde de 2015, os recursos alocados no SUS corresponderam a 3,9% do PIB (soma da União, Estados, Distrito Federal e Municípios), baixos em relação aos países que adotam sistemas de saúde de acesso universal, como é o caso do Reino Unido (no qual o Brasil se inspirou), que aplicou 7,9% em 2015. Segundo o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) do Ministério da Saúde, o SUS aplicou 4,05% do PIB em 2017, o que confirma a alocação insuficiente de recursos para o atendimento das necessidades de saúde da população, bem como reforça o argumento de que não basta aprimorar a gestão da saúde pública nas três esferas de governo para garantir esse atendimento.

O que pode parecer para muitos um problema fácil de resolver, mediante o aumento dos gastos municipais e estaduais para compensar a queda da participação federal no financiamento do SUS, na verdade, expressa um quadro complexo na medida em que os Estados e, principalmente, os

Municípios têm alocado recursos crescentes e proporcionalmente superiores aos da União desde a vigência da EC 29/2000.

No caso dos Municípios, a situação é ainda mais grave, porque a média nacional de aplicação está em torno de 25%. Muitos municípios estão aplicando entre 30% e 40% da receita base de cálculo. Isto é, não há mais como ampliar a margem das despesas com ações e serviços públicos de saúde com base em recursos próprios.

Considerando a grande importância das transferências federais do Fundo Nacional de Saúde para o financiamento das despesas com ações e serviços públicos de saúde estaduais e municipais, a queda da aplicação federal como decorrência da EC 95/2016 prejudicará o atendimento às necessidades de saúde da população por esses entes governamentais, inclusive o processo de regionalização dos serviços.

É oportuno destacar que a revisão dos critérios de rateio dos recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde - estabelecida pela Lei Complementar 141/2012 - tem no atual processo de aprofundamento do subfinanciamento do SUS decorrente da EC 95/2016 um dos principais fatores impeditivos. Afinal, não será possível propor nenhum novo critério que retire recursos (insuficientes) transferidos para alguns Entes da Federação como meio de aumentar a transferência para outros.

## **Propostas para um ajuste fiscal que amplie os recursos para o financiamento do SUS**

Para que o atual processo de “desfinanciamento” do SUS não avance em prejuízo da sociedade, as seguintes medidas deveriam também ser adotadas imediatamente e cumulativamente pelo Governo Federal:

- 1) Revogar a EC 95/2016 por meio do apoio para tramitação e aprovação da PEC 01-D/2015 (já aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados em 2016), que destina 19,4% da receita corrente líquida como piso das ações e serviços públicos de saúde (a ser atingido de forma escalonada em sete anos), ao mesmo tempo em que os recursos do Pré-Sal voltem a ser aplicados de forma adicional ao piso federal;
- 2) Estabelecer por decreto que haverá um teto de despesas primárias e financeiras em relação ao PIB, sendo que as áreas de saúde, de assistência, de meio ambiente (incluindo saneamento básico) e de educação não deverão ser alcançadas pela redução de despesas, com a adoção de políticas econômicas ativas que estimulem o crescimento e o desenvolvimento econômico com inclusão social e aumento da renda disponível da sociedade;
- 3) Estabelecer uma reforma tributária que proteja o financiamento exclusivo da seguridade social, bem como que reduza a tributação sobre a produção e o consumo (exceto em relação aos produtos supérfluos e prejudiciais à saúde da população como tabaco, bebidas alcoólicas e açucaradas, motocicletas, dentre outros) e aumente a tributação sobre patrimônio, renda e riqueza (incluindo heranças e grandes transações financeiras, bem como outras formas de rendimento que hoje são isentos e que têm proporcionado mais de 60% de não tributação sobre os rendimentos dos mais de 50 mil contribuintes que estão no topo da pirâmide social, segundo estudo do IPEA), proposta essa aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde, instância máxima de deliberação do SUS no âmbito da União, em agosto de 2015.
- 4) Rever a renúncia de receita, estimada em quase R\$ 400 bilhões, mediante estudo das ações desenvolvidas como contrapartida por aqueles que foram beneficiados pelo não pagamento de tributos em termos do atendimento às necessidades da economia e da sociedade.

**Notas:**

<sup>[1]</sup> Esta Nota Técnica é uma versão revista, atualizada e ampliada do texto deste autor publicado na Revista Domingueira da Saúde nº 02/2019, de 11/01/2019, disponível em <http://idisa.org.br/domingueira/domingueira-n-02-janeiro-2019#a0> (Acesso em 08 de fevereiro de 2019).

## 18. A LEPTOSPIROSE E OS SEUS ÍNDICES NA REGIÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

Stefanie Sussai\*

### Resumo executivo

A leptospirose é uma doença bacteriana mundialmente conhecida, e é de grande importância nacional. Sua maior ocorrência é nas regiões sul e sudeste do país, onde o local de maior atenção do estudo encontra-se inserido. Relacionada aos grandes centros urbanos e à somatória de fatores associados às condições precárias de infraestrutura sanitária, grandes concentrações populacionais e a alta infestação de roedores infectados, a leptospirose humana é comprovadamente influenciada pelas inundações, que propiciam a disseminação e a persistência do agente causal da doença no ambiente, facilitando a ocorrência de novos casos. Esses fatores encontram-se presentes no Grande ABC Paulista, região metropolitana de São Paulo, composta por sete cidades: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, que integram o GVE - Grupo de Vigilância Epidemiológica de residência 7 Santo André, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. No presente trabalho, são apresentados dados epidemiológicos da doença na região, individualmente por cidade, oriundos do Ministério da Saúde, e do Estado de São Paulo, provenientes de seu governo, que foram correlacionados com as informações climáticas da região disponibilizadas por um estudo publicado na Revista Brasileira de Climatologia. Apesar de serem hospedeiros acidentais, há grande contaminação em seres humanos pela bactéria *Leptospira*, o que gera importante impacto na saúde pública. A Região do Grande ABC Paulista apresentou maior média de novos casos por 100 mil habitantes - 1.84 - quando comparada ao Estado em que está inserida - 1.56. A média da região, porém, se manteve praticamente igual a do País - 1.85 -, ao longo dos anos de 2001 a 2017. Os municípios da região do Grande ABC, exceto São Caetano do Sul e Ribeirão Pires, apresentaram maior porcentagem de letalidade do que a média brasileira, durante o período estudado. Através dos dados, constatou-se que os meses de maior incidência da doença são janeiro, fevereiro e março, coincidentes com o verão, época mais chuvosa e com maior ocorrência de inundações. Fica evidente que as ações do serviço público são essenciais para a prevenção da transmissão da doença, através de políticas públicas nas áreas de infraestrutura, saneamento e habitação, além da promoção de saúde com programas de vigilância epidemiológica, controle de roedores e educação em saúde, e da oferta de assistência médica quando há a ocorrência da doença. A população também tem a responsabilidade de evitar a presença do principal hospedeiro que possibilita a transmissão do agente e tomar as medidas de proteção individual quando envolvidas em situações de risco.

### O que é a leptospirose: epidemiologia, transmissão, sintomas e tratamento

Causada pelas bactérias do gênero *Leptospira*, a leptospirose é uma zoonose emergente de distribuição mundial (BAQUERO; MACHADO, 2018). Sendo endêmica no Brasil, ela está presente em todo o território nacional, com maior relevância nas regiões sul e sudeste (BRASIL, 2014). Entretanto, a doença torna-se epidêmica, aumentando seus casos acima da média esperada, durante os períodos chuvosos, uma vez que há a propensão de enchentes relacionadas à concentração populacional de baixa renda, às condições impróprias de saneamento e ao alto número de roedores infectados (BRASIL, 2014). Entende-se por zoonose, as “doenças e infecções que são naturalmente transmitidas entre animais vertebrados e homem” (WHO, 1959 apud USP, 2019) e como zoonose emergente uma “zoonose que foi recentemente conhecida ou”, como no caso da leptospirose, “uma zoonose já reconhecida que vem mostrando um aumento na incidência e na expansão em uma área geográfica”, porém neste caso, ainda sem as “alterações no comportamento do vetor ou hospedeiro” que também podem caracterizar esse tipo de doença em

evolução (OMS, 2004 apud USP, 2019). Os animais são os hospedeiros primários da leptospirose, sendo essenciais para a persistência dos focos de infecção, e os seres humanos são os hospedeiros acidentais, terminais, pouco eficientes na manutenção da doença (PARANÁ, 2019).

De grande impacto na saúde pública, a leptospirose tem alto custo hospitalar, perdas de dias de trabalho e risco de letalidade, que nos casos mais graves chega a 40% (BRASIL, 2018). A maioria dos casos de leptospirose humana ocorre entre habitantes ou trabalhadores de locais que apresentam uma infraestrutura sanitária inadequada e são expostos à urina de animais contaminados. Segundo o Ministério da Saúde (2014), os locais prováveis de infecção (LPs) são áreas urbanas e ambientes domiciliares e não há predisposição de gênero ou idade para contrair a infecção.

Conforme descrito pela epidemiologia da doença, a transmissão da leptospirose para os humanos ocorre pelo contato da urina do animal contaminado com a pele ou mucosa – íntegras ou com alguma abertura, como machucados ou arranhões-, não sendo transmitida de uma pessoa para outra (SÃO PAULO, 2011). Já foi descrita a transmissão pela ingestão de água ou alimentos contaminados com a urina de ratos infectados, ainda que raramente, pois a *Leptospira* morre em contato com o suco gástrico, porém se houver uma ferida na boca que permita a entrada da bactéria no organismo é possível a infecção (SÃO PAULO, 2011). Sabe-se que os roedores são de grande importância na transmissão da leptospirose humana, já que são considerados animais sinantrópicos, ou seja, “*se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste*” (SÃO PAULO, 2019), estão em grande número nas áreas urbanas e, uma vez infectados, eliminam as bactérias na urina, que pode se misturar com a água das inundações e lama, e, dessa maneira, as pessoas entram em contato com o agente causador da doença.

A doença recebe também grande atenção nas produções animais de bovinos, equinos, suínos, caprinos e ovinos, pois a leptospirose animal acarreta perdas econômicas, afetando o ganho de peso e a produção de leite, lã e couro, causa abortamentos geralmente no terço final da gestação e infertilidade, além dos animais ficarem como portadores da doença, eliminando a bactéria de maneira intermitente na urina, mesmo quando assintomáticos (PARANÁ, 2019). Pela uretra ser um canal comum para a eliminação de urina e sêmen, é possível que o último se contamine com a bactéria, sendo viável a transmissão venérea de leptospirose animal pela monta natural ou inseminação artificial (PARANÁ, 2019). Os cães, animais de estimação expressivamente presentes no cotidiano das pessoas de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013), já que há mais cães nos lares brasileiros do que crianças, são 52,2 milhões de cães domiciliados versus 44,9 milhões de crianças de 0 a 14 anos, também necessitam cautela e cuidados. Eles podem apresentar doença renal aguda, ou se tornarem portadores assintomáticos da doença, eliminando a bactéria de maneira intermitente em sua urina (SÃO PAULO, 2011).

A leptospirose humana é uma doença aguda, de curso acelerado, com sintomas semelhantes à outras doenças como a dengue ou a gripe (BAQUERO; MACHADO, 2018). As pessoas podem apresentar febre, dor de cabeça, dores pelo corpo, com maior evidência nas panturrilhas (“batata da perna”), icterícia, coloração amarelada da pele e mucosas (SÃO PAULO, 2011). Ao manifestar qualquer sintoma, especialmente após alguns dias de ter entrado em contato com as águas ou lamas de inundações ou esgotos, deve-se procurar assistência médica. Os cães podem não manifestar sintomas, mas ainda assim eliminar a bactéria pela urina. Quando presentes, os sintomas no cão variam de falta de apetite, fraqueza, febre, vômitos, diarreia, icterícia e hemorragia, que podem levar o animal ao óbito (SÃO PAULO, 2011). Assim como os humanos, ao manifestar algum sintoma após alguns dias de ter entrado em contato com as águas ou lamas de inundações ou esgotos, ou até mesmo contato íntimo com roedores, como quando pegam um roedor e matam o mesmo, ingerindo-o ou não, os cães também devem receber assistência médica, no caso, veterinária.

Nas diferentes espécies, o tratamento consiste no uso de antibióticos, hidratação e suporte clínico do paciente de acordo com os sintomas apresentados. Os casos mais graves necessitam um

tratamento mais intensivo, com assistência hospitalar, pois a infecção pode evoluir para quadro de insuficiência renal e hepática (SÃO PAULO, 2011).

A leptospirose é uma doença de notificação obrigatória e a confirmação da doença ocorre via testes laboratoriais, aliados às informações clínicas e epidemiológicas do paciente e do local de moradia e/ou trabalho. Não há vacinação para humanos. Entretanto, há vacinas para os cães, suínos, equinos, bovinos, ovinos e caprinos (SÃO PAULO, 2011). No caso do cão, as vacinas essenciais múltiplas, mais conhecidas como V8 e V10, que protegem o animal contra algumas doenças virais e a leptospirose, contém sorovares, diferentes variedades de uma determinada espécie de bactéria, no caso do gênero *Leptospira*, que podem acometer o cão. Há também vacinas isoladas apenas para proteção contra a leptospirose. O médico-veterinário é o profissional que pode dar orientações e recomendações de saúde referente a cada animal, considerando o seu estilo de vida e o contexto ambiental onde está inserido.

### **Índices da leptospirose e de eventos relacionados ao clima na região do Grande ABC Paulista**

A Secretaria de Estado da Saúde inclui os sete municípios da região do Grande ABC Paulista no “GVE - Grupo de Vigilância Epidemiológica de residência 7 Santo André”. Os dados divulgados para acesso público não diferenciam as cidades da região. Contudo, é possível identificar por município os índices da taxa por 100 mil habitantes de incidência de leptospirose e a porcentagem de letalidade da leptospirose, oriundos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) e do IBGE NOTAS. Esses índices foram atualizados apenas em 26 de abril de 2018 e processados pelas áreas técnicas do Ministério da Saúde.

Na Tabela 1, verifica-se a taxa de incidência, ou seja, os novos casos de leptospirose, por 100 mil habitantes, surgidos na população de cada cidade da região do Grande ABC Paulista, dentro do intervalo de tempo de 2001 a 2017.

**Tabela 1 – Taxa por 100 mil habitantes de incidência de Leptospirose por município, Grande ABC Paulista, Estado e Brasil, 2001-2017**

<b>Ano</b>	<b>São Bernardo do Campo</b> 811489 hab. (a)	<b>Santo André</b> 707613 hab. (b)	<b>São Caetano do Sul</b> 157205 hab. (c)	<b>Diadema</b> 409613 hab. (d)	<b>Mauá</b> 448776 hab. (e)	<b>Ribeirão Pires</b> 119644 hab. (f)	<b>Rio Grande da Serra</b> 47731 hab. (g)	<b>Média Grande ABC Paulista</b> 1182969 hab. (a+b+c+d+e+f+g)	<b>Estado de São Paulo</b> 45094866 hab.	<b>Brasil</b> 207660929 hab.
2001	3.34	1.68	1.43	1.93	4.30	3.74	2.69	2.73	1.34	1.94
2002	2.18	1.06	NI	1.90	2.64	3.68	5.18	2.77	1.04	1.40
2003	0.93	2.12	0,72	1.34	1.30	4.52	2.54	2.12	0.88	1.53
2004	1.55	0.6	NI	1.04	0.50	0.87	7.35	1.98	1.06	1.49
2005	2.02	1.79	1.48	2.05	0.98	1.71	4.80	2.11	1.26	1.73
2006	0.99	1.33	0.75	1.26	1.20	1.68	NI	1.20	1.81	2.12
2007	1.15	1.19	0.69	1.80	1.24	0.93	2.54	1.36	1.88	1.80
2008	1.24	1.93	3.30	1.52	1.45	1.79	2.42	1.95	1.44	1.94
2009	1.47	1.93	1.31	1.00	1.19	1.78	NI	1.44	2.07	2.06
2010	2.48	2.37	NI	3.88	4.55	2.65	NI	3.1	2.14	1.99
2011	2.46	1.62	0.66	1.8	2.84	2.63	4.49	2.35	2.33	2.56
2012	1.67	1.61	1.32	0,76	2.58	NI	2.22	1.88	1.86	1.68
2013	1.48	1.13	0.63	0,98	1.35	0.84	2.12	1.25	2.09	1.97
2014	1.23	0.84	1.27	1.95	1.33	2.50	NI	1.52	1.68	2.27
2015	1.10	0.70	1.89	0.48	0.66	1.66	NI	1.08	1.43	2.11
2016	0.24	0.56	1.25	0.96	1.52	NI	6.13	1.77	1.31	1.47
2017	0.96	0.55	NI	0.71	0.86	0.82	NI	0.78	1.00	1.40
<b>Média</b>	<b>1.55</b>	<b>1.35</b>	<b>1.33</b>	<b>1.57</b>	<b>1.79</b>	<b>2.12</b>	<b>3.86</b>	<b>1.84</b>	<b>1.56</b>	<b>1.85</b>

NI = não informado.

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações do endereço eletrônico da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE) do MS (2018).

Na tabela 2, observa-se a porcentagem de letalidade, que é a proporção entre o número de mortes por leptospirose e o número total de doentes pela mesma doença, na população de cada cidade da região do Grande ABC Paulista, no intervalo de 2001 a 2017.

**Tabela 2 – Porcentagem de letalidade da Leptospirose no Grande ABC Paulista, por município, Grande ABC Paulista, Estado e Brasil, 2001 - 2017**

	São Bernardo do Campo	Santo André	São Caetano do Sul	Diadema	Mauá	Ribeirão Pires	Rio Grande da Serra	Média Grande ABC Paulista	Estado de São Paulo	Brasil
Ano	811489 hab. (a)	707613 hab. (b)	157205 hab. (c)	409613 hab. (d)	448776 hab. (e)	119644 hab. (f)	47731 hab. (g)	1182969 hab. (a+b+c+d+e+f+g)	45094866 hab.	207660929 hab.
2001	0.00	18.18	0.00	28.57	12.50	0.00	0.00	8.46	14.05	11.66
2002	12.50	42.85	NI	14.28	30.00	0.00	0.00	16.60	16.29	11.54
2003	28.57	0.00	0.00	0.00	20.00	0.00	0.00	6.93	13.11	11.61
2004	0.00	0.00	NI	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	8.49	12.17
2005	0.00	8.33	0.00	12.50	0.00	50.00	0.00	10.11	9.35	11.65
2006	25.00	11.11	0.00	0.00	20.00	50.00	NI	17.68	9.79	8.90
2007	33.33	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00	19.04	13.21	10.48
2008	10.00	0.00	0.00	16.66	0.00	0.00	0.00	3.80	13.82	9.43
2009	8.33	15.38	0.00	25.00	0.00	0.00	NI	8.11	11.05	8.74
2010	21.05	0.00	NI	0.00	10.52	0.00	NI	6.3	10.97	10.00
2011	5.26	9.09	0.00	57,14	0.00	0.00	50.00	10.72	11.64	8.89
2012	7.69	9.09	0.00	33.33	9.09	NI	0.00	9.86	9.59	8.52
2013	33.33	25.00	100.00	25.00	0.00	0.00	0.00	26.19	9.60	7.18
2014	20.00	33.33	0.00	25.00	16.66	0.00	NI	15.83	11.74	6.78
2015	0.00	0.00	0.00	0.00	33.33	0.00	NI	5.55	9.74	5.88
2016	0.00	0.00	0.00	0.00	14.28	NI	0.00	2.38	10.52	8.37
2017	0.00	25.00	NI	0.00	25.00	0.00	NI	10.00	12.30	8.35
Média	12.06	11.60	7.69	11.27	11.25	6.66	13.63	10.44	11.48	9.42

NI = não informado.

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS- CONJUSCS, a partir de informações do endereço eletrônico da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE) do MS (2018).

Considerando os dados da Tabela 2, pode-se afirmar que os municípios da região do Grande ABC, exceto São Caetano do Sul e Ribeirão Pires, apresentaram maior porcentagem de letalidade do que a média brasileira, durante o período estudado. Comparando-se os municípios, Rio Grande da Serra apresentou a maior porcentagem de letalidade, seguido por São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, Mauá, São Caetano e Ribeirão Pires. Contudo, deve-se considerar que há alguns números não informados e que não foram realizados estudos mais avançados para eliminar a influência da falta de dados, que pode modificar esse *ranking* entre as cidades.

Em relação às taxas de incidência apresentadas na Tabela 1, a região do Grande ABC Paulista apresentou maior média de novos casos quando comparada ao estado em que está inserida. Porém a taxa da cidade manteve-se praticamente igual quando comparada a taxa brasileira, ao longo dos anos de 2001 a 2017.

Conforme descrito na caracterização da doença, a leptospirose está intimamente relacionada aos fatores ambientais da região. A região do Grande ABC Paulista é reconhecida por ser o maior pólo industrial e comercial da região metropolitana de São Paulo, com características climáticas urbanas

e socioeconômicas que necessitam maiores estudos para melhor análise dos eventos de chuva e seus impactos na população. Devido ao seu acelerado desenvolvimento urbano, criou espaços com ampla segregação espacial, agravando a desigualdade social e a degradação ambiental, que geram impactos diferenciados de local para local (VALVERDE; CARDOSO; BRAMBILA, 2018). As informações relacionadas ao clima da região foram extraídas de um artigo escrito por Valverde, Cardoso e Brambila (2018), publicado na Revista Brasileira de Climatologia.

O ano de 2010 foi o de maior frequência de deslizamentos e inundações, verificando-se também os maiores índices de chuva na região (VALVERDE; CARDOSO; BRAMBILA, 2018). Da mesma maneira, o ano de maior incidência da leptospirose na Região do Grande ABC foi 2010. Essa relação dos dados comprova que a transmissão dessa zoonose está vinculada aos fatores que propiciam a ocorrência de eventos de inundações e o contato da população com essas águas possivelmente contaminadas pelo agente causal, situação propícia para a propagação da leptospirose humana.

De acordo com Valverde, Cardoso e Brambila (2018), mesmo no verão de 2014, que ficou conhecido pelo baixo volume de chuva, não houve menor número de eventos de inundações quando comparado ao verão de 2010, que foi o mais chuvoso e o de maior frequência de deslizamentos e inundações na região, apesar da variação da localização da chuva e dos índices pluviométricos nos municípios da região. Os mesmos autores explicam que apesar do número de dias de chuva moderada ter diminuído, os poucos eventos de chuva intensa podem ter os mesmos impactos ou causar muito mais danos, pois fatores como o grau de impermeabilidade das cidades e uma rede de drenagem urbana inadequada potencializam os impactos. Apesar da taxa de incidência da doença em 2014 ter diminuído com parada ao ano de 2010, conforme observado nas cidades da região, exceto em São Caetano e Rio Grande da Serra que não disponibilizaram os números de 2010, o ano de 2014 ainda apresentou números significativos da doença.

No período de 3 anos (2012-2014) comparável para todos os municípios, Santo André e Mauá apresentaram a maior frequência de inundações, apesar de em 2013 e 2014 os eventos de deslizamentos e inundações terem sido menos frequentes devido à diminuição das chuvas (VALVERDE; CARDOSO; BRAMBILA, 2018). As taxas de incidência de leptospirose em Mauá nesse período acompanharam os eventos, tendo o município os maiores índices da região. Entretanto, de acordo com as taxas de incidência de leptospirose em Santo André desses anos, a cidade não acompanhou tão evidentemente os eventos extremos, ainda que apresente números significativos da doença.

Segundo os estudos de Valverde, Cardoso e Brambila (2018), a maior frequência de deslizamentos de terra e inundações ocorre na época de verão, conforme os dados apresentados na Tabela 3, por ser a época de maior ocorrência de chuvas na região.

**Tabela 3 – Histórico de números de eventos de deslizamentos de terra e alagamentos/inundações/enchentes por estações do ano e para os sete municípios do ABC Paulista**

Município/ Período	Deslizamentos de terra				Alagamentos/Inundações/Enchentes			
	Verão	Outono	Inverno	Primavera	Verão	Outono	Inverno	Primavera
<b>Santo André (2001-2014)</b>	263	65	30	62	152	41	9	46
<b>São Bernardo (2000-2014)</b>	175	40	14	35	108	15	2	26
<b>São Caetano (2009-2014)</b>	-	-	-	-	40	3	1	5
<b>Mauá (2012-2014)</b>	46	16	6	5	21	2	0	0
<b>Diadema (2008-2014)</b>	18	15	7	2	32	7	3	6
<b>Ribeirão Pires (2010-2014)</b>	118	36	13	25	25	2	1	2
<b>Rio Grande da Serra (2009-2014)</b>	19	3	3	4	22	3	3	2

Fonte: VALVERDE; CARDOSO; BRAMBILA, 2018.

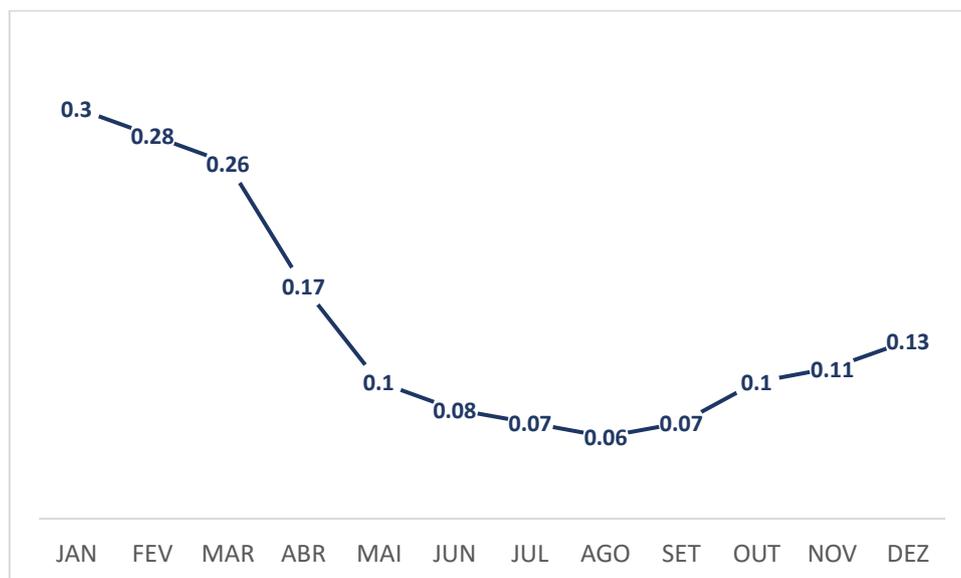
Analisando-se os dados da Tabela 4 e do Gráfico 1, extrai-se que os meses que apresentaram os maiores valores de incidência de leptospirose no Estado de São Paulo durante o período estudado foram janeiro, fevereiro e março, época que coincide com o verão, estação do ano que tem seu início no dia 21 de dezembro e término em 20 de março. Mesmo tendo acesso apenas aos números de incidência mensal de leptospirose por ano no Estado de São Paulo, que não detalha a região do Grande ABC Paulista, pela comparação dos índices da doença na região e do estado, e justamente pela região ser inserida no Estado de São Paulo, é possível inferir, quando comparados aos números de eventos de deslizamento de terra inundações por estações do ano nos sete municípios do Grande ABC da Tabela 3, que a incidência da doença acompanha os eventos de deslizamentos e inundações, mais comuns nos meses de verão e início de outono.

**Tabela 4 – Distribuição mensal do número do coeficiente de incidência por 100 mil habitantes de leptospirose por ano no Estado de São Paulo no período de 2004 a 2018**

<b>MÊS/ANO</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2004</b>	0.20	0.49	0.30	0.14	0.11	0.12	0.08	0.03	0.07	0.07	0.09	0.14	1.84
<b>2005</b>	0.31	0.23	0.22	0.21	0.10	0.09	0.04	0.06	0.11	0.15	0.18	0.21	1.93
<b>2006</b>	0.33	0.35	0.50	0.36	0.13	0.11	0.09	0.14	0.14	0.18	0.09	0.18	2.59
<b>2007</b>	0.35	0.31	0.30	0.15	0.15	0.04	0.07	0.07	0.06	0.09	0.19	0.15	1.94
<b>2008</b>	0.26	0.25	0.17	0.15	0.11	0.05	0.05	0.08	0.06	0.07	0.10	0.12	1.48
<b>2009</b>	0.26	0.39	0.35	0.16	0.08	0.07	0.07	0.08	0.09	0.10	0.16	0.19	2.09
<b>2010</b>	0.41	0.48	0.24	0.20	0.09	0.05	0.08	0.06	0.06	0.11	0.12	0.24	2.14
<b>2011</b>	0.67	0.26	0.31	0.23	0.17	0.07	0.10	0.08	0.11	0.12	0.11	0.12	2.36
<b>2012</b>	0.31	0.24	0.20	0.16	0.14	0.14	0.11	0.07	0.09	0.09	0.13	0.21	1.88
<b>2013</b>	0.35	0.27	0.30	0.22	0.12	0.15	0.14	0.09	0.07	0.16	0.14	0.17	2.18
<b>2014</b>	0.24	0.24	0.26	0.25	0.13	0.09	0.08	0.05	0.09	0.10	0.09	0.09	1.72
<b>2015</b>	0.16	0.25	0.25	0.12	0.06	0.08	0.08	0.04	0.07	0.09	0.11	0.12	1.43
<b>2016</b>	0.29	0.19	0.24	0.10	0.05	0.12	0.06	0.03	0.05	0.05	0.09	0.07	1.34
<b>2017</b>	0.25	0.20	0.21	0.12	0.07	0.07	0.02	0.04	0.04	0.06	0.09	0.07	1.24
<b>2018</b>	0.18	0.18	0.16	0.12	0.06	0.07	0.02	0.05	0.03	0.09	0.05	0.01	1.01
<b>Média</b>	0.30	0.28	0.26	0.17	0.10	0.08	0.07	0.06	0.07	0.10	0.11	0.13	1.81

Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir da tabela confeccionada pelo Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2019).

**Gráfico 1 – Média da distribuição mensal do número do coeficiente de incidência por 100 mil habitantes de leptospirose no Estado de São Paulo do período de 2004 a 2018**



Elaboração própria da autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir da tabela confeccionada pelo Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2019).

Embora os índices de leptospirose das cidades da região fornecidos para acesso público não sejam detalhados por bairro, como ficou evidente a relação entre os eventos de inundações com a transmissão da doença, a Tabela 5, retirada do trabalho de Valverde, Cardoso e Brambila (2018), serve, portanto, como um alerta para as áreas que demandam maior atenção na Região do ABC Paulista, quando essas temáticas são abordadas. Não por coincidência, a maioria desses bairros está localizada nas periferias das cidades, além de apresentarem características de carência social, econômica e sanitária (VALVERDE; CARDOSO; BRAMBILA, 2018), cenários em que a leptospirose normalmente encontra-se presente.

**Tabela 5 – Bairros dos municípios do ABC Paulista que apresentaram maior frequência de deslizamentos e alagamentos/inundações/enchentes**

<b>Municípios</b>	<b>Eventos</b>	<b>Bairros</b>
<b>Santo André</b>	Alagamentos/Inundações/Enchentes	Vila Pires e Vila América
	Deslizamentos	Jd. Santo André e Bairro Recreio Borda Campo
<b>São Bernardo</b>	Alagamentos/Inundações/Enchentes	Jd. Silvina, Jd. Orlandina e Vila São Pedro
	Deslizamentos	Vila São Pedro, Jd. Silvina e Vila São José
<b>São Caetano</b>	Alagamentos/Inundações/Enchentes	Jd. São Caetano, Nova Gerty e Jd. Mauá
	Deslizamentos	Não há
<b>Mauá</b>	Alagamentos/Inundações/Enchentes	Vila Assis e Jd. Zaira
	Deslizamentos	Jd. Zaira e Oratório
<b>Diadema</b>	Alagamentos/Inundações/Enchentes	Casa Grande, Taboão e Centro
	Deslizamentos	Eldorado
<b>Ribeirão Pires</b>	Alagamentos/Inundações/Enchentes	Pq. Aliança, Centro e Jd. Caçula
	Deslizamentos	Jd. Caçula, Jd. Santa Rosa e Ouro Fino
<b>Rio Grande da Serra</b>	Alagamentos/Inundações/Enchentes	Jd. Guiomar, Vila Lopes e Parque América
	Deslizamentos	Vila Lopes e Vila São João

Fonte: VALVERDE; CARDOSO; BRAMBILA, 2018.

### **Como prevenir a ocorrência leptospirose**

Considerando as características da doença, os índices apresentados na região e a relação com os eventos de inundações, de acordo com a Secretaria de Estado da Saúde (2011), *“os municípios devem implementar ações integradas entre os setores de Saúde, Limpeza Urbana, Obras, Saneamento, Agricultura, Habitação e Educação, de forma a reduzir ou eliminar as condições para a proliferação de roedores.”*

O mesmo documento elaborado informa que *“as secretarias estaduais e municipais de saúde são responsáveis pelo atendimento e tratamento de doentes e pela vigilância de casos de leptospirose em humanos, bem como pelo controle de roedores em vias e logradouros públicos e áreas onde a leptospirose ocorre”* (SÃO PAULO, 2011). Vale ressaltar a necessidade do compromisso dos municípios com políticas públicas habitacionais, de saneamento básico, coleta de lixo, infraestrutura e de prevenção a enchentes e deslizamentos, conforme os dados apresentados por Valverde, Cardoso e Brambila (2018), uma vez que é comprovado um aumento das chuvas nos municípios durante o verão, sendo alguns bairros reconhecidos por sua vulnerabilidade.

Além do compromisso do setor público, toda a população tem responsabilidade na prevenção da leptospirose. Seguir as medidas que evitam a presença de roedores, que necessitam, assim como qualquer ser vivo, fatores como água, alimento e abrigo para a sua sobrevivência, é de extrema

importância (SÃO PAULO, 2019). Por isso, deve-se guardar os alimentos em recipientes com tampas bem fechadas; manter a casa e arredores limpos, livres de mato, entulho e lixo; acondicionar o lixo em sacos plásticos em locais elevados do solo, colocando o mesmo para fora de casa pouco antes da coleta de lixo passar; impedir o acesso dos roedores para dentro de casa, fechando buracos e frestas e deixando as caixas d'água, ralos e vasos sanitários fechados com tampas pesadas. Caso haja animais de estimação no domicílio, retirar e lavar os potes de alimento do animal todos os dias, antes do anoitecer, pois também podem estar contaminados pela urina do roedor, atraído pelo alimento e água disponíveis (SÃO PAULO, 2011).

As pessoas devem evitar contato com água ou lama de inundações, não nadar ou brincar em ambientes que possam estar contaminados pela urina de roedores, como poças de água na rua (SÃO PAULO, 2011). Também precisam utilizar as medidas de proteção individual quando ficarem expostas a situações de risco, utilizando botas e luvas de borracha, caso não seja possível, sacos duplos amarrados nas mãos e pés, quando forem limpar áreas de lamas, entulhos e desentupir esgotos (SÃO PAULO, 2011). Se o contato com a água contaminada for inevitável, deve-se permanecer o menor tempo possível em contato com a mesma e ficar atento a possíveis sintomas dias depois do evento, que possam caracterizar a leptospirose (SÃO PAULO, 2011). Além disso, caso haja inundação na residência, após a água baixar, é necessário lavar e desinfetar a caixa d'água, o chão, as paredes e os demais objetos caseiros com solução de hipoclorito de sódio a 2,5%, respeitando as recomendações de diluição e tempo de ação na embalagem do produto (SÃO PAULO, 2011). As roupas que entraram em contato com essas águas deverão ser muito bem lavadas e até mesmo fervidas (SÃO PAULO, 2011). Todo alimento que teve contato com a água contaminada deve ser jogado fora (SÃO PAULO, 2011).

Pela presença do cão nos ambientes familiares, pode ser possível que as pessoas contraiam a doença ao entrar em contato com a urina do animal de estimação infectado, como no caso de crianças que brincam nos quintais ou em lugares onde o animal urina. Manter o local higienizado com desinfetantes como o hipoclorito de sódio e as vacinas atualizadas do animal de estimação é essencial para uma boa convivência e manutenção da saúde da família.

### Referências Bibliográficas

BAQUERO, Oswaldo Santos; MACHADO, Gustavo. *Spatio temporal dynamics and risk factors for human Leptospirosis in Brazil*. Nature, 11 de out. de 2018. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41598-018-33381-3>>. Acesso em: 04 de jan. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Leptospirose*. Brasília, 02 de maio de 2014. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/leptospirose>>. Acesso em: 04 de jan. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Situação Epidemiológica/Dados. *Leptospirose*. Brasília, 26 de fev. de 2014. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/leptospirose/9805-situacao-epidemiologica-dados>>. Acesso em: 04 de jan. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sala de Apoio à Gestão Estratégica - SAGE. Situação de Saúde. Indicadores de Morbidade. *Leptospirose*. Brasília, 26 de abr. de 2018. Disponível em: <<http://sage.saude.gov.br/#>>. Acesso em: 28 de dez. de 2018.  
IBGE.

BRASIL. Ministério da Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, & Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Pesquisa Nacional de Saúde 2013*. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/PNS/2013/pns2013.pdf>>. Acesso em: 14 de jan. de 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. *(Leptospirose) Leptospirose Animal*. Paraná, 2019. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1442>>. Acesso em: 19 de jan. de 2019.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. *Animais Sinantrópicos*. Disponível em <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia\\_em\\_saude/controlado\\_de\\_zoonoses/animais\\_sinantropicos/index.php?p=4378](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/controlado_de_zoonoses/animais_sinantropicos/index.php?p=4378)>. Acesso em: 14 de jan. de 2019.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde. CVE – Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”. *Leptospirose O que saber sobre a doença e o que fazer*. São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/doc/lepto/lepto11\\_sobre\\_doenca.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/doc/lepto/lepto11_sobre_doenca.pdf)>. Acesso em: 04 de jan. de 2019.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde. CVE – Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”. *Leptospirose*. Disponível em <<http://www.saude.sp.gov.br/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica-prof.-alexandre-vranjac/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/agrivos/leptospirose/>>. Acesso em: 28 de dez. de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Saúde. CVE – Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”. *Leptospirose. Distribuição do número de casos confirmados e coeficiente de incidência mensal de leptospirose por ano*. Estado de São Paulo – Período de 2004 a 2018. São Paulo, 08 de jan. de 2019. Disponível em: <[http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/dados/lepto/lepto0418\\_mes.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-por-vetores-e-zoonoses/dados/lepto/lepto0418_mes.pdf)>. Acesso em: 11 de jan. de 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Dicionário de Epidemiologia, Saúde Pública e Zoonoses*. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/glossary/view.php?id=895978&mode&hook=ALL&sortkey&sortorder&fullsearch=0&page=16>>. Acesso em: 19 de jan. de 2019.

VALVERDE, Maria Cleofé; CARDOSO, Andréa de Oliveira; BRAMBILA, Ricardo. *O padrão de chuvas na região do ABC paulista: os extremos e seus impactos*. Revista Brasileira de Climatologia, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/45929>>. Acesso em: 9 de jan. de 2019.

---

\* Stefanie Sussai. *Médica Veterinária e Mestranda em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses, na Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo*.

## 19. INDICADORES CRIMINAIS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018 DO GRANDE ABC PAULISTA

David Pimentel Barbosa de Siena

### Resumo executivo

A presente nota tem como objeto as informações criminais do Grande ABC Paulista relativas ao terceiro trimestre de 2018. Foram coletados os dados dos crimes praticados no referido período, tendo como fonte as publicações oficiais divulgadas pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo.

### Crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência

Na tabela a seguir, são expostos os dados referentes ao número de crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência. Estes dados são divulgados nos termos da Resolução SSP n. 160, de 08 de maio 2001, e referem a todo o terceiro trimestre de 2018, no Grande ABC Paulista.

**Tabela 1 – Número de crimes que deram ensejo à elaboração de boletins de ocorrência, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2018**

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Indicador	SAndré	SBCampo	SCSul	Diadema	Mauá	RPires	RGSerra	Total
Homicídio doloso	10	16	0	9	8	2	1	46
Número de vítimas em homicídio doloso	11	16	0	9	9	2	1	48
Homicídio doloso por acidente de trânsito	0	0	0	0	1	0	0	1
Número de vítimas em homicídio doloso por acidente de trânsito	0	0	0	0	1	0	0	1
Homicídio culposo por acidente de trânsito	5	7	0	4	4	4	0	24
Homicídio culposo outros	1	0	0	0	0	0	0	1
Tentativa de homicídio	8	9	4	8	6	1	0	36
Lesão corporal seguida de morte	1	0	0	0	0	0	1	2
Lesão corporal dolosa	329	307	44	211	184	56	12	1143
Lesão corporal culposa por acidente de trânsito	186	434	40	143	77	25	6	911
Lesão corporal culposa – outras	3	2	0	0	1	0	0	6
Latrocínio	2	2	0	2	0	0	0	6
Número de vítimas em latrocínio	2	2	0	2	0	0	0	6
Total de estupro	28	42	7	27	12	6	2	124
Estupro	10	19	1	9	1	1	0	41
Estupro de vulnerável	18	23	6	17	11	5	2	82
Total de roubo – outros	1711	1438	134	1436	746	99	26	5590
Roubo – outros	1687	1376	126	1415	728	97	26	5455
Roubo de veículo	577	439	72	510	371	40	4	2013
Roubo a banco	0	0	0	0	0	0	0	0
Roubo de carga	24	62	8	21	18	2	0	135
Furto - outros	1784	1410	326	944	986	143	87	5680
Furto de veículo	982	397	134	270	490	51	14	2338

## Mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)

Diante dessas informações, é possível aferir o número de *mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI)*, indicador proposto em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que leva em consideração o número de mortes notificadas à Polícia Civil, e classificadas como homicídio doloso (artigo 121, *caput* e § 2º, do Código Penal), lesão corporal seguida de morte (artigo 129, § 3º, do Código Penal), roubo seguido de morte ou “latrocínio” (artigo 157, § 3º, do Código Penal).

**Tabela 2 – Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI), Grande ABC Paulista, 3º trimestre 2017 e 3º trimestre 2018**

Município	3º trimestre de 2017	3º trimestre de 2018	Variação
Santo André	10	14	40,00%
São Bernardo do Campo	14	18	28,50%
São Caetano do Sul	0	0	0,00%
Diadema	7	11	57,10%
Mauá	15	9	-40,00%
Ribeirão Pires	3	2	-33,30%
Rio Grande da Serra	1	2	100,00%
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>56</b>	<b>12,00%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Houve aumento do número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (-12%). Em números absolutos, São Bernardo do Campo foi o Município que liderou o *ranking* com 18 mortes durante o terceiro trimestre de 2018. Já em São Caetano do Sul não foi registrada nenhuma morte decorrente de crimes violentos letais e intencionais. Com relação às variações, em comparação ao terceiro trimestre de 2017, Rio Grande da Serra apresentou o maior aumento (100%), enquanto que Mauá obteve a maior queda (-40%).

**Tabela 3 – Número de mortes decorrentes de crimes violentos letais e intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 3º trimestre 2018**

Município	3º trimestre de 2018
Santo André	2
São Bernardo do Campo	2,3
São Caetano do Sul	0
Diadema	2,8
Mauá	2,1
Ribeirão Pires	1,7
Rio Grande da Serra	4,5

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O Município de Rio Grande da Serra obteve a maior taxa de morte decorrente de crimes violentos letais e intencionais. Ocorreram 4,5 mortes por 100 mil habitantes durante o referido período, superior à taxa estadual de 1,7 mortes. Por outro lado, São Caetano do Sul se manteve nos patamares mais baixos de violência com taxa zero de mortes por 100 mil habitantes.

## Mortes decorrentes de oposição à intervenção policial

O número de *mortes decorrentes de oposição à intervenção policial* leva em consideração as ações envolvendo integrantes das instituições de segurança pública (Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Civil Municipal), amparados por alguma causa excludente da ilicitude, que afasta a tipificação no crime de homicídio doloso.

**Tabela 4 – Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, Grande ABC Paulista, 3º trimestre 2017 e 3º trimestre 2018**

Município	3º trimestre de 2017	3º trimestre de 2018	Variação
Santo André	3	5	66,60%
São Bernardo do Campo	6	4	-33,30%
São Caetano do Sul	1	0	-100,00%
Diadema	6	4	-33,30%
Mauá	3	0	-100,00%
Ribeirão Pires	2	1	-50,00%
Rio Grande da Serra	0	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>14</b>	<b>-33,30%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Houve uma sensível diminuição dos casos de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial (-33,3%). Durante o terceiro trimestre de 2018, os agentes de segurança provocaram mais letalidades em Santo André, onde ocorreram cinco mortes. São Caetano do Sul, Mauá e Rio Grande da Serra não registraram nenhum caso de morte decorrente de oposição à intervenção policial. Em comparação ao terceiro trimestre do ano anterior, São Caetano do Sul e Mauá apresentaram maior diminuição (-100%), e Santo André obteve a maior variação percentual (66,6%).

**Tabela 5 – Número de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2018**

Município	3º trimestre de 2018
Santo André	0,7
São Bernardo do Campo	0,5
São Caetano do Sul	0,0
Diadema	1,0
Mauá	0,0
Ribeirão Pires	0,8
Rio Grande da Serra	0,0

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A Cidade de Ribeirão Pires apresentou a maior taxa de morte decorrente de oposição à intervenção policial, com 0,8 morte por 100 mil habitantes. Já São Caetano do Sul, Mauá e Rio Grande da Serra apresentaram os melhores indicadores, com taxa zero de mortes.

## Estupros

No número de casos de *estupros*, são levados em consideração todos aqueles em que houve vitimização sexual notificada à Polícia Civil, e classificada nos artigos 213 e 217-A, do Código Penal.

**Tabela 6 – Número de casos de estupros, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2017 e 3º trimestre de 2018**

Município	3º trim.de 2017	3º trim. de 2018	Varição
Santo André	45	28	-37,70%
São Bernardo do Campo	86	42	-51,10%
São Caetano do Sul	6	7	16,60%
Diadema	28	27	-3,50%
Mauá	39	12	-69,20%
Ribeirão Pires	21	6	-71,40%
Rio Grande da Serra	17	2	-88,20%
<b>Total</b>	<b>242</b>	<b>124</b>	<b>-48,70%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Verifica-se uma diminuição do número de casos de estupro (-48,7%). São Bernardo do Campo apresentou o maior número absoluto de casos de estupro. No referido período, ocorreram 42 casos naquele Município. Rio Grande da Serra foi o Município que apresentou o menor número de casos, pois foram registrados 2 estupros, durante todo terceiro trimestre de 2018. Em comparação ao terceiro trimestre de 2017, só em São Caetano do Sul ocorreu aumento de casos (16,6%). Rio Grande da Serra obteve a maior queda da taxa de estupros (-88,2%).

**Tabela 7 – Número de casos de estupro por 100 mil habitantes no Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2018**

Município	3º trimestre 2018
Santo André	4,1
São Bernardo do Campo	5,4
São Caetano do Sul	4,6
Diadema	6,9
Mauá	2,8
Ribeirão Pires	5,3
Rio Grande da Serra	4,5

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O maior número de casos de estupro por 100 mil habitantes também ficou por conta de Diadema, com 6,9 casos por 100 mil habitantes, superior à taxa estadual que foi de 1,7 estupros. Mauá apresentou a menor taxa de estupro, com 2,8 casos por 100 mil habitantes.

## Roubos em geral

No número de casos de *roubos em geral*, são compreendidos todos aqueles notificados à Polícia Civil, e classificados no artigo 157, *caput* e § 2º, do Código Penal, exceto os casos de subtração de veículos automotores, que possuem indicador próprio.

**Tabela 8 – Número de casos de roubos em geral, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2017 e 3º trimestre de 2018**

	3º trim. de 2017	3º trim.de 2018	Varição
Santo André	2.220	1.711	-22,90%
São Bernardo do Campo	1.694	1.438	-15,10%
São Caetano do Sul	209	134	-35,80%
Diadema	1.635	1.436	-12,10%
Mauá	835	746	-10,60%
Ribeirão Pires	163	99	-39,20%
Rio Grande da Serra	46	26	-43,70%
<b>Total</b>	<b>6.802</b>	<b>5.590</b>	<b>-17,80%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Observa-se uma redução do número de casos de roubos em geral (-17,8%). Em números absolutos, Santo André apresentou a maior quantidade de roubos. Ocorreram 1.711 casos. Rio Grande da Serra registrou a menor quantidade de crimes: 26 casos. Em comparação ao terceiro trimestre do ano anterior, nenhuma cidade apresentou aumento. Rio Grande da Serra demonstrou a maior queda (-43,7%).

**Tabela 9 – Número de casos de roubos em geral por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2018**

Município	3º trimestre de 2018
Santo André	252,9
São Bernardo do Campo	187,8
São Caetano do Sul	89,7
Diadema	371,9
Mauá	178,8
Ribeirão Pires	87,5
Rio Grande da Serra	59,1

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

O Município de Diadema apresentou a maior taxa de roubos em geral. Ocorreram 371,9 casos por 100 mil habitantes, bem superior à taxa estadual de 137,2 roubos. Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 59,1 casos por 100 mil habitantes.

### Roubos e furtos de veículos

No número de casos de *roubos e furtos de veículos*, são contabilizados todos os casos notificados à Polícia Civil, e classificados como roubo (artigo 157, caput e § 1º, do Código Penal) e furto (artigo 155, caput e § 4º, do Código Penal) de veículo automotor.

**Tabela 10 – Número de casos de roubos e furtos de veículos, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2017 e 3º trimestre de 2018**

Município	3º trim. de 2017	3º trim. de 2018	Variação
Santo André	1.713	1.559	-8,90%
São Bernardo do Campo	1.130	836	-26,00%
São Caetano do Sul	196	206	5,10%
Diadema	860	780	-9,30%
Mauá	773	861	11,30%
Ribeirão Pires	95	91	-4,20%
Rio Grande da Serra	15	18	20,00%
<b>Total</b>	<b>4.782</b>	<b>4.351</b>	<b>-9,00%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Depreende-se uma redução do número de casos de roubos e furtos de veículo (-9%). Santo André registrou a maior quantidade de roubos e furtos de veículo durante o terceiro trimestre de 2018, quando ocorreram 1.559 casos. Rio Grande da Serra foi o Município que registrou a menor quantidade de crimes: 18 casos. Foi em São Bernardo do Campo onde ocorreu a maior diminuição, em comparação ao terceiro trimestre de 2017, apresentando queda de -26%. Por outro lado, em Rio Grande da Serra ocorreu o maior aumento percentual (20%).

**Tabela 11 – Número de casos de roubos e furtos por 100 mil veículos, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2018**

Município	3º trimestre de 2018
Santo André	307,4
São Bernardo do Campo	145,7
São Caetano do Sul	147,4
Diadema	392,7
Mauá	411,6
Ribeirão Pires	138,6
Rio Grande da Serra	101,1

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

A Cidade de Mauá apresentou a maior taxa de roubos e furtos. Ocorreram 411,6 casos por 100 mil veículos, muito acima da taxa estadual de 139,1 crimes. Já Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 101,1 casos por 100 mil veículos.

### Produtividade policial

Na construção do indicador *produtividade policial*, são levadas em consideração o número total de *prisões efetuadas*, que por sua vez corresponde à soma das prisões em flagrante delito e aquelas decorrentes de cumprimento de mandado judicial.

**Tabela 12 – Número de prisões efetuadas, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2017 e 3º trimestre de 2018**

Município	3º trim. de 2017	3º trim. de 2018	Varição
Santo André	553	535	-3,20%
São Bernardo do Campo	1.068	838	-21,50%
São Caetano do Sul	126	134	6,30%
Diadema	380	458	20,50%
Mauá	311	307	-1,20%
Ribeirão Pires	87	85	-2,20%
Rio Grande da Serra	23	19	-17,30%
<b>Total</b>	<b>2.548</b>	<b>2.376</b>	<b>-6,70%</b>

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Houve queda no número de prisões efetuadas (-6,7%). São Bernardo do Campo efetuou o maior número de prisões durante o terceiro trimestre de 2018, quando foram procedidas 838 prisões. Rio Grande da Serra foi o Município que efetuou o menor número de prisões. Foram executadas 19 ordens. São Caetano do Sul foi o único Município que apresentou elevação, em comparação ao terceiro trimestre de 2017, com aumento de 6,3%. Por outro lado, São Bernardo do Campo demonstrou a maior queda do número de prisões (-21,5%).

**Tabela 13 – Número de prisões efetuadas e furtos por 100 mil habitantes, Grande ABC Paulista, 3º trimestre de 2018**

<b>Município</b>	<b>3º trimestre de 2018</b>
Santo André	79,0
São Bernardo do Campo	109,4
São Caetano do Sul	89,7
Diadema	118,6
Mauá	73,6
Ribeirão Pires	75,1
Rio Grande da Serra	43,2

Elaboração: Observatório de Segurança Pública da USCS, a partir da Secretaria da Segurança Pública.

Diadema apresentou a maior taxa de prisões efetuadas. Ocorreram 118,6 prisões por 100 mil habitantes, superior à taxa estadual de 104,7 prisões. Rio Grande da Serra demonstrou a menor taxa, com 43,2 prisões por 100 mil habitantes.

## 20. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR COR / RAÇA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR NO GRANDE ABC PAULISTA, 2013-2017, COM BASE NOS INDICADORES INEP

Jefferson José da Conceição  
Gisele Yamauchi  
Vânia Viana

### Resumo executivo

A presente nota técnica levanta o número de matrículas no ensino superior entre 2013 e 2017, com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), vinculada ao Ministério da Educação. Inicia-se por apresentar os dados em nível de país, por raça, cor e tipo de instituição (federais, estaduais, municipais e particulares). Desde logo, cabe dizer que nesta nota não estão computados os dados dos alunos de cor / raça amarela e indígena. Isto posto, no período considerado foi expressiva a taxa de crescimento do número de alunos pretos (139,5%), pardos (137,4%) e brancos (79,95%) matriculados no ensino superior. No Brasil, o número de alunos cresceu em todos os anos, passando de 2.960.713 em 2013 para 5.982.381 (crescimento de 102,06%). Ainda assim, a desproporção absoluta entre pretos, pardos e brancos continua grande: em 2017, apenas 8,9% dos estudantes do ensino superior eram pretos, enquanto os brancos totalizavam 55% e os pardos 36%. Mesmo somados, pretos e pardos representavam 44,9% do total. No Brasil, os alunos pretos, pardos e brancos estudam, em sua maioria, em instituições privadas. No ano de 2017, 65,56% dos alunos pretos estudavam em instituições privadas e 34,44%, em públicas (federais, estaduais e municipais); 72,10% dos alunos pardos estudavam em instituições privadas e 27,9%, em públicas; 75,37% dos alunos brancos estudavam em instituições privadas e 24,63%, em públicas. Na segunda parte da nota técnica, e na ausência de informações disponíveis dos municípios por raça e cor, limitamo-nos em apresentar os dados dos alunos matriculados em ensino superior na Região do Grande ABC Paulista por tipo de instituição (federais, estaduais, municipais e particulares). Verifica-se um aumento do número de alunos matriculados na região, entre 2013 e 2015, de 110.659 para 123.402 alunos, seguido de uma acentuada queda nos dois anos seguintes, quando o número de matriculados caiu para 107.967 em 2016 e 103.024 em 2017. Nas instituições federais, o crescimento do número de alunos aconteceu em todos os anos levantados. Nas instituições estaduais, também, à exceção de 2015. Nas instituições municipais, nota-se um crescimento do número de alunos em 2015, seguido de oscilações posteriores. Nas instituições municipais, no período entre 2014 e 2017, a queda do número de alunos matriculados foi acentuada, de 15.670 em 2014 para 10.126 em 2017. Nas instituições privadas da região, observa-se um crescimento do número de alunos matriculados entre 2013 e 2015, de 81.329 para 96.603, seguida de queda para 78.948 alunos em 2016 e 73.434 em 2017. Ao final, cumpre destacar a necessidade da melhoria do banco de dados do INEP na esfera nacional, estadual e municipal, bem como de se realizar pesquisas futuras mais aprofundadas sobre o ensino superior na região do Grande ABC Paulista, como uma das ferramentas para o delineamento das políticas públicas no ensino superior.

### Matrículas no ensino superior no Brasil por raça, cor e tipo de instituição

Nesta primeira parte, a nota técnica apresenta os dados de acesso à Educação Superior de pretos, pardos e brancos no Brasil, de 2013 a 2017, ano até o qual estão disponíveis as informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O INEP é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, que fornece informações e estudos e dados que possibilitam a formulação de políticas educacionais.

No caso específico de um dos focos desta nota, os indicadores do INEP possibilitam a análise de aspectos importantes sobre a desigualdade racial brasileira também no campo da educação superior. No Brasil, a desigualdade econômica e social se confunde com a questão racial. Por sua vez, a questão racial tem raízes históricas profundas, cujas origens remontam ao longo período da escravidão no Brasil, cujo fim, ao final do século XIX, não se traduziu em igualdade de participação e oportunidades entre brancos e negros (pretos e pardos) na vida econômica e social do País, inclusive na esfera educacional. Mais ainda: nosso entendimento é de que é justamente no acesso à educação superior que essa desigualdade se apresenta de forma ainda mais contundente.

Registre-se que, conforme o Portal do INEP, em 14/4/2005, *“A autodeclaração de raça/cor permitirá criação de políticas afirmativas por governos estaduais, municipais e federal (...). A inclusão da cor / raça é a mais importante modificação no Censo Escolar 2005 (...). Trata-se de uma demanda histórica de representação dos movimentos sociais [especialmente do movimento negro] e defendida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Com base na coleta deste dado, será possível a todos os gestores de educação do País definir ações e políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial na Comunidade Escolar”*.

Assim, os técnicos do INEP optaram por seguir os critérios adotados pelo IBGE, que desde o ano 2000 adota nos quesitos cor-raça a seguinte classificação: branca, preta, parda, amarela e indígena, além dos que não dispõe das informações e dos que não as declaram.

De fato, a inclusão dos dados de cor / raça viabiliza aos gestores a possibilidade de estudos e pesquisas que propiciam ações afirmativas e aplicação de políticas públicas de redução das desigualdades na sociedade, inclusive no campo da educação superior— objeto desta nota técnica. No entanto, após este primeiro passo, nota-se a importância de aprimoramento dos dados.

Existem informações ainda não coletadas e disponibilizadas sobre o ensino superior. É importante conhecer, por exemplo, quais são as escolhas de cursos feitas pelos ingressantes pretos, brancos, pardos, indígenas, amarelos e “outros”; em quais áreas do conhecimento transitam e desejam se formar (exatas, humanas, biológicas). Sabe-se o número de mulheres matriculadas no ensino superior, mas se desconhecem os dados específicos referentes às mulheres pretas, pardas, amarelas, brancas e indígenas no nível superior.

A falta de um melhor conhecimento sobre a população que estuda no ensino superior prejudica a elaboração de planos que visam estruturar melhores estratégias, o que compromete os resultados alcançados.

Considerando-se o que foi mencionado anteriormente, apresentam-se agora os dados referentes aos alunos matriculados nas instituições de ensino superior em todo o país, por raça, cor e tipo de instituição (federal, estadual, municipal e privada), entre 2013 e 2017.

Cabe, contudo, mencionar que nesta nota não estão computados os dados dos alunos de cor / raça amarela e indígena.

Dessa forma, a tabela 1 demonstra o número de matrículas em cursos de graduação presencial e a distância por cor e raça entre os anos de 2013 e 2017. Neste período:

- a) Foi expressivo o crescimento do número de alunos pretos (139,5%), pardos (137,4%) e brancos (79,95%) matriculados no ensino superior. O número de alunos cresceu em todos os anos, passando de 2.960.713 em 2013 para 5.982.381 (crescimento de 102,06%).
- b) Entre os fatores que devem ter contribuído para o crescimento do número de alunos está o forte crescimento econômico ocorrido até o ano de 2014 e as políticas afirmativas implementadas.

- c) Ainda assim, a desproporção absoluta entre pretos, pardos e brancos continua grande: em 2017, apenas 8,9% dos estudantes do ensino superior eram pretos, enquanto os brancos totalizavam 55% e os pardos 36%. Mesmo somados, pretos e pardos representavam 44,9% do total.
- d) No Brasil, os alunos pretos, pardos e brancos estudam, em sua maioria, em instituições privadas. No ano de 2017, 65,56% dos alunos pretos estudavam em instituições privadas e 34,44%, em públicas (federais, estaduais e municipais); 72,10% dos alunos pardos estudavam em instituições privada das e 27,9%, em públicas; 75,37% dos alunos brancos estudavam em instituições privadas e 24,63%, em públicas.

### **Matrículas no ensino superior na Região do Grande ABC nas instituições universitárias**

Cabe destacar desde logo que os dados de cor / raça dos alunos matriculados no ensino superior, por município, não estão disponíveis no site do INEP, relativos ao período entre 2013 e 2017. Os dados disponíveis são os de alunos matriculados por tipo de instituição de ensino superior (*federais, estaduais, municipais e particulares*).

Pela tabela 2, verifica-se:

- a) o aumento do número de alunos matriculados em instituições no ensino superior no Grande ABC Paulista (sete municípios somados), entre 2013 e 2015, de 110.659 para 123.402 alunos, seguido de uma acentuada queda nos dois anos seguintes, quando o número de matriculados caiu para 107.967 em 2016 e 103.024 em 2017.
- b) Nas instituições federais da Região do Grande ABC, o crescimento do número de alunos aconteceu em todos os anos levantados. Assim, o número de alunos matriculados passou de 10.108 para 14.968, entre 2013 e 2017.
- c) Nas instituições estaduais do Grande ABC, a expansão do número de alunos matriculados também ocorre, à exceção de 2015. Desta forma, o número de alunos passou de 3.519 em 2013 para 4.496 em 2017.
- d) Nas instituições municipais, nota-se um crescimento do número de alunos em 2015, seguido de oscilações posteriores. Nas instituições municipais, no período entre 2014 e 2017, a queda do número de alunos matriculados foi acentuada, de 15.670 em 2014 para 10.126 em 2017.
- e) Nas instituições privadas da região, observa-se um crescimento do número de alunos matriculados, entre 2013 e 2015, de 81.329 para 96.603, seguida de queda para 78.948 alunos em 2016 e 73.434 em 2017.

Ao final, cumpre destacar a necessidade da melhoria do banco de dados do INEP na esfera nacional, estadual e municipal, bem como de se realizar pesquisas futuras mais aprofundadas sobre o ensino superior na região, como uma das ferramentas para o delineamento das políticas públicas no ensino superior.

### **Referências Bibliográficas**

INEP. Banco de Dados do Censo da Educação entre 2013 e 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 11.fev.2019.

SEADE. Banco de dados por município paulista entre 2013 e 2017. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso em: 12.fev.2019.

**Tabela 1 – Matrículas em Cursos de Graduação Presencial e a Distância por Cor / Raça entre 2013 e 2017**

	2013				2014				2015				2016				2017			
	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	TOTAL
<b>PÚBLICASTOTAL (D) = (A+B+C) <sup>(1)</sup></b>	520.730	90.105	297.095	907.930	618.653	102.066	411.251	1.131.970	693.634	130.765	465.107	1.289.506	763.328	158.392	532.259	1.453.979	810.961	183.443	601.877	1.596.281
<b>FEDERAIS (A)</b>	288.996	70.103	198.439	557.538	360.356	69.162	290.035	719.553	411.887	92.698	333.838	838.423	458.549	107.660	387.457	953.666	492.462	127.708	438.139	1.058.309
<b>ESTADUAIS (B)</b>	175.223	17.831	87.787	280.841	198.318	30.696	108.350	337.364	234.225	35.913	118.195	388.333	248.298	48.072	129.417	425.787	271.421	52.988	149.140	473.549
<b>MUNICIPAIS (C)</b>	56.511	2.171	10.869	69.551	59.979	2.208	12.866	75.053	47.522	2.154	13.074	62.750	56481	2.660	15385	74.526	47.078	2.747	14.598	64.423
<b>PRIVADAS (E)</b>	1.308.962	132.233	611.588	2.052.783	1.812.353	236.471	984.278	3.033.102	2.209.622	298.867	1.277.895	3.786.384	2.316.451	327.401	1.395.979	4.039.831	2.481.624	349.164	1.555.312	4.386.100
<b>BRASIL TOTAL (F) = (D) + (E)</b>	1.829.692	222.338	908.683	2.960.713	2.431.006	338.537	1.395.529	4.165.072	2.903.256	429.632	1.743.002	5.075.890	3.079.779	485.793	1.928.238	5.493.810	3.292.585	532.607	2.157.189	5.982.381

<sup>(1)</sup> É o somatório entre os matriculados em universidades federais (A), estaduais (B) e municipais (C).

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados do INEP, Censo da Educação Superior de 2013-2017.

**Tabela 2 – Número de alunos matriculados nas instituições de ensino superior na Região do Grande ABC Paulista entre os anos de 2013 e 2017**

	2013					2014					2015					2016					2017				
	Total	Fed.	Est.	Mun.	Priv.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Priv.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Priv.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Priv.	Total	Fed.	Est.	Mun.	Priv.
<b>SA</b>	38.256	6.168	240	6.424	25.424	41.946	6.424	468	6.544	28.510	45.087	7.320	547	-	37.220	37.961	7.501	639	-	29.821	36.003	7.733	664	-	27.606
<b>SBC</b>	47.868	1.839	956	2.442	42.631	53.250	3.156	905	2.409	46.780	53.830	4.093	818	2.422	46.497	47.121	4.598	851	2.418	39.254	46.019	4.937	905	2.715	37.462
<b>SCS</b>	15.833	-	1.209	5.568	9.056	17.360	-	1.232	6.717	9.411	16.079	-	1.016	7.069	7.994	14.959	-	1.167	8.156	5.636	13.149	-	1.226	7.411	4.512
<b>Diad.</b>	4.227	2.011	127	-	2.089	4.482	2.151	223	-	2.108	4.521	2.154	250	-	2.117	4.058	2.239	307	-	1.512	3.919	2.298	328	-	1.293
<b>Mauá</b>	3.116	-	987	-	2.129	3.053	-	1.214	-	1.839	2.695	-	1.110	-	1.585	2.877	-	1.143	-	1.734	3.208	-	1.373	-	1.835
<b>RP</b>	1.359	-	-	-	-	1.276	-	-	-	1.276	1.190	-	-	-	1.190	991	-	-	-	991	726	-	-	-	726
<b>RGS</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	110.659	10.018	3.519	14.434	81.329	121.367	11.731	4.042	15.670	89.924	123.402	13.567	3.741	9.491	96.603	107.967	14.338	4.107	10.574	78.948	103.024	14.968	4.496	10.126	73.434

Elaborado pelos autores para o Observatório de Políticas Públicas Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS a partir de dados do SEADE/INEP, 2013-2017.

## 21. ECONOMIA CRIATIVA E A NOVA SOCIEDADE EM REDE

Aristogiton Moura\*

### Resumo executivo

*O fenômeno da urbanização mundial define os marcos da crescente problemática enfrentada pelos governos e pela sociedade, os quais se deparam com o aumento da importância das cidades no cenário mundial em detrimento dos demais arranjos institucionais. Esta situação está aumentando o caos social, gerado pela baixa capacidade de governo do modelo tradicional de governança pública e pelo conflito ideológico resultante da nova percepção da sociedade sobre os benefícios e custos do atual modelo vigente. Isso tem levado ao enfraquecimento do modelo de governabilidade tradicional perante os cidadãos conectados e empoderados pela tecnologia em um contexto de surgimento das cidades como palco da nova governança mundial.*

Para entender esse novo momento é necessário um novo vocabulário que contemple os conceitos para explicar esta nova realidade e também para desenvolver as novas práticas para gerir e participar do jogo social com efetividade. A filosofia da linguagem é um dos recursos críticos para comunicar e explicar esses novos mundos, bem como explicar as cidades como organismos vivos. Essas estão fundamentadas na teoria da evolução que permite entendê-las e “curá-las” dos problemas gerados pela contradição entre o modelo de organização tradicional industrial e os benefícios trazidos pela revolução pós-industrial.

Neste contexto entra a economia criativa como elemento de ligação para a nova cidade e a nova cidadania, apoiada pela internet e pelas redes sociais, tidas como elementos críticos para a nova realidade política e social de uma sociedade cada vez mais conectada. Destaque para a internet como uma ponte entre mundos divergentes e convergentes com a realidade cotidiana, bem como para a economia criativa - objeto deste artigo e elemento transformador da realidade social. O que é economia criativa, qual a sua história e o que leva ao conceito inovador de governo inteligente associado à economia criativa como transição para um mundo mais equilibrado e sustentável.

### Introdução

Para o desenvolvimento deste artigo é importante utilizar uma definição sobre o que é a Economia Criativa, dado que esta ainda é um campo novo de experimentação na atuação social, política e mercadológica, e ainda há muita confusão e explicações conflitivas sobre o que é e qual sua área de estudo e abrangência.

Nesta nota técnica citamos uma definição dada pelo SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas<sup>(1)</sup>, que nos pareceu mais atual e completa. Segundo esse serviço, Economia Criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico. A indústria criativa estimula a geração de empregos e renda, enquanto promove a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Esta abrange os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam criatividade, cultura e capital intelectual como insumos primários. Atua nas seguintes áreas: Arquitetura; Artes Visuais; Cinema; Televisão; Publicidade e outras mídias; Design; Games; Editoração; Música; Moda e Comunicação. Estes segmentos criativos podem ser alinhados de acordo com suas afinidades setoriais em quatro grandes áreas: Consumo (design, arquitetura, moda e publicidade); Mídias (editorial e audiovisual); Cultura (patrimônio e artes, música, artes cênicas e expressões culturais) e Tecnologia (P&D, biotecnologia e TIC).

Essa economia é produtora e produto da nova realidade vivida pelas cidades. Como a nova economia está cada vez mais vinculada aos avanços da internet, a velocidade de concepção, desenho, produção, distribuição e consumo também estão seguindo esta velocidade, fazendo com que os modelos clássicos percam espaço para os novos entrantes. Há, segundo afirma Moisés Naim (2014), em seu livro “O Fim do Poder”, uma profunda mudança na sociedade devido a mudança no padrão de poder que estrutura o mundo ocidental, tal como o conhecemos. Esta mudança vai do poder concentrado e burocrático do governo e das grandes organizações privadas para os “micropoderes” exercido por aqueles que não têm acesso ao poder concentrado, mas têm poder suficiente para impedir as iniciativas de todos os demais. Nesta situação, ninguém tem poder para impor uma linha de atuação. É um mundo no qual as decisões não são tomadas, ou são tomadas tarde demais ou se diluem ao ponto da ineficácia. Isto explica muito o momento complexo e repleto de crise pelo qual passa a sociedade e o porquê do empoderamento dos consumidores, cidadãos, organizações sociais, *startups* e das cidades.

Outro ponto importante de introduzir é a nova realidade incontestável, que pode ser vista na edição de 2014 do relatório “Perspectivas da Urbanização Mundial” (*World Urbanization Prospects*) produzida pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), de que 54% da população mundial já vivem em áreas urbanas, uma proporção que se espera aumentar para 66% em 2050.

A urbanização, como fenômeno social objeto de estudo e prática de planejamento, é um fato recente. Remonta à Revolução Industrial na necessidade de se adequar os assentamentos humanos à lógica da produção. Nossas cidades hoje ainda refletem o modelo de mera organização e gestão dos espaços urbanos em detrimento da ecologia urbana. A grande migração campo – cidade observada neste período tem feito com que a ocupação das cidades seja uma fonte de intermináveis problemas para a gestão pública, como citam Barbosa e Nascimento Jr. Em “Paisagem, Ecologia Urbana e Planejamento Ambiental”: *“As pessoas saem do campo em busca de melhores condições econômicas e sociais, gerando conflitos, expulsões, violência, destruição ambiental e miséria. Os emigrantes, ao chegarem às cidades, acentuam a proliferação de ambientes degradados em situações extremamente precárias, restando-lhes apenas os espaços de formação ilegal, como as favelas ou as áreas de proteção ambiental e os mananciais de preservação permanente. Ocupam também espaços públicos como pontes e viadutos, agravando, ainda mais, a sua condição subumana”*.

Vivemos no Brasil um verdadeiro caos em termos de gestão de cidades. Esta situação só se agrava, pois, ademais da baixa capacidade dos políticos e das máquinas públicas, a brecha trazida pela revolução da tecnologia da informação e comunicação faz com que tenhamos uma gestão pública aparelhada para o século XX para enfrentar problemas de uma cidadania que já vive a realidade do século XXI. Todas as cidades enfrentam este problema, em maior ou menor escala. Embora haja uma busca incessante por meios de modernização da máquina pública, essas são de forma e não de conteúdo. Não há nenhuma solução que escape da armadilha de “tecnificar” a administração com a aquisição de equipamentos e sistemas, descolados da demanda real das estruturas mentais e práticas burocráticas ultrapassadas.

No entanto, nestas mesmas cidades já brota a semente de uma nova organização política, econômica, social e ambiental mais humanizada. Estamos migrando de um modelo de cidade que era um simples nó numa rede tecno-burocrática dentro do modelo estado-nação, para ser o espaço de vivência e convivência do ser humano com governabilidade e responsabilidade compartilhadas.

Antoni Gutierrez-Rubi, em seu livro “SmartcitiZens - Cidades numa escala humana - Novas coordenadas, novos mapas - O papel das cidades na governabilidade - A cidade dos cidadãos”, trata de forma brilhante a transformação que as cidades vêm sofrendo. Segundo ele, as cidades serão protagonistas da agenda política econômica e social nos próximos anos. A sua importância tem crescido no mesmo ritmo que o seu dinamismo econômico e o seu papel nas mudanças políticas e sociais que marcaram este início do século. Também os principais desafios que a humanidade deve enfrentar, que vão desde o aumento exorbitante da desigualdade até o

imprevisível comportamento do meio ambiente como partes da realidade urbana. É nos grandes núcleos urbanos onde são mais perceptíveis seus efeitos e de onde devem emergir as soluções.

Este novo cenário levanta muitas dúvidas. É possível imaginar um segundo nível de governo global baseado no novo poder das cidades? Este tem capacidade para levar os benefícios de seu desenvolvimento econômico para todas as camadas da população? Ele será a ponta de lança da inovação social e democrática? Que papel as soluções tecnológicas que permitem novos mecanismos de participação vão desempenhar?

Segundo Gutierrez-Rubi, esta última questão é relevante. Pensar a cidade sem a colaboração de seus habitantes conectados não é mais uma opção. A intervenção dos cidadãos na gestão e no planejamento tornou-se um aspecto diferencial do mundo local e a sua resposta à crise política. Por isso, hoje podemos e devemos falar de *cidadania inteligente*. Apesar de ainda existirem muitas incógnitas sobre como vai acabar definido este novo cenário de colaboração e coprodução, há também a convicção de que este é o elemento que legitima e melhora o governo da cidade.

## **As cidades, os cidadãos e a nova configuração dada pelo avanço da internet e as redes sociais**

Pelos argumentos aqui apresentados, o cenário prospectivo mais possível e plausível para a espécie humana nesses tempos tecnológicos é aquele em que, vivendo em cidades, nos relacionaremos com o mundo sem a intermediação das tradicionais estruturas burocráticas regionais e nacionais. Essas terão que ser repensadas e reinventadas para serem úteis nesses novos tempos tecnológicos.

Esta nota técnica procura demonstrar que não podemos entender as cidades sem enxergá-las como organismos vivos onde vivem em simbiose os humanos com a infraestrutura tecnológica, a cultura, a política e o ambiente. Tudo isso num mundo humano que é construído a partir de jogos de linguagem. Como definido por Wittgenstein, a linguagem é a ferramenta que conduz a arquitetura que se dá na relação homem - mundo. Para ele o mundo humano é uma construção linguística, na qual a linguagem é a expressão sígnica da atividade humana, manifesta na sua máxima: os limites da minha linguagem são os limites do meu mundo, ou seja, o mundo do homem é do tamanho do seu vocabulário.

Construímos nossos mundos a partir da interação com os outros, suportada pela linguagem. Então toda construção humana (na qual se encontram as cidades) é produto da interação entre humanos, cuja linguagem cria seu mundo. Com esta referência em mente pretendemos aqui apresentar os conceitos para se entender o que são as cidades e os jogos de linguagem que a mantêm vivas e atuais.

## **A biologia das cidades**

Nesta abordagem, entendemos as cidades como organismos vivos. Elas se estruturam e organizam para que seus ocupantes biológicos tenham as melhores condições de sobrevivência, crescimento e equilíbrio. Nesse contexto, tanto o crescimento de sua importância no mundo atual, seu vigor e sua degradação (que encontramos nos seus espaços tradicionais, como centros e determinados bairros) são reflexos da vitalidade e da degenerescência desses organismos. Para este artigo também nos apoiaremos em uma teoria evolucionista para explicar os fenômenos que hoje acontecem nas cidades e com isso construir uma possibilidade de intervenção, tal qual um médico intervém ao reabilitar um organismo vivo.

A fundamentação para a abordagem deste tópico foi desenvolvida pelo professor Frederico Barreto, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Baseando-se em Peter Saunders, em seu livro "*Social Theory and the Urban Question*", e em outros autores que trataram deste tema, as cidades são consideradas como organismos vivos. Juntamente com Robert Park e

colegas da Universidade de Chicago, eles elaboraram e fundamentaram uma revolucionária perspectiva ecológica do crescimento das cidades, reconhecida por Leonard Reissman como "a melhor aproximação de uma teoria sistemática de cidade".

A ideia base é fundada na tese de Darwin que estabelece a noção de uma "rede da vida" (*web of life*), através da qual todos os organismos se relacionam com todos os outros e, nesse relacionamento, têm enlaces de interdependência ou de simbiose. Segundo Darwin, esse relacionamento conduz a um equilíbrio natural que é resultado da luta de "dentes e garras" (*teeth and claw*) pela sobrevivência, que acabava por alterar o tamanho das populações das diferentes espécies que conviviam entre si. A competição pelos recursos básicos da vida, desta maneira, resulta na adaptação das diferentes espécies a cada uma das demais e ao seu ambiente comum. A evolução de um sistema ecológico relativamente equilibrado baseava-se na "cooperação competitiva" entre organismos diferenciados e especializados. Evidentemente, tratava-se de um processo inteiramente natural e espontâneo.

Neste sentido, Park, no seu livro "*Human Communities: The City and Human Ecology*" propôs que esse mesmo processo operava na comunidade humana: *"a competição opera na comunidade humana do mesmo modo que na comunidade de plantas e animais, criando uma forma de equilíbrio, mantendo e recriando esse equilíbrio, especialmente quando ocorre o advento de uma nova espécie intrusiva, de um novo fator que pressiona e desequilibra o sistema, desde o interior ou desde o exterior, afetando o curso normal anterior da vida, perturbando esse equilíbrio"*.

A competição entre os indivíduos, como Park argumentou, é que cria as relações de cooperação competitiva através da diferenciação de funções (pela divisão do trabalho), forçando um ordenamento da distribuição espacial dessas funções naquelas áreas em que acabam por se ajustar melhor, áreas físicas onde eventualmente apresentam seu melhor desempenho e onde passam a exercer uma forma de domínio equilibrado - ou seja, um domínio cujo desequilíbrio torna-se mais difícil, menos provável. Sua análise, em outras palavras, é tanto funcional quanto espacial: *"a questão principal aqui é que a comunidade concebida desta forma é simultaneamente uma unidade territorial e funcional"*.

Para Barreto, na comunidade humana, de forma análoga, a indústria e comércio são dominantes, pois essas duas grandes áreas de atividades podem superar praticamente todos os outros competidores por localizações estratégicas da cidade - aquelas localizações que, num dado momento da evolução urbana, lhes sejam mais vantajosas, lhes permitam os melhores desempenhos.

Ao abordar este tema e sustentado pelos autores citados, Barreto nos traz uma perspectiva que fundamenta as bases da presente nota. Pretendemos apresentar a "economia criativa" como elemento chave para uma teoria de modernização das cidades, dar sustentação teórica à transformação destas em "SmartCities" e repensar o papel que desempenham os cidadãos nos destinos e no equilíbrio político, social e econômico no mundo atual.

## **A Economia Criativa e sua história**

Charles Landry, no prefácio que faz no livro "Cidades Criativas – Perspectivas", de Ana Carla Fonseca Reis, faz, na minha opinião, a melhor descrição do conceito Economia Criativa e sua história:

*"Muitos dos temas que esses autores e outros ativistas cobriram estavam envoltos em algumas percepções, como: o mundo está saindo rapidamente da era industrial; qual será sua forma futura e qual será o papel das cidades então?; qual é a essência da competitividade?; há uma nova economia emergindo, como ela é e quais são as fontes de sua criação de riqueza?; qual é o papel da cultura na regeneração urbana?; serão os artistas e as indústrias criativas os maiores catalisadores da transformação dos lugares*

*em mais criativos?; que papel os velhos edifícios industriais convertidos em incubadoras das novas indústrias podem desempenhar na regeneração?*

*Inicialmente, o conceito de cidade criativa foi considerado como um lugar onde os artistas desempenhavam um papel central e onde a imaginação definia os traços e o espírito da cidade. Ao longo do tempo, as indústrias criativas, do design à música, das artes do espetáculo ao audiovisual, ocuparam o centro da cena dos debates, por seu papel como eixo econômico, criador de identidade urbana ou fator de geração de turismo e emprego. Em seguida, a presença de uma grande classe criativa, que inclui as acima citadas, assim como a comunidade de pesquisa e os nômades do conhecimento, foi vista como um indicador básico de cidade criativa. Ao mesmo tempo, meu próprio entendimento era de que uma cidade criativa deve ser criativa por completo, de modo transversal a todos os campos, muito além das indústrias criativas ou da presença de uma classe criativa. Minha lógica tem sido que os outros setores ou grupos, como a classe criativa, só podem florescer quando a administração pública é imaginativa, onde há inovações sociais, onde a criatividade existe em áreas como saúde, serviços sociais e mesmo política e governança. Em suma, só podem se desenvolver se houver uma ecologia criativa.*

*Este tema é tratado por John Howkins no livro supracitado. Isso significa que criativos não são apenas os artistas, os profissionais das novas mídias ou design ou os pesquisadores das universidades. A questão central é: quais são os atributos que os artistas, a economia criativa ou a classe criativa podem trazer, para formar uma cidade mais criativa? Qualquer pessoa é criativa em princípio, embora nem todos sejam igualmente criativos e todos possam ser mais criativos do que são. O mesmo se aplica às empresas, vizinhanças e cidades. Alguns aspectos da criatividade podem ser aprendidos. Mesmo assim, muitas pessoas têm tendências ou modos automáticos de pensar. Algumas florescem em um contexto mais aberto, outras o acham ameaçador ou desestabilizador. De modo geral, pode-se concluir que mais pessoas e empresas preferem a zona de conforto, daquilo que já foi tentado e testado, do conhecido e aparentemente comprovado. Há debates acalorados acerca dessas colocações”.*

Os questionamentos que levanta e a perspectiva histórica que faz neste texto são basilares e orientam qualquer análise que se faça sobre economia criativa e sua inserção em aglomerados humanos. A frase: *“Ao mesmo tempo, meu próprio entendimento era de que uma cidade criativa deve ser criativa por completo, de modo transversal a todos os campos, muito além das indústrias criativas ou da presença de uma classe criativa”*, é o *insight* que conduz a presente nota técnica, uma cidade criativa só pode ter essa denominação se for criativa por completo – governo, cidadãos, associações, indústria, comércio, educação e todas as áreas estratégicas que definem um aglomerado urbano como uma cidade.

## **Economia Criativa e as cidades**

Dentro do marco apresentado, vamos focar no eixo que será o pilar desses espaços de concentração humana, suportado pelas tecnologias da comunicação e informação, e, por consequência, da vida futura na terra: a economia. Com esse novo desenho, vem ganhando corpo as discussões de como equilibrar os avanços e a qualidade de vida, dado a nova realidade econômica das cidades e a baixa capacidade em dar respostas a esses novos problemas dos governos e dos setores econômicos tradicionais. A economia tradicional que suporta a gestão das cidades já não dá conta dos desafios complexos trazidos pelo empoderamento do cidadão e da participação da cidadania no enfrentamento dos problemas atuais.

A raiz histórica desta situação está no impacto provocado pela Revolução Industrial, devido o modo de produção e a forma como ela organizou a sociedade e as cidades em torno de suas necessidades. Fez com que a criatividade, representada pela produção artesanal, fosse abafada pela padronização dos processos da produção industrial manufatureira. Por muito tempo, a vida das pessoas e as cidades giraram em torno dessa lógica, mais tarde confrontada pela revolução pós-industrial que as liberou do tempo dedicado ao trabalho rotineiro e não criativo, mas não alterou os padrões centrais das amarras. Domenico De Masi em seu livro “O Ócio Criativo”, ao teorizar sobre as contradições desta revolução, destacou que o elemento central da mudança foi o tempo sem trabalho ocupando um espaço cada vez mais central na vida humana. Segundo ele, é preciso reprojeter a família, a escola, a vida, em função não só do trabalho, mas também do tempo livre, de modo que ele não degenere em dissipação e agressividade.

O aumento do tempo livre das pessoas e a volta da criatividade como elemento transformador do ambiente social - potencializadas pela internet e as redes sociais - enfrentam uma barreira representada pela baixa capacidade dos atuais sistemas de governo e da economia tradicional em incorporar novas práticas e dar suporte a esse novo modelo de cidade e governança que estão surgindo. Ao mesmo tempo em que as cidades estão se tornando o eixo central da vida humana, elas se tornam armadilhas, pois não tem capacidade de dar respostas às novas demandas sociais.

Para Gutierrez-Rubi estes efeitos seriam resumidos no paradoxo pelo qual mais e mais pessoas migram para as cidades em busca de um futuro, mas para estas cidades é cada vez mais complicado converter seu crescimento em bem-estar. Elas produzem crescimento econômico, mas são incapazes para compartilhar seus benefícios.

## **Economia Criativa e a internet**

A Economia Criativa não teria a força que tem hoje e, provavelmente, não impactaria o modo com vem sendo percebido nas cidades se não fosse a internet e os recursos que ela trouxe para o empoderamento do cidadão e para a facilidade para o comércio e para as transações comerciais e financeiras. Houve um crescimento exponencial do uso da internet e dos dispositivos móveis, principalmente dos celulares no mundo e no Brasil, que transformou a realidade das cidades e da economia.

Para se ter uma ideia dos números que esse fenômeno representa, apresentamos os últimos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística – na Pnad C (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - 2016). Estes números mostram que o Brasil tinha, no final de 2016, 116 milhões de pessoas conectadas à internet, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos. A pesquisa, com enfoque em dados sobre domicílios, indicou que 63,3% das casas brasileiras possuíam acesso à internet e que o celular era o principal meio para acessá-la no Brasil. Nesse ano, o celular era usado por 94,6% dos internautas, os computadores por 63,7%, os tablets por 16,4% e as televisões por 11,3%. Segundo o IBGE, 77,1% dos brasileiros possuíam algum celular e o número de conectados chegou a 116 milhões nesse ano, números que em 2019 já são bem mais expressivos.

A leitura dos dados do IBGE mostra que o uso da internet está se expandindo em todo o mundo e já é um padrão no Brasil. Isso se deve ao crescimento exponencial do número de pessoas conectadas por meio de dispositivos móveis e computadores que ampliam e facilitam o fascínio que as redes sociais exercem sobre a maioria da população, notadamente nos jovens. Tentar entender o que se passa na sociedade sem compreender como esse fenômeno sedes envolve na internet e nas redes sociais é um dos maiores problemas que enfrentam analistas e pesquisadores da área da economia criativa.

A maneira de analisar como se desenvolvem os jogos políticos, econômicos e sociais mudou muito nos últimos anos. Mudou a forma de se atuar, de se legislar, de como a sociedade se relaciona e,

principalmente, a maneira como as pessoas se comunicam, se articulam, formam suas opiniões, suas convicções, compram e vendem, entre outras. A internet veio para ficar e suplementar a maneira como as pessoas se comunicam e interagem com o mundo.

## **Economia Criativa como elemento de transformação**

Ao somar os conceitos que explicam e definem as cidades em sua natureza biológica, no seu padrão evolutivo e a na importância que estão adquirindo em relação às novas formas de poder descentralizado e desconcentrado, temos uma nova perspectiva que, escapando da visão cataclísmica de que estamos caminhando para o caos urbano, podemos colocar em perspectiva as novas formas de exercer o poder e fazer a gestão do local com influência no global.

Isso se torna possível quando acrescentamos à equação, a cidadania conectada e a difusão, sem controle, de informações e o desenvolvimento de novas relações políticas e sociais que a internet e as redes sociais propiciaram. Esse novo fenômeno tornou o mundo e os instrumentos de poder do século XX obsoletos e trouxe um novo desafio para a economia, para a política e para a sociedade que já vive e atua no século XXI.

Assim como a política está se reinventando, a economia tenta se adequar a uma sociedade que, utilizando os recursos tecnológicos da comunicação e informação, cria novos mundos que se sobrepõem aos estabelecidos historicamente. A Economia Criativa é a filha deste novo momento, que por um lado busca no passado o talento, a criatividade e a inovação do artesanato, por outro utiliza os recursos de produção, distribuição e logística da era pós-industrial.

A pedra de toque deste novo momento é a capacidade que o mercado e a política têm hoje de escutar a imensa quantidade de usuários, eleitores, consumidores, formadores de opinião, simples internautas e toda a “fauna” que frequenta o universo virtual.

Esta escuta, realizada com os recursos tecnológicos de ponta e com o conhecimento acumulado de inteligência sobre o comportamento político, social, econômico, ecológico e outros - que podem decodificar as necessidades, anseios, posicionamentos, angústias, desejos e ideologias deste universo - alimentarão os futuros sistemas de governo e serão as bases da nova Economia Criativa, tal como o conceito a define e não como uma simples mudança de rótulo da economia tradicional.

### **Notas**

<sup>(1)</sup>[https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia\\_criativa/como-o-sebrae-atua-no-segmento-de-economia-criativa,47e0523726a3c510VgnVCM1000004c00210aRCRD](https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia_criativa/como-o-sebrae-atua-no-segmento-de-economia-criativa,47e0523726a3c510VgnVCM1000004c00210aRCRD)

### **Referências Bibliográficas**

BARBOSA, Valter Luís; JÚNIOR, Antônio Fernandes Nascimento. Paisagem, ecologia urbana e planejamento ambiental. *Geografia (Londrina)*, v. 18, n. 2, p. 21-36, 2009.

GUTIERREZ-RUBI, A. *SmartCitiZens - Cidades numa escala humana*. Barcelona: Grafiko, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), 2016.

MASI, Domenico de; PALIERI, Maria Serena. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

NAÍM, M. *O Fim do Poder: Dos campos de batalha às Administrações, aos Estados e às Igrejas*.v. 1, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Perspectivas da Urbanização Mundial*. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wup/>>.

PARK, R. *Human Communities: The City and Human Ecology*. Glencoe, Ill: Free Press, 1952.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Cidades criativas*. Editora SESI-Serviço Social da Indústria, 2015.

SAUNDERS, Peter. *Social theory and the urban question*. Routledge, 2003.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 9. ed. São Paulo: Vozes, 1979.

---

\* Aristogiton Moura. Professor convidado da USCS - Consultor internacional em Ciências e Técnicas de Governo, formado por Carlos Matus da Fundação Altadir, tendo trabalhado diretamente com esse entre 1992 e 1998. Na Fundação Altadir foi seu assessor direto atuando como professor, consultor e coordenador dos cursos, seminários, consultorias, assessorias, no Brasil e na América Latina. Atualmente representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil, Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo, Diretor Presidente da Strategia Consultores e Diretor da Autoritas Consulting Brasil.

## Nota técnica

# 22. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERSECÇÕES COM O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO(USCS)

Antônio Fernando Gomes Alves

## Resumo executivo

*A nota técnica aborda a recente constituição do Colégio Universitário USCS a partir da perspectiva da extensão universitária e sua relação com a Ciência e Tecnologia, ao reforçar a inovação da prática educativa, inserindo os jovens na dimensão da pesquisa. Essa visão da Pesquisa e Extensão Universitária perpassa pela interdisciplinaridade temática entre a teoria, a prática e a função social dos saberes com a articulação acadêmica, bem como promove uma integração entre a comunidade científica e a comunitária. A via dupla dessa visão integra a Ciência e Tecnologia uma vez que chama novos players na arena educativa, tais como as organizações não governamentais, os movimentos sociais e as populações minoritárias às pesquisas relacionadas às políticas públicas, setores produtivos e novas tecnologias, entre outros atores. Isto contribui para promover novas parcerias internacionais e a matricialidade das políticas públicas na Região do Grande ABC Paulista.*

O campo da Ciência e Tecnologia (C&T) se estabeleceu no âmbito da pesquisa e extensão universitária como elemento fundamental para o avanço do pensamento humano. Na prática, fora da sala de aula ele amplia um importante eixo de teorização e sistematização de práticas educativas como práxis que combina a prática, a técnica, a invenção e a teoria, colocando-os a serviço da comunidade comprometida com as mudanças e transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, artísticas e ambientais em que os sujeitos estão expostos diariamente.

Neste sentido, a área da Ciência e Pesquisa da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) reafirma esses objetivos em refletir sobre as dimensões, amplitude e complexidade da extensão universitária e suas interfaces com a Educação, consolidada no Ensino Superior e, recentemente na Educação Básica com o Colégio Universitário (USCS). O pano de fundo tem por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Extensão Universitária – PNExt (2012) enquanto protagonistas da pesquisa no âmbito da educação.

Cabe lembrar que a Universidade no Brasil foi instituída no início do século XX. Com a promulgação da Lei 5.540/1968, ela foi normatizada na organização e funcionamento do Ensino Superior, incluindo no artigo 20 a regulação da prática da Extensão Universitária. De acordo com Teixeira (1989): “as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”.

Dessa maneira, inaugura-se a prática de Extensão Universitária por meio da referida Lei 5.540/68, estabelecendo uma articulação do conhecimento acadêmico com a função do social deste. A extensão realiza-se por meio de práticas sociais, que envolvem cursos e serviços especiais específicos, diante das demandas e necessidades da comunidade, além das devolutivas, intervenções e resultados das pesquisas realizadas. A lei também institui na prática social extensionista, ações educativas a serem realizadas, apontando que essas devem promover melhorias nas condições de vida e auxiliar no desenvolvimento comunitário.

Neste sentido, a intencionalidade, o planejamento, o respeito ao conhecimento prévio comunitário, a abrangência contínua, o sentido e o significado das atividades, a colaboração, a participação democrática e a promoção da qualidade de vida, na prática social extensionista promovida pela

Universidade, devem estar associadas, implicitamente, às melhorias nas condições de vida por meio do desenvolvimento comunitário.

Nessa direção, a USCS está alinhada com as práticas interdisciplinares, uma vez que, promove novos saberes e traz a legitimidade da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996, art. 43, inciso VII). Por esta lei, o Ensino Superior tem por finalidade relacionar a Extensão Universitária com o objetivo de “*promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição*”.

Nessa perspectiva, a Extensão Universitária exerce influência na Educação Básica, sobretudo no fortalecimento do acesso, ingresso, permanência e sucesso no ciclo do desenvolvimento humano, na passagem da juventude para o jovem adulto e do Ensino Médio para o Ensino Superior (GRACIANI, 2015). Exemplificando, o estudante do Colégio (USCS) participará ativamente das disciplinas oferecidas no Ensino Superior numa prática vivencial com os estudantes universitários. Sua aptidão de escolha para as diversas áreas do conhecimento serão assim tratadas a partir da experiência que praticará no contexto do Ensino Superior, uma posição disruptiva na educação básica. A finalidade de universalização do direito à Educação também se realiza pela atuação direta com as escolas do Ensino Médio, por meio da qualificação profissional dos profissionais, realização de pesquisas científicas e projetos em parcerias públicas e privadas.

São essas as premissas que apontam o Colégio USCS, ao reforçar a inovação da prática educativa, inserindo os jovens na dimensão da pesquisa. Essa visão da Pesquisa e Extensão Universitária perpassa pela interdisciplinaridade temática entre a teoria, a prática e a função social dos saberes com a articulação erudita, bem como promove uma integração entre a comunidade científica e a comunitária.

A via dupla dessa visão integra a Ciência e Tecnologia uma vez que chama novos *players* na arena educativa, tais como as organizações não governamentais, os movimentos sociais e as populações minoritárias às pesquisas relacionadas às políticas públicas, setores produtivos e novas tecnologias, entre outros temas. Isto contribui para promover novas parcerias internacionais e a matricialidade das políticas públicas na Região do Grande ABC.

No Plano Nacional de Extensão Universitária elaborado em 1999 e apresentado no Rio de Janeiro, foram destacadas cinco diretrizes norteadoras das ações extensionistas, a saber:

- I. interação dialógica;
- II. interdisciplinaridade e inter-profissionalidade;
- III. indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão;
- IV. Impacto na vida dos estudantes;
- V. Impacto e transformação social.

Desnecessário destacar que essas cinco diretrizes dispostas no Plano Nacional de Extensão Universitária corroboram para uma dimensão articulada entre os processos educativos, culturais, artísticos, científicos, tecnológicos e políticos, promovendo a cientificidade com a sociedade transformadora entre os participantes por meio da atuação prática, da sistematização das teorias e sua práxis, dentro e fora da sala de aula. Em Paulo Freire (1996), a aprendizagem educativa está sempre permeada, numa ação integradora entre o professor e o estudante, no qual ambos são sujeitos ativos desse processo.

A busca por compreender a realidade social que organiza e transforma os seres humanos é cercada por objetivações dos processos e (re) significações subjetivas sobre o qual o mundo é construído por meio da intersubjetividade das relações interpessoais, assim como pensaram intelectuais do século XX como Berger e Luckmann (2009) Foucault (1969), Deleuze (1995) e tantos outros. Assim, cabe fugir à armadilha das incompreensões sobre a realidade educativa a que historicamente fomos submetidos e procurarmos compreender a interação social da educação como um resultado das

relações psicossociais, dinâmicas e interpostas a que se sujeitam os seres humanos à medida que convivem grupalmente. O sujeito é o protagonista e buscador do conhecimento, o *outro* permeia a realidade existencial e social. Os saberes vivenciados nesse processo explicitam a oportunidade das práxis acadêmica, humanística e colaborativa, significando e (re) significando o ato de aprender, de ensinar, de compartilhar as ações extensionistas tendo a ciência e a tecnologia como uma retomada do campo elaborativo.

Diante desses amplos desafios, estudantes do ensino superior e da educação básica se debruçarão sobre problemas complexos e desafiantes a fim de construir suas pontes científicas e tecnológicas acerca do conhecimento que transforma a realidade econômica, social e política, e, por consequência, modificando a realidade vivida no Grande ABC Paulista.

A compreensão dessa tipologia de educação constitui uma abordagem capaz de promover o ser humano contextualizado e construtor das relações sociais, profícuas e humanizadas. Parte-se do princípio de que a ciência promove os alicerces na busca pelo conhecimento de si mesmo, relações intersubjetivas capazes de promover uma prática na busca dos novos sujeitos (FONSECA, 2003) e, conseqüentemente, novos saberes.

A pesquisa e a extensão universitária, além de propiciar o aprendizado experiencial e vivenciado, permitem vislumbrar as articulações com a educação por meio das ações formativas, nas quais o currículo educacional está em contínua construção pela Universidade e pelo Colégio USCS, transformando as práticas em espaços de aprendizagens significativas, usufruindo de metodologias inovativas desse século. Esses espaços promovem o repensar do social capaz de modificar o sujeito na tomada da consciência de *si* e de modo a ampliar as capacidades relacionais, sejam no âmbito dos laços afetivos e emocionais. Desse modo, cumpre compreender que as relações afetivas promovem uma melhor compreensão do mundo e possibilitam sujeitos capazes de (re) significar sua práxis.

O desafio é compreender que os sujeitos nos espaços educativos por ele vivenciados tornam-se um *vir a ser*, condição essa que permite e possibilita com que as teorias científicas exerçam as influências matriciais para a mudança do pensamento e do agir humano. O currículo estabelecido passa a ser refletido e questionado à medida que as práticas educativas do sujeito são desafiadas. Numa visão construtiva e dialógica, a educação reflete outro olhar acerca do aprendizado na inerente transformação que a sociedade exige dos desafios apresentados pelos cidadãos. São nessas relações que novos sujeitos são construídos para a transformação do mundo em que vivemos. A tomada da consciência social por parte de estudantes, professores e familiares é o elemento fundamental nesse processo de (re) educação com as relações sociais, pedagógicas, culturais, artísticas e humanizantes desse 'novo' sujeito educativo para o século XXI.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Antônio Fernando Gomes. A constituição do eu trabalhador. In: Mary Jane Spink. (Org.). *Psicologia Social e Pessoa*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Ciências Sociais, 2011, v. 01, p. 169-18.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. 30<sup>a</sup> ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BRASIL. *Lei 5.540, Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior*. Brasília: Presidência da República, 1968.

\_\_\_\_\_. *Lei 9.394, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Presidência da República, 1996.

\_\_\_\_\_. *Lei 12.852, Institui o Estatuto da Juventude*. Brasília: Presidência da República, 2013.

\_\_\_\_\_. *Lei 13.174, Insere o inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394/1996*. Brasília: Presidência da República, 2015.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FONSECA, Marcio. *Michael Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2003.

GRACIANI, Juliana Santos. *A Prática Educativa à Luz da Pedagogia Social e da Psicologia Social Comunitária: Estudo do Programa Integração AABB Comunidade*. São Paulo: PUCSP/ Programa de Estudos Pós- Graduados em Psicologia Social, 2015.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários Para a Educação do Futuro*. Portugal: Instituto Piaget, 2002.

NOGUEIRA, M. D. P. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. *Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESU/MEC*. Edição Atualizada, 2000/2001.

TEIXEIRA, ANÍSIO. *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969. Disponível em: [http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livros/chama\\_introducao.htm](http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livros/chama_introducao.htm) Acesso: 19 fev. 2019.

## 23. ROTATIVIDADE E PERFIL DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO DO GRANDE ABC PAULISTA

André Ximenes de Melo  
Sonia A. Beato X. de Melo

### Resumo executivo

A presente nota apresenta o turnover (rotatividade) e o perfil de empregos na indústria de alimentação do Grande ABC Paulista. Toma como base os dados do CAGED, do então Ministério do Trabalho. A região apresentou, em 2018, 33,8% de rotatividade média. Em cidades como Ribeirão Pires a rotatividade alcançou 61,9%. Em Diadema, ela foi de 25%. Os empregos na região do Grande ABC tiveram queda sistemática desde 2015.

### Introdução

A presente nota técnica apresenta os dados da rotatividade e o perfil de empregos na indústria de alimentação do Grande ABC Paulista. Os dados do CAGED foram coletados no então Ministério do Trabalho e Emprego.

### Turnover na indústria de transformação de alimentos

Com a expansão da globalização, as organizações modernas têm exigido, de forma crescente, pessoas hábeis e comprometidas. Assim, as empresas promovem políticas de atração, treinamento e retenção, com o objetivo de melhorar seu capital intelectual, diminuir os custos de turnover e alcançar maior produtividade e rentabilidade.

Os custos de turnover implicam em gastos de recrutamento e de seleção de novos funcionários. A rotatividade dos funcionários tem um custo substancial e pode implicar no risco de perda de capital intelectual. Bodla e Hameed (2008) identificaram cinco variáveis que influenciam o turnover: o grau de satisfação com remuneração, o grau de satisfação com as condições de trabalho, o grau de satisfação com a supervisão, o comprometimento organizacional e o estresse no trabalho.

A fórmula clássica para cálculo do turnover é a seguinte:  $[(n^{\circ} \text{ de demissões} + n^{\circ} \text{ admissões})/2] / n^{\circ} \text{ de funcionários (no último período)}$ . Depois disso, esse valor é multiplicado por 100 para obter o percentual. Com base nela, pode-se chegar, na indústria de alimentação, ao turnover por município e total Grande ABC Paulista expressos na tabela 1.

**Tabela 1 – Turnover na indústria de alimentação do Grande ABC Paulista, 2018**

Movimentação agregada	Diadema	Mauá	RPires	RGSerra	SAndré	SBCampo	SCSul	Grande ABC
Admissões	624	272	420	92	1.704	1.573	1.566	6.251
Desligamentos	554	282	459	387	1.666	1.420	1.315	6.083
Nº Emp. Formais - 1º Jan/2018	2.358	807	710	1.052	4.268	4.054	4.996	18.245
Total de Estabelecimentos	154	125	45	7	408	366	180	1285
Variação Absoluta	70	-10	-39	-295	38	153	251	168
Turnover	25,0%	34,3%	61,9%	22,8%	39,5%	36,9%	28,8%	33,8%

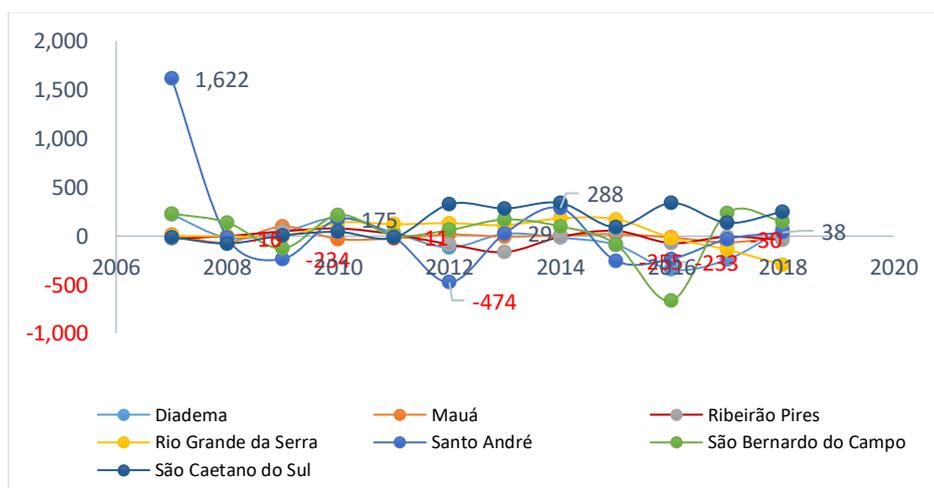
Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do então MTE.

O *turnover* nas empresas do Grande ABC Paulista é alto. Isso faz com que as empresas da região necessitem de investir mais com treinamentos.

Os piores anos para o mercado de trabalho foram diferentes para cada município: em São Caetano do Sul e Mauá, 2008 foi o ano que houve maior desemprego nas duas cidades. Em Santo André, 2012; em Ribeirão Pires, 2013; em São Bernardo do Campo e Diadema, 2016 e; em Rio Grande da Serra, 2018.

Em outros estudos, é importante que se verifique os motivos que fazem com que o ramo da indústria de alimentação apresente um comportamento distinto entre as cidades.

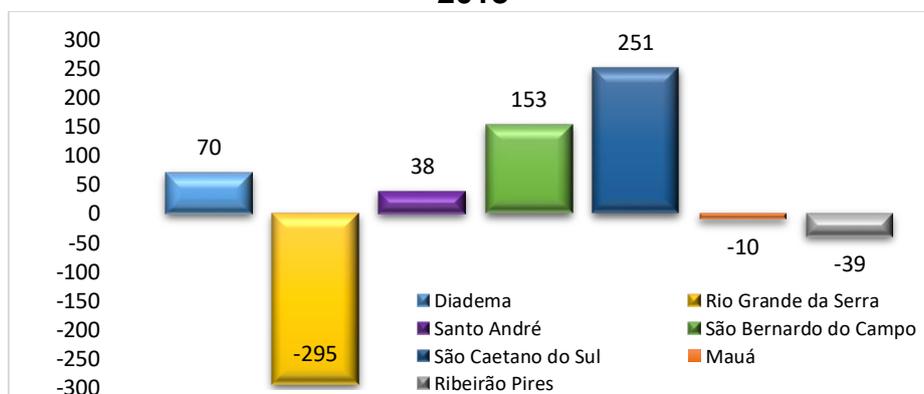
**Figura 1 – Variação no emprego no Grande ABC Paulista, 2008 a 2018, por município**



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do então MTE.

O saldo de variação média anual dos empregos na indústria de alimentação na Região do Grande ABC Paulista no ano de 2018 foi positivo em 168 empregos (Figura 2).

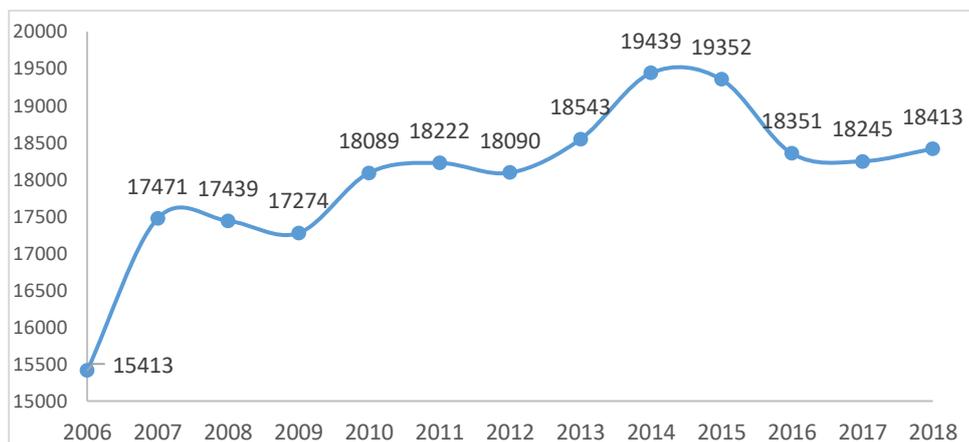
**Figura 2 – Saldo de emprego na indústria de alimentos e bebidas em dezembro de 2018**



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS CONJUSCS, com base nos dados do então MTE.

Em 2006, o número de empregos da indústria de alimentação no Grande ABC Paulista foi de 15.413 empregos. No ano seguinte, houve um aumento de 2.058 postos de trabalho. Entretanto, nos anos seguintes, houve retração. Os anos entre 2010 e 2014 apresentaram uma expansão no número de empregos formais no setor da região. Contudo, entre 2015 e 2016, houve queda no número de empregos formais. No ano de 2018, verificou-se tímida retomada no número de empregos formais no setor de alimentos e bebidas (Figura 3).

**Figura 3 – Evolução do emprego formal na indústria de alimentação do Grande ABC Paulista, 2006 - 2018**



Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do então MTE.

É provável que a movimentação ocorrida tenha sido gerada pelos desligamentos em função da crise.

A tabela 2 expõe as admissões, desligamentos, saldo e salário médio dos dez cargos com maiores admissões em 2018 relacionados ao setor.

**Tabela 2 – Ranking dos dez cargos com maiores admissões em 2018**

CBO	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo
Cozinheiro Geral	1.241,10	837	718	119
Alimentador de Linha de Produção	1.448,13	810	842	-32
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.277,89	703	704	-1
Cozinheiro (Conservação de Alimentos)	1.363,97	426	238	188
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	1.385,13	220	169	51
Auxiliar de Escritório, em Geral	1.233,73	218	215	3
Faxineiro (Desativado em 2010)	1.400,32	215	182	33
Promotor de Vendas	1.490,57	201	174	27
Vendedor de Comércio Varejista	2.045,46	171	136	35
Atendente de Lanchonete	1.228,17	171	132	39

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do então MTE.

A tabela 3 mostra as admissões, desligamentos, saldo e salário médio dos dez cargos com maiores demissões em 2018 relacionados ao setor.

**Tabela 3 – Ranking dos dez cargos com maior número de demissões em 2018**

CBO	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo
Alimentador de Linha de Produção	1.448,13	810	842	-32
Cozinheiro Geral	1.241,10	837	718	119
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.277,89	703	704	-1
Cozinheiro (Conservação de Alimentos)	1.363,97	426	238	188
Auxiliar de Escritório, em Geral	1.233,73	218	215	3
Faxineiro (Desativado em 2010)	1.400,32	215	182	33
Promotor de Vendas	1.490,57	201	174	27
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	1.385,13	220	169	51
Vendedor de Comércio Varejista	2.045,46	171	136	35
Atendente de Lanchonete	1.228,17	171	132	39

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do então MTE.

### Salários por função CBO

Os maiores salários (em reais) encontrados na pesquisa encontram-se na tabela 4.

**Tabela 4 – Ranking dos dez cargos com maiores salários em 2018**

CARGOS COMO BASE NO CBO	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo
Diretor Comercial	50.000,00	2	2	0
Diretor de Manutenção	45.000,00	1	0	1
Gerente Financeiro	24.000,00	1	4	-3
Gerente de Projetos de Tecnologia da Informação	24.000,00	1	0	1
Engenheiro de Segurança do Trabalho	16.383,00	2	1	1
Gerente de Logística (Armazenagem e Distribuição)	13.750,00	2	3	-1
Tecnólogo em Gestão Administrativo- Financeira	12.100,00	2	2	0
Gerente de Produção e Operações	11.036,00	5	10	-5
Gerente de Marketing	11.000,00	1	2	-1
Analista de Desenvolvimento de Sistemas	9.974,00	1	5	-4

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do então MTE.

Nos cargos de maiores salários, o *turnover* é pequeno, zero ou até negativo.

A tabela 5 mostra as diversas faixas salariais encontradas no setor de alimentação.

**Tabela 5 – Faixas salariais**

Faixa	Valor R\$	Salário Médio	Admissões	Desligamentos	Saldo	Categorias de Trabalho
Até 1 sm	954,00	740,82	297	257	40	16
De 1 a 2 sm	1.908,00	1.463,89	5.181	4.723	458	298
De 2 a 3 sm	2.862,00	2.339,47	368	327	41	88
De 3 a 4 sm	3.816,00	3.232,23	247	219	28	49
De 4 a 5 sm	4.770,00	4.225,38	37	34	3	22
De 5 a 10 sm	9.540,00	6.168,84	96	101	-5	34
Acima de 10 sm	9.540,01	18.815,93	20	22	-2	20

Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, com base nos dados do então MTE.

Em destaque, nota-se que há trabalhadores que recebem um valor inferior ao do salário mínimo. É também alta a rotatividade de trabalhadores nas faixas entre 1 e 3 salários mínimos. A partir de 3 salários mínimos ou mais, a rotatividade de funcionários diminui consideravelmente.

Os trabalhadores que ganham até um salário mínimo estão distribuídos em 16 categorias de trabalho. Nestes 16 grupos estão as funções de cozinheiros, motoboys e outros auxiliares. Na segunda faixa salarial é possível notar que ela envolve a maior faixa de trabalhadores da indústria da alimentação composta por 298 categorias de trabalho. Na medida em que os salários vão aumentando, as categorias vão diminuindo, até que na cúpula dos maiores salários ocorra a concentração de poucas funções, variando entre 20 a 34 categorias.

## Conclusão

O foco dessa nota foi demonstrar a rotatividade e o perfil de empregos da indústria de alimentação do Grande ABC Paulista. A rotatividade da região (cerca de 33,8%) é mais baixa que a rotatividade do Brasil (cerca de 37%). O município de Diadema encerrou o ano com o menor índice de *turnover* (25%) ficando bem abaixo da média brasileira. Os postos que mais empregaram na região tiveram uma média salarial de R\$ 1.411,45 e 462 postos de trabalho, enquanto que a média salarial do quadro geral total foi de R\$ 3.295,17.

## Referências Bibliográficas

BODLA, Mahmood A.; HAMEED, Abdul. Factors affecting employee turnover intentions: Empirical evidence from textile sector of Pakistan. *The International Journal of Knowledge, Culture and Change Management*, v. 9, n. 8, p. 53-64, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. CAGED. Disponível em:  
<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml> acesso em:  
10/01/2019.

## 24. GESTÃO AMBIENTAL, RECICLAGEM DE LÂMPADAS FLUORESCENTES E LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO GRANDE ABC PAULISTA

Rubens Topal de Carvalho Bastos

### Resumo executivo

*A nota aborda a logística reversa das lâmpadas fluorescentes, os pontos de coleta na Região do Grande ABC Paulista e os impactos ambientais ocasionados pela destinação inadequada dos resíduos.*

O desenvolvimento sustentável é caracterizado pela capacidade de se atender as necessidades da geração atual sem o comprometimento da capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Ou seja, trata-se de produzir as necessidades sem esgotamento dos recursos (SILVA et al, 2018).

Entretanto, na prática, temos percebido que o cuidado com a sustentabilidade, na maioria das cidades brasileiras, está diretamente ligado ao grau de aderência às legislações pertinentes ao tema.

A lei federal nº 12.305/10, de resíduos sólidos, em seu artigo nº 33, cita que a obrigatoriedade pela implementação da logística reversa é dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, lâmpadas fluorescentes.

Na busca do entendimento a respeito da quantidade de resíduos que pode ser gerado pela destinação inadequada das lâmpadas fluorescentes na Região do Grande ABC Paulista, a tabela 1 apresenta o consumo de energia elétrica desta região.

**Tabela 1: Consumo de energia elétrica dos municípios do Grande ABC Paulista, 2017 (em mwh)**

Localidade	Consumo de Energia Elétrica - Total (em mwh)	Consumo de Energia Elétrica - Industrial (em mwh)	Consumo de Energia Elétrica - Comércio e Serviços (em mwh)	Consumo de Energia Elétrica - Rural (em mwh)	Consumo de Energia Elétrica - Residencial (em mwh)
Diadema	1070038	538508	156937	-	330982
Mauá	1322690	797181	148604	27	323342
SBCampo	2644527	1214968	497981	192	726116
SCSul	793245	317512	188877	-	190622
RPires	226000	77120	33657	90	330982
RGSerra	59502	5475	16682	25	330982
SAndré	2791481	1451473	534093	2	330982
<b>Total</b>	<b>9977521</b>	<b>4940745</b>	<b>1576831</b>	<b>336</b>	<b>2647856</b>

Elaboração do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir de informações diretamente extraídas SEADE (2018).

Diante dos números apresentados na tabela 1, é possível identificar que Região do Grande ABC Paulista é uma grande consumidora de energia elétrica. O consumo deriva do acionamento das

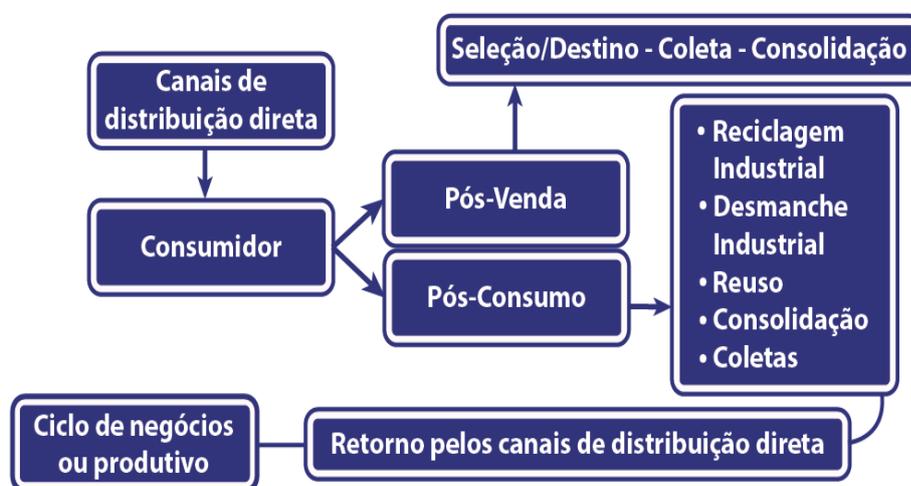
lâmpadas, sejam elas fluorescentes ou não. Entretanto, quando comparadas às outras opções de lâmpadas, as fluorescentes chegam a ser 3 a 6 vezes mais eficientes e sua vida útil é de 4 a 15 vezes mais longa, com até 80% de redução de consumo de energia (SILVA et al, 2018).

No entendimento de Pawlowski (2011), muitas pessoas desconhecem que em uma lâmpada fluorescente de 40 W encontra-se cerca de 20 mg de mercúrio (Hg), componente este que:

- ✓ é tóxico;
- ✓ é perdurável (não pode ser eliminado e permanece no meio ambiente);
- ✓ é acumulativo.

Por este motivo, a logística reversa das lâmpadas fluorescentes tem chamado a atenção de muitos pesquisadores, pois as ações voltadas pela sua implementação tem ocasionado impactos no desempenho socioambiental das empresas e da própria sociedade.

**Figura 1: tipos de fluxos reversos e a destinação dada aos produtos ou resíduos sólidos.**



Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, a partir de informações diretamente extraídas de Bastos (2013).

Na figura 1, é possível identificar que após o consumo das lâmpadas fluorescentes existem somente dois destinos possíveis, a reciclagem ou o desmanche. Porém, em pesquisa feita por Silva *et al* (2018), identificou-se que muitas pessoas não fazem o descarte correto deste tipo de material por falta de postos de coleta.

A região do Grande ABC Paulista possui postos de descarte deste tipo de material na maioria dos municípios, disponibilizados pela RECICLUS, organização sem fins lucrativos, idealizada, formada e sustentada por empresas fabricantes, importadores de lâmpadas e equipamentos de iluminação.

**Figura 2: Reciclus na convenção ABRAS (2018)**



Fonte: <https://reciclus.org.br/>

**Locais de descarte disponibilizados pela Reciclus em quatro municípios do Grande ABC Paulista: Mauá, Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo**

<b>Mauá</b>		
	Coop cooperativa de consumo	Av. Barão de Mauá, 1389
	Coop cooperativa de consumo	Rua: Alonso Vasconcelos Pacheco, 2261
<b>Diadema</b>		
	Coop cooperativa de consumo	Av. 7 de Setembro, 3499
<b>Santo André</b>		
	Carrefour comércio e indústria Ltda	Avenida Pedro Américo, 23
	Coisa comércio de ferramentas Ltda	Avenida Dom Pedro I, 2271
	Coop cooperativa de consumo	Av. Industrial, 2001
	Coop cooperativa de consumo	Rua Carijós, 1843
	Coop cooperativa de consumo	Av. das Nações, 1600
	Coop cooperativa de consumo	Av. Pereira Barreto, 1286
	Elétrica coml Andra Ltda	Av. Senador Feijó, 414
<b>São Bernardo do Campo</b>		
	Carrefour comércio e indústria Ltda	Avenida Senador Vergueiro, 2100
	Companhia brasileira de distribuição	R. Garcia Lorca, 301
	Coop cooperativa de consumo	Av. Humberto de Alencar Castelo Branco, 2563
	Coop cooperativa de consumo	Rua Joaquim Nabuco, 277
	Coop cooperativa de consumo	Avenida Doutor Rudge Ramos
	Coop cooperativa de consumo	Rua dos Vianas, 1631
	Coop cooperativa de consumo	Av. Presidente João Café Filho, 2231
	Depósito riacho materiais para construção Ltda	Rua Antônio Caputo, 331
	Erico Luiz Barbosa Campos	Avenida Winston Churchill, 615
	Leroy Merlin companhia brasileira de bricolagem	Rua Fuad Mussa Cheid
	Lojas Riachuelo s/a	Rua Marechal Deodoro
	Makro atacadista S.A	Rua Frei Damião, 355
	Sabemat comércio e serviços Ltda	Avenida Padre Anchieta, 665
	Walmart brasil Ltda	Rua Marechal Deodoro, 2785

Elaboração própria do autor para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS - CONJUSCS, a partir do site <https://reciclus.org.br/>.

Analisando-se o contexto da Região do Grande ABC paulista (número de empresas) e as possíveis quantidades e periculosidades dos resíduos provenientes do descarte das lâmpadas fluorescentes, foi possível identificar que existe um número considerável de postos de descartes disponibilizados pelas cidades, situação esta que facilita para as empresas e para própria população a logística reversa.

Cabe ressaltar que no site da empresa Reciclus não foi encontrado nenhum ponto de coleta na cidade de São Caetano do Sul. Não podemos afirmar, contudo, que não existam outras empresas que disponibilizem pontos de coleta. Acreditamos, porém, que, quanto maior o número de pontos de descarte, maior a possibilidade que os resíduos provenientes das lâmpadas de fluorescentes tenham um destino inadequado.

### Referências Bibliográficas

BASTOS, Rubens, T.C. *A influência da lei federal nº 12.305/10 na maneira com que as micro e pequenas empresas da região de Guarulhos tratam seus resíduos sólidos*. Dissertação (mestrado), FACCAMP. Campo Limpo Paulista, 2013.

PAWLOWSKI, L. Effect of mercury and lead on the total environment. *Environmental Protection Engineering*, v. 37, n. 1, p. 105-117. 2011.

SILVA, Muriel, V.; CORREIA, Paula, F. C.; HYPOLITO, Raphael, S.; BASTOS, Rubens, T.C. A reciclagem de lâmpadas fluorescentes e a logística reversa em um caso prático. **Anais do XX Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA)**, 2018.

## 25. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, ACORDO DE PARIS E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Vânia Viana

### **Resumo executivo**

*Partindo dos recentes acontecimentos no mundo e no Brasil, como os que também acometem o Grande ABC Paulista, a nota técnica resgata, sucintamente, a evolução das discussões, acordos e tratados, em nível internacional, sobre as mudanças climáticas.*

### **As Mudanças Climáticas e o Impacto nas Cidades**

O Grande ABC Paulista, assim como outras regiões do estado de São Paulo e do país, passa por fenômenos e alterações climáticas com fortes impactos sobre a população, especialmente nas cidades.

Esses fenômenos climáticos ganham volume a cada ano, diversificam-se na forma e se intensificam na dimensão dos estragos, seja como ciclones tropicais que ocasionam destelhamentos e quedas de árvores, seja como aumento do volume de chuvas, que levam a cheias e alagamentos. Estes fenômenos impactam principalmente populações que residem em áreas de risco. Em outras regiões, os fenômenos geram secas extremas, a exemplo das que já vimos na Amazônia ou na própria Cidade de São Paulo. As Mudanças Climáticas são uma questão universal com impacto regional e local. Elas exigem permanente ação de gestores, bem como constante monitoramento por parte do mundo acadêmico e da sociedade em geral.

### **Breve histórico do debate mundial sobre mudanças climáticas**

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização internacional criada em 24 de outubro de 1945, no pós-guerra. Atualmente, ela é constituída por quase duas centenas de países membros.

O sistema ONU é formado por seis órgãos principais, a saber: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Secretariado, Corte Internacional de Justiça e Conselho de Tutela, além de órgãos subsidiários, comissões técnicas e regionais, departamentos e escritórios.

Dentre os vários programas e fundos da ONU, um tema ganhou destaque e foi a diretriz de uma Conferência realizada no ano de 1972, de 5 a 16 de junho, na cidade de Estocolmo, Suécia: a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, que trouxe, pela primeira vez, de maneira global, o complexo debate da destruição ambiental e seus impactos na vida no planeta.

A Conferência de Estocolmo teve como centro o embate entre os países desenvolvidos - que apresentaram a proposta do “desenvolvimento zero”, isto é, a interrupção imediata do crescimento da economia mundial, incluindo os países então denominados de subdesenvolvidos- e a posição antagônica destes últimos. Os países subdesenvolvidos - Brasil inclusive, que, à época vivia seu “milagre econômico” – argumentavam pelo seu direito ao desenvolvimento.

Além deste complexo debate, a Conferência resultou, na criação da primeira agência ambiental global, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA.

Após 20 anos de Estocolmo, de 3 a 14 de junho de 1992, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra, uma das maiores Conferências já realizadas pela ONU.

Como resultado político da Conferência Rio 92, foram assinados sete documentos oficiais, que são de grande importância para o debate mundial sobre meio ambiente. São eles: a Carta da Terra; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; dentre eles três convenções – Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Convenção sobre a Desertificação (*United Nations Convention to Combat Desertification, UNCCD*) e a Convenção sobre Mudanças Climáticas (*United Nation Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*) - que é o tema central desta Nota Técnica.

Esse tratado internacional, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, refere-se ao desafio das Partes (países) em estabilizar as emissões de gases de efeito estufa presentes na atmosfera. Os estudos de diversos cientistas em todo o mundo e também o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change, IPCC*) alertaram para o fato de que a vida humana estará sob a ameaça se o aquecimento do planeta se sobrepuser a 2 graus centígrados.

Dentre outras formas de catástrofes, na hipótese da temperatura superar a 2 graus centígrados, estima-se que haverá derretimento de geleiras, que ocasionará significativo aumento dos níveis do mar, levando ao desaparecimento de ilhas e cidades. Isto gerará desequilíbrio em todos os ecossistemas e desencadeará uma série de outras catástrofes ambientais, bem como o ressurgimento de doenças erradicadas em outras regiões, além de desertificações e estiagens, com graves consequências à vida em todo o planeta.

As nações desenvolvidas são as que mais contribuem com a emissão de CO<sup>2</sup>. Elas são as maiores responsáveis pelo aquecimento do planeta. Seu modelo de desenvolvimento consumista, somado à ausência de políticas eficazes que minimizem os impactos ao meio ambiente, levou a uma extrema aceleração do aquecimento global. Os países emergentes que formam o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), à exceção da África do Sul, também estão entre os maiores emissores de CO<sub>2</sub>.

A responsabilidade pela redução do aquecimento deve ser de todas as nações, mas, sobretudo, as desenvolvidas. Estas devem estar comprometidas com a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Isto, de modo a salvaguardar aos países em desenvolvimento o direito ao crescimento, porém, em condições responsáveis e com menor impacto possível ao meio ambiente.

As nações desenvolvidas - entre elas, os EUA, os países da União Europeia e a Ásia, conhecidos nos textos das Convenções sobre o Clima como os “Países do Anexo I” - são os que mais emitem. Entretanto, desde o estabelecimento da Convenção sobre Mudanças Climáticas, em 1992, os países desenvolvidos não arcaram com a responsabilidade pelas emissões geradas. Criou-se uma espécie de “queda de braço”, na qual os países desenvolvidos buscaram corresponsabilizar as nações em desenvolvimento e não arcavam com os custos do enfrentamento do problema por eles gerados.<sup>2</sup>

Desde 1995, na 1ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, realizada em Berlim, na Alemanha, até a 20ª Conferência das Partes, realizada em dezembro de 2014, em Lima, no Peru, as Partes não chegavam a um acordo global sobre as “Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas”, como era conhecida essa divergência dentro do texto da Convenção.

O Protocolo de Kyoto, elaborado na cidade de mesmo nome no Japão, é um tratado que estabeleceu metas de redução de emissões para os países e foi o principal resultado da 3ª Conferência das Partes que contou, inicialmente, com a participação da maior nação poluidora do planeta, os Estados Unidos. No entanto, apesar de haver assumido compromissos durante a Conferência (COP 3), os EUA acabaram não ratificando a Convenção e se retiraram dela em 2001. Isto fragilizou a importância do tratado.

Desde então, ano a ano, as Conferências das Partes (COP's) foram realizadas em vários países do mundo, sem que em nenhuma delas o grande acordo tenha sido estabelecido.

Houve imensa expectativa que, durante a COP 15, no ano de 2009, um acordo pudesse ser ao menos rascunhado. No entanto, foi mais uma tentativa frustrada. O então Presidente americano, Barack Obama, fez um discurso que desanimou os presentes. O destaque da Conferência acabou sendo o Brasil, que propôs para si, no principal discurso da Plenária de Líderes, a meta da redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) entre 36,1% e 38,9% toneladas de emissões de CO<sup>2</sup> até 2020. Isto, mesmo sendo o Brasil um país em desenvolvimento. Buscava-se salientar, desta forma, a importância que o país tem nessa negociação e o protagonismo que assegura ao tomar a iniciativa.

## **Rio + 20 e Cúpula dos Povos**

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) foi realizada entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. A Conferência buscou a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliando-se os avanços e a efetiva implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto. Esta Conferência também tratou de temas novos e emergentes.

Paralelamente, um encontro mundial de povos em defesa do meio ambiente, organizado pela sociedade civil, a Cúpula dos Povos na Rio +20 por Justiça Social e Ambiental, reuniu 30 mil pessoas por dia, que ocuparam o Aterro do Flamengo. As críticas da Cúpula se deram principalmente a forte influência sobre a ONU exercida pelas instituições financeiras, como o G8/G20. Houve também forte crítica à maioria dos governos, que, na visão da Cúpula, demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta, promovendo os interesses das corporações na conferência oficial.

## **A importância do Brasil**

O Brasil promoveu, além das grandes Conferências, um conjunto de iniciativas, todas com imenso esforço e participação da sociedade civil com destaque para o movimento sindical, ONG's ambientalistas, articulações da sociedade civil como o grupo Carta de Belém, movimentos indígenas e de mulheres, dentre outros, para o estabelecimento de suas NDC's (*National Determined Contributions* ou Contribuições Nacionalmente Determinadas). Os NDC's são os compromissos debatidos pela sociedade e assumidos pelo país, indicando quais setores implicarão em maiores compromissos de redução de emissões para o estabelecimento de um acordo final.

Por esse breve histórico, nota-se a importância que o Brasil possui no debate mundial sobre meio ambiente e, em especial, sobre Mudanças Climáticas. O país é referência nas negociações e no compromisso com o multilateralismo. Essa importância se dá também, principalmente, pela presença, em território nacional (ainda que outros oito países também tenham parte), da maior floresta do mundo, a Amazônia.

## **O Acordo de Paris**

Com o empenho de 195 países, o Brasil mais uma vez teve protagonismo nas negociações dos temas mais complexos do Acordo de Paris. Por exemplo, o princípio da diferenciação, que corresponde às responsabilidades diferenciadas entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento. No documento da vigésima primeira sessão Paris, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, os países Parte da *United Nation Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), os países definem:

*“o reforço da implementação da Convenção, incluindo seu objetivo, visa a fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, no contexto*

*do desenvolvimento sustentável e os esforços para erradicar a pobreza, incluindo ao: (a) manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais e buscar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das mudanças climáticas; (b) aumentar a capacidade de adaptar-se aos impactos adversos das mudanças climáticas e fomentar a resiliência ao clima e o desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, de uma forma que não ameace a produção de alimentos; (c) promover fluxos financeiros consistentes com um caminho de baixas emissões de gases de efeito estufa e de desenvolvimento resiliente ao clima”.*

## **Saída dos EUA do Protocolo de Paris**

Em abril de 2016, os Estados Unidos assinaram o Acordo de Paris e aceitaram sua ordem executiva em setembro do mesmo ano.

O Presidente Barack Obama comprometeu-se em contribuir com 3 bilhões de dólares para constituir um fundo de financiamento, juntamente com os demais países, a programas referentes às mudanças climáticas. O objetivo é alcançar a marca de 100 bilhões de dólares de fundo até 2020.

Em 8 de novembro de 2016, quatro dias após a efetivação do Acordo de Paris, Donald Trump foi eleito Presidente dos Estados Unidos, reabrindo uma discussão há muito ultrapassada e completamente fora de contexto mundial. Por diversas provas, não deveria haver margens ao ceticismo com relação às mudanças climáticas. Os céticos são uma minoria, hoje insignificante, diante dos impactos mundiais causados pelo aquecimento global e cientificamente comprovados pelo IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

No entanto, em 1 de junho de 2017, Trump, anunciou que o país deixaria de participar do Acordo de Paris. Conforme o artigo 28 do Acordo, qualquer signatário pode encerrar sua participação em até quatro anos após a ratificação.

A notícia foi recebida com extrema preocupação por outros governos, organizações e lideranças políticas. Os Estados Unidos é o maior emissor de gases do planeta, entre as nações desenvolvidas. Sua saída do Acordo, longe de ser um consenso nos Estados Unidos, levou a que mais de 60 prefeitos se unissem na manutenção de seus compromissos e metas assumidas em apoio às demais 194 nações que sustentam o Acordo de Paris.

## **A posição brasileira**

Alinhado com posições de Donald Trump, o novo Presidente do Brasil, que assumiu seu mandato em 1/1/2019, já anunciou - desde a campanha e por diversas vezes - a possibilidade de saída do Brasil do Acordo. Há inúmeros apelos dos países da região para que o Brasil se mantenha, haja vista os impactos climáticos que incidem sobre países da América Latina e Caribe especialmente entre os países insulares e, sobretudo, pelos esforços anteriormente mencionados sobre o protagonismo do Brasil na aprovação do Acordo. Apesar disso, o novo Ministro das Relações Exteriores, por meio de declaração na imprensa (Valor Econômico, 15/11/2018), afirmou que: “O climatismo juntou alguns dados que sugeriam uma correlação do aumento de temperaturas com o aumento da concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera, ignorou dados que sugeriam o contrário, e criou um dogma ‘científico’ que ninguém mais pode contestar sob pena de ser excomungado da boa sociedade (...).”.

Espera-se que o novo governo modifique a sua visão e reveja seus posicionamentos sobre o assunto. Isto porque cabe a este governo o cumprimento das NDC's (Contribuições Nacionalmente Determinadas) brasileiras e, com isso, a manutenção das nossas florestas, a redução das emissões

de CO<sup>2</sup> e uma importante trajetória ambiental brasileira, já manchada pelas recentes (e evitáveis) tragédias de Bento Rodrigues em Mariana, Minas Gerais, com saldo de 19 mortos e impactos ambientais em 39 cidades e 3 estados, bem como o Acidente de Trabalho na Barragem de Brumadinho, que hoje (26/2/2019) totaliza 179 mortos.

## **O papel da Sociedade Civil Organizada**

A universidade, os partidos políticos, as associações de bairro, ONG's e movimentos em defesa do meio ambiente, sindical e dos direitos humanos, tem papel fundamental no monitoramento das ações e posições dos governos nos Municípios, Estados e Federação. Acompanhar as ações de governo, propor caminhos conjuntos, ter uma atuação atenta e vigilante sobre as decisões que afetam a vida e o convívio da população, são iniciativas fundamentais na defesa dos direitos e na prevenção de outras tragédias que impactam a vida das comunidades e das próximas gerações.

## **Referências Bibliográficas**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Report of the United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, jun., 1972.

\_\_\_\_\_. Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano. Stockholm, jun., 1972.

<https://nacoesunidas.org/>

<https://unfccc.int/process/the-kyoto-protocol>

<http://www.rio20.gov.br/>

[http://www.rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html](http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html)

Aos interessados em ler também as Cartas de Conjuntura anteriores do CONJUSCS, acesse o link:

**1ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/lancamento-conjuscs/>

**2ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-2a-carta-de-conjuntura/>

**3ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>

**4ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/conjuscs-lanca-4a-carta-de-conjuntura/>

**5ª Carta de Conjuntura do CONJUSCS:**

<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-5a-carta-de-conjuntura/>

**Conheça os títulos das notas técnicas da 1ª Carta de Conjuntura:**

1. O PIB do Grande ABC Paulista;
2. Evolução dos Empregos e dos Estabelecimentos na Indústria de Transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos;
3. Empreendedorismo: a Expansão dos Microempreendedores Individuais no Grande ABC Paulista, 2009- 2017;
4. Índices de Endividamento das Prefeituras do Grande ABC Paulista e do Estado de São Paulo;
5. O Comércio Exterior do Grande ABC Paulista nas últimas duas décadas, 1998 – 2017;
6. A Produção das Empresas que compõem a Indústria Automobilística no Grande ABC Paulista;
7. Guidance como Ferramenta de Gestão e o Momento de Retomada de Atividades;
8. A Importância do Empreendedorismo para o Desenvolvimento do Grande ABC Paulista;
9. Indicadores INPES.

**Títulos das notas técnicas da 2ª Carta de Conjuntura:**

1. Perspectivas do financiamento das despesas municipais com saúde na Região do Grande ABC Paulista à luz das regras da emenda constitucional 95/2016;
2. Inflação: os impactos nas políticas macroeconômicas e seus reflexos na atividade do País e do Grande ABC Paulista;
3. O valor adicionado da indústria do Grande ABC Paulista e a atual retração cíclica da economia;
4. A complexidade tecnológica das exportações do Grande ABC Paulista;
5. Falências e recuperações judiciais no Grande ABC Paulista entre 2015 e 2017;
6. A Região do Grande ABC Paulista e o mercado de capitais;
7. Formação de nível técnico no Grande ABC Paulista;
8. Formação de nível superior na Região do grande ABC paulista;
9. Gestão de riscos (Risk Management) e suas aplicações na gestão contemporânea: subsídio para o debate entre as empresas do Grande ABC Paulista;
10. “Smart Cities” e investimento privado na “Indústria 4.0” do Grande ABC Paulista;
11. A Força Aérea Brasileira e o Projeto Gripen: Potencial e Desafios do Grande ABC Paulista para Promover Emprego e Renda;
12. Perfil dos microempreendedores individuais no Grande ABC Paulista;
13. Características dos microempreendedores individuais do Grande ABC Paulista;
14. O ecossistema de startups na Região do Grande ABC Paulista;
15. Consumo de carne no Brasil e na Região do Grande ABC Paulista;
16. Perfil dos pescadores da colônia de pesca Z1 do reservatório Billings da Região

Metropolitana de São Paulo em relação à dor crônica ocupacional.

### **Títulos das notas técnicas da 3ª Carta de Conjuntura:**

1. Via crucis dos pedidos de recuperações judiciais de empresas: o caso do Grande ABC Paulista entre 2012 e 2018;
2. A indústria diante da financeirização da economia: margem de lucro do setor produtivo versus rentabilidade nas aplicações financeiras – o caso do Grande ABC Paulista;
3. O consumo do Grande ABC Paulista no ranking nacional 2018;
4. A indústria aeroespacial e o seu potencial de geração de emprego e renda no Grande ABC Paulista;
5. Um aeroporto no Grande ABC Paulista: oportunidades de desenvolvimento;
6. Programa automotivo rota 2030: uma oportunidade para a área de pesquisa e desenvolvimento;
7. Comércio exterior do Grande ABC Paulista no século XXI: composição setorial;
8. Complexidade tecnológica das importações do Grande ABC Paulista;
9. A distribuição de ações na participação nos lucros e resultados (PLR): uma proposta para discussão;
10. Desafios para construção de leis de incentivo a startups em nível municipal;
11. Conselhos de Administração: oportunidade para empresas da Região do Grande ABC Paulista;
12. Análise setorial do salto de postos de trabalho no Grande ABC Paulista entre 2015 e 2018;
13. Competências para o trabalho em uma nova era;
14. O perfil do mercado de trabalho formal do Grande ABC Paulista: nível de formação educacional, gênero e renda;
15. A “desregionalização” do Grande ABC Paulista?;
16. As micro e pequenas empresas do Grande ABC Paulista e seu conhecimento na legislação Brasileira de resíduos sólidos;
17. Transferências financeiras do fundo nacional de saúde para os municípios em 2017: efeitos da limitação de pagamentos imposta pelo “teto” de despesas primárias (emenda constitucional 95/2016);
18. Expansão do número de idosos: Brasil e o Grande ABC Paulista;
19. Espaços públicos e privados de qualidade: cenário possível para o Grande ABC Paulista?

### **Títulos das notas técnicas da 4ª Carta de Conjuntura:**

1. Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior para a América Latina e Caribe (CRECES), vinculado à UNESCO-IESALC: Sede na USCS / Grande ABC Paulista e oportunidade de avanço na cooperação universitária do país;
2. O século XXI e a nova era do capital no Brasil: o domínio das finanças sobre a indústria, comércio e os serviços;
3. Conhecendo o “superendividado” do Estado de São Paulo e também do Grande ABC Paulista;
4. Estimativa do PIB setorial para o Grande ABC Paulista;
5. A inexistência de uma agenda urbana de longo prazo no Grande ABC Paulista;
6. Parâmetros referenciais para a análise da execução orçamentária e financeira das ações e serviços públicos de saúde;
7. Os planos coletivos de saúde dos empregados nas empresas do Grande ABC Paulista: uma crise anunciada;
8. O Envelhecimento em foco no município de São Caetano do Sul;
9. Acessibilidade para o trabalho de pessoas com deficiência nas indústrias do Grande ABC Paulista;
10. Indicadores criminais do segundo trimestre de 2018 no Grande ABC Paulista;
11. Indicadores conciliatório do centro judiciário de solução de conflitos e cidadania de São Caetano do Sul – CEJUSC;
12. O Grande ABC Paulista em busca da inovação: rica experiência, desafio em aberto;
13. Impacto das tecnologias exponenciais no mercado de trabalho do Grande ABC Paulista;

14. A experiência dos Fab Labs Livres da cidade de São Paulo como modelo para o Grande ABC Paulista;
15. *Coworking* no Grande ABC Paulista: oportunidade de ocupação e renda;
16. Indústria 4.0: Hortolândia e Grande ABC Paulista;
17. O Mercado de trabalho da Região do Grande ABC Paulista no contexto da indústria 4.0: o caso das ocupações relacionadas à tecnologia de impressão 3D;
18. O mercado árabe de carnes e a certificadora do Grande ABC Paulista;
19. A legislação ambiental no haras de São Bernardo do Campo;
20. Gestão de resíduos sólidos: um comparativo sobre o conhecimento dos itens da legislação brasileira de resíduos sólidos entre as MPEs da Região do Grande ABC Paulista e as MPEs da Região de Guarulhos;
21. Conceitos de Aeroportos, Desenvolvimento e GRANDE ABC PAULISTA: Modelos Passíveis de Adoção e Proposta de Agenda;
22. O “enforcamento financeiro”: empresas em situação pré-falimentar, crédito, spreads bancários e endividamento.

### **Títulos das notas técnicas da 5ª Carta de Conjuntura:**

1. Estatística, Pesquisa e Eleições
2. Um ano de reforma trabalhista no Brasil e impacto no emprego do Grande ABC Paulista
3. A Desigualdade racial do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Estado de São Paulo: Breves considerações
4. Perfil da população atendida pelo Núcleo de Assistência Jurídica da Universidade Municipal de São Caetano do Sul
5. Indicadores de homicídio Brasil, Estado de São Paulo e Grande ABC Paulista
6. Política nacional de resíduos sólidos: o caso do centro de triagem de coleta seletiva de São Caetano do Sul
7. Gestão Ambiental: estudo comparativo das cidades de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Santos e São Vicente: mobilidade urbana e impactos ambientais causados pela utilização dos meios de transportes
8. Notas preliminares para o debate em torno da proposta da retirada das despesas com pessoal da saúde do câmputo do limite estabelecido para essas despesas pela lei de responsabilidade fiscal para os entes da federação
9. Repasses federais e intervenções urbanas no Grande ABC Paulista: recomendações para uma agenda propositiva
10. Treinamento em micro e pequenas empresas: opção para sustentação do crescimento de negócios nas empresas da Região do Grande ABC Paulista
11. Empreendedorismo como motor de desenvolvimento econômico
12. Movimento migratório e cultura empreendedora: análise comparativa do Grande ABC Paulista frente às dez cidades mais empreendedoras
13. A Defesa da Concorrência e da Regulação no bem-estar da sociedade
14. A Recuperação das empresas nas leis de falências dos EUA e do Brasil: breve comparação
15. Evasão escolar no ensino superior do Grande ABC Paulista: uma investigação sobre as causas
16. Indústria 4.0: Ofertas de Cursos Superiores na Região do Grande ABC Paulista
17. Os novos desafios na gestão de pessoas: um olhar estratégico nas práticas de Desenvolvimento Profissional no Brasil
18. Impacto Econômico de Acidentes de Trânsito no Grande ABC
19. Vinte e quatro milhões de empregos serão criados na Economia Verde no mundo até 2030: uma discussão necessária no Grande ABC Paulista
20. Perfil da Indústria de Alimentos no Grande ABC Paulista e Estratégia exportadora

